

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

YURI TEIXEIRA PIRES

“UM HÁBIL SUJEITO”

o naturalista José Vieira Couto e o conhecimento mineralógico das Minas Gerais (1799 –
1805)

Niterói
2022

YURI TEIXEIRA PIRES

“UM HÁBIL SUJEITO”

O NATURALISTA JOSÉ VIEIRA COUTO E O CONHECIMENTO MINERALÓGICO DAS
MINAS GERAIS (1799-1805)

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade Federal
Fluminense (PPGH/UFF), como requisito para obtenção
do título de Mestre em História.

Orientador:
Prof. Dr. Ronald José Raminelli

Niterói
2022

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

P667" Pires, Yuri Teixeira
"Um hábil sujeito" : o naturalista José Vieira Couto e o conhecimento mineralógico das Minas Gerais (1799-1805) / Yuri Teixeira Pires ; Ronald Raminelli, orientador. Niterói, 2022. 161 f. : il.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2022.m.14237099776>

1. História da Ciência. 2. Período Colonial, 1500-1822. 3. Expedição científica. 4. Mineração. 5. Produção intelectual. I. Raminelli, Ronald, orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. III. Título.

CDD -

Yuri Teixeira Pires

“Um hábil sujeito”

o naturalista José Vieira Couto e o conhecimento mineralógico das Minas Gerais (1799-1805)

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF), como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Dissertação defendida e aprovada no dia 28 de junho de 2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ronald José Raminelli (PPGH/UFF)
Orientador

Profa. Dra. Lorelai Brilhante Kury (FIOCRUZ/UERJ)
Examinadora externa

Prof. Dr. Rodrigo Nunes Bentes Monteiro (PPGH/UFF)
Examinador interno

Niterói

2022

Agradecimentos

Há um provérbio japonês que diz o seguinte: 桃栗三年柿八年 (*momo kuri san nen kaki hachi nen*). Uma tradução literal seria “pêssegos e castanhas, três anos; caqui, oito anos”. Contudo, o que a frase realmente quer dizer é que para cada fruto plantado, há um tempo específico de maturação. Dessa forma, para cada coisa que realizamos na vida, há um tempo certo de aflorar. Leva tempo para que ações deem bons frutos.

A construção desta dissertação segue o mesmo princípio. Entretanto, são necessárias condições favoráveis para que a semente dê fruto: é imprescindível adubar, regar e retirar as pragas. Da mesma maneira, uma boa dissertação só nascerá com apoio, incentivo e tempo necessário. Por isso, gostaria de aproveitar esse espaço para agradecer a todos aqueles que foram essenciais para construção desse trabalho.

Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus familiares e amigos, que foram essenciais na construção de uma base de apoio emocional, conhecimento e de incentivo. Em especial, gostaria de agradecer imensamente a minha companheira Beatriz Menezes por todo apoio, carinho, amor e compreensão durante essa jornada. Desde que iniciei minha vida profissional e acadêmica, ela foi minha maior expectadora, crítica, professora e inspiração. Além disso, como não poderia deixar de ser, gostaria de agradecer profundamente aos meus pais, que sempre me incentivaram a trilhar meu próprio caminho, bem como me deram importante suporte amoroso e financeiro.

Gostaria também de agradecer a todos os professores (as) que passaram em minha vida, da escola à pós-graduação, e que me formaram enquanto tal. Inspirado por essa profissão, não foi por acaso que decidi trilhar o mesmo caminho. Em especial, gostaria de agradecer aos professores, à coordenação e aos outros profissionais do PPGH da UFF, bem como ao meu orientador Ronald Raminelli por todas as críticas, dicas, ensinamentos, correções e apoio ao longo de todo mestrado.

Por fim, gostaria de agradecer ao apoio e financiamento realizado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

RESUMO

Esta pesquisa se propõe a trabalhar o tema da construção do conhecimento científico no império ultramarino português, entre final do século XVIII e início do XIX. Para tanto, será analisado a trajetória do naturalista José Vieira Couto (1752-1827), que nasceu na capitania de Minas Gerais, em Arraial de Tijuco, onde atualmente é Diamantina-MG. Formado em Filosofia pela Universidade de Coimbra, Couto fez parte de uma leva de naturalistas e matemáticos que ajudaram na produção do conhecimento da História Natural no mundo português, através de viagens filosóficas, trocas de cartas, envios de remessas com amostras materiais e na escrita de *Memórias*. As viagens filosóficas realizadas pelo naturalista aconteceram pelas regiões do Serro Frio, Tijuco, Sabará, Mariana, Rio São Francisco, Rio Abaeté e Serra do Cabral, entre os períodos de 1789 e 1805. Essas expedições ensejaram cinco *Memórias* escritas por Couto, cujo tema principal esteve em torno da mineralogia e da mineração em Minas Gerais. Portanto, o objetivo do presente trabalho é analisar o papel de José Vieira Couto na construção do conhecimento mineralógico no mundo português durante final do período colonial, bem como analisar as relações de patronagem, típicas da cultura política do Antigo Regime, entre José Vieira Couto e os agentes régios que possibilitaram a construção e execução das viagens e memórias. Para tanto, será analisado o contexto político, econômico e científico da época, bem como analisar as trocas de remessas e cartas com os agentes régios e outros naturalistas, bem como analisar as memórias escritas por José Vieira Couto.

Palavras-chave: José Vieira Couto; mineralogia; viagens filosóficas; Império português; mineração; decadência; naturalista; História Natural.

ABSTRACT

This research proposes to work on the theme of the construction of scientific knowledge in the Portuguese overseas empire, between the end of the 18th century and the beginning of the 19th. To do so, the trajectory of the naturalist José Vieira Couto (1752-1827), who was born in the captaincy of Minas Gerais, in Arraial de Tijuco, where it is currently Diamantina-MG, will be analyzed. Graduated in Philosophy at the University of Coimbra, Couto was part of a group of naturalists and mathematicians who helped in the production of knowledge of Natural History in the Portuguese world, through philosophical journeys, exchanges of letters, sending remittances with material samples and writing Memoirs. The philosophical journeys carried out by the naturalist took place in the regions of Serro Frio, Tijuco, Sabará, Mariana, Rio São Francisco, Rio Abaeté and Serra do Cabral, between 1789 and 1805. These expeditions gave rise to five Memoirs written by Couto, whose main theme was around mineralogy and mining in Minas Gerais. Therefore, the objective of the present work is to analyze the role of José Vieira Couto in the construction of mineralogical knowledge in the Portuguese world during the end of the colonial period, as well as to analyze the patronage relations, typical of the political culture of the *Ancien Régime*, between José Vieira Couto and the royal agents that made possible the construction and execution of trips and memories. To do so, the political, economic and scientific context of the time will be analyzed, as well as analyzing the exchanges of remittances and letters with royal agents and other naturalists, as well as analyzing the memories written by José Vieira Couto.

Keywords: José Vieira Couto; mineralogy; philosophical journeys; Portuguese Empire; mining; decadence; naturalist; Natural History.

Sumário

Introdução	4
Capítulo 1. Reformador ilustrado ou revolucionário? Trajetória e formação de José Vieira Couto	13
1.1. A influência de Joaquim Felício dos Santos na construção do naturalista revolucionário.....	18
1.2. Um naturalista reformador: as visões da historiografia contemporânea	27
1.3. Formação ilustrada: José Vieira Couto e seus contemporâneos na Universidade de Coimbra.....	34
1.4. Conclusão	41
Capítulo 2. “Nós felizes Vassalos de Vossa Alteza Real”: José Vieira Couto e o saber da mineralogia a serviço da Monarquia portuguesa	44
2.1. O paradigma da História Natural e a Monarquia portuguesa no final do século XVIII.....	44
2.2. A utilidade do saber mineralógico: atuação científica de José Vieira Couto e de outros naturalistas na capitania de Minas Gerais	53
2.2.1. Notícias sobre o reino mineral: o envio de remessas minerais e a busca pelo salitre (1785–1803).....	58
2.3. A serviço da Coroa: relações de poder e economia das mercês nas pesquisas de José Vieira Couto.....	65
2.3.1. A construção narrativa do naturalista “zeloso”: embates de poder entre José Vieira Couto e o Intendente dos Diamantes.....	75
2.4. Conclusão	83
Capítulo 3. Memórias em movimento: produção, circulação e recepção das <i>Memórias de José Vieira Couto (1799-1805)</i>	85
3.1. A <i>Memória sobre a Capitania das Minas, seu território, clima e produções metálicas...</i> (1799)	85

3.2. A <i>Memória sobre as Minas da Capitania de Minas Gerais, suas descrições, ensaios, e domicílio próprio a maneira de Itinerário...</i> (1801)	95
3.3. A <i>Memória sobre as Nitradeiras Naturaes e Artificiaes de Monte Rorigo na Capitania de Minas Geraes</i> (1803)	102
3.4. A <i>Memória sobre as Minas de Cobalto da Capitania de Minas Gerais</i> (1805) 111	
3.5. Conclusão	114
Capítulo 4. “Mineiros que jamais perdem o sol de vista”: as percepções de José Vieira Couto sobre a “decadência” da mineração em Minas Gerais	117
4.1. A “decadência” dos mineiros: visões morais e raciais de José Vieira Couto 118	
4.2. As causas para “decadência” da mineração	124
4.3. Soluções para “decadência”: a Arte Metalúrgica Nacional e incrementos do comércio mineral	129
4.4. Conclusão	137
Considerações finais	141
Fontes e Bibliografia	148

Introdução

O tema que permeia esta dissertação é o da construção do conhecimento científico no império ultramarino português na transição do século XVIII para o XIX. Nesse sentido, a problemática da pesquisa parte de entender como eram feitas as pesquisas, estudos e produção de conhecimento diante do contexto de dominação colonial de finais da era moderna. Para tanto, torna-se necessário analisar o contexto político, econômico e científico da época, bem como analisar as trocas de remessas, cartas e memórias dos naturalistas com os agentes régios da monarquia portuguesa. Além disso, é importante destacar a lógica da cultura política do Antigo Regime no processo de construção, execução e recompensa das expedições científicas, que ficaram mais conhecidas como viagens filosóficas.

No mundo português de finais do século XVIII, as viagens filosóficas e a construção de conhecimento, por parte dos naturalistas, aconteceram num contexto e espaço específico de atuação: o do reformismo ilustrado e das reformas administrativas. Durante o final do século XVIII, uma série de reformas administrativas foram realizadas nas monarquias europeias e em seus domínios coloniais. Por sua vez, tais reformas beberam da vasta influência do pensamento iluminista. Em Portugal, por exemplo, se intensificou a realização de medidas políticas e administrativas que objetivaram centralizar o poder nas mãos do monarca. Além disso, foram tomadas medidas que buscaram diversificar e incrementar a economia portuguesa.

Quanto às questões econômicas do império português, nas décadas iniciais do século XVIII, a América Portuguesa já se destacava e ganhava as atenções das elites políticas portuguesas graças à atividade mineradora no centro-sul da América lusa. Com isso, diversas reformas institucionais e políticas foram pensadas para intensificar a exploração aurífera e diminuir os contrabandos¹. Contudo, em 1750, a exploração aurífera chegava as taxas mais baixas de exploração sendo essa uma das principais agravantes da crise econômica que se instalou entre 1760 e 1770 no império português², também intensificada pelo terremoto em Lisboa em 1755.

Esses fatores contribuíram para um cenário de recessão econômica e a necessidade de reformas. Dessa maneira, quando D. José I assumiu o governo em Portugal, em 1750, Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal em razão do título com

¹ MONTEIRO, Nuno. As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal a dom Rodrigo de Sousa Coutinho. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Brasil Colonial: Volume 3 (1720-1821)*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, v. 3, p. 117.

² ALDEN, Dauril, Late colonial Brazil, 1750–1808, in: BETHELL, Leslie (Org.). *The Cambridge History of Latin America – Colonial Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, v. 2, p. 620.

que foi agraciado em 1769, tornou-se seu secretário de Estado e tomou diversas ações para tentar reverter o quadro político e econômico no qual se encontrava o império português.

Dentre vários problemas identificados por Pombal estavam a dependência econômica de Portugal à Inglaterra, o alto grau de contrabando de ouro e a forte influência dos jesuítas nas regiões do Pará, Maranhão e Amazônia³. Para intensificação do sistema econômico e diminuição do capital inglês no império português, Pombal criou as companhias comerciais monopolistas, sendo elas a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755) e Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759) e, também, reformulou os impostos cobrados sobre a exploração aurífera. Além disso, Nuno Monteiro destaca que “a intenção das companhias era de assegurar a participação de negociantes metropolitanos no tráfico de escravos”⁴.

Em meados dos anos de 1780 e 1790, ocorreu uma retomada do crescimento econômico ocasionado pelo renascimento da agricultura nas regiões litorâneas América lusa⁵. Para o historiador Dauril Alden, esse renascimento da agricultura não se explicaria apenas pela derrocada da atividade mineradora: seria preciso levar em consideração uma série de outros fatores, tais como o aumento da produção de algodão em resposta ao mercado Europeu, o desaparecimento temporário da concorrência do açúcar de São Domingos, colônia francesa, e das medidas políticas e econômicas tomadas por Marquês de Pombal, bem como de seus sucessores. Além disso, houve um relevante crescimento da produção de tabaco, café, arroz e cacau.

Mesmo com a retomada da agricultura, a mineração permaneceu no horizonte de expectativas dos administradores reais, principalmente do Secretário de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Na passagem do século XVIII para o XIX, buscou-se entender quais fatores teriam levado a queda produtiva da mineração em Minas Gerais. Dessa maneira, uma série de iniciativas foram feitas para tentar investigar as causas de tal problema.

Dentre essas iniciativas, ocorreram as chamadas viagens filosóficas: naturalistas, matemáticos, desenhistas e outros estudiosos que se aventuraram por diferentes espaços naturais de domínio da monarquia portuguesa, como Brasil, Angola e Moçambique, com objetivo de catalogar e classificar os três reinos da natureza. Dessa forma, objetivavam

³ MAXWELL, Kenneth. *Devassa da devassa. A inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808*. Rio de Janeiro (RJ): Paz & Terra, 2009, p. 24–35.

⁴ MONTEIRO, Nuno. As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal a dom Rodrigo de Sousa Coutinho. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Brasil Colonial: Volume 3 (1720-1821)*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, v. 3, p. 129.

⁵ ALDEN, op.cit. p. 627.

aumentar o conhecimento da História Natural portuguesa a partir dos estudos dos espaços coloniais e do envio de remessas com amostras vegetais, animais e minerais para o Reino.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, organizou junto com o professor naturalista Domingos Vandelli e com os governadores das capitanias coloniais uma série de expedições a fim de descobrir, catalogar e conhecer as potencialidades naturais e econômicas dos domínios portugueses. Dessa forma, foram realizadas expedições pelos mais diferentes espaços da América portuguesa e dos domínios portugueses na África, buscando estudar as riquezas do reino vegetal, mineral e animal.

No caso do reino mineral, Joaquim Veloso de Miranda, João Manso Pereira e José Vieira Couto participaram ativamente na construção de uma rede de conhecimento sobre as potencialidades mineralógicas. Diferentemente do reino vegetal e animal, os estudos sobre o reino mineral tiveram uma reflexão importante por trás: o que teria levado a queda produtiva do ouro em Minas Gerais? Além disso, os estudos mineralógicos voltaram-se para entender a realidade mineral da América portuguesa e sua diversidade produtiva, destacando o uso do ferro, cobre e salitre.

Nesse contexto, um naturalista se destacou pela sua capacidade de produção e participação ativa no serviço do Estado em prol de estudar o mundo mineral português: o naturalista José Vieira Couto. Nesse sentido, esta dissertação tem por objetivo estudar a trajetória de atuação do naturalista, investigando suas produções memorialísticas e suas ligações com os agentes régios. Mais detidamente, busco investigar as redes de informação que ligaram José Vieira Couto ao governador da capitania de Minas Gerais, Bernardo José de Lorena, e do Secretário de Estado, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Além disso, investigo as relações de José Vieira Couto com outros naturalistas coetâneos.

O personagem cuja biografia serve de guia nessa pesquisa, José Vieira Couto, nasceu em 1752 no Arraial do Tijuco, atual Diamantina-MG, formou-se em Filosofia pela Universidade de Coimbra em 1778 e faleceu em 1827 em sua localidade natal⁶. Esse luso-brasileiro esteve inserido no que Kenneth Maxwell chamou de “geração de 1790”⁷: homens letrados e ilustrados, formados na Universidade de Coimbra, responsáveis por empreender um levantamento científico dos domínios coloniais de Portugal no ultramar a fim de reerguer

⁶ PATACA, Ermelinda Moutinho. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*. Tese (Doutorado em Geociências), UNICAMP, São Paulo, 2006, p. 51 dos anexos.

⁷ MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a ideia do império luso-brasileiro. In: id. *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*, 1999, p. 157-207.

economicamente a nação portuguesa. Além disso, o historiador ainda ressalta que o distrito de Diamantina (Arraial de Tijuco era sede do distrito) se destacava pelo elevado número de furto e contrabando de diamantes, e que a família de Vieira Couto fazia parte desses esquemas ilícitos.⁸

Bernardo José de Lorena e D. Rodrigo de Sousa Coutinho foram patronos diretos de José Vieira Couto, e o ajudaram a realizar viagens filosóficas entre o período de 1789 e 1805.⁹ Portanto, para entender a atuação de José Vieira Couto enquanto naturalista a serviço da coroa portuguesa, busquei investigar as relações entre ele e esses agentes.

As viagens filosóficas realizadas pelo naturalista aconteceram pela região do Serro Frio em 1789, por Tijuco, Sabará, Mariana, Rio São Francisco e Rio Abaeté entre 1800 e 1801 e na atual região da Serra do Cabral em 1803.¹⁰ Todas essas expedições ensejaram cinco *memórias* escritas por Vieira Couto. Além disso, ele contou com a ajuda de uma comitiva para realização de algumas de suas viagens filosóficas composta por intendentes e sargentos-mor, bem como garimpeiros que conheciam o terreno.¹¹ Dessa maneira, a construção dessas expedições através das redes de informações entre o naturalista e os demais oficiais régios é um elemento fundamental.

No tocante às relações estreitas entre os oficiais régios e os naturalistas para planejamento e execução das viagens, Ronald Raminelli aponta a importância da *economia da mercê* nesse processo.¹² Para realização dos objetivos da Coroa portuguesa com as viagens filosóficas, havia um grau de expectativa nessa relação a qual os naturalistas esperavam e requeriam certos benefícios pessoais. Esses benefícios iam desde títulos a cargos na burocracia portuguesa. Como aponta o autor, “essas mercês garantiam o bem-estar dos naturalistas e dos administradores coloniais depois de retornar à Europa. A obediência aos preceitos estatais era condição indispensável para continuar as pesquisas ou para subir os degraus na escala social”.¹³ Dessa forma, a produção do conhecimento setecentista estava inserida dentro da lógica de funcionamento da cultura política do Antigo Regime.

⁸ Id. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001, p.88 e 89

⁹ PATACA, op.cit., p. 418

¹⁰ SILVA, Cláudio Paranhos da. *O desvendado do grande livro da natureza: as práticas geocientíficas no Brasil colonial por meio de um estudo da obra mineralógica e geológica do cientista brasileiro José Vieira Couto, 1798-1805*. Dissertação, UNICAMP, São Paulo, 1999.

¹¹ PATACA, op.cit., pp. 419

¹² Especificamente sobre a relação entre os oficiais régios e os naturalistas através das mercês, Cf. id., *ibid.*, pp. 135 – 177.

¹³ Id., *ibid.*, pp. 135.

Nessa mesma linha de análise, o trabalho da historiadora Ângela Domingues é fundamental, pois demonstra como a produção do conhecimento científico no último quartel do século XVIII esteve alinhado com as estruturas sociais que regiam o Império ultramarino português. Toda a renovação científica fora pensada pelas instituições criadas pela Coroa, e mantiveram uma rede de informação entre naturalistas e funcionários régios que sustentaram as realizações das pesquisas científicas.¹⁴ A autora destaca o interesse por parte dos cientistas luso-brasileiros e governadores que, para além das relações com os oficiais régios, de criar redes de informações entre capitanias. Dessa maneira, Domingues destaca que a produção de conhecimento nem sempre ocorreu de modo verticalizado, isto é, por iniciativas metropolitanas impostas aos colonos e naturalistas.¹⁵

Raminelli identificou nos anos de proeminência de D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1796-1802) no governo da monarquia portuguesa um gradual processo de decadência das viagens filosóficas, que cada vez mais passaram a ter um sentido administrativo.¹⁶ Já a autora Ermelinda Pataca argumenta que esse foi, na verdade, um momento de intensa atividade científica e com quantidade expressiva de resultados. Pataca ainda destaca que D. Rodrigo teve maior facilidade na administração das viagens, uma vez que os naturalistas já se encontravam alocados nas regiões de pesquisa das colônias devido a administração anterior de Martinho de Melo e Castro.¹⁷

Entretanto, ainda que os estudos do reino vegetal e da agricultura realizados nas viagens tivessem grande interesse para os naturalistas e administradores régios, principalmente ao serem instrumentalizados por Domingos Vandelli, influenciado pela fisiocracia,¹⁸ a produção de conhecimento do reino mineral não fora deixada de lado. Nos anos de 1790, D. Rodrigo de Sousa Coutinho demonstrou particular interesse pelos estudos mineralógicos, essencialmente na região das Minas Gerais,¹⁹ publicando uma *memória* sobre o tema, na qual “destacou a necessidade de maior preparo em ciências matemáticas e físicas e em metalurgia, devido às grandes dificuldades atuais para extrair ouro”.²⁰ Além disso, D. Rodrigo não via como benéfica a manutenção artificial do valor do ouro em Minas Gerais abaixo do praticado em outras partes.

¹⁴ DOMINGUES, Ângela. op.cit., pp.136.

¹⁵ DOMINGUES, Ângela. op.cit., pp. 138-139

¹⁶ RAMINELLI, op.cit., pp. 124

¹⁷ PATACA, op.cit., p. 436-437.

¹⁸ Sobre o naturalista Domingos Vandelli cf. NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1989., pp. 226

¹⁹ NOVAIS, Fernando. Ibid. pp. 227. cf. MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001, pp.236-237

²⁰ Para ver a citação em específico, cf. MAXWELL, Kenneth. Ibid. pp. 237

Portanto, para reunir mais informações sobre as potencialidades dos minerais no centro-sul da América Portuguesa, D. Rodrigo de Sousa Coutinho incentivou as pesquisas de João Manso Pereira, José de Sá Betencourt, José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, Joaquim Veloso de Mirando e José Vieira Couto.²¹

Minha pesquisa parte da problemática de compreender a construção do conhecimento mineralógico no contexto de redes de informação que ligavam os naturalistas aos oficiais régios, a partir da análise da trajetória de José Vieira Couto e suas viagens filosóficas realizadas pelas regiões das Minas Gerais durante o governo de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Para análise, é levado em consideração as relações propiciadas pela economia das mercês, na qual se davam as relações de hierarquia e poder entre os estamentos sociais naquele contexto.

Outro aspecto importante do presente trabalho, é entender como José Vieira Couto participou para construção do conhecimento mineralógico do mundo português, a partir de suas viagens filosóficas, envio de cartas e remessas, bem como da escrita das Memórias. Nesse sentido, diante do contexto de ascensão econômica das atividades agrícolas e de entender quais motivos levaram a queda da produção mineradora, de que maneira Couto contribuiu para esse debate.

Ermelinda Pataca concluiu que as práticas científicas realizadas durante as viagens não possuíam padrões e nem previsibilidade acerca dos resultados esperados. Por mais que as viagens e os naturalistas fossem instruídos pelo manual de conduta elaborado por Domingos Vandelli, as adversidades do campo (fatores naturais e socioculturais) acabaram por ter uma forte influência nos resultados obtidos nas viagens²². Em um sentido parecido, Raminelli argumenta que por vezes os objetivos científicos se alinhavam às metas colonizadoras, assim, as viagens filosóficas seriam “a ponta de lança da realização das reformas na economia, iniciada ao tempo de marquês de Pombal”²³. Entretanto, também havia desencontros entre a lógica científica e a lógica colonial, sendo necessário realizar estudos mais detalhados para mapear esses processos. Dessa maneira, somente a partir de estudos que analisem as metas administrativas do Estado português, o planejamento e execução das viagens científicas e as redes de informação entre os naturalistas e oficiais régios será capaz de compreender em maior grau os processos de reforma do império português e da construção de conhecimento.

Magnus Roberto de Mello Pereira e Ana Lúcia Rocha Barbalho da Cruz fazem um balanço historiográfico sobre os estudos dos naturalistas no Brasil colônia e como essa seria,

²¹ MAXWELL, op.cit., p. 237

²² PATACA, op.cit., p. 436 a 439

²³ RAMINELLI, op.cit., p. 101

na verdade, uma história de uma ausência²⁴, devido ao fato de ainda não existirem estudos suficientes que atrelem as expedições científicas desse período a história da ciência como um todo.

Portanto, visando as lacunas da história dessa ausência, esse projeto de pesquisa busca contribuir, a partir de estudo de caso que analisa a trajetória específica do naturalista José Vieira Couto nas redes de informação e relação, para o alargamento do campo de estudos da História da Ciência e das relações sociais de hierarquia e poder na América Portuguesa durante o século XVIII e início do século XIX, principalmente durante o período de D. Rodrigo de Sousa Coutinho a frente da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos.

Para tanto, no primeiro capítulo, analisarei a construção historiográfica do personagem em questão, desde o século XIX até o século XX. Como será visto, José Vieira Couto enquanto morador de Arraial de Tijuco e naturalista foi encarado ora como “revolucionário” ora como “reformador”. Alguns autores foram fundamentais dentro desse debate. Quanto a propagação do aspecto “revolucionário”, o político republicano Joaquim Felício dos Santos (1822-1895) se destacou. Formado em direito, atuou como jornalista e político durante o Brasil imperial e ficou conhecido por sua crítica à família imperial e ao próprio regime monárquico. Nesse sentido, Felício dos Santos fez parte do novo movimento republicano que surgirá durante o século XIX e que depois veio a depor D. Pedro II.

Dentre seus escritos, a *Memória do Distrito Diamantino* foi um dos principais textos que ajudou na difusão de seus ideais “liberais-republicanos”. Nesse texto, Joaquim Felício dos Santos analisa a história política de Diamantina, antigamente conhecida por Arraial de Tijuco, destacando-a como um lugar de revoltas e propagação de ideias iluministas revolucionários. Assim, José Vieira Couto e seu irmão são interpretados como peça-chave dentro desse contexto iluminista em Arraial de Tijuco.

A interpretação sobre a trajetória dos irmãos Couto feita por Joaquim Felício dos Santos por um bom tempo foi a mais importante e conhecida. Nesse sentido, tentarei mostrar como essa interpretação ganhou terreno fértil nos jornais do século XIX e ajudou no fortalecimento de que José Vieira Couto e seu irmão José Joaquim Vieira Couto seriam liberais e revolucionários.

²⁴ PEREIRA, Magnus Roberto de Melo; CRUZ, A. L. R. B. A história de uma ausência. Os colonos cientistas da América portuguesa na historiografia brasileira. In: SAMPAIO, A. C. J. D., FRAGOSO, J., FLORENTINO, M., & CAMPOS A. P. (org.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: EDUFES, 2014.

Num segundo momento, analisarei as interpretações da historiografia contemporânea, principalmente a partir dos trabalhos das historiadoras Júnia Furtado e Clarete Paranhos da Silva. Nesse novo contexto, José Vieira Couto passa a ser analisado como um personagem de sua época: um naturalista, formado em Coimbra, que ajudou no projeto de reformas administrativas encabeçado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Por fim, a fim de entender a trajetória histórica de formação do próprio José Vieira Couto, levando em consideração o contexto histórico que esteve inserido, optei por analisar sua trajetória acadêmica. O naturalista tijucano se formou na Universidade de Coimbra, após as reformas de cunho iluminista feitas pelo Marquês de Pombal, e teve uma formação que privilegiou os saberes da História Natural e da Filosofia Natural. Pela falta de documentação que me assegurassem maior fidelidade de sua trajetória acadêmica, tomei a estratégia de analisá-lo, diante de seu contexto, em comparação com outros naturalistas que também se formaram em Coimbra e tiveram uma trajetória de formação parecida com de Couto.

No capítulo dois, busquei entender a atuação do naturalista Couto a serviço da Coroa portuguesa, no seu próprio tempo histórico. Para tanto, utilizei fontes primárias do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), que me deram base para entender a troca de informação entre José Vieira Couto e os agentes régios, como Governador da capitania de Minas Gerais Bernardo José de Lorena e o Secretário de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Nesse sentido, não somente José Vieira Couto, mas também outros agentes e naturalistas como João Manso Pereira e Joaquim Veloso de Miranda constituíram uma rede de troca de cartas e remessas em torno do tema da mineralogia. Em específico, naquele contexto, o salitre se destacou como produto a ser estudado, analisado e produzido nos estudos dos naturalistas. D. Rodrigo de Sousa Coutinho incentivou tal questão, tendo em vista o contexto bélico em que estava inserido Portugal.

Nesse contexto, igualmente tentei demonstrar como o saber da História Natural serviu de base para a legitimação de um programa de reformas administrativas e de tomada de decisão política. No caso do problema da diminuição produtiva da mineração, por exemplo, foram os naturalistas e viajantes, com base no saber da mineralogia e das técnicas de mineração, que tentaram trazer explicações para a diminuição produtiva da mineração, bem como tentaram trazer soluções.

Por fim, analisei como as viagens realizadas por José Vieira Couto serviram como moeda de troca para obtenção de cargos e prestígio social, dentro da lógica da economia das mercês. Além disso, seu trabalho enquanto naturalista e a produção de memórias econômicas serviram como espaço para propagar a narrativa de um naturalista “zeloso” e “fiel”. O conflito

que José Vieira Couto e seus irmãos tiveram com o Intendente dos Diamantes da Real Extração é um ótimo exemplo. Nesse caso, é possível constatar todo o esforço de Couto em construir uma narrativa para si de “bom vassalo” a fim de que fossem atendidos os seus pedidos diante das autoridades régias.

Nos capítulos três e quatro, as principais fontes documentais utilizadas foram as memórias escritas por José Vieira Couto entre os anos de 1799 e 1805. No capítulo três, analisei as diferentes versões impressas e manuscritas das memórias, bem como busquei analisar sua produção, circulação e recepção ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX. Por fim, no capítulo quatro, analisei qualitativamente os principais conteúdos das memórias escritas por Couto. Nesse sentido, optei por destacar suas principais concepções sobre o problema da “decadência” de Minas Gerais e de sua mineração, bem como destaquei suas contribuições para o debate acerca das reformas administrativas e comerciais pelas quais, em sua interpretação, deveriam passar Arraial de Tijuco e a capitania mineira como um todo.

Capítulo 1. Reformador ilustrado ou revolucionário? Trajetória e formação de José Vieira Couto

O naturalista José Vieira Couto passou boa parte de sua vida na cidade onde nasceu, em Arraial de Tijuco, na antiga Comarca do Serro Frio, Capitania de Minas Gerais. Por isso, para analisar quem foi este sujeito é imprescindível localizá-lo temporalmente e espacialmente nessa região, buscando entender suas principais atividades profissionais, renda, relações políticas e sociais.

Nesse sentido, Couto estava inserido numa elite local de Arraial de Tijuco, como destacado pelas historiadoras Júnia Furtado²⁵, Clarete Paranhos da Silva²⁶ e Nívia Pombo²⁷. Contudo, pouco se sabe ainda sobre a trajetória de seus pais Manoel Vieira Couto e dona Antonia Thereza do Prado²⁸. Júnia Furtado afirma que seu pai veio da região de Braga, em Portugal, para América portuguesa atrás de fortuna, por conta da corrida do ouro e diamante da primeira metade do século XVIII²⁹. Sobre seus irmãos, que eram ao todo 4 irmãos e 4 irmãs, há mais fontes e relatos que permitem constatar a influência política e social da família Couto em Arraial de Tijuco.

Todavia, essa influência não estaria ligada somente por meios de relações legais. Segundo Kenneth Maxwell, a família Couto era bastante conhecida na localidade pela intensa atividade de furtos e contrabandos de diamantes, inclusive com a utilização de escravizados dentro da guarda militar da tropa auxiliar ou milícia, na qual os irmãos faziam parte³⁰. O naturalista atuou como Coronel do Regimento de Cavalaria de milícias, seu irmão José Joaquim Vieira Couto como Capitão de milícias, além de seus outros irmãos Manoel Vieira Couto³¹, Joaquim José Vieira Couto e Antônio Vieira Couto, cuja atuação se deu, respectivamente, como

²⁵ FURTADO, Junia Ferreira. *Estudo crítico*. COUTO, José Vieira. Memória sobre a Capitania das Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas., Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro-Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

²⁶ SILVA, Clarete Paranhos da. *O desvendar do grande livro da natureza: as práticas geocientíficas no Brasil colonial por meio de um estudo da obra mineralógica e geológica do cientista brasileiro José Vieira Couto, 1798-1805*, 1999, p. 38–40. A autora ressalta a boa relação da família Couto com as elites locais, o que se podia atestar, por exemplo, pelo fato de que uma das irmãs de Couto teve como padrinho de batismo João Fernandes de Oliveira, um importante contratador de diamantes da região

²⁷ POMBO, Nívia. *O Palácio de Queluz e o mundo ultramarino: circuitos ilustrados (Portugal, Brasil e Angola, 1796-1803)*. Tese (Doutorado em História), UFF, Niterói, RJ, 2013, p. 243.

²⁸ SILVA, op.cit., p. 39.

²⁹ FURTADO, Júnia Ferreira. *Sedition, Revolution and Libertinism in Eighteenth-Century Brazil: The Library of Naturalist José Vieira Couto. Before the Public Library*, p. 123–146, 2017, p. 128.

³⁰ MAXWELL, Kenneth, *Conflicts and Conspiracies: Brazil and Portugal, 1750-1808*, [s.l.]: Routledge, 2004, p. 56–57.

³¹ AHU–MG–Cx. 161, doc. 8

Coronel de milícias, Cadete do Regimento de Cavalaria Regular da capitania de Minas Gerais e Cadete na Terceira Companhia do Regimento Regular³².

Portanto, mesmo não existindo provas cabais das atuações ilícitas da família Couto, é possível concordar com Maxwell quando argumenta que a família Couto poderia tirar proveito do fluxo de contrabando de diamantes e outros metais, por conta de sua inserção em importantes cargos de comando nas tropas auxiliares. Entretanto, seria necessária uma pesquisa documental mais sólida para sustentar essa hipótese – o que não é o foco desse trabalho³³.

Independentemente da realidade ou não dessas ações ilícitas, o que deve ser ressaltado é a importância de possuir alta patente militar numa sociedade colonial corporativista, em que imperavam relações típicas do Antigo Regime português. Dessa forma, a conquista de privilégios e distinção social era fundamental para aqueles indivíduos.³⁴

Quanto a posse de bens materiais, José Vieira Couto possuía alguns bens importantes. Dentre estes, Paranhos da Silva destaca um sobrado em frente à Igreja do Senhor do Bonfim, uma chácara chamada “Engana Mundo”, uma fazenda com nome de “Gavião” e uma biblioteca particular com 228 obras em 601 volumes.³⁵ Essa biblioteca chama atenção para época, tanto pela quantidade de livros, quanto pelos temas, autores e assuntos que estavam nessa coleção, sendo em sua maioria livros de história natural, medicina e história, mas também livros de mineralogia, metalurgia e literatura³⁶. Além disso, é possível assegurar que o naturalista possuía escravos³⁷.

³² SILVA, Clarete Paranhos da. *O desvendado do grande livro da natureza: as práticas geocientíficas no Brasil colonial por meio de um estudo da obra mineralógica e geológica do cientista brasileiro José Vieira Couto, 1798-1805*, 1999, p. 49. Além disso, Clarete Paranhos da Silva afirma que Manoel Vieira Couto ocupou o cargo de Fiscal dos Diamantes, bem como os cadetes Joaquim José Vieira Couto e o cadete Antonio Vieira Couto realizaram escolta de remessa de dinheiro e diamantes.

³³ Assim como exposto aqui, a Clarete Paranhos da Silva também defende o ponto de que é possível supor uma ligação entre a família Couto e o contrabando de diamantes. Entretanto, essas afirmações “devem apoiar-se em evidências mais fortes do que aquela apresentada no excelente trabalho de Maxwell.” Cf. *Ibid.*

³⁴ Para uma introdução geral acerca das hierarquias sociais no Antigo Regime europeu, Cf. BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, vol. 2: Séculos XV-XVIII: os jogos das trocas*, 2ª edição. [s.l.]: WMF Martins Fontes, 2009, p. 411–458; para maiores detalhes de como essas dinâmicas sociais operaram na América espanhola e portuguesa, Cf. RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e Ultramar Hispânico, Séculos XVII e XVIII*, 1ª edição. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Editora FGV, 2015.

³⁵ SILVA, op.cit., p. 41.

³⁶ Sobre a biblioteca particular de Couto, Cf. FURTADO, Júnia. Sediton, Revolution and Libertinism in Eighteenth-Century Brazil: The Library of Naturalist José Vieira Couto. *Before the Public Library*, 2017, p. 123–146; FURTADO, Júnia Ferreira. Enlightenment Science and Iconoclasm: The Brazilian Naturalist José Vieira Couto, *Osiris*, v. 25, n. 1, p. 189–212, 2010; Sobre os usos e circulação do livro na América portuguesa, Cf. VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do Livro no Mundo Luso-brasileiro Sob as Luzes. Reformas, Censura e Contestações*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

³⁷ AHU – Cx. 145, doc. 46

Apesar da relevância de sua patente militar, sem sombra de dúvidas, José Vieira Couto é mais comumente conhecido por sua formação ilustrada na Universidade de Coimbra e atuação como naturalista a serviço da Coroa portuguesa. Sua atuação se deu através da realização de expedições científicas³⁸, que buscavam conhecer melhor as possessões ultramarinas portuguesas, a partir de uma descrição física das localidades – principalmente nas regiões fronteiriças –, descrição e contagem da população local, assertivas sobre a administração e potencialidades econômicas. Além disso, as viagens filosóficas eram realizadas com o objetivo fundamental de descrever, classificar e catalogar objeto dos três reinos naturais: o reino animal, vegetal e mineral.

O último quartel do século XVIII é marcado por iniciativas da Coroa portuguesa em patrocinar e impulsionar pesquisas por seus territórios reinóis e além-mar. Os chamados “homens de Ciência”³⁹, a partir da patronagem régia realizada pelos secretários de Estado Martinho de Melo e Castro e, posteriormente, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, buscavam galgar melhores condições sociais. Muitas vezes, esses naturalistas, formados na Universidade de Coimbra, eram realocados para atuarem na administração portuguesa, para além de realizarem expedições científicas e demarcatórias.⁴⁰

Como resultado dessas expedições, eram produzidas *Memórias Econômicas*, tratados, cartas e diários de viagens, que circulavam entre as possessões do império português, mas fundamentalmente enviadas para os governadores das capitanias e secretários de Estado. Ao longo de sua trajetória, Couto escreveu 5 memórias manuscritas, que circularam entre os agentes régios e alguns naturalistas. Além disso, no século XIX, as *Memórias* também foram impressas e publicadas na íntegra ou em trechos pela Imprensa Régia, Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), tipografia Laemmert e por outros periódicos da época⁴¹.

As memórias são as seguintes:

³⁸ Mais sobre expedições científicas e viagens filosóficas na monarquia portuguesa. Cf. SIMON, William Joel. *Scientific Expeditions in the Portuguese Overseas Territories (1783-1808) and the Role of Lisbon in the Intellectual-scientific Community of the Late Eighteenth Century*, [s.l.]: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983; RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, Vassalos e Governo a Distância*. 1ª edição. São Paulo: Alameda Editorial, 2008, p. 97–133; DOMINGUES, Ângela. *Monarcas, ministros e cientistas. Mecanismos de poder, governação e informação no Brasil Colonial*, [s.l.]: CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012.

³⁹ KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 11, n. Rio de Janeiro, p. 109–129, 2004.

⁴⁰ O uso dos naturalistas na administração colonial é bem explorado por Ronald Raminelli. Cf. RAMINELLI, op.cit.

⁴¹ No capítulo 3, será analisado a circulação e recepção das edições manuscritas e impressas, entre final do século XVIII e ao longo do século XIX, das memórias de Couto.

1. *Memória sobre a Capitania de Minas Geraes, seu território, clima e produções metálicas. Sobre a necessidade de se restabelecer e animar a mineração decadente do Brazil. Sobre o commercio e exportação de metaes e Interesses Régios, com hum appendice sobre diamantes e Nitro Natural por Ordem de Sua Magestade (1799)*⁴²;

2. *Descrição dos Metaes contidos neste Coffre segundo os Systemas de Linneo, e Walerio (1799)*⁴³;

3. *Memória sobre as Minas da Capitania de Minas Geraes, suas descrições, ensaios e domicilio proprio á maneira de Itinerário com hum Appendice sobre a Nova Lorena Diamantina, sua descrição, suas produções Mineralógicas e utilidades que deste Paiz podem resultar ao Estado por ordem de Sua Alteza Real (1801)*⁴⁴;

4. *Memoria sobre as nitratreiras naturaes e artificiaes de Monte Rorigo na Capitania de Minas Geraes (1803)*⁴⁵;

5. *Memória sobre as minas de cobalto da capitania de Minas Geraes (1805)*⁴⁶.

Em 1774, Couto viajou para Portugal a fim de estudar na Universidade de Coimbra, formando-se em Filosofia no ano de 1778⁴⁷. Apesar de se formar no final da década de 1770, Couto atuou enquanto naturalista e produziu memórias somente na década de 1790. Por isso, é possível enquadrá-lo no que Kenneth Maxwell chamou de “geração de 1790”⁴⁸: homens letrados, ilustrados, formados na Universidade de Coimbra e responsáveis por empreender um levantamento científico dos domínios ultramarinos portugueses a fim de reformar a economia e administração da nação portuguesa.

Por ter essa formação, Couto atuou como naturalista a serviço das diligências da Coroa portuguesa, principalmente em estudos de mineralogia. Além de sua formação em Coimbra, Couto realizou importante viagem pela Alemanha e Holanda, onde pode estudar as práticas mineralógicas mais modernas realizadas nessas regiões.⁴⁹ Mesmo procedimento foi feito por José Bonifácio de Andrada e Silva e Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, contudo, com patrocínio do duque de Lafões e Luís Pinto de Sousa⁵⁰.

⁴² AHU – MG – Cx. 147, doc. 1

⁴³ AHU – MG – Cx. 147, doc. 2

⁴⁴ AHU – Códices 1819

⁴⁵ AHU – Cód. 2095

⁴⁶ AHU – MG – Cx. 182, doc. 53

⁴⁷ PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/C/014346

⁴⁸ MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a ideia de império luso-brasileiro. *In: Chocolate, piratas e outros malandros. Ensaios tropicais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999., pp. 157-207.

⁴⁹ POMBO, Nívia. *O Palácio de Queluz e o mundo ultramarino: circuitos ilustrados (Portugal, Brasil e Angola, 1796-1803)*. Tese (Doutorado em História), UFF, Niterói, RJ, 2013, p. 243.

⁵⁰ RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, Vassalos e Governo a Distância*. 1ª edição. São Paulo: Alameda Editorial, 2008, p. 164.

Nessa relação entre naturalista e Coroa, o governador da capitania de Minas Gerais, Bernardo José de Lorena, e o secretário de Estado, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, cumpriram papel ativo de patrocinar as viagens filosóficas de Couto pela comarca do Serro do Frio e outras regiões, entre a década de 1790 e 1800.⁵¹ Por realizar serviços a monarquia e se mostrar um bom vassalo, Bernardo José de Lorena recomendou que Couto fosse condecorado com hábito da Ordem de Cristo⁵².

Essas viagens aconteceram pela região da comarca do Serro Frio no final da década de 1790, por Tijuco, Sabará, Mariana, Rio São Francisco e Rio Abaeté, entre 1800 e 1801, e na atual região da Serra do Cabral em 1803. Todas essas expedições ensejaram cinco memórias escritas por Vieira Couto. Além da importante atuação como naturalista a serviço da Coroa, Couto também atuou desde 1783 como médico no Hospital da Real Extração, mesmo que não tivesse se formado em medicina⁵³. Em passagem por Minas Gerais, o naturalista francês Auguste Saint-Hilaire conta em seu livro *Viagens pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil* que conheceu durante o tempo que esteve doente “dois médicos que clinicavam em Tijuco. Um deles, o Dr. Couto, tinha percorrido toda a Europa e era dotado de vasta cultura. O outro, o Sr. Teixeira, sem ter viajado tanto, estudara muito e adquirira grande experiência”⁵⁴.

Todavia, não se sabe se o naturalista possuía alguma licença para atuar como médico, uma vez que essa era uma profissão, assim como de cirurgião, regularizada pela Coroa portuguesa. Ainda assim, é provável que Couto tenha atuado como médico, devido a demanda local e a falta de profissionais. Além disso, seu conhecimento em História Natural e formação na Universidade de Coimbra podem ter contribuído para isso. A historiadora Laurinda Abreu salienta que “é muito pouco provável que se consiga identificar com rigor o número de médicos, cirurgiões e boticários oficialmente reconhecidos que atuaram no Brasil até 1808”⁵⁵. Dentre os possíveis motivos, ela aponta que as “vicissitudes ligadas aos processos de registro das licenças de trabalho e das nomeações para um qualquer cargo da administração central ou local”⁵⁶.

Apesar de sua atuação como médico e como naturalista, José Vieira Couto muitas vezes fora referenciado na historiografia como “revolucionário”, defensor de ideias contrárias à

⁵¹ AHU – Cód. 610, fl. 203

⁵² AHU – MG, Cx. 161, doc. 25

⁵³ AHU – MG, Cx. 145, doc. 46

⁵⁴ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagens pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941, p. 64.

⁵⁵ ABREU, Laurinda. A institucionalização do saber médico e suas implicações sobre a rede de curadores oficiais na América portuguesa, *Tempo*, v. 24, n. 3, 2018, p. 514–515.

⁵⁶ *Ibid.*

monarquia portuguesa. Para entender melhor essa questão, se faz necessário investigar de perto como o naturalista foi interpretado ao longo do tempo.

1.1. A influência de Joaquim Felício dos Santos na construção do naturalista revolucionário

Tinhão-se extinguido as primeiras chammas da revolução, mas esta ainda continuava a arder ás surdas, ateadada por toda a parte pela maçonaria. Em Tijuco erão principalmente o dr. José Vieira Couto e seu irmão José Joaquim Vieira Couto os que mais alentavão o espirito de independencia, que ia sempre em augmento, apesar de ter-se baldado a primeira tentativa, ou talvez por isso. O dr. Couto era mais reservado; seu irmão, imprudente e inconsiderado, deixava facilmente transpirar seu pensamento, e por isso já era olhado como suspeito e conhecido na côrte pela liberdade de suas idéas.⁵⁷

O trecho acima destacado faz parte da obra *Memórias do Distrito Diamantino* escrito por Joaquim Felício dos Santos (1822 – 1895) e expressa a imagem de José Vieira Couto como alguém que “alentava o espírito de independência”. Contudo, como um naturalista que serviu a monarquia portuguesa pôde ser tomado como um independentista? Ao longo do tempo, diferentes personagens escreveram sobre o naturalista tijucano e contribuíram para construir uma determinada imagem sobre Couto. Assim, tentarei mostrar a seguir que o jornalista e político Joaquim Felício dos Santos foi um dos principais difusores da imagem revolucionária e liberal de José Vieira Couto.

Um primeiro dado importante é a frequente mistura das figuras de José Vieira Couto com a de seu irmão José Joaquim Vieira Couto: os jornalistas e intelectuais que escreviam sobre o naturalista, em sua maioria do século XIX e início do XX, acabavam por confundir-se com ambos os personagens, atribuindo fatos de um ao outro e vice-versa. Essa mistura de ambas as figuras, a princípio diminuto, se fez presente, por exemplo, nos livros e periódicos, fundamentalmente publicados no século XIX, quando reportavam informações sobre o falecimento do naturalista.

Por isso, ao estudar mais a fundo a trajetória do naturalista José Vieira Couto, tem-se de início um primeiro impasse quanto as suas informações biográficas. Sobre seu nascimento, parece não haver dúvidas de que ocorreu em 19 de agosto de 1752, em Arraial de Tijuco, atual Diamantina-MG⁵⁸. Entretanto, surgem dúvidas sobre a data e local de seu falecimento. A

⁵⁷ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memorias do Districto Diamantino da Comarca do Serro Frio (provincia de Minas Gerais)*. Rio de Janeiro: Tipografia Americana, 1868, p. 253–254.

⁵⁸ Em sua dissertação, Clarete Paranhos da Silva confirma esta data de nascimento a partir da referência do registro de batismo de Couto em “Arraial de Tijuco 1740 – 1754 do Palácio Arquiepiscopal de Diamantina, Cx.

princípio, segundo Clarete Paranhos da Silva, Couto teria falecido em 1827, no mesmo local de nascimento. Entretanto, a autora não apresenta nenhuma fonte primária, nem citação de fonte secundária que demarque isso.⁵⁹

Em contrapartida, Márcia Helena Mendes Ferraz afirma que o naturalista faleceu em 1811, na Ilha Terceira, “para onde fora mandado por acusação de pertencer à maçonaria e colaborar com os franceses invasores de Portugal”⁶⁰. Para tal afirmação, a autora cita o trabalho de Francisco de Moraes, o qual fez uma compilação dos estudantes brasileiros que passaram pela Universidade de Coimbra⁶¹.

A edição do texto de Francisco de Moraes que foi possível obter para essa pesquisa, não consta a data de falecimento de Couto, mas tão somente seu nome completo, filiação paterna, local e data de nascimento e as matrículas realizadas na faculdade de filosofia, em 1774, e de matemática, em 1775⁶².

A data de falecimento no ano de 1811, bem como uma suposta colaboração com os franceses, não é do naturalista Couto, mas sim de seu irmão o capitão José Joaquim Vieira Couto⁶³. Esse erro não é incomum. Na verdade, é possível observar, em alguns periódicos publicados ao longo do século XIX e início do século XX, a reafirmação de que José Vieira Couto teria falecido em 1811 e ajudado os franceses⁶⁴. Normalmente, em seções do jornal chamadas de “dias patricios”, “notícias diversas” ou “efemérides”, é rememorado a figura de

297, p. 133”. Infelizmente, não foi possível ter acesso a este documento. Cf. SILVA, Clarete Paranhos da. *O desvendar do grande livro da natureza: as práticas geocientíficas no Brasil colonial por meio de um estudo da obra mineralógica e geológica do cientista brasileiro José Vieira Couto, 1798-1805*, 1999, p. 39. Cf. também Revista do Arquivo Público Mineiro (MG), 1898, ed. 3, pp. 589.

⁵⁹ *Ibid.*

⁶⁰ Márcia Helena Ferraz faz esta afirmação com base no texto “Lista dos estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra” de F. Moraes datado de 1949. Cf. FERRAZ, Márcia Helena Mendes. *Ciências em Portugal e no Brasil (1772-1822): o texto conflituoso da química*. São Paulo: EDUC, 1997, p. 177-178.

⁶¹ MORAIS, Francisco. *Estudantes da universidade de Coimbra nascidos no Brasil*, Coimbra: Brasília, suplemento ao vol. IV, 1949.

⁶² Não foi possível acessar esta edição de 1949 para realização dessa pesquisa. Entretanto, pode-se consultar a edição de Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra (1772-1872) dos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, volume LXII, de 1940. Segundo Fernando Taveira, além desta edição, há uma edição de 1943, da Imprensa Nacional. Mas, esta edição teria erros importantes de dados nos anos precedentes a 1772. Cf. FONSECA, Fernando Taveira da. *Scientiae thesaurus mirabilis: estudantes de origem brasileira na Universidade de Coimbra (1601-1850)*. *Revista Portuguesa de História*, v. 2, n. 33, p. 527-559, 1999, p. 528.

⁶³ A notícia sobre seu falecimento circulou à época através do famoso periódico *Correio Braziliense* impresso e publicado, em Londres, por Hipólito José da Costa. Cf. *Correio Braziliense*, Londres, Vol. VI, N.º 37, pp. 705-707. Segundo Alexandre Mansur Barata, J. J. Vieira Couto era amigo próximo de Hipólito José da Costa, o que também explicaria o tom favorável e glorificador que fez do amigo na nota de falecimento. Sobre sua participação na maçonaria e ligação com os franceses, pode ser visto em Cf. BARATA, Alexandre Mansur. *A trajetória de José Joaquim Vieira Couto (1773-1811): cultura política, heterodoxia e crise do Império Português*. In: CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira (Orgs.). *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 345-348.

⁶⁴ Cf. *Correio da Bahia*, 1877, Ano VII, N.º 185; *Gazeta da Parahyba*, 1888, Anno I, N.º 17; *Anuario Ilustrado do Jornal do Brasil*, 1900, edição 4; *A Gazeta (SP)*, 1929, Anno XXIV, N.º 7.001.

José Vieira Couto e, eventualmente, cometeu-se o erro de atribuir-lhe a data de falecimento de seu irmão. Assim, a reiteração desses fatos, ao longo do tempo, acabou por trazer certa confusão.

Apesar desse descompasso nos dados, é mais provável que o naturalista tenha realmente falecido em 1827. Em 1814, o Conde de Aguiar do Conselho de Estado avisou à Junta da administração e Arrecadação da Real Fazenda da capitania de Minas Gerais, que o príncipe regente D. João VI ordenara o pagamento de mil e duzentos reis por dia a Couto pelos trabalhos de naturalista⁶⁵. Ou ainda, em 1822, Couto escreveu e assinou documento que nomeava Caetano Joze Machado e Joze Alves Pereira Carneiro como seus procuradores para receberem, em seu nome, os ordenados do segundo trimestre de 1822⁶⁶. Dessa forma, pelo menos até 1822 – data em que foi possível encontrar registros do naturalista –, Couto ainda estaria vivo, escrevendo, se relacionando e recebendo pagamentos. Portanto, é mais factível que o tijucano tenha realmente falecido na sua fazenda do Gavião, em 15 de setembro de 1827, conforme texto sobre efemeridades da Revista do Arquivo Público Mineiro⁶⁷.

Entretanto, independentemente do erro, este fato revela a forte ligação da figura do naturalista Couto com a de seu irmão e a construção de uma imagem de ambos acerca de suas concepções políticas de rebeldia, libertinagem e independentistas, uma vez que ao rememorar fatos de um, sempre esteve presente também a figura do outro.

Assim, acredito que a imprecisão dos dados acerca dos irmãos Couto advém, fundamentalmente, da obra *Memorias do Districto Diamantino da Comarca do Serro Frio (província de Minas Geraes)*, escrita no século XIX, pelo ilustre Joaquim Felício dos Santos. Essa obra saiu primeiro em fascículos, a partir de 1862, no periódico *O Jequitinhonha* e no jornal *Diario do Rio de Janeiro*. Posteriormente, a obra foi compilada, editada, impressa pela tipografia Americana e publicada em 1868 na íntegra.

No norte de Minas Gerais, entre as décadas de 1860 e 1870, circulavam disputas de projetos modernizadores para região, e o livro de Felício dos Santos se originou dessa atmosfera intelectual. A segunda metade do século XIX, principalmente em suas décadas finais, marca um momento de fortes transformações políticas e sociais na sociedade brasileira, tais como o movimento abolicionista, críticas à monarquia, crescimento do republicanismo e aumento de força das elites cafeeiras. Nesse sentido, quanto a essas transformações na província de Minas

⁶⁵ BN-I-26, 26, 059

⁶⁶ BN-I-26, 09, 023, n° 004

⁶⁷ Revista do Arquivo Publico Mineiro (MG), 1898, ed. 3, pp. 589.

Gerais, Marcos Lobato Martins destaca a importância da nova elite intelectual mineira, a qual passou a disputar diferentes narrativas e projetos modernizador para Diamantina e Araçuaí⁶⁸.

Dentre essas lideranças estava presente Joaquim Felício dos Santos, bacharel em direito, jornalista, político, liberal, republicano, crítico ao regime monárquico, à família imperial e à centralização político-administrativa em torno das elites cariocas⁶⁹. Marcos Lobato Martins pontua que o ideal “liberal-republicano” de Felício dos Santos, presente nas bases do seu projeto de desenvolvimento, teriam ficado aparentes na *Memória do Distrito Diamantino*. Nessa obra, Felício dos Santos traça uma análise histórica sobre Diamantina, mas a partir do olhar das transformações políticas e sociais as quais o Brasil passava no final do século XIX. As diferentes temáticas apresentadas na *Memória*, desde a fundação de Arraial de Tijuco até as transformações administrativas implementadas pela Coroa portuguesa para região, servem como argumento para entender também o presente de Felício dos Santos, isto é, o atraso da monarquia emperrava o desenvolvimento do país.

Na perspectiva de Joaquim Felício dos Santos, na transição do século XVIII para o XIX, Diamantina foi um lugar privilegiado para a sedição e criação de um movimento separatista. Natural desta região, o autor possuía uma visão positiva, até mesmo romântica, sobre os movimentos e ações políticas que aconteceram em Arraial de Tijuco. Para ele, “gloriamonos de que n'este canto do Brasil se manifestasse o primeiro pensamento de emancipação. E era natural, e tínhamos sobeja razão; de todos os povos da colonia fomos os mais avexado e oprimido pela metropole”⁷⁰.

Nessa ideia de que de “todos os povos da colônia fomos os mais avexado e oprimidos pela metrópole” está intimamente ligado à maneira pela qual se percebia a administração colonial, que se estruturou e organizou, naquela localidade, a partir da Real Extração organizada pelo Regimento diamantino, popularmente conhecido por “livro da capa verde”⁷¹. Nesta proposição, a figura do Intendente dos diamantes era entendida como a de um usurpador do poder real e déspota que, a partir do regimento diamantino, sugava toda liberdade dos mineiros.

⁶⁸ MARTINS, Marcos Lobato. Os futuros do passado: projetos oitocentistas para o desenvolvimento do “norte de Minas”. *História Econômica & História de Empresas*, v. 15, n. 1, 2012, p. 7.

⁶⁹ Sobre a vida e trajetória de Joaquim Felício dos Santos, Cf. GOMES, Patricia Regina Mendes Mattos Correa. *Pensamento e ação de Joaquim Felício dos Santos: um projeto de código civil oitocentista*, Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

⁷⁰ SANTOS, op.cit., p. 90.

⁷¹ FURTADO, Junia Ferreira. *O livro da capa verde*. O regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da Real Extração. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra Annablume, 2012.

Além disso, Santos ressalta Arraial de Tijuco como principal fonte de difusão das ideias do iluminismo francês revolucionário⁷².

Joaquim Felício dos Santos descreve um quadro político de “despotismo” em Arraial de Tijuco: seria um dos principais lugares da América portuguesa a sentir o peso da colonização. Por este fato, o autor defende que as concepções do iluminismo francês e as ideias revolucionárias encontraram terreno fértil em Arraial de Tijuco, pois serviram como instrumento ideológico para lutar contra opressão vivenciada. Nesse sentido, Felício dos Santos enxerga na figura de José Vieira Couto um canal de construção e difusão dessas ideias revolucionárias pela capitania, alguém que ajudou a proliferar e defender essas virtudes.

Na concepção de Felício dos Santos, isso tornaria o passado de Arraial de Tijuco e de seus intelectuais “virtuoso”. Não obstante, continua dizendo “[...] nossa pequena sociedade n’este canto do mundo também logo animou-se com o mesmo espírito de filosofia dos encyclopedistas; seus livros erão procurados com soffergudão, e suas ideias de liberdade aceitas com tanto mais predilecção, quanto mais tínhamos necessidade de vê-las realizadas”⁷³.

Em suma, defendo que é possível notar na interpretação de Felício dos Santos uma visão “nacionalista” sobre o contexto político tijucano, bem como sobre a trajetória de José Vieira Couto, que exalta sempre um lado mais “revolucionário” do naturalista. Com isso, acredito ser factível supor que Felício dos Santos possui uma leitura *nativista* sobre Couto e Arraial de Tijuco, ainda que o autor não utilize este termo em sua obra. Isto é, um olhar para o passado que busca identificar nos eventos sociais e políticos a gestação de sentimentos regionais e/ou nacionais de luta contra a metrópole.

Há que se considerar, também, a fragilidade do conceito de *nativismo*. Como bem demonstrou Rogério Forastieri da Silva⁷⁴, a ideia de *nativismo* ou *movimento nativista* é fluido e pouco objetivo, muitas vezes articulado pela historiografia brasileira para descrever contextos históricos muito diferentes entre si, na tentativa de trazer inteligibilidade a determinado ator ou movimento social. Dessa maneira, o uso desse conceito pode incorrer no erro de simplificar determinado evento histórico, perdendo suas especificidades por causa de um olhar anacrônico sobre o passado, que, em busca de encontrar sentidos e traços de brasilidade aos fenômenos, acaba por apagar suas especificidades, homogeneizando-os e simplificando-os⁷⁵.

⁷² SANTOS, op.cit., p. 219.

⁷³ *Ibid.*, p. 221.

⁷⁴ SILVA, Rogério Forastieri da. *Colônia e nativismo*. 1ª edição. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 80–81.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 82–83.

Portanto, na tentativa de encontrar o surgimento de uma identidade, Joaquim Felício dos Santos tem uma visão nativista sobre os eventos que envolvem José Vieira Couto, seu irmão e Arraial de Tijuco. Isto é, há uma simplificação do passado histórico a fim de provar um ponto: o de que Couto e seu irmão ajudaram na proliferação de ideias revolucionárias e francesas que iam de encontro com a monarquia e que, além disso, Arraial de Tijuco teria um passado de luta contra opressão e autoritarismo. Dessa forma, o autor busca no estudo da trajetória de Couto e da região evidenciar a germinação de ideias revolucionárias e francesas, de luta contra monarquia portuguesa.

Entretanto, a interpretação de Joaquim Felício dos Santos diz mais sobre o contexto político que ele estava inserido do que sobre o Arraial de Tijuco e José Vieira Couto históricos. Por ser um político republicano e contrário à família imperial, Felício dos Santos busca no passado de Arraial de Tijuco uma identificação ideológica, traduzida numa longínqua história de luta contra a monarquia. Ou seja, sua obra e análise sobre o passado acaba por justificar suas ações políticas no presente. Entretanto, como será discutido mais a frente, a realidade de Arraial de Tijuco era mais complexa do que a interpretação de Felício dos Santos faz parecer, tal como demonstrou Júnia Furtado⁷⁶.

A partir dessa perspectiva *nativista*, Joaquim Felício dos Santos lança luz ao naturalista José Vieira Couto e seu Irmão José Joaquim: como polo de concentração das ideias francesas de liberdade e críticas à dominação colonial. No Tijuco, Couto seria, para Felício dos Santos, uma das principais figuras, atuando em diversas reuniões para discussão das ideias francesas, o que teria possibilitado sua disseminação. Nessas reuniões, “á ellas concorrião as principais pessoas do Tijuco, entre as quaes o dr. José Vieira Couto, que era quem tudo dirigia”⁷⁷.

A interpretação de Felício dos Santos sobre José Vieira Couto teve difusão, fundamentalmente, em alguns periódicos durante as décadas de 1860, 1870 e início do século XX⁷⁸. Em 28 de novembro de 1866, o jornal *Opinião Liberal* (RJ), na seção “Collaboração”, abre espaço para relatar sobre as Revoltas Mineiras, em específico a Inconfidência de 1789. Nesse sentido, o jornal já traz a luz a figura heroica de Tiradentes, narrativa que mais tarde seria utilizada pelos republicanos. Contudo, chama atenção que, em determinado momento do artigo, há uma transcrição de parte da obra *O Districto Diamantino* de Joaquim Felício dos Santos.

⁷⁶ FURTADO, Junia Ferreira. *O livro da capa verde*. O regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da Real Extração. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra Annablume, 2012.

⁷⁷ SANTOS, op.cit., p. 251.

⁷⁸ Como já foi mencionado, a *Memória do Districto Diamantino* saiu, primeiramente, em diversas edições do jornal *O Jequitinhonha* e o *Diário do Rio de Janeiro*.

Essa passagem argumenta justamente sobre a importância de Arraial de Tijuco na proliferação de ideias revolucionárias, destacando o papel do naturalista Couto.

Demais, de todos os povos da capitania o Tejuco era o que entretinha relações mais imediatas não só com a metrópole, por meio dos correios e enviados da extração, como com outros países da Europa, em razão do contrabando que pela Bahia ou Rio de Janeiro se fazia de continuo, principalmente com a Holanda e Inglaterra, que eram quasi os únicos compradores dos diamantes extraviados. D'estas relações resultou que nós fomos dos primeiros conhecedores e entusiastas da grande agitação política e moral porque passava a Europa no seculo XVIII.

O nosso patrício dr. José Vieira Couto, medico naturalista, depois de finalizar seus estudos em Coimbra no anno de 1777 e viajar grande parte da Europa, tinha voltado a Tejuco. O dr. Couto, **apesar de monarchista por dedicação á Rainha d. Maria 1^a – era um dos mais fortes propugnadores das novas idéas**; um dos seus irmãos José Joaquim Vieira Couto, foi perseguido como iniciado na maçonaria e condemnado pelo tribunal da Inquisição. O dr. Placido, o dr. José da Silva e Oliveira Rollim, que já vimos ter sido condemnado como inconfidente, e outras muitas pessoas distintas faziam parte de uma associação secreta, que tinha por fim – promover a independência do Brasil e libertar a pátria dos tyrannos: - assim denominavam os monarchas.⁷⁹

A passagem acima grifada revela um aspecto fundamental da interpretação de Joaquim Felício dos Santos: a identificação de Couto como “monarquista” é apenas porque serviu a Coroa portuguesa, uma lealdade aparente. No fundo, portanto, Couto teria outra identificação, frutuosa das novas ideias – radicais e revolucionárias.

Não é irrelevante o fato desse trecho da obra de Santos ter circulado no periódico *Opinião Liberal*, criado e difundido entre os anos de 1866 e 1877, no contexto do “Renascer Liberal”, segundo a historiografia. Nesse momento, vieram à tona as primeiras críticas ao governo de D. Pedro II e, posteriormente, à própria ordem de um regime político monárquico. Segundo Karulliny Silverol Siqueira e Driely Neves Coutinho, a redação do periódico “criticou os principais temas que iam de encontro a ordem imperial. Neste sentido, tal linguagem possibilitou, posteriormente, a criação do Partido Republicano. Indivíduos pertencentes a esse grupo, não encontravam mais na Monarquia a solução para os problemas”⁸⁰. Dentre os temas estavam a crítica à centralização política (unitarismo), ao poder moderador, ao uso de mão de obra escrava e à mistura entre Estado e Igreja.

Dessa maneira, a vinculação do trecho da obra de Joaquim Felício dos Santos, abordando a difusão do iluminismo francês e a proliferação do radicalismo em Arraial de Tijuco, bem como a participação de José Vieira Couto em torno deste contexto, não é nada por acaso. Na realidade, o reforço da imagem de um Couto “libertino” e “radical” construída por Santos e

⁷⁹ *Opinião Liberal*, 1866, Ano I, edição nº. 32 [grifo nosso]

⁸⁰ SIQUEIRA, Karulliny Silverol; COUTINHO, Driely Neves. Nem conciliador, nem progressista: a transformação da linguagem do Partido Liberal na imprensa do Rio de Janeiro (1860-1870). *Revista Outras Fronteiras*, v. 8, n. 2, p. 212–236, 2021, p. 228.

difundido por meio do *Opinião Liberal* só reforça a imagem de um naturalista “liberal” e “revolucionário”. Vale lembrar, que esta interpretação sobre Couto e Tijuco é resgatado num contexto de crítica ao sistema monárquico e ao governo de D. Pedro II. Assim, nota-se a volta ao passado em busca dos “heróis” que impulsionassem a luta política do presente em prol de mudar o futuro.

No momento do “Renascer liberal”, o senador Teófilo Benedito Ottoni foi um dos principais autores que traduziria essa virada liberal na época, defendendo a descentralização administrativa e a democracia⁸¹. Por sua vez, segundo o próprio Joaquim Felício dos Santos, houve participação importante de Teófilo Ottoni na escrita do capítulo XXIII do livro *Memórias do Districto Diamantino*, cujo assunto traz a luz justamente as principais caracterizações que Felício dos Santos fez de José Vieira Couto e seu irmão José Joaquim Vieira Couto⁸². Portanto, pode-se constatar a influência de relatos narrativos que demarcam uma alcunha “liberal” e “revolucionárias” para José Vieira Couto.

Outro periódico no qual circulou tal concepção de Couto e seu irmão foi o jornal *O Jequitinhonha*. Fundado por Josefino Vieira Machado e Joaquim Felício dos Santos, o jornal era impresso e publicado em Diamantina, mas distribuído para diferentes regiões do Brasil. Segundo Patrícia Regina Mendes Gomes, inicialmente o jornal era para ser um porta-voz do Partido Liberal. Todavia, com passar do tempo, passou a ser um “órgão antimonarquista”⁸³. Assim divulgava editoriais, publicações e replicação de correspondências críticas e ácidas à figura de D. Pedro II, à família Real e ao próprio modelo político monárquico.

Para se ter uma ideia do tom crítico, na edição nº 13 de 8 de novembro de 1868, foi publicado um editorial com título de “Mamata imperial”, cujo argumento principal do artigo é destacar os altos custo que a família Real trazia aos cofres públicos:

Em nosso paiz, tudo é diferente: em vez da manopla do cavalheiro temos a manopla do cocheiro. O brasão deste império é uma queixada. Roer, roer e roer, eis a gloria da monarchia brasileira.

Roer, dissemos nós e que roer!

A Familia imperial rói mais do que aquelle outro Cesar bárbaro que comia n'um grande escudo e cujo anel entrava folgado no braço de sua mulher, uma gigante, de proporções athleticas. Rói pelos cem estômagos de Briareo, o gigante de cem braços. E, como dizia o poeta. E se mais mundo houvera lá chegara!⁸⁴

⁸¹ *Ibid.*, p. 218.

⁸² SANTOS, op.cit., p. 225.

⁸³ GOMES, Patricia Regina Mendes Mattos Correa. *Pensamento e ação de Joaquim Felício dos Santos: um projeto de código civil oitocentista*, Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. p. 76.

⁸⁴ *O Jequitinhonha*, Ano VIII, nº. 13, 8 de novembro de 1868.

Na mesma edição, na seção “Correspondência”, uma carta enviada à redação por um anônimo aborda criticamente os andamentos da Guerra do Paraguai. A ideia do autor é trazer a luz o que os outros periódicos não denunciavam sobre o descontrole dos gastos, fazendo contraponto aos jornais da Corte. Contudo, vale destacar a existência de um preâmbulo à descrição da guerra e da ação da Monarquia brasileira, que abordava os velhos tempos do Arraial de Tijuco, quando se lutaram contra as amarras e opressões do despotismo, “em todos os tempos um ponto de apoio e refugio para as ideias liberaes”. O autor anônimo segue dizendo:

O padre José da Silva Oliveira Rollim foi um dos inconfidentes degradados. José Joaquim Vieira Couto que morreu no Tejuco quando era processado. Couto pertencia a uma distincta irmandade (os velhos Coutos) que symbolisavão o liberalismo Tejucano. Seu irmão Joaquim José Vieira Couto foi, como Benjamin Francklin, apresentar na metrópole as justas queixas dos colonos. Teve por despacho do seu requerimento os cárceres da inquisição, e morreu depois na celebre septembrisada victima de sua dedicação ás ideias liberaes. Outro irmão o T.e C.eI⁸⁵ Manuel Vieira Couto, inaugurou ao Tejuco em 1821 o sagrado direito da resistência á opressão. Aquartelou em sua caza, algumas semanas, o regimento de milicianos que commandava. E só assim pôde manter os seus concidadãos no direito, que a authority negava, de iluminarem a povoação, que em 26 de fevereiro d’aquelle anno proclamou no Rio de Janeiro o governo Constitucional. Foi a Diamantina a primeira povoação do interior que veio á imprensa clamar contra as prepotências que soffria. E o escritor que das queixas daquele povo se fez órgão foi ainda um irmão dos precedentes o sábio mineralogista D.r José Vieira Couto.⁸⁶

Aqui, há o reforço da visão de que Couto e seu irmão seriam forças distintivas do “liberalismo tijucano”, inclusive associando José Joaquim Vieira Couto à figura de Benjamin Franklin. Dessa maneira, percebe-se a tentativa de conceituar o naturalista e sua família como liberais que sofreram no Arraial de Tijuco solapado pelo absolutismo. Contudo, essas visões dizem mais sobre o contexto político e social de publicação desse periódico do que sobre a realidade de Couto. Não quero, com isso, diminuir a dominação e as desigualdades que existiam no contexto do naturalista, mas tão somente pontuar que se buscou no passado, na figura de Couto, um sentido para significar o presente.

Em 7 de novembro de 1877, circulou pelo jornal do *Correio da Bahia*⁸⁷, na seção de “notícias diversas”, a mesma interpretação sobre José Vieira Couto: afirmando que era um liberal. Essa edição ainda traz erros sobre a biografia do naturalista, que mistura dados sobre nascimento, morte e a participação na franco-maçonaria que são, na verdade, de seu irmão José

⁸⁵ Abreviação de “Tenente Coronel”.

⁸⁶ O Jequitinhonha, Ano VIII, nº. 13, 8 de novembro de 1868.

⁸⁷ Correio da Bahia, 7 de novembro, 1877, ano VII, nº. 185.

Joaquim Vieira Couto. Apesar de parecer contraditório, a vinculação dessa interpretação sobre Couto, em jornal do pensamento conservador da província baiana, só reforça a importância dessa interpretação entre diferentes grupos e espaços.

Ainda no início do século XX, observa-se a reiteração desse juízo sobre o naturalista tijuicano. Por exemplo, no jornal *A União (RJ)* de 1905, é reproduzido uma palestra do padre Silveiro, Vigário do Paraopeba, sobre os “Pedreiros livres na Diamantina”, cujo texto reforça a ligação dos irmãos Couto com a maçonaria e diz que “[...] A casa do Dr. Couto, que ainda existe, era disposta em templo maçônico. E escusado dizer que essa maçonaria patriótica não tinha outro fim ostensivo, senão a independência da colônia”⁸⁸.

Ou ainda, no periódico *O Imparcial (RJ)* de 15 de setembro de 1913, há uma seção sobre “ephemerides”, na qual aborda brevemente a biografia de José Vieira Couto e destaca que o naturalista não sobressaiu apenas como um homem da Ciência, mas também “por seu amor aos princípios liberais, em quadra de despotismo, e por sua dedicação á causa da justiça, predicados que também assignalaram seu digno irmão José Joaquim Vieira Couto.”⁸⁹. Portanto, se pode concluir que uma das facetas que modelaram a visão sobre o naturalista Couto seria o do seu lado “liberal” e “revolucionário”.

1.2. Um naturalista reformador: as visões da historiografia contemporânea

Magnus Roberto de Mello Pereira e Ana Lúcia Rocha Barbalho da Cruz caracterizam a história da historiografia sobre trajetória dos naturalistas luso-brasileiros como “história de ausência”⁹⁰. Assim, para eles, em meados do século XIX, historiadores do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) estavam preocupados com a coleção de fontes e produção de biografias de indivíduos “notáveis” para formação da memória nacional brasileira. Em seguida, a trajetória e contribuição dos naturalistas apareceram, de forma secundária, nas obras dos pensadores sociais brasileiros como Caio Prado Jr., Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Hollanda. Um terceiro momento, por volta da década de 1960, uma nova historiografia

⁸⁸ *A União (RJ)*, 15 de outubro, 1905, n.º 286.

⁸⁹ *O Imparcial*, 15 de setembro de 1913, ano II, n.º 285.

⁹⁰ CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho; PEREIRA, Magnus Roberto Mello. A história de uma ausência: os colonos cientistas da América portuguesa na historiografia brasileira. In: FRAGOSO, João *et al* (Orgs.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. 2. ed. Vitória: EDUFES, 2014, p. 333–343.

problematizou a ligação entre os naturalistas, o processo de Independência e a consciência nacional⁹¹.

Contudo, nas últimas décadas, esforços significativos têm sido feitos para ampliar essa área de estudo, buscando entender sobre a formação ilustrada da Universidade de Coimbra, sobre a produção científica dos naturalistas, sua participação em jardins botânicos e institutos, como a Academia Real de Ciências de Lisboa. Investigam a trajetória pessoal, política e administrativa dos naturalistas na monarquia portuguesa.

Kenneth Maxwell tem uma leitura sobre Couto e sua família que destaca a participação deles no contrabando de diamantes em Arraial do Tijuco⁹². Entretanto, segundo Clarete Paranhos da Silva, o historiador Paulo Gomes Leite faria uma crítica a essa visão de Maxwell, dizendo que o possível contrabando praticado por Couto não era uma atitude corrupta, mas sim de “rebeldes imbuídos de um sentimento nativista típico da Inconfidência Mineira”⁹³.

Laura de Mello e Souza também menciona o possível envolvimento no contrabando de diamantes por parte de famílias importantes de Tijuco, como as do Padre Rolim e a de Couto. A historiadora usa como base os trabalhos de Kenneth Maxwell para fazer tal afirmação. Entretanto, Mello e Souza se posiciona de modo mais crítico quanto a veia revolucionária de Couto. Para tanto, a autora relembra a produção da *Memória de 1799*, destacando os argumentos de Couto acerca dos problemas relacionados à baixa extração do ouro. A culpa não seria do contrabando, mas sim da baixa qualificação dos mineiros, bem como da pouca tecnologia empregada na extração. Esses e outros problemas eram evidenciados pelo movimento da Inconfidência, mas que, para Mello e Souza, “não parecia o mineralogista fazer caso – talvez porque a desconfiança de sediciosa tivesse pesado sobre sua família”⁹⁴.

Já Clarete Paranhos da Silva insere a trajetória científica do naturalista José Vieira Couto no campo de estudos da História da Ciência. Nesse sentido, para analisar as memórias produzidas por José Vieira Couto, a autora destaca a importância de averiguar o contexto no qual essas memórias foram produzidas, isto é, destacando as variáveis externas (como contexto

⁹¹ NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2019; DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 278, n. Rio de Janeiro, p. 105–170, 1968; MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a ideia do império luso-brasileiro. In: *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

⁹² MAXWELL, Kenneth. *Devassa da devassa. A inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808*. Rio de Janeiro (RJ): Paz & Terra, 2009. p. 89.

⁹³ SILVA, Clarete Paranhos da. *O desvendar do grande livro da natureza: as práticas geocientíficas no Brasil colonial por meio de um estudo da obra mineralógica e geológica do cientista brasileiro José Vieira Couto, 1798-1805*, 1999, p. 48. Apud. LEITE, Paulo Gomes. A cultura do Tijuco no resgate do Iluminismo em Minas. In: *Revista Minas Gerais*, nº 14, março de 1989, p. 22-26. Não foi possível localizar este artigo de Paulo Gomes Leite.

⁹⁴ MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do Ouro*. 5ª edição. [s.l.]: Ouro Sobre Azul, 2017, p. 58.

político, econômico, cultural e social) que interferem na dinâmica interna de produção do conhecimento. Dessa maneira, Paranhos da Silva busca entender o contexto da monarquia portuguesa e da América portuguesa, na virada do século XVIII para o XIX, bem como as iniciativas reformistas implementadas pela Coroa, para entender a produção científica de Couto.⁹⁵

Assim, partindo dessa perspectiva e analisando as ideias e posicionamentos de Couto expostos em suas memórias e cartas, Clarete Paranhos da Silva interpreta o naturalista como um “reformador”, cujo discurso era “extremamente cuidadoso e moderado”, sem lastros de uma “veia revolucionária”.⁹⁶ A serviço da coroa portuguesa, José Vieira Couto fez parte do esforço político de D. Rodrigo de Sousa Coutinho⁹⁷ em melhorar a administração do império, incrementando e diversificando a economia, guiado por um projeto de integração das partes do império.

Num primeiro momento, a historiadora Júnia Furtado também interpreta a atuação política e científica de José Vieira Couto como sendo a de “reformador”. Em importante *Estudo Crítico* (1994)⁹⁸, Furtado realizou trabalho de transcrição, tratamento e análise da *Memória de 1799*, bem como um breve estudo sobre o contexto da obra e da trajetória do naturalista. Para ela, Couto poderia ser classificado como reformador tendo em vista que realizou viagens filosóficas a mando da Coroa portuguesa, o que implicaria, de algum modo, dialogar com as diretrizes políticas da Coroa, bem como as críticas que escreveu em suas memórias eram construtivas, “clamava à reforma e não à revolução”⁹⁹.

Dessa maneira, se evidenciaria nos discursos memorialísticos de Couto uma narrativa de “crítica construtiva” aos problemas encontrados na administração colonial, bem como propostas de melhorias para governança. Assim, “clamava à reforma e não à revolução”, pois Couto estaria em consonância com os planejamentos reformistas de D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

⁹⁵ SILVA, op.cit. Por ser uma dissertação escrita e defendida em finais da década de 1990, a autora faz uso de autores consagrados como Caio Prado Jr. e Fernando Novais, inserindo o naturalista Couto dentro da interpretação da “Crise do Antigo Sistema Colonial”.

⁹⁶ *Ibid.*, p. 49.

⁹⁷ Para saber mais sobre as ações políticas implementadas por D. Rodrigo, Cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis*. 1ª edição. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2013, p. 303–324; Cf. NOVAIS, op.cit., p. 241–335.

⁹⁸ FURTADO, Junia Ferreira. *Estudo crítico*. COUTO, José Vieira. *Memória sobre a Capitania das Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas.*, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro-Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

⁹⁹ FURTADO, *Estudo crítico*. COUTO, José Vieira. *Memória sobre a Capitania das Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas.*, p. 38.

Entretanto, ainda que na prática fossem realizados serviços a Coroa, Couto e seus irmãos, bem como a elite local de Arraial de Tijuco, tinham seus interesses, demandas e preocupações, muitos deles ligadas com a estrutura da Real Extração e com a mudança do Regimento diamantino. Não por acaso, José Vieira Couto entrou em litígio com João Inácio do Amaral Silveira, Intendente dos diamantes, fato que levou posteriormente seu irmão José Joaquim Vieira Couto ir para Lisboa conclamar a deposição do intendente¹⁰⁰.

No Capítulo 2, será analisado acerca dessa disputa jurídica entre Couto e o Intendente como exemplificação das disputas jurisdicionais da época, bem como o fato de Couto ter articulado tanto através de cartas, como da crítica que fez em sua *Memória* de 1799 aos intendentess dos diamantes (escrita logo após os imbróglgios com João Inácio do Amaral Silveira), para construir uma imagem de si como um cientista de “zelo”, um “bom vassalo” a serviço da Coroa. Com apoio do seu patrono, o governador Bernardo José de Lorena, Couto conseguiu galgar cargo de Coronel de milícia, não só pelo serviço de naturalista realizado a Coroa, mas também por conta dessa disputa com o Intendente¹⁰¹.

Ao mesmo tempo que Couto cria uma autoimagem de “bom vassalo”, acaba identificando na figura do Intendente dos diamantes a imagem de “usurpador” do poder real. Inclusive, dizendo que

[...] Os ditos ministros [se refere ao Intendente e Fiscal dos diamantes] ainda mais cegos do que os próprios Caixas, pelo que respeita a mineração, e os desprezando por causa da grosseria e estupidez dos mesmos, os dominam, tomam sobre si todo o peso desta Administração despoticamente e sem conselho, a fatura de dispendiosos serviços, supérfluas tiradas de águas e outras semelhantes coisas de que não conservam ideia.¹⁰²

Segundo Furtado, assim como Couto, outros integrantes da elite local tijuicana compartilhavam semelhante opinião sobre a figura do Intendente. Dessa forma, ao final do século XVIII, a elite local tijuicana e Couto ajudaram a consolidar uma narrativa sobre o Intendente como usurpador do poder régio, um opressor dos povos, que dominava todas as instâncias sociais da vida dentro dos limites da Real Extração. Para Furtado, essa narrativa homogeneizou a realidade política e social do Distrito diamantino, aplicando extremo peso no “livro da capa verde”, como se ele tivesse controlado todas as ações dos indivíduos. Essa

¹⁰⁰ Sobre essa mesma disputa, Cf. POMBO, Nívia. *O Palácio de Queluz e o mundo ultramarino: circuitos ilustrados* (Portugal, Brasil e Angola, 1796-1803). Tese (Doutorado em História), UFF, Niterói, RJ, 2013., p. 241–265.

¹⁰¹ AHU – MG, Cx. 149, doc. 50.

¹⁰² COUTO, José Vieira. *Memória sobre a Capitania de Minas Geraes, seu território, clima e produções metálicas. Sobre a necessidade de se restabelecer e animar a mineração decadente do Brazil. Sobre o commercio e exportação de metaes e Interesses Régios, com hum appendice sobre diamantes e Nitro Natural por Ordem de Sua Magestade*. 1799. In: AHU – MG, Cx. 147, doc. 1

narrativa, portanto, teria apagado as negociações políticas e as vivências locais, que nem sempre respeitavam ou se guiavam pelo Regimento.¹⁰³

Júnia Furtado afirma que esta memória saiu vencedora e a Real Extração foi tomada quase sempre como exemplo do absolutismo real e da dominação colonial, controlando diferentes esferas da vida social. Por sua vez, a historiografia teria comprado essa narrativa homogeneizadora de modo acrítico, reificando essa visão das elites locais e excluindo outras possibilidades de análise historiográfica. Assim, “a historiografia seguiu o mesmo caminho, aceitando tal marco como divisor entre o período despótico e o anterior, distinguindo o Distrito do resto da Colônia”¹⁰⁴. Como exemplo historiográfico importante, Júnia Furtado elenca a interpretação de Caio Prado Jr. em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1979).

Até aqui, as análises realizadas por Clarete Paranhos da Silva e Júnia Furtado levaram em consideração, principalmente, as memórias escritas por Couto para entender seus posicionamentos técnicos acerca da História Natural e da Mineralogia, bem como de suas visões acerca da realidade política e econômica de Minas Gerais dentro do contexto da monarquia portuguesa. Além disso, para uma visão sobre suas conexões e relações pessoais, foram utilizados ofícios e cartas que Couto trocou com o secretário de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho e o governador da capitania mineira Bernardo José de Lorena. Com isso, foi possível evidenciar, por exemplo, a proximidade e boa relação de Couto com o governador, diante do conflito com o Intendente dos Diamantes.

Entretanto, em outros trabalhos posteriores, Júnia Furtado complexificou sua interpretação sobre o naturalista tijucano: para além de só considerar as ideias contidas nas memórias, a autora passou a utilizar uma abordagem metodológica qualitativa com base na biblioteca particular de Couto, buscando identificar quais livros e textos o naturalista teria. Além disso, incorporou a análise temas sobre comércio e troca de livros na América portuguesa no final do século XVIII, e de que forma Couto participou disso. A partir dessa nova abordagem, Furtado conseguiu mapear uma ligação entre José Vieira Couto e Simão Pires Sardinha, que trocavam e comercializavam livros entre si de diferentes temáticas, como por exemplo memórias da Academia de Ciências de Lisboa¹⁰⁵.

¹⁰³ FURTADO, Junia Ferreira. *Estudo crítico*. COUTO, José Vieira. Memória sobre a Capitania das Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro-Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. p. 40–42.

¹⁰⁴ Ibid. p. 41.

¹⁰⁵ FURTADO, Júnia Ferreira. Sedition, Revolution and Libertinism in Eighteenth-Century Brazil: The Library of Naturalist José Vieira Couto. *Before the Public Library*, p. 123–146, 2017, p. 126.

A ideia por trás dessa nova abordagem feita por Furtado é a seguinte: já que as memórias de Couto eram pensadas e escritas para serem lidas por administradores régios, as críticas a Coroa e problematizações mais radicais seriam baixas ou quase nulas. Por isso, para além das memórias, Furtado opta por olhar também sua biblioteca particular, uma vez que busca entender a formação de suas ideias, tentando mapear as influências da ilustração no pensamento de Couto. Com isso, a autora ressalta que José Vieira Couto teria “ambiguous relationship with absolute monarchy both as a trusted servant of the crown and as a potential revolutionary”¹⁰⁶, e passa a enquadrá-lo dentro de um grupo chamado de “Society of thought”¹⁰⁷.

Furtado utiliza esse conceito “Society of thought” para designar um grupo de homens letrados, em sua maioria formados em Coimbra, e que compartilhavam visões de mundo próximas, algumas delas seriam o alinhamento com as políticas reformadoras implementadas por Marquês de Pombal, bem como alguns eram membros da maçonaria, considerados “libertinos” e tinha certo apreço ao novo modelo de regime político implementado nas treze colônias inglesas recém-independentes.¹⁰⁸ Nesse sentido, Couto passaria a ser um “revolucionário em potencial”, devido as suas conexões com o grupo da “Society of thought” e sua volumosa biblioteca com autores como Montesquieu, Diderot e D’Alembert, Conde de Volney e William Belsham. Nas memórias que redigiu por consequência das viagens filosóficas, Couto cita também as obras de Abade Raynal, apesar deste autor não aparecer listado na sua biblioteca¹⁰⁹.

Dessa maneira, para Furtado, Couto teria assumido duas posturas ao longo de sua trajetória: uma mais reformista, ajudando e trabalhando junto à Coroa; e outra mais radical, apoiador das ideias revolucionárias vindas de fora e que, eventualmente, vislumbrava a independência da capitania. O momento mais reformista estaria ligado às atuações de Couto enquanto naturalista a serviço da Coroa, e o momento mais radical quando supostamente teve relações com a Inconfidência Mineira de 1789.¹¹⁰ Contudo, até onde foi possível pesquisar, não encontrei evidências de sua ligação com a Inconfidência Mineira.

¹⁰⁶ FURTADO, op.cit., p. 124.

¹⁰⁷ Furtado utiliza esse termo, mas não cita outros autores que deem base. Portanto, parece ser um conceito articulado pela própria autora.

¹⁰⁸ FURTADO, op.cit., p. 124.

¹⁰⁹ COUTO, José Vieira. Memória sobre as Minas da Capitania de Minas Geraes, suas descrições, ensaios, e domicilio proprios a maneira de itinerario com um appendice sobre a Nova Lorena Diamantina, sua descrição, suas produções mineralogicas e utilidades que d’este pais possam resultar ao Estado (1801). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 10, n. Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1905, p. 68.

¹¹⁰ FURTADO, op.cit., p. 130.

Com isso, se percebe uma certa inflexão na interpretação do personagem por parte de Júnia Furtado. Se antes era moderado e “reformador”, agora passa a ser “ambíguo”, com uma veia “revolucionária” mais presente, que soube jogar em diferentes contextos e momentos.

Por conta dessa questão, por exemplo, Furtado enfatiza que Vieira Couto via como fundamental o investimento do Estado para alavancar o setor econômico, que permitisse maior liberdade e integração. Um reformismo que não considerasse apenas a metrópole, mas também as colônias. Nesse sentido, Furtado acredita ter em Vieira Couto a “germinação” de ideias potencialmente revolucionárias, quando da sua proposição de desenvolvimento econômico, se olhássemos mais atentamente para suas memórias. Assim, quando Couto troca cartas com o governador de Minas Gerais ou com D. Rodrigo de Sousa Coutinho, haveria um uso da retórica e reverência característicos da cultura nobiliárquica, mas como uma maneira velada de garantir a aceitação por parte dos agentes régios das críticas propostas pelo naturalista em suas memórias.¹¹¹

A partir de tudo que foi exposto, surgem algumas dúvidas. Afinal, como interpretar o personagem José Vieira Couto? Seria melhor entendê-lo a partir de noções do surgimento de alguma identidade regional (patriótica), influenciado pelas ideias radicais vindas da França e pela independência das treze colônias? Ou, como um naturalista reformador que foi patrocinado pela Coroa portuguesa? Ademais, como entender um indivíduo nascido numa elite local, dentro de uma sociedade totalmente hierarquizada e desigual, pertencente a uma elite culta, atuando em prol de seus interesses a serviço da Coroa portuguesa, mas que apresentava determinada visões de mundo calcadas na ilustração?

Na tentativa de construir um quadro mais amplo das atividades políticas de Couto, Paranhos da Silva concluiu não ser possível encontrar evidências de sua “veia revolucionária”, a partir dos arquivos consultados por ela. Portanto, seria difícil identificá-lo como radical ou ter participado ativamente da conjuração mineira de 1789¹¹². Já para Nívia Pombo dos Santos, Couto teria se relacionado com os conjurados mineiros de 1789, inclusive frequentando reuniões na casa de João Rodrigues de Macedo. Entretanto, “[...] as provas de sua participação não foram suficientes para que ele sofresse as penalidades régias, mas se conseguira livrar-se do vexame de ser acusado de crime de lesa-majestade, não escapou das malhas

¹¹¹ FURTADO, Júnia Ferreira. Enlightenment Science and Iconoclasm: The Brazilian Naturalist José Vieira Couto, *Osiris*, v. 25, n. 1, 2010, p. 204.

¹¹² SILVA, Clarete Paranhos da. *O desvendar do grande livro da natureza: as praticas geocientificas no Brasil colonial por meio de um estudo da obra mineralogica e geologica do cientista brasileiro José Vieira Couto, 1798-1805*. Dissertação, UNICAMP, São Paulo, 1999. p. 49.

inquisitoriais.”¹¹³. Furtado também ressalta as acusações de heresia e libertinagem sofridas por Couto e a perseguição da Inquisição como indícios de seu lado mais revoltado¹¹⁴.

Todavia, acredito ser precipitado usar disso como defesa de sua “rebeldia”, já que as fontes inquisitoriais devem ser analisadas com bastante cautela, por representarem fontes forjadas em instituição de poder¹¹⁵. Portanto, é necessário levar em consideração o contexto da perseguição inquisitorial de finais do século XVIII e início do século XIX para entender, por exemplo, o uso do conceito de “libertinagem”.

1.3. Formação ilustrada: José Vieira Couto e seus contemporâneos na Universidade de Coimbra

A fim de ter um olhar mais crítico sobre a trajetória do naturalista José Vieira Couto, se faz necessário analisar a sua formação enquanto naturalista na Universidade de Coimbra. Nesse sentido, esta seção busca entender o contexto de construção acadêmica dos naturalistas na monarquia portuguesa que, em grande medida, advinham da América portuguesa e buscavam formação acadêmica na faculdade de Filosofia recém-criada. Esta formação ilustrada permitiu a Couto e a outros naturalistas a inserção nas redes de relação com a Coroa portuguesa, realizando viagens filosóficas, memórias econômicas e conquistando cargos na administração régia.

Em outubro de 1774, José Vieira Couto matriculou-se como aluno ordinário na recém-criada faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, somente dois anos após as reformas pombalinas implementadas na universidade. Como o curso ordinário durava quatro anos¹¹⁶, Couto ficou em Coimbra até 1778, quando se formou¹¹⁷. Conforme as descrições dos *Estatutos da Universidade de Coimbra* de 1772, livro III, para que os estudantes pudessem se matricular, era necessário que tivessem no mínimo 14 anos de idade, comprovados com certidão de batismo, bem como ter realizado curso completo de humanidades nos Estudos menores. Além disso,

¹¹³ POMBO, Nívia. *O Palácio de Queluz e o mundo ultramarino: circuitos ilustrados (Portugal, Brasil e Angola, 1796-1803)*. Tese (Doutorado em História), UFF, Niterói, RJ, 2013, p. 243.

¹¹⁴ FURTADO, Júnia Ferreira. Enlightenment Science and Iconoclasm: The Brazilian Naturalist José Vieira Couto, *Osiris*, v. 25, n. 1, 2010, p. 205.

¹¹⁵ Sobre a necessidade de um olhar crítico para utilizar as fontes inquisitoriais, Cf. FEITLER, Bruno. Processos e práxis inquisitoriais: Problemas de método e de interpretação. *Revista de fontes*. v. 1, n. 1, p. 55–64, 2014.

¹¹⁶ *Estatutos da Universidade de Coimbra do anno de 1772*, Livro III, p. 334.

¹¹⁷ PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/C/014346

seria preciso que tivessem instrução no Latim e no Grego, já que no ato de inscrição seria realizado teste de proficiência linguística¹¹⁸.

É factível supor, portanto, que ao chegar a Coimbra em 1774, Couto já soubesse lidar com ambas as línguas necessárias, além de ser instruído nos estudos menores na América portuguesa. Contudo, não foi possível achar fontes que comprovassem exatamente onde José Vieira Couto realizou seus estudos menores. Entretanto, devido ao importante papel que o Seminário de Mariana teve na formação das elites letradas mineiras, como bem destacou Caio Boschi¹¹⁹, é possível imaginar que Couto tenha se instruído lá. Por exemplo, segundo Alexandre Mansur Barata, José Joaquim Vieira Couto, irmão de José Vieira Couto, estudou em Mariana.¹²⁰

No além-mar português, a inexistência de universidades trouxe a necessidade de as elites locais buscarem formação superior na Europa¹²¹. Um dos principais destinos era Coimbra. Dentre o período de 1600 a 1850, ao todo, foram 2.761 alunos luso-brasileiros, advindos de diferentes regiões do Estado do Brasil e do Estado do Grão-Pará e Maranhão, que se matricularam em alguma faculdade da Universidade de Coimbra.¹²²

Segundo Fernando Taveira da Fonseca¹²³, que compilou estatisticamente os dados da Universidade de Coimbra retirados do trabalho de Francisco Morais¹²⁴, se notará que, entre os períodos de 1772 a 1810, a região das Minas Gerais foi o segundo lugar que mais forneceu estudantes luso-brasileiros, concedendo 21,4% do total de 598 alunos que se matricularam nesse período. Ficou atrás apenas do Rio de Janeiro, que forneceu 24,92%. Seguem atrás do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, a Bahia e Pernambuco com 20,4% e 13,88%, respectivamente.

Apesar da importância da Bahia no fornecimento de estudantes luso-brasileiros ao longo da história da Universidade de Coimbra, a partir de 1720, Minas Gerais e Rio de Janeiro se tornam um ponto de inflexão, delegando a Pernambuco e Bahia patamares abaixo das capitânicas do sul. No que diz respeito a esse fato, Fernando Taveira da Fonseca atribuiu como causa a virada econômica trazida pela mineração e o processo de criação de infraestruturas de ensino,

¹¹⁸ *Estatutos da Universidade de Coimbra do anno de 1772*, op.cit., p. 330-331

¹¹⁹ BOSCHI, Caio Cesar. A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais. *Revista Estudos Históricos*, v. 4, n. 7, p. 100–111, 1991, p. 104.

¹²⁰ BARATA, Alexandre Mansur. A trajetória de José Joaquim Vieira Couto (1773-1811): cultura política, heterodoxia e crise do Império Português. In: CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira (Orgs.). *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 332.

¹²¹ Sobre um panorama geral da inexistência de universidades nas colônias portuguesas, Cf. RUSSELL-WOOD, Anthony John R. *Relato de um caso Luso-Brasileiro do século dezessete*. Lisboa: Studia, 1973.

¹²² FONSECA, Fernando Taveira da. Scientiae thesaurus mirabilis: estudantes de origem brasileira na Universidade de Coimbra (1601-1850). *Revista Portuguesa de História*, v. 2, n. 33, p. 527–559, 1999.

¹²³ FONSECA, Scientiae thesaurus mirabilis, p. 536.

¹²⁴ MORAIS, Francisco. *Estudantes da universidade de Coimbra nascidos no Brasil*, Coimbra: Brasília, suplemento ao vol. IV, 1949.

possibilitando criar uma “ossatura básica geradora de uma apetência intelectual que, uma vez enraizada, permanece e se amplia”¹²⁵.

Portanto, assim com seus conterrâneos Joaquim Veloso de Miranda, Manuel Ferreira da Câmara Bettencourt e Sá, José de Sá Bettencourt Acioli, José Teixeira da Fonseca e Vasconcelos, dentre outros que vieram da capitania mineira e realizaram estudos na faculdade de Filosofia, José Vieira Couto está inserido num fluxo compartilhado, entre as elites mineiras, de se inserirem academicamente na Universidade de Coimbra.

Durante seu período na universidade, provavelmente frequentou aulas com o famoso naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira¹²⁶ e seu irmão Bartholomeu Rodrigues Ferreira, e outros como Domingos Ribeiro Guimarães, Isidoro José de Lima e José Pereira Porto, uma vez que todos esses também se matricularam na faculdade de Filosofia em 1774. Em 1775, é bem provável, também, que Couto tenha frequentado aulas na faculdade de Matemática com José da Silva Lisboa¹²⁷, pois ambos precisaram assistir obrigatoriamente a matéria de Geometria como pré-requisito para cursar Física Experimental no terceiro ano¹²⁸.

Além destes, passaram importantes figuras, pela faculdade de Filosofia e/ou matemática, ao longo do período que José Vieira Couto esteve lá, que mais tarde trabalhariam para Coroa portuguesa em seu projeto de conhecimento dos espaços coloniais e execução de uma História Natural do império. Figuras como Francisco José de Lacerda e Almeida (matemática, 1772), Joaquim Veloso de Miranda (direito, 1772 e matemática, 1772, doutor em filosofia, 1778), Antônio Pires da Silva Pontes (matemática, 1772), Manuel Galvão da Silva (matemática, 1772, filosofia, 1775), José Joaquim da Cunha d’Azereedo Coutinho (direito, 1775, formado em filosofia em 1778), e Baltazar da Silva Lisboa (filosofia, 1776). Dessa forma, Couto fez parte do legado da nova formação reformada da faculdade de Filosofia.

A princípio, após se formar, Couto não voltou imediatamente para sua casa em Arraial de Tijuco. Na verdade, teria seguido viagem pela Europa, passando pelas minas germânicas e Amsterdam, onde pode aperfeiçoar seus conhecimentos em mineralogia, metalurgia e adquirir livros sobre esses temas¹²⁹. Contudo, não foi possível saber se está viagem partiu por iniciativa

¹²⁵ FONSECA, op.cit., p. 547–548.

¹²⁶ Sobre a trajetória científica de Ferreira, Cf. RAMINELLI, Ronald. Ciência e colonização: viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira, *Tempo*, v. 6, p. 157–182, 1998.

¹²⁷ Sobre a trajetória de José da Silva Lisboa, que mais tarde ficaria conhecido como Visconde de Cairu, Cf. KIRSCHNER, Tereza Cristina. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu: Itinerários de um Ilustrado Luso-Brasileiro*, 1ª edição. São Paulo, SP : Belo Horizonte, Brazil: Alameda Editorial, 2009.

¹²⁸ *Estatutos da Universidade de Coimbra do anno de 1772*, Livro III, p. 331.

¹²⁹ FURTADO, Júnia Ferreira. Sediton, Revolution and Libertinism in Eighteenth-Century Brazil: The Library of Naturalist José Vieira Couto. *Before the Public Library*, p. 123–146, 2017, p. 134–136.

própria ou por demanda e custeio de algum patrono. Ainda assim, é possível de imaginar o alto custo de fazer tal viagem.

Não se sabe exatamente quando retornou para Arraial de Tijuco. Todavia, é certo que, pelos menos por volta do final da década de 1780, já estivesse em Tijuco, já que em 1789 sofre as primeiras denúncias a Inquisição¹³⁰. E por lá permaneceu boa parte de sua vida, atuando como naturalista e militar.

Para além da formação ilustrada em Coimbra, se aperfeiçoar e adquirir conhecimentos técnicos e teóricos em outros países europeus não foi privilégio somente de Couto. Na década de 1790, uma importante missão foi demandada pelo então secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra Luís Pinto de Sousa Coutinho: enviou José Bonifácio de Andrada e Silva, Manuel Ferreira da Câmara Bettencourt e Sá e Joaquim Pedro Fragoso de Siqueira para estudar e trazer para Portugal as principais inovações técnicas e teóricas nos estudos da mineralogia e metalurgia nos principais centros da Europa sobre o tema. O grupo teria passado por lugares como Paris, Freiburg, Saxônia, Boêmia e Hungria. Tanto o paulista José Bonifácio quanto o mineiro Manuel Ferreira da Câmara ingressaram em Coimbra em 1783, conseguindo, posteriormente, cargos importantes na administração portuguesa.¹³¹

Além da formação em Coimbra e as andanças pela Europa, outro possível caminho a ser seguido era permanecer mais um ano na universidade e tirar o título de licenciado ou doutor, o qual possibilitava lecionar na universidade¹³². Esse foi o caso de Joaquim Veloso de Miranda, importante naturalista que também realizou viagens filosóficas pela capitania mineira, que se tornou doutor em Filosofia em 1778 e foi nomeado lente substituto e interino nas cadeiras de História Natural e Física Experimental¹³³.

Como bem lembra Nívia Pombo, o diploma da universidade de Coimbra servia como fator conferidor de inserção social, principalmente para os que não vieram de família nobre. A autora relembra a carta trocada entre o governador dos Açores D. Dinis Gregório de Melo Castro e Mendonça com o ministro Martinho de Melo e Castro, e o desejo do governador em enviar um de seus filhos para estudar em Coimbra, destacando a importância da educação para

¹³⁰ PT-TT-TSO-IL-28-12957

¹³¹ MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *O intendente Câmara: Manuel Ferreira da Câmara Bithencourt e Sá, intendente geral das Minas e dos Diamantes, 1764-1835*, 1958, p. 28; MAXWELL, Kenneth, A geração de 1790 e a ideia do império luso-brasileiro. In: *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*, São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 179; RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, Vassalos e Governo a Distância*. 1ª edição. São Paulo: Alameda Editorial, 2008, p. 164.

¹³² *Estatutos da Universidade de Coimbra do anno de 1772*, Livro III, p. 334.

¹³³ PEREIRA, Márcio Mota. *Saber e honra: a trajetória do naturalista luso-brasileiro Joaquim Veloso de Miranda e as pesquisas em história natural na capitania de Minas Gerais (1746-1816)*, 2018. Tese (Doutorado em História), UFMG, Belo Horizonte, p. 93-97.

o serviço real.¹³⁴ Entretanto, não foi possível achar nas pesquisas documentais algum relato parecido sobre a ida de Couto para Coimbra. Ainda assim, o exemplo trazido por Pombo ajuda a pensar, de modo comparativo, com a trajetória de Couto.

Não menos importante, é o alto custo de manter um filho estudando em Coimbra, como bem lembra Russell-Wood. Portanto, é também possível de supor que, por mais que não fossem extremamente ricos, a família Couto devia de ter um patrimônio razoável a ponto de conseguir manter José Vieira Couto por mais de quatro anos fora do Brasil.¹³⁵

Os pais de Couto vieram de Portugal para o Brasil em busca de melhores condições, no furor da extração mineradora nas Minas Gerais, e se estabeleceram em Arraial de Tijuco, lugar sabidamente conhecido pela extração de diamantes. Nesse sentido, Couto não veio de família “principal da terra” ou de “nobreza da terra”, mas que buscava se afirmar enquanto tal. Para isso, seria necessário inserir-se na mineração, em cargos administrativos, ter terras e escravos, ocupar postos nas câmaras municipais ou conquistar patentes de ordenanças.¹³⁶

No caso da família Vieira Couto, chama atenção a inserção dos quatro irmãos na tropa auxiliar. Portanto, é razoável pensar que, para além de possuir terra e escravos¹³⁷, José Vieira Couto planejou obter formação no ensino superior a fim de poder ampliar suas oportunidades de conquistar cargos e realizar serviços a Coroa. Assim, aumentando o prestígio social para ele e sua família, uma vez que esse tipo de capital simbólico¹³⁸ poderia também dar vantagens para pessoas próximas. Em vista disso, é possível afirmar que o naturalista obteve êxito, uma vez que durante a década de 1790 realizou uma série de viagens filosóficas a mando da Coroa e obteve, por isso, a patente de Coronel de Milícias¹³⁹.

Na família Couto, apesar de Manoel Vieira Couto ter quatro filhos homens, foi enviado apenas José Vieira Couto para estudar em Coimbra, fato que pode ser explicado pelo alto custo de manutenção de um jovem no exterior. Apesar dos altos custos, sem sombra de dúvida, valeria a pena ter um filho formado em Leis e Cânones ou em Medicina, pela Universidade de Coimbra, pois significaria um ganho de *status* social não só para o formado, como também para o restante da família. O título beneficiava, dando a oportunidade de conseguir cargos na administração

¹³⁴ POMBO, Nívia. A cidade, a universidade e o Império: Coimbra e a formação das elites dirigentes (séculos XVII-XVIII). *Intellèctus*, v. 14, n. 2, p. 1–20, 2015, p. 14–15.

¹³⁵ RUSSELL-WOOD, op.cit., p. 20–21.

¹³⁶ RAMINELLI, Ronald. Nobreza e principais da terra - América Portuguesa, séculos XVII e XVIII. *Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 19, p. 217–240, 2018, p. 233–237.

¹³⁷ Quando Couto relata a perseguição que o Intendente teria feito com ele e seus irmãos, ele afirma que o Intendente teria mandado expulsar todos seus escravos empregados na regia extração. Cf. AHU – Cx. 145, doc. 46.

¹³⁸ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbolico*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

¹³⁹ AHU – MG, Cx. 154, doc. 45.

portuguesa, sendo esse um dos motivos fulcrais que davam maiores incentivos para os que optavam pela faculdade de Leis e Cânones, por exemplo.

Não por acaso, no documento sobre a Relação Geral do Estado da Universidade (1777), o então reitor D. Francisco de Lemos atentava para o estado em que se encontrava a universidade após as reformas de 1772, e, dentre várias questões, afirma que

muitos são os meios que se podem aplicar para o fim de atrair a Mocidade ás Escolas [...] Taes são todas as providencias, que fixam o destino dos Estudos, e que dão aos homens letrados huma certa espenrança de serem ocupados nos Empregos, Lugares, e Officios das respectivas Profissoens, que abraçaram.¹⁴⁰

Dessa maneira, as autoridades universitárias da época tinham noção da importância de garantir, para as elites, entradas nos cargos da burocracia. Por isso, ficou estabelecido que os alunos da faculdade de Matemática teriam acesso a cargos de cosmógrafos-mor, engenheiro-mor e cosmógrafos menores¹⁴¹, por exemplo.

O novo curso de Filosofia natural disponibilizou novos quadros: naturalistas formados, no próprio reino, com a possibilidade de serem utilizados nas tarefas de demarcação territorial, estudo das potencialidades econômicas contidas nas riquezas naturais do império português, além de serem empregados em cargos administrativos. Todavia, mesmo com esses novos ares e possibilidades, D. Francisco Lemos atesta a dificuldade da Faculdade de Filosofia em formar alunos ordinários. O historiador João Brigola relembra a dificuldade que a universidade tinha de formar alunos ordinários em Filosofia, sendo a maioria dos alunos que frequentavam as aulas, alunos obrigatórios (que cursavam outra faculdade, mas eram obrigados a assistir algumas matérias de Filosofia)¹⁴².

Assim, este problema impossibilitava a renovação do Magistério, bem como a própria manutenção do curso. Preocupado com esta possibilidade, D. Francisco Lemos afirma “este he o ponto mais importante para o bem da Fauldade, do qual depende o seu Estabelecimento, e a utilidade, que delle pode resultar ao Estado”¹⁴³.

A formação naturalista em Coimbra permitia que esses homens pudessem ser empregados em expedições de coleta e levantamento de dados sobre todos os reinos naturais

¹⁴⁰ LEMOS, Francisco de. *Relação Geral do Estado da Universidade* (1777). Portugal, Univ., 1980. p. 30.

¹⁴¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis*. 1ª edição. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2013, p. 21.

¹⁴² BRIGOLA, João. *Curso de Philosophia Natural, profissionalização do viajante-naturalista e ‘conflito de faculdades’ (1772-1808)*. Disponível em: <<http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/8328>>. acesso em: 16 jul. 2021, (Accepted: 2013-02-01T14:30:14Z), p. 10–11.

¹⁴³ LEMOS, Francisco de. *Relação Geral do Estado da Universidade* (1777). Portugal, Univ., 1980. p. 105.

dos domínios portugueses, bem como serem utilizados em cargos administrativos e burocráticos em que pudessem orientar suas ações com base em seus conhecimentos de história natural, física, química e matemática.

Além disso, como bem lembra Ana Lúcia Rocha Barbalho Cruz e Magnus Roberto Mello Pereira, a grande quantidade de luso-brasileiros em Coimbra possibilitou a criação de espaços de sociabilidade, a qual puderam criar laços de confiança e troca de vivências de diferentes realidades da América portuguesa.¹⁴⁴

O professor e naturalista paduano Domingos Vandelli chegou a Portugal em 1764, para lecionar e encabeçar as reformas da Universidade teve participação ativa na formação de uma nova geração de naturalistas, incluindo José Vieira Couto, e na estruturação das viagens filosóficas que vieram acontecer nas décadas de 1780 e 1790 pelos domínios da monarquia portuguesa.¹⁴⁵

Em carta ao Marquez d’Angeja, Vandelli ressaltava que, mesmo numa expedição com fins de demarcação territorial, a presença de um naturalista “cursando há seis annos a Faculdade, podem ser utilmente empregados n’esta expedição tão gloriosa para Portugal”¹⁴⁶. Nesse sentido, a existência de um observador ativo, com olhar atento (teórico) e treinado (prática), se põe crucial para identificar, selecionar e catalogar as riquezas de “grande utilidade, que se seguiria ao Estado e á Nação”¹⁴⁷. Domingos Vandelli chega ainda a dizer, por exemplo, que não teria o matemático o estudo completo da química, fundamental para o estudo da mineralogia.

Assim, quando destaca a importância da presença de um naturalista profissional, o professor paduano resalta ainda que

esta utilidade a tem sentido as mais Nações, mandando n’estas e outras occasiões, em companhia de Mathematicos, Naturalistas inteligentes. Assim o tem praticado a Czarina de Moscovia, os Francezes, Inglezes, e Dinamarquezes, que sabem tirar das Sciencias Naturaes todo o proveito que são capazes de produzir.¹⁴⁸

¹⁴⁴ CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho; PEREIRA, Magnus Roberto Mello. Ciência, identidade e cotidiano: alguns aspectos da presença de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra, na conjuntura final do período colonial. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, v. 9, p. 205–228, 2009, p. 210–215.

¹⁴⁵ Para mais detalhes sobre a influência de Domingos Vandelli nas viagens filosóficas, Cf. PATACA, Ermelinda Moutinho. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*. Tese (Doutorado em Geociências), UNICAMP, São Paulo, 2006, p. 30–38.

¹⁴⁶ Carta de Domingos Vandelli para Marquez d’Angeja publicada no *Jornal de Coimbra* / red. José Feliciano de Castilho... [et al.]. – Vol. 13, nº 68, pt.1 (1818). – Coimbra: [s.n.], 1812-1820. Lisboa: Tipografia Régia, p. 47. Disponível em: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

¹⁴⁷ *Ibid.*, p. 47.

¹⁴⁸ *Ibid.*, p. 47.

Portanto, tem em vista o contexto internacional e a preocupação de não deixar Portugal para trás quanto à produção do conhecimento de História Natural, bem como das preocupações sobre o atraso econômico de Portugal em relação a outras monarquias europeias.

Essa nova geração de naturalistas e matemáticos formados pela Universidade de Coimbra seguia um projeto implementado pela Coroa portuguesa, planejada por Domingos Vandelli e os secretários de Estado, principalmente D. Rodrigo. Portanto, a formação buscou conciliar teoria e prática, já que esses naturalistas seriam empregados para atuar em campo.

1.4. Conclusão

Este capítulo buscou evidenciar aspectos historiográficos sobre a trajetória do naturalista José Vieira Couto. De maneira resumida, é possível dizer que a visão historiográfica sobre este personagem variou conforme o tempo e a perspectiva de análise. Num primeiro momento, Joaquim Felício dos Santos, importante político defensor das ideias republicanas e contrário à monarquia do império brasileiro, produziu uma análise historiográfica que ressaltou o lado mais “liberal” e “revolucionário” de José Vieira Couto. Assim, em meados de 1860 e 1870, num contexto de crise do império brasileiro, essa interpretação produzida e fomentada por Joaquim Felício dos Santos teve terreno fértil para se proliferar.

Não por acaso, nos periódicos *Opinião Liberal*¹⁴⁹ e *O Jequitinhonha*¹⁵⁰, por exemplo, foram divulgadas a visão de que José Vieira Couto foi um “revolucionário” e “liberal”, cuja luta contra o absolutismo poderia ser exemplificada nas suas críticas ao Regimento diamantino, bem como na defesa de ideias do iluminismo francês. Dessa forma, o naturalista Couto, localizado em Arraial de Tijuco, serviria como exemplo de homem ilustrado pelas ideias radicais da Revolução Francesa e que teria se posicionado contrariamente a centralização política, no caso o Regimento diamantino e no embate contra o Intendente dos diamantes João Inácio Amaral da Silveira. Contudo, acredito que a interpretação de Felício dos Santos seria uma visão *nativista* sobre o passado. Ou seja, o autor busca na trajetória de Couto uma memória de inspiração para as lutas do presente, na luta contra a monarquia brasileira e na defesa das ideias republicanas.

Como foi demonstrado por Júnia Furtado¹⁵¹, a realidade de Arraial de Tijuco era bem mais dinâmica do que a visão de “colônia dentro da colônia”, que Felício dos Santos tinha.

¹⁴⁹ *Opinião Liberal*, 1866, Ano I, edição n.º 32

¹⁵⁰ *O Jequitinhonha*, Ano VIII, n.º 13, 8 de novembro de 1868

¹⁵¹ FURTADO, Junia Ferreira. *O livro da capa verde. O regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da Real Extração*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra Annablume, 2012.

Nesse sentido, a ideia de que o Regimento diamantino solapava de maneira despótica a região, diferentemente do que aconteceria em outras regiões da colônia, seria uma construção narrativa das elites locais, e que Felício dos Santos assume acriticamente na tentativa de criar um elo entre José Vieira Couto em Arraial de Tijuco e a defesa do republicanismo em Diamantina.

Num segundo momento, é possível identificar na historiografia mais especializada a defesa de um José Vieira Couto “reformador”. Dentre os principais autores, destaco Clarete Paranhos da Silva e Júnia Furtado. A primeira autora defende que Couto foi um naturalista “reformador”, isto é, alinhando com o projeto político de reforma implementado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Com isso, Clarete Paranhos da Silva não vê rastros de ideias “revolucionárias” na atuação de Couto. Já a segunda autora, por um momento também ressalta o lado “reformador” de José Vieira Couto, que em suas memórias fazia apontamentos a administração portuguesa no sentido de conservar a ordem vigente. Entanto, em outros artigos, Júnia Furtado realiza uma nova análise sobre a trajetória de Couto e ressalta a possibilidade de haver sementes de ideias “revolucionárias”.

Em perspectiva com outros naturalistas da época, José Vieira Couto não é uma exceção à regra. Naquele contexto, a Coroa portuguesa estava interessada em conhecer as riquezas minerais, vegetais e animais de seu reino e possessões ultramarinas. Desse modo, D. Rodrigo junto com os governadores das capitanias e Domingos Vandelli foram responsáveis pela execução e planejamento de diversas viagens filosóficas. Nesse contexto, Couto realizou expedições científicas a serviço da monarquia portuguesa e escreveu memórias que intentavam fazer um estudo da História Natural da capitania mineira, principalmente do reino mineral.

Para isso, se graduou em Filosofia na Universidade de Coimbra e buscou se inserir na nova demanda da Coroa portuguesa por naturalistas que pudessem explorar suas terras. Era um jogo de duplo interesse em que José Vieira Couto buscava galgar novos cargos e aumentar seu prestígio social, ao passo que a monarquia portuguesa poderia tomar melhores decisões administrativas através das cartas e memórias escrita pelos naturalistas.

Em suma, defendo que José Vieira Couto deve ser analisado como um personagem fruto de sua época: um naturalista formado pelas instituições reinóis que ajudou na construção da história natural, especificamente mineralógica, da monarquia portuguesa. Nesse sentido, assim como outros naturalistas da época, Couto buscou se inserir nas redes de relação e dinâmicas do poder do final do século XVIII.

Por isso, é necessário compreender melhor este personagem e analisar como foi sua atuação enquanto naturalista, assim como identificar outros naturalistas que atuaram na mesma

época e espaços geográficos próximos. Isso permitirá ter um olhar mais amplo sobre o contexto que o naturalista de Arraial de Tijuco atuou.

Portanto, um “reformador” no sentido de que teve participação ativa no cumprimento das demandas e diretrizes da Coroa portuguesa, num contexto comum a outros naturalistas. Contudo, isso não significa deixar de negociar as demandas locais em detrimento de tudo que a Coroa exigisse. Como será visto no próximo capítulo, Couto e seu irmão agiram em defesa dos interesses locais da elite de Arraial de Tijuco, bem como José Vieira Couto buscou construir uma imagem de “bom vassalo” para si.

Capítulo 2. “Nós felizes Vassalos de Vossa Alteza Real”: José Vieira Couto e o saber da mineralogia a serviço da Monarquia portuguesa

Uma grande questão guia este capítulo: de que maneira as monarquias europeias empregaram o conhecimento sobre a natureza para administrar seus territórios? Em outras palavras, uma vez que a prática de coletar, classificar e remeter remessas de animais, vegetais e minerais instruiu as monarquias europeias, de que forma essas práticas influenciaram na administração dos reinos e colônias no ultramar? Diante desta questão, é fundamental conhecer como a História Natural, enquanto um campo do conhecimento, legitimou a tomada de decisão política, bem como se misturou com a cultura política das monarquias europeias.

A grandiosidade dessa questão não me permite explorá-la em apenas um capítulo. Por isso, neste capítulo, busco tão somente entender em maiores detalhes o contexto da pesquisa mineralógica e sua relação com as demandas da Coroa portuguesa, bem como entender a atuação de José Vieira Couto no envio de cartas e remessas mineralógicas. Parto do pressuposto de analisar a figura de Couto como sendo a de mais um naturalista de sua época, alguém que não foi exceção à regra diante do seu contexto histórico e social. Assim, enxergando-o como um “reformador” em alinhamento com as demandas de D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Além disso, ao final do capítulo, abordo sobre a ligação das viagens filosóficas e do saber dos naturalistas com a cultura política do Antigo Regime português, marcado pela economia das mercês. Este fato marcou um jogo de duplo interesse: tanto por parte da Coroa em aumentar seus conhecimentos territoriais e riquezas naturais, quanto dos naturalistas em angariar cargos, honras e prestígio. Nesse sentido, José Vieira Couto buscou se inserir socialmente em Arraial de Tijuco, principalmente através da obtenção de patente militar, bem como travou disputas jurídicas com o Intendente dos Diamantes, conflito típico do Antigo Regime português.

2.1. O paradigma da História Natural e a Monarquia portuguesa no final do século XVIII

No século XVIII, em várias monarquias europeias, o saber da História Natural alinhou-se com a linguagem política e a instrumentalizou. Segundo Paula Findlen, se assumirmos a História Natural como forma de escrita e de conhecimento sobre o espaço da natureza, poderíamos dizer que este saber é disseminado e praticado desde a Grécia Antiga,

principalmente a partir dos trabalhos de classificação dos seres vivos feitos por Aristóteles. Entretanto, a História Natural enquanto saber sistematizado, isto é, uma “disciplina”, só passaria a existir na emergência da modernidade.¹⁵²

No início da Era Moderna europeia, era um saber pouco especializado, muito ligado à arte, à contemplação, à exaltação do “exótico” e que fazia sucesso nas cortes.¹⁵³ À medida que os livros e objetos da História Natural transformaram-se em cultura de consumo das elites urbanas e das cortes, mais força, aceitação e projeção ganhou o saber da História natural.¹⁵⁴

Os gabinetes de curiosidade e o colecionismo de objetos “exóticos” vindos do Novo Mundo se originaram da expansão das monarquias europeias na colonização de novos espaços, durante os séculos XVI e XVII. Todavia, novos sentidos foram dados para a coleção de riquezas naturais durante o século das luzes. A curiosidade que servia de ostentação e distinção social, gradativamente abriu espaço para a “utilidade” dos conhecimentos naturais.¹⁵⁵ Nesse sentido, a natureza seria regida por leis logicamente organizadas, que os naturalistas teriam o papel de entendê-las e desvendá-las.

A tônica das monarquias europeias do século XVIII e XIX foi por conhecer as potencialidades naturais de suas colônias, visando suas utilidades econômicas e administrativas. Nesse processo, a figura do naturalista desemboca de maneira central como indivíduo capaz de alavancar estudos de História Natural, produzindo conhecimento sobre os territórios e produtos naturais úteis ao incremento dos Estados monárquicos. Para E. C. Spary, isso fez com que cada vez mais a História Natural fosse uma ciência da “economia natural”¹⁵⁶.

Além dos naturalistas, os vice-reis, governadores e secretários de Estado das monarquias europeias participaram ativamente na busca por produtos da História Natural, bem como da troca de informações. Nesse sentido, a historiadora Lorelai Kury destaca a importância da conexão e troca de sementes e plantas para aclimação entre os franceses, portugueses e luso-brasileiros nos jardins botânicos americanos.¹⁵⁷

¹⁵² FINDLEN, Paula. Courting nature. In: JARDINE, N.; SECORD, J. A.; SPARY, E. C. (Orgs.), *Cultures of Natural History*. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1996, p. 57.

¹⁵³ *Ibid.*, p. 60.

¹⁵⁴ *Ibid.*, p. 66.

¹⁵⁵ KURY, Lorelai; CAMENIETZKI, Carlos Ziller. Ordem e Natureza: Coleções e Cultura Científica Na Europa Moderna. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 29, 1997, p. 69–79.

¹⁵⁶ SPARY, E. C. *Utopia's Garden: French natural history from Old Regime to Revolution*. Chicago: University of Chicago Press, 2000, p. 13.

¹⁵⁷ KURY, Lorelai. Plantas sem fronteiras: jardins, livros e viagens, séculos XVIII-XIX. In: KURY, Lorelai (Org.). *Usos e circulação das plantas no Brasil*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2013, p. 238–244; KURY, Lorelai. Botany in war and peace: France and the circulation of plants in Brazil (late eighteenth and early nineteenth century). *Portuguese Journal of Social Science*. v. 16, n. 1, 2017.

Portanto, se há uma forte ligação da prática e da produção de conhecimento da História Natural com as intenções e expectativas das monarquias, fica evidente a conexão do naturalista com a política. Naquele momento, o discurso político paulatinamente passa a incorporar elementos da História Natural, Medicina, Matemática e outros saberes como legitimadores de autoridade da ação política. Com efeito, a conexão desses elementos variou de intensidade e modo de acordo com a localidade, bem como da especificidade cultural e política.

Na França, segundo E. C. Spary, conhecimentos da História Natural e Medicina foram incorporados aos discursos mais radicais e revolucionários de fins do século XVIII, tornando-se “centrais na geração de uma nova linguagem política nos primeiros anos da Revolução Francesa”¹⁵⁸. A autora assume esta perspectiva a partir da análise da trajetória de produção científica e dos usos políticos feitos do *Jardin Du Roi*, símbolo da produção de História Natural francesa, principalmente após a Revolução de 1789.

Outro importante jardim botânico europeu foi o *Kew Gardens* na Inglaterra. Durante o reinado de George III, foram patrocinados no *Kew Gardens* estudos científicos sobre aclimação de plantas para agricultura e reprodução animal, principalmente na liderança do naturalista Sir Joseph Banks. Nesse contexto, Richard Drayton relembra o vínculo entre os estudos da história natural com a Economia política da época¹⁵⁹. Assim, se consolidava a ideia do *improvement* no império ultramarino britânico: governar de maneira eficiente significou, cada vez mais, ter e obter informação sistematizada, o que abriu importante espaço de atuação para os naturalistas junto à monarquia britânica¹⁶⁰.

Na historiografia sobre Portugal e Brasil colônia, uma das mais importantes leituras acerca da conexão entre os estudos da História Natural e as intenções políticas da monarquia portuguesa para melhoramento da economia e da administração advém da interpretação de Fernando Novais¹⁶¹. Centrada em fins do século XVIII, sua análise parte da existência de uma “crise do antigo sistema colonial”, diante do contexto de revoltas e revoluções na Europa e no Atlântico. Assim, abalando a relação metrópole-colônia entre Portugal e Brasil.

Nesse sentido, entre os séculos XVIII e XIX, devido a tomada de consciência dessa crise por parte da Coroa portuguesa, ela teria patrocinado pesquisas em História Natural na tentativa

¹⁵⁸ SPARY, op.cit., p. 4.

¹⁵⁹ DRAYTON, Richard. *Nature's Government: Science, Imperial Britain and the "improvement" of the World*. New edição. New Haven: Yale University Press, 2000, p. 87.

¹⁶⁰ *Ibid.*, p. 91.

¹⁶¹ NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2019; Na mesma linha de argumentação de Novais, dizem também: MUNTEAL FILHO, Oswaldo; MELO, Mariana Ferreira de (Orgs.). *Minas Gerais e a História Natural das Colônias: política colonial e cultura científica no século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004, p. 24.

de contornar esse problema e manter as relações coloniais com o Brasil. Assim sendo, o incentivo a realização de viagens filosóficas e a produção de memórias econômicas tinham o objetivo claro de ajudar no incremento do Estado: modernizar a administração e diversificar a economia para diminuir a dependência econômica da Inglaterra e afastar qualquer tentativa de sublevação que minasse o “pacto colonial”.

Desde meados do século XVIII, quando da administração de Martinho de Melo e Castro a frente da Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar (1770-1795), a Coroa portuguesa passou a patrocinar e incentivar naturalistas luso-brasileiros para catalogar, classificar e instruir o conhecimento sobre os três reinos naturais das várias localidades dominadas pela monarquia¹⁶².

Em grande medida, a linguagem política e científica que fundamentou essas viagens foi o pensamento iluminista que já circulava fortemente pela Europa. Nascido na Europa, o iluminismo foi um movimento intelectual e epistemológico que impactou profundamente a maneira de pensar a relação entre Homem e Natureza, cuja crença se baseava na ideia de que o Homem era capaz de mediar, conhecer e dominar o meio natural a partir do uso de sua Razão.¹⁶³ Entretanto, o iluminismo não deve ser entendido como um processo que se espalhou pela Europa de maneira única e sem interferências. Dentre outros, Dorinda Outram demonstra que o Iluminismo deve ser analisado como um movimento político, social e cultural heterogêneo. Dessa forma, o Iluminismo possuiu diferentes correntes intelectuais as quais sofreram influências distintas conforme a região de produção e divulgação do conhecimento ilustrado.

Em Portugal, as ideias iluministas teriam se constituído em lógicas um pouco distintas em relação a outros lugares na Europa, como acreditam Oswaldo Munteal¹⁶⁴ e Maria Odila da Silva Dias¹⁶⁵. Desse modo, para eles, o iluminismo português é pragmático e prático, cuja fundamentação estava numa concepção de utilidade da natureza. Entretanto, quanto ao pensamento de Maria Odila da Silva Dias, não era necessariamente uma constatação de que apenas o iluminismo português fosse pragmático. Ao contrário, a autora entende que o pragmatismo e a utilidade do conhecimento era um dado comum as diferentes expressões do

¹⁶² Para saber mais sobre as viagens filosóficas empreendidas durante o governo de Martinho de Melo e Castro, Cf. PATACA, Ermelinda Moutinho. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*. Tese (Doutorado em Geociências), UNICAMP, São Paulo, 2006, p. 30–38.

¹⁶³ OUTRAM, Dorinda. *La Ilustracion*. México: Siglo XXI Editores Mexico, 2009.

¹⁶⁴ MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Todo um mundo a reformar: intelectuais, cultura ilustrada e estabelecimentos científicos em Portugal e no Brasil, 1779–1808. *Anais Museu Histórico Nacional*, v. 29, p. 87–108, 1997.

¹⁶⁵ DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 278, n. Rio de Janeiro, 1968, p. 105–170.

iluminismo na Europa. Assim, ela interpreta que esse pragmatismo acabou encontrando, em Portugal, terreno fértil para proliferação, pois conjugava com correntes de pensamentos pragmáticos anteriores.

De modo parecido, Lorelai Kury entende que o pragmatismo não é exclusivo das luzes portuguesas, uma vez que o conhecimento iluminado do setecentos na Europa teria se baseado de maneira ampla na ideia de utilidade do conhecimento, não sendo apenas um conhecimento curioso e desinteressado.¹⁶⁶

A historiadora Ana Cristina Araújo destaca a importância do filósofo português Luís António Verney para propagação de uma filosofia instrumental, que entende a natureza como espaço de domínio primordial da razão, no conhecimento das Luzes em Portugal.¹⁶⁷ Contudo, essa preeminência da razão na filosofia ilustrada portuguesa não significou uma dissociação do conhecimento teológico e dos conhecimentos metafísicos.

Portanto, em Portugal houve uma importante atuação da ilustração católica na construção do conhecimento. Além disso, como nesse processo o Homem ganha centralidade como ser capaz de entender através da Razão os domínios da natureza, a ciência moderna passava a ganhar contornos de uma filosofia que estava a serviço do progresso e do bem-estar da sociedade¹⁶⁸, num sentido que já começou nesse período, mas que terá seu ápice de consolidação na ideia de *civilidade* ou *civilização* no século XIX.

Assim, a racionalidade humana e a difusão de um ideal cientificista eram perpassadas por uma ideia que entendia o saber como um meio de melhorar e desenvolver o Estado,¹⁶⁹ principalmente através do incremento da atividade agrícola nas colônias, já nesse período entendido por vários intelectuais e filósofos como principal riqueza nacional a ser incentivada pelo Estado.¹⁷⁰ Assim, o estudo dos territórios coloniais a partir dos parâmetros científicos do setecentos serviu de instrumento prático e discursivo para o aprimoramento das forças produtivas da monarquia portuguesa, e as viagens filosóficas foram o principal instrumento escolhido para a consecução desse objetivo.

¹⁶⁶ KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 11, n. Rio de Janeiro, 2004, p. 2.

¹⁶⁷ ARAÚJO, Ana Cristina. Cultivar a razão, educar e civilizar os povos: a filosofia das Luzes no mundo português. *Revista de História Regional*. v. 19, n. 2, 2014.

¹⁶⁸ *Ibid.*, p. 270.

¹⁶⁹ DOMINGUES, Ângela. *Monarcas, ministros e cientistas. Mecanismos de poder, governação e informação no Brasil Colonial*, [s.l.]: CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012. p. 143.

¹⁷⁰ Isso foi o que Ângela Domingues chamou de “ciência a serviço da *Razão do Estado*”. *Ibid.*, p. 143–145.

Subordinado economicamente em relação aos outros países europeus, o Estado português pretendia conhecer melhor as potencialidades naturais das colônias na intenção de melhorar e diversificar a produtividade econômica.¹⁷¹ Portanto, a formação de um corpo científico era fundamental, sendo necessário a criação de institutos de pesquisa e contratação de professores estrangeiros para darem aula em Portugal.

Em 1779, no início do reinado de D. Maria I, foi criada a Academia Real das Ciências de Lisboa, espaço de publicação, patrocínio e circulação de conhecimento de diferentes áreas como História Natural, Arte, Economia e Moral¹⁷². A ideia era ser uma instituição das Ciências, assim como outras instituições europeias, cujo espaço permitia a publicação de Memórias sem censura prévia da Coroa.¹⁷³ Os temas permeavam tudo aquilo que fosse “útil” ao Estado, como desenvolvimento da agricultura, da indústria e da mineração.

Durante o reinado de D. José I, foram realizadas diversas reformas institucionais e econômicas guiadas pelo secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Dentre essas diferentes reformas, a reorganização da Universidade de Coimbra foi uma das mais importantes, principalmente para formação de uma nova elite ilustrada que viria a participar das chamadas viagens filosóficas pelos territórios da monarquia portuguesa.

O naturalista Domingos Vandelli (1735-1816) foi um professor estrangeiro contratado para lecionar na Universidade de Coimbra reformada, e esteve à frente do processo de treinamento dos naturalistas, bem como do planejamento das viagens filosóficas pelos territórios da monarquia. Nesse sentido, atuou ativamente para expandir a História Natural portuguesa, formando novos profissionais que serviram a Monarquia portuguesa e ajudaram a coletar e a classificar os três grandes reinos naturais que vieram a compor jardins botânicos e o Real Museu.

O professor paduano Domingos Vandelli instruiu e planejou viagens dentro do próprio reino de Portugal, além de ajudar na realização das viagens filosóficas de Alexandre Rodrigues Ferreira, Manuel Galvão e João da Silva Feijó¹⁷⁴. Para que as viagens obtivessem regularidade na execução e êxito, Vandelli escreveu um manuscrito chamado *Viagens Filosóficas ou*

¹⁷¹ Sobre o tema da ciência a serviço do incremento econômico cf., *Ibid.*, p. 136–137; RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, Vassalos e Governo a Distância*. 1ª edição. São Paulo: Alameda Editorial, 2008, p. 97–135; NOVAIS, op.cit., p. 213–294.

¹⁷² Sobre a Academia Real de Ciências de Lisboa, conferir a Tese de SILVA, José. *A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia*. Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.

¹⁷³ MONTEIRO, Nuno. As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal a dom Rodrigo de Sousa Coutinho. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Brasil Colonial: Volume 3 (1720-1821)*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, v. 3, p. 140.

¹⁷⁴ William Simon analisa a trajetória desses três naturalistas., Cf. SIMON, op.cit.

Dissertação sobre as importantes regras que o Filósofo Naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar (1779) a fim de que servisse de guia para os naturalistas em campo. A ideia é que eles pudessem ter noção dos objetos da História Natural mais importantes para serem estudados.¹⁷⁵

Nesse guia, é possível notar a relevância da mineralogia dada pelo professor Vandelli, inclusive porque trata deste tema antes de abordar sobre o reino vegetal e animal. Nesse sentido, para formação de um bom naturalista nos saberes da mineralogia, Vandelli destaca a história de constituição da Terra, o processo de classificação de montanhas e de minerais, além de dar dicas sobre onde encontrar essas riquezas em diferentes espaços.

É visível a preocupação utilitária do professor ao mencionar que o naturalista sempre deve calcular o lucro na exploração de uma mina. O naturalista deveria se atentar para as despesas na fundição, assim como calcular a disponibilidade de madeira ao redor da extração e a distância para os portos de exportação mais próximos¹⁷⁶. Há, portanto, um alinhamento entre História Natural e administração do Estado: a classificação, cálculo e mapeamento serviam, ao mesmo tempo, tanto ao conhecimento da História Natural quanto ao domínio do Estado a fim de aproveitar os recursos naturais. Assim, tornando a natureza em riquezas e produtos a serem explorados.

Sobre as riquezas naturais do Brasil, Vandelli alerta que

[...] os diamantes do Brasil, bem como os de Visapur, são em minas de ferro. Ora como o verdadeiro lugar das Minas dos diamantes do Brasil está ainda ignoto, deve quem viaja por aquele continente, por todo o cuidado aver se descobrir alguma destas minas, que serão de grandes ventagens.¹⁷⁷

Dessa forma, é perceptível a ideia de que o Brasil seria um lugar com riquezas ainda desconhecidas, o que daria maior peso ao trabalho dos naturalistas em buscar entender a formação natural deste território, bem como classificar aquilo que fosse proveitoso ao Estado. Portanto, as viagens filosóficas teriam esse objetivo.

As viagens filosóficas não aconteciam somente por vontade do naturalista ou do governador de uma capitania. Na realidade, pouco poderia ser feito sem ajuda de diferentes partes que se completavam na organização e execução das viagens¹⁷⁸. A partir dessa lógica, cada um tinha um papel determinado para realização das viagens filosóficas. Por exemplo, no

¹⁷⁵ PATACA, Ermelinda Moutinho; PINHEIRO, Rachel. Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro. *Revista da SBHC*. v. 3, n. 1, p. 22, 2005.

¹⁷⁶ VANDELLI, Domingos. *Viagens Filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o Filósofo Naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar*. 1779. p. 28

¹⁷⁷ *Ibid.*, p. 24.

¹⁷⁸ RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, Vassallos e Governo a Distância*. 1ª edição. São Paulo: Alameda Editorial, 2008, p. 140–141.

caso das viagens realizadas por José Vieira Couto, a ele foram designadas coleta, observação, descrição e análise das potencialidades territoriais e mineralógicas. Ao governador da capitania¹⁷⁹ de Minas Gerais, Bernardo José de Lorena, cabia seguir as ordens da Secretaria de Estado, mas principalmente tornar as viagens factíveis de serem executadas, convocando participantes para ajudar José Vieira Couto, provendo documentação necessária para o deslocamento entre capitanias e regiões administrativas distintas. Aos demais participantes, como guias e soldados, eram necessárias assistências na execução das tarefas científicas, ajuda no conhecimento territorial, defesa militar da expedição e fornecimento de ferramentas para uso diário. Além disso, participavam e eram utilizados pessoas escravizadas.¹⁸⁰

Nesse sentido, a historiadora Ângela Domingues ressalta que para realizar esses objetivos, tanto os naturalistas quanto os funcionários régios criaram uma “rede de informação”, cuja ligação era feita não só entre Reino e seus domínios, mas também entre os próprios domínios, como por exemplo entre governadores de capitanias, entre as câmaras municipais¹⁸¹. Logo, este fato possibilitou conhecer melhor os diferentes espaços coloniais do império português.

Essa produção sobre o conhecimento natural tinha vieses claros quanto a sua utilidade no melhoramento da economia e administração, mas que não passava só pela prática de coletar, classificar, aclimatar e enviar remessas naturais para o reino. Era também necessário – e desejado – um conhecimento territorial, físico e político dos domínios no ultramar. Com isso, Ângela Domingues chama atenção para ligação entre as viagens filosóficas e as pretensões de demarcação dos limites territoriais da soberania régia¹⁸².

Em 1798, D. Rodrigo de Sousa Coutinho ordenou que o governador da capitania do Espírito Santo, Antonio Pires da Silva Pontes, remetesse informações da capitania do Espírito Santo, acerca da sua topografia, limites territoriais e mapas disponíveis para consulta. Além disso, destaca a importância de se remeter informações demográficas da população, bem como

¹⁷⁹ Sobre a tarefa dos governadores em facilitar o trânsito entre os espaços coloniais, bem como a convocação de ajudantes nas viagens filosóficas, pode ser visto em: *Ibid.*, p. 139.

¹⁸⁰ Abordarei mais precisamente este tema no capítulo 4. Sobre os participantes e tarefas ao longo das viagens, Cf. COUTO, José Vieira. Memória sobre as Minas da Capitania de Minas Geraes, suas descrições, ensaios, e domicilio proprios a maneira de itinerario com um appendice sobre a Nova Lorena Diamantina, sua descrição, suas produções mineralogicas e utilidades que d'este pais possam resultar ao Estado. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Minas Gerais: Imprensa Oficial de Minas Gerais. 1905.

¹⁸¹ Para este exemplo, a historiadora menciona a criação do jardim botânico, em Santa Maria de Belém, durante administração do governador do Grão-Pará Francisco Maurício de Sousa Coutinho (1790-1803), em que foram trocados diversos espécimes do reino vegetal com governador da capitania do Maranhão, o D. Diogo de Sousa. Cf. DOMINGUES, Ângela. *Monarcas, ministros e cientistas. Mecanismos de poder, governação e informação no Brasil Colonial*, [s.l.]: CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012. p. 136–143.

¹⁸² *Ibid.*, p. 136.

da qualidade e quantidade dos produtos da capitania¹⁸³. O objetivo era obter “melhor informação do estado físico, e político dos domínios ultramarinos; e para que as providências necessárias a promover o bem dos seus vassallos sejam dadas com todo o conhecimento de causa”¹⁸⁴.

Dessa forma, D. Rodrigo estava interessado em conhecer melhor as “entranhas” da América portuguesa, sendo uma das suas preocupações as descrições hidrográficas¹⁸⁵, topográficas e limites geográficos das capitanias. Além de conhecer as possíveis riquezas que poderiam trazer a Coroa portuguesa, ele também estava atento quanto a comunicação entre as capitanias, seja por estradas ou rios navegáveis.

Portanto, se percebe a necessidade da Coroa portuguesa em conhecer melhor diferentes frentes dos domínios ultramarinos, sejam elas políticas, administrativas, econômicas ou geográficas. Nesse sentido, as memórias e escritos dos naturalistas à época refletiam essa pluralidade informacional. Na memória sobre a Capitania das Minas Gerais de 1799, por exemplo, José Vieira Couto dedica uma seção somente para realizar a descrição topográfica da capitania mineira, bem como descrições climatológicas, político-administrativas e das produções “metálicas”.¹⁸⁶

Além disso, uma alternativa para aprimorar o conhecimento dos luso-brasileiros foi a política implantada pela Coroa de realizar alguns impressos e distribuir para governadores e ouvidores de diferentes capitanias da América portuguesa, tais como governador de Sergipe d’El Rei, Espírito Santo, ouvidor de Porto Seguro e Ilhéus¹⁸⁷.

Em 1798, D. Rodrigo solicitou que fossem impressos memórias para distribuir entre os habitantes da América portuguesa, sendo alguns desses impressos *Memória sobre o Loureiro Cinamomo ou Caneleira de Ceilão*, por Manuel Jacinto Nogueira da Gama, *Memória sobre a Caneleira para acompanhar a remessa das plantas de canela*; *Memória sobre a reforma dos alambiques*, por João Manso Pereira; *Método de preparar a Cochinilha*; *Memória sobre o Salitre – trasladada de Theodoro D’Urtubie – extrato do modo de se fazer o salitre nas fábricas de tabaco da Virgínia*; *Exposição de um novo remédio curativo e preservativo da peste* pelo

¹⁸³ AHU-Cód. 606, fls. 192-193

¹⁸⁴ AHU-Cód. 606, fls. 192-193

¹⁸⁵ COUTINHO, Rodrigo de Sousa. Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América (1797 ou 1798). In: SILVA, André Mansuy Diniz (org). *Textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811)*. Lisboa: Banco de Portugal, 1993. v.2. p. 54.

¹⁸⁶ FURTADO, Junia Ferreira. *Estudo crítico*. COUTO, José Vieira. Memória sobre a Capitania das Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas., Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro-Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

¹⁸⁷ AHU-Cód. 607, fls. 36-38

conde de Berchtold; *Descrição da Quina; Memória sobre a prática de se fazer o salitre*¹⁸⁸. A efêmera, mas importante experiência editorial do Arco do Cego também marca esse momento, tendo como figura central a de D. Rodrigo, bem como a do padre Frei Veloso¹⁸⁹.

2.2. A utilidade do saber mineralógico: atuação científica de José Vieira Couto e de outros naturalistas na capitania de Minas Gerais

*Le travail des mines a toujours été regardé comme un object très intéressant, et comme une vrai source de richesses pour um État – Lehmann, Johann Gottlob. L’art des mines [prefácio]*¹⁹⁰

José Vieira Couto inicia com está citação a sua *Memória* de 1799, após um trecho de dedicatória a D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Rainha D. Maria I. Essa citação foi retirada da obra de Johann Lehmann, um dos principais geólogos e mineralogistas de sua época, e nos dá a tônica do que foi a mineralogia para o naturalista de Arraial de Tijuco: uma importante riqueza do Estado.

Dentre os vários ramos da História Natural, o estudo do reino mineral ou da mineralogia foi uma das principais preocupações dos naturalistas e agentes régios das monarquias europeias. Em Portugal, o estudo da mineralogia alinhou-se fundamentalmente com as necessidades daquela sociedade em entender as causas da decadência da mineração em Minas Gerais. Alguns autores, como bispo José Joaquim de Azeredo Coutinho, argumentou que a extração do ouro traria grandes danos a monarquia portuguesa, devido ao fato de ser uma atividade efêmera e instável.¹⁹¹ Por conseguinte, a decadência na qual passava Portugal teria sido algo inevitável pela própria natureza da atividade mineradora.

Contudo, havia quem defendesse que os baixos números da extração de diamantes e ouro em Minas Gerais fosse decorrência da falta de instrução dos mineradores e pouco uso de técnicas modernas de mineração. Nesse sentido, o modelo de extração mais simples e menos custoso, qual seja a extração do ouro de aluvião, teria se esgotado. Mas ainda haveria grandes

¹⁸⁸ AHU-Cód. 573, fls. 266-267

¹⁸⁹ Para maiores detalhes das políticas ilustradas de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ver o capítulo 9 de SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis*. 1ª edição. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2013.

¹⁹⁰ Tradução livre: “O trabalho nas minas sempre foi considerado um objeto muito interessante e uma verdadeira fonte de riqueza para o Estado.”

¹⁹¹ SILVA, Clareté Paranhos da. *Garimpendo Memórias: As ciências mineralógicas e geológicas no Brasil na transição do século XVIII para o XIX*. Tese. UNICAMP, Campinas, SP, 2004, p. 67–70.

capacidades de exploração em minas subterrâneas. Na *Memória de 1799*, José Vieira Couto defende este ponto¹⁹².

Em especial, o secretário de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho destinou parte de sua atenção para a problemática da mineralogia na América portuguesa, principalmente no que diz respeito as causas da decadência da exploração aurífera. Em seu texto *Discurso sobre a verdadeira influencia das Minas dos Metaes preciosos na Industria das Nações que as possuem, e especificamente da Portugueza*, publicada no primeiro volume das Memórias da Academia Real de Ciências de Lisboa, em 1789, D. Rodrigo de Sousa Coutinho defende que a produção mineradora seria importante para o bom funcionamento da economia portuguesa como um todo. Além disso, a mineração estimularia várias outras atividades econômicas, o que resultaria numa balança comercial favorável. Nesse sentido, para ele, a mineração não deveria ser interpretada como a causa do atraso econômico português, uma vez que a decadência portuguesa teria suas origens nas escolhas políticas erradas no passado, como o Tratado de Methuen.¹⁹³

Dessa forma, a busca pela diversificação econômica durante o governo de D. Rodrigo passava também por diversificar a exploração mineradora, buscando novas formas de extração do ouro, bem como encontrar novas minas de ferro, cobre, salitre, diamante etc. Portanto, para realizar essas buscas, foi necessário um esforço coordenado dos naturalistas, dos governadores e capitães-generais, que tomaram a iniciativa na exploração de novas fontes de recursos minerais, bem como se guiaram pelas diretrizes da Coroa portuguesa. Num contexto em que o saber iluminista era valorizado, o conhecimento da História Natural, especificamente da mineralogia, tornou-se métrica para realização dos estudos da mineração na América portuguesa.

Todavia, de que forma poderia a História Natural e o ramo da mineralogia serem capazes de ajudarem nas investigações por novas fontes de extração mineral? Como o saber do naturalista poderia ajudar nesse processo? Para tentar responder tal questão, é necessário analisar a formação ilustrada dos naturalistas luso-brasileiros e o modo pelo qual foram instruídos a estudar o reino mineral. Vejamos.

¹⁹² No capítulo 4, será abordado em maiores detalhes sobre o posicionamento de José Vieira Couto diante do debate sobre “decadência” de Minas Gerais e de sua mineração. FURTADO, Junia Ferreira. *Estudo crítico*. COUTO, José Vieira. *Memória sobre a Capitania das Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas.*, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro-Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

¹⁹³ COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa. *Discurso sobre a verdadeira influencia das Minas dos Metaes preciosos na Industria das Nações que as possuem, e especificamente da Portugueza*. In: *Memorias economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa: para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal e suas conquistas*. Lisboa: [s.n.], 1789, v. 1.

Na Universidade de Coimbra reformada, foi tarefa da Faculdade de Filosofia a formação de profissionais específicos na área, que atendessem as novas demandas da monarquia portuguesa. Além disso, era necessária a criação de quadros que perpetuem o novo ensino reformado¹⁹⁴.

Por sua vez, as demandas da Coroa portuguesa fora de enviar naturalistas luso-brasileiros para diversas porções de seus territórios a fim de que fossem produzidas memórias, diários de viagens e relatórios sobre o estado da população local, bem como sobre a produção econômica (agrícola e mineral) daquelas regiões. Por exemplo, as expedições que o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira realizou pelas capitânicas do Mato Grosso, Cuiabá, Grão-Pará e Rio Negro, que foi planejada por Vandelli¹⁹⁵.

Tendo isso em vista, o ensino da Filosofia deveria conciliar teoria e prática, sendo a prática fundamental, na formação do naturalista, para que ele pudesse atuar a serviço do Estado. Portanto, as aulas deveriam sempre que possível realizar demonstrações práticas das teorias ensinadas, usando os espaços específicos criados justamente para isso, tais como o laboratório de química e de Física¹⁹⁶.

Ao definir sobre a prática, o Estatuto da Universidade de Coimbra esperava que os alunos não fossem “meros espectadores”. Ao contrário, era desejado que trabalhassem e fizessem a aplicação da teoria a partir de experimentos orientados pelo professor. Nesse sentido, para que eles adquirissem “o habito, e sagacidade [...] para se formarem no gosto de observar a Natureza.”¹⁹⁷. Inclusive, a prática não deveria se findar apenas nos espaços controlados como um laboratório, mas deveria ser realizado em trabalhos de campo. Esse era o caso da matéria de História Natural, cuja prática principiava-se em levar os alunos aos arredores da universidade para realizarem estudos de campo e produção de memórias sobre os três reinos naturais¹⁹⁸.

Quanto aos assuntos teóricos a serem abordados na História Natural, o Estatuto afirma que o lente deve lecionar sobre a formação e origem do mundo, sobre a origem da História Natural e seu progresso enquanto saber, bem como sobre seu objeto de estudo: a Natureza e

¹⁹⁴ *Estatutos da Universidade de Coimbra do anno de 1772*, Livro III, p. 327

¹⁹⁵ RAMINELLI, RAMINELLI, Ronald. Ciência e colonização: viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *Revista Tempo*, v. 6, p. 157–182, 1998. p. 3.

¹⁹⁶ FERRAZ, Márcia Helena Mendes. *Ciencias em Portugal e no Brasil (1772-1822): o texto conflituoso da química*. São Paulo: EDUC, 1997. p. 57.

¹⁹⁷ *Estatutos da Universidade de Coimbra do anno de 1772*, Livro III, p. 367

¹⁹⁸ POMBO, Nívia. A cidade, a universidade e o Império: Coimbra e a formação das elites dirigentes (séculos XVII-XVIII). *Intellèctus*, v. 14, n. 2, 2015 p. 11.

suas três partes constitutivas, sendo elas o mundo Animal, Vegetal e Mineral. Porém, limitando-se “aos objectos mais vizinhos ao Homem, e mais necessarios ao uso da vida”¹⁹⁹.

Nesse sentido, pode-se destacar dois fatos relevantes: primeiro, a História Natural preocupa-se com a observação, descrição e classificação daquilo que é possível de ser percebido pelos sentidos humanos da observação. O que não é possível, torna-se conteúdo a ser investigado pela experiência, seja na Física Experimental ou na Química. Segundo, História Natural deve-se preocupar com o “necessário ao uso da vida”, isto é, aquilo que é passível de utilidade. Assim, é um conhecimento pragmático, que visa uma utilidade imediata. Não só uma utilidade individual, mas aquilo que pode ser compartilhado ao bem comum a partir de um desenvolvimento do Estado²⁰⁰. Realizando esses passos, o Estatuto define, portanto:

E terá entendido, que o objecto mais importante desta Sciencia, consiste não somente na Collecção dos factos, que se tem observado na Natureza; mas tambem na combinação de todos elles: Procurando generalizallos, e ligallos reciprocamente por hum encadeamento de analogia até chegar áquelle gráo superior de conhecimentos, que se requer [...]²⁰¹

Assim sendo, o conhecimento natural necessita ser uniformizado e universalizado, ainda que guarde suas particularidades acerca dos seres e objetos. O olhar treinado e atento do naturalista é fundamental na diferenciação das particularidades de uma determinada espécie de animal dos seus padrões de semelhança com outras, por exemplo. É visível a influência da obra de História Natural de Carl Linnaeus na formação dos novos quadros, quanto a classificação e sistematização dos reinos mineral e vegetal.²⁰²

O olhar, que é a prática da observação, constituiu um dos fundamentos da prática naturalista, a qual os alunos da faculdade de Filosofia deveriam dominar. Nesse sentido, Ferraz vê paralelos acerca da concepção de observação presente no Estatuto da Universidade de Coimbra e na Enciclopédia de Denis Diderot e Jean d'Alembert e conclui que seria a História Natural, pela observação, o “ramo que corresponde à 'memória', e a Filosofia Natural, no ramo da 'razão', que depende da 'memória' para sua ação. Da mesma forma, depende a experiência da observação”²⁰³. Portanto, um naturalista profissional, imbuído da teoria, alinhada com a prática, seria capaz de perceber o essencial na natureza.

¹⁹⁹ Ibid. p. 351

²⁰⁰ Sobre a ideia de iluminismo pragmático, Cf. MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Todo um mundo a reformar: intelectuais, cultura ilustrada e estabelecimentos científicos em Portugal e no Brasil, 1779–1808. *Anais Museu Histórico Nacional*. v. 29, p. 87–108, 1997; para uma crítica ao conceito de iluminismo pragmático, Cf. KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 11, n. Rio de Janeiro, 2004. p. 2.

²⁰¹ Ibid. p. 353

²⁰² SIMON, op.cit., p. 7.

²⁰³ FERRAZ, op.cit., p. 55.

Sendo assim, nota-se uma preeminência da observação como virtude do naturalista. Lorraine Daston e Peter Galison brilhantemente notaram esse aspecto. Em *Objetividade*, os autores traçam uma análise histórica da ideia de “objetividade” no fazer científico, e perceberam que, ao longo do tempo, a virtude de “objetividade” no sentido isenção, sem interferência das paixões ou subjetividades do cientista, nem sempre esteve em jogo como princípio a ser perseguido. Antes, era fundamental a existência da figura do naturalista para entender a natureza, partindo do seu olhar treinado e profissionalizado. Os professores seriam capazes de ensinar a ver o “essential and overlook the incidental, which objects are typical and which are anomalous, what the range and limits of variability in nature are.”²⁰⁴. Desse modo, o naturalista não é uma entidade que se esconde por trás do objeto, mas é o sujeito fundamental para conhecer o objeto (natureza).

Assim, Daston e Galison mostram como, ao longo do século XVIII, a ciência funcionava a partir da virtude epistêmica da “Truth-to-nature”: observar, desenhar, catalogar e classificar a natureza pelo seu lado mais “típico”, evitando focar nas “anomalias” ou “particularidades”.

For Enlightenment naturalists like Linnaeus, this reality did not entail a commitment to Platonic forms at the expense of the evidence of the senses. On the contrary, sharp and sustained observation was a necessary prerequisite for discerning the true genera of plants and other organisms. The eyes of both body and mind converged to discover a reality otherwise hidden to each alone. To see like a naturalist required more than just sharp senses: a capacious memory, the ability to analyze and synthesize impressions, as well as the patience and talent to extract the typical from the storehouse of natural particulars, were all key qualifications.²⁰⁵

Não por acaso, aparecem nos Estatutos da Universidade de Coimbra acerca das diretrizes da Faculdade de Filosofia, a relevância da observação, da prática e da descrição. Essa descrição, no entanto, não era particularizada para cada um dos animais, plantas e minerais. Ao contrário, tendo noção da imensidão da natureza, o *Estatuto* afirma ser necessário o uso de um “Systema methodico, por classes, ordens, gêneros, e espécies, segundo o Plano, que na Congregação da Faculdade, e na mesma Congregação Geral se julgar mais adequado ao fim, que se pertende dos referidos Systemas.”²⁰⁶, sendo o sistema de Lineu um dos mais utilizados.

Por sua vez, a mineralogia era um dos principais caminhos de estudo da natureza, a qual, em grande medida, José Vieira Couto dedicou seus esforços. Os Estatutos da Universidade de Coimbra afirmam que os professores deveriam lecionar sobre a história natural do reino mineral, suas incidências na terra e os tipos – Para além da história da matéria, seria necessário ensiná-

²⁰⁴ DASTON, Lorraine; GALISON, Peter. *Objectivity*. New York: Zone Books, 2010, p. 26.

²⁰⁵ *Ibid.*, p. 58.

²⁰⁶ *Estatutos da Universidade de Coimbra do anno de 1772*, Livro III, p. 352

los no “gosto e Arte de observar”, isto é, instruí-los a como enxergar o reino mineral, “constumando-lhes os olhos a distinguillos pelos finaes exteriores, que os caracterizam: Mostrando-lhes as partículas deles, que se guardarão no Museu, ou Gabinete de Historia Natural”²⁰⁷. Aqui, se define a perspectiva de que o olhar seria o primeiro passo no processo de conhecer o reino mineral, atentando para sua forma, cor, textura, rigidez. O passo além é o da experiência, entender as suas partes constitutivas, aquelas que o olho humano é limitado para perceber.

Assim como o restante dos reinos naturais, o reino mineral também é pensando a partir de seus usos, aplicabilidades e utilidades: “Em segundo lugar mostrará as propriedades observadas em todas as referidas substancias: Recolhendo todos os factos, que forem, ou puderem ser de alguma utilidade no uso das Artes.”²⁰⁸. O naturalista tornou-se um profissional capaz de identificar e assegurar as qualidades úteis da natureza que, no caso da mineralogia, poderiam servir ao incremento do comércio. Por isso, diante do paradigma do saber da História Natural, o saber do naturalista ganhou respaldo e legitimidade para com as autoridades régias na identificação de potencialidades naturais aos reinos. É nesse contexto que José Vieira Couto atuará em Minas Gerais, investigando e dando notícias sobre mineralogia aos agentes reais.

2.2.1. Notícias sobre o reino mineral: o envio de remessas minerais e a busca pelo salitre (1785–1803)

Nas expedições que José Vieira Couto realizou ao longo de finais de 1790 e início de 1800, o tema da mineralogia sempre esteve presente em suas cartas, remessas e *Memórias*. Sendo assim, a mineralogia foi a principal temática de sua produção, discussão e diálogo com agentes régios. Sobre suas ideias e argumentos acerca do reino mineral, assim como sua visão sobre a administração e economia da monarquia portuguesa, veremos em maiores detalhes no capítulo 4. Agora, nesta seção, busco entender como Couto e outros naturalistas, que atuam na região de Minas Gerais, criaram uma rede de informações com D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a partir do envio de notícias e remessas mineralógicas.

A capitania de Minas Gerais teve atenção especial das autoridades régias e dos naturalistas acerca de suas riquezas naturais, principalmente minerais. Já em 1785, o então secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e

²⁰⁷ *Estatutos da Universidade de Coimbra do anno de 1772*, Livro III, p. 357-358

²⁰⁸ *Estatutos da Universidade de Coimbra do anno de 1772*, Livro III, p. 358

Castro, avisou ao Fiscal dos Diamantes, Luiz Beltrão de Gouvea, que fossem realizadas investigações na região em busca de quaisquer materiais ligados a mineralogia. Os produtos a serem encontrados deveriam ser “dignos do Real Museu; como também toda sorte de minerais de ouro, prata, cobre, ferro e outros metais”²⁰⁹.

Dentre esses metais, o ouro foi bastante visado nas buscas mineralógicas. Deve-se a isso, a intenção de encontrar novas fontes de extração e de entender as razões que levaram a produção aurífera ao declínio. Por isso, em 6 de setembro de 1786, o Governador da Capitania mineira, Luís da Cunha Menezes, informou ao secretário de Estado Martinho de Melo e Castro sobre a existência de lavras de ouro tão “singular e rara” em Serro Frio. Além da carta, o Governador também enviou remessas com amostras que deveriam ser levadas ao Real Museu²¹⁰.

Todavia, naquele contexto, a importância do conhecimento mineralógico não se restringiu ao ouro. Outros materiais como diamante, cobre, ferro, chumbo, salitre etc. foram fundamentais nas investigações de moradores, naturalistas e agentes régios. Em 1788, o secretário de Estado, Martinho de Melo e Castro, recomendava ao governador Visconde de Barbacena os “distintos conhecimentos” do naturalista Joaquim Veloso de Miranda²¹¹ na realização de pesquisas em História Natural acerca das coisas mais raras da capitania mineira. Isto é, daquilo que fosse mais particular, tais como

pedras com ouro que se extraem das minas e toda a outra sorte de pedras preciosas, não só diamantes, mas de outras cores, matizes todas, águas marinhas, pingos de água, topázios, e cristais principalmente sendo grandes, e tudo o mais pertencente à mineralogia, de que o Museu está muito falto, devendo ser o mais abundante só se poderá enriquecer com as riquezas que V. Sa. fizer.²¹²

O secretário de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho teve bastante influência para diversificação das buscas mineralógicas, uma vez que ordenou a capitães-generais e governadores para que fossem investigados outros materiais como cobre, ferro e salitre. Assim, é evidente que Minas Gerais e regiões próximas ganharam lugar de destaque na busca por esses minerais e metais.

Quando D. Rodrigo de Sousa Coutinho esteve à frente da Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar, José Vieira Couto participou ativamente para aumento e diversificação

²⁰⁹ AHU-Cód. 610, fls. 108-109

²¹⁰ AHU-MG-Cx. 125, doc. 35

²¹¹ Maiores detalhes sobre a prática científica do naturalista Veloso de Miranda, Cf. FERREIRA, Gustavo Oliveira. *As polêmicas Flores: Joaquim Veloso de Miranda e a prática científica nas Minas Setecentistas*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2013.

²¹² AHU-Cód. 610, fls. 161-163

do conhecimento mineralógico de Minas Gerais. Em 20 de agosto de 1799, o governador Bernardo José de Lorena enviou a segunda remessa de amostras dos ensaios de minas de cobre feitos por Couto²¹³. Anos depois em 1801, o mesmo governador não poupou espanto ao mencionar a grande abundância de cobre descoberta por Couto, que tratou de enviar mais exames e amostras deste metal.²¹⁴

O ferro foi outro metal contemplado nas buscas realizadas por José Vieira Couto. Em 10 de junho de 1799, Bernardo José de Lorena informou e enviou remessas com amostras de ferro a D. Rodrigo, que Couto havia descoberto numa região próxima a Vila Rica, perto de um sítio pantanosa. Esta região pantanosa também foi examinada por Joaquim Veloso de Miranda, que também realizou ensaios de mina de ferro nesta região. Por conta disso, o governador acreditava ser possível realizar naquela região, próxima capital mineira, uma fábrica de ferro, “contanto porém que venham dois mestres de fora e um ajudante, pois que pode muito bem servir de outro o armeiro do Regimento Regular desta Guarnição, Manoel João Pereira, que já ajudou ao doutor Vellozo no referido ensaio”²¹⁵.

Meses antes, em 30 de janeiro de 1799, Bernardo José de Lorena dava conta a D. Rodrigo sobre o trabalho empreendido por Couto e seu irmão nas regiões próximas do Distrito Diamantino, cujo resultado foi a descoberta de diferentes minerais. Sabendo da existência de uma mina de chumbo pela região, o governador mandou José Joaquim Vieira Couto realizar buscas pela prata nesta região, já que segundo relato do governador “a prata hé amiga do chumbo”. Assim, José Vieira Couto foi junto com o irmão realizar esta diligência, e concluiu que “tem sua Magestade nesta Capitania ouro, prata, cobre, ferro, chumbo, estanho e vismutto”.²¹⁶

Além de José Vieira Couto e Joaquim Veloso de Miranda, outro importante ator foi o professor régio do Rio de Janeiro João Manso Pereira²¹⁷. Em 18 de março de 1797, na tentativa de encontrar novas fontes de exploração e diversificar a economia mineradora, D. Rodrigo de

²¹³ AHU-MG-Cx. 149, doc. 50

²¹⁴ AHU-MG-Cx. 156, doc. 28

²¹⁵ AHU-MG-Cx. 148, doc. 45

²¹⁶ AHU-MG-Cx. 147, doc. 35.

²¹⁷ Diferentemente dos outros naturalistas da época, João Manso Pereira não tinha ensino superior, nem se formou em Portugal. Na realidade, foi um pardo autodidata que contribuiu com pesquisas para monarquia portuguesa. Cf. FILGUEIRAS, Carlos A. L. João Manso Pereira, Químico Empírico do Brasil Colonial. *Química Nova*. v. 16, n. 2, p. 155–160, 1993. PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. D. Rodrigo e frei Mariano: A política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX. *Topoi (Rio de Janeiro)*. v. 15, p. 498–526, 2014, p. 516.

Sousa Coutinho enviou um ofício diretamente para João Manso Pereira, solicitando que ele efetuasse pesquisas mineralógicas nas capitanias de Minas Gerais e São Paulo.²¹⁸

O professor deveria iniciar viagem pela capitania de São Paulo, com foco na investigação de possíveis nitreiras na localidade, bem como analisar as minas de ferro de Arrassuaba e de Brussuiaba, junto à Vila de Sorocaba e outras minas em Piracicaba, depois da Vila de Utis. Inclusive, D. Rodrigo destaca que estas últimas minas teriam sido trabalhadas pelos espanhóis, segundo contaria a tradição da época. Posteriormente, Manso deveria seguir viagem passando pelo Rio São Francisco e Abaité, visitando território entre Goiás e Minas Gerais.²¹⁹

Figura 1 – Carta da Nova Lorena Diamantina (1801)



Fonte: MIRANDA, C. L. Carta da Nova Lorena Diamantina (1801)²²⁰

Não foi somente Manso responsável por examinar as nitreiras da região mineira. Como veremos a partir de agora, a busca pelo salitre, que advém desde o final do século XVII, constituiu uma das diretrizes político-econômicas de D. Rodrigo. Nesse sentido, José Vieira

²¹⁸ AHU-Cód. 573, fls. 224-225

²¹⁹ AHU-Cód. 573, fls. 224-225

²²⁰ Este mapa abarca a região nomeada por Couto de Nova Lorena Diamantina. Miranda possivelmente a confeccionou na expedição científica liderada por José Vieira Couto, em 1801, que originou a *Memória* de 1801. Portanto, pode-se encontrar este mapa na *Memória* de 1801. In: AHU-Cód. 1819. Também é possível encontrar somente a carta digitalizada pelo acervo do site *Rede Memória*. Neste acervo, há duas versões: uma feita por Miranda em 1801 e outra versão, que acredito ser uma cópia, feita em 1802 por Vilas Boas. Disponível em: <http://acervo.redememoria.bn.gov.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/301476>. Acessado em: 02/11/2021.

Couto e Joaquim Veloso de Miranda também fizeram parte da rede de informações sobre a localização de salitreiras naturais, bem como da produção de salitre artificial.

Atualmente, este mineral é mais conhecido pelo seu nome químico de nitrato de potássio (KNO_3), muito utilizado na fabricação de ácidos e fertilizantes. Entretanto, à época de Vieira Couto, o salitre ou nitro (como também aparecem nas fontes) era comumente manuseado para fabricação de pólvora e explosivos. Segundo Márcia Ferraz, se pode enumerar três fontes básicas a qual se podia conseguir o salitre em finais do século XVIII e início do XIX: salitreiras naturais, salitreiras artificiais e o ar²²¹.

Em finais do século XVIII, o estudo da produção de salitre e a busca por lugares para sua exploração foi uma constante nas diretrizes políticas de D. Rodrigo de Sousa Coutinho²²². Na realidade, a busca pelo salitre, na região mineira, remonta tempos anteriores aos do governo de D. Rodrigo. Em 1787, Luís Beltrão de Gouveia de Almeida informou ter achado cópia de uma carta datada de 1758, entre os livros da administração, que tratava sobre a descoberta de salitre em serras localizadas perto de Arraial de Tijuco.

Tendo em vista a ordem real de 31 de julho de 1785, a qual pedia que fossem mandados quaisquer materiais ligados à mineralogia para o Gabinete Real, Luís Beltrão seguiu as pistas da carta de 1758 e foi atrás do salitre. Em sua busca, obteve sucesso e bons resultados, que culminou no envio de remessas ao Reino contendo amostras de sal cristalizado e um primeiro ensaio de pólvora. Para o fiscal da Extração dos Diamantes, “o nitro achado nas altas serras do Brazil; nos seus escarpados rochedos; solitario a respeito de vegetaes, e animaes; he hum Phenomeno, e seria huma fabula se falatasse a prova: exaqui huma bela matéria para as meditações dos sábios Naturalistas”²²³.

Todavia, é fato que a partir do mandato de D. Rodrigo de Sousa Coutinho o salitre ganhou maior destaque nas investigações patrocinadas pela Coroa portuguesa. O contexto europeu de tensões bélicas, dos avanços napoleônicos e das revoluções atlânticas, fez com que Portugal se preocupasse em aumentar o seu poder de fogo. Contudo, a monarquia portuguesa não era autossuficiente na produção de pólvora²²⁴. Nesse sentido, levando adiante o legado de Pombal e a influência nas luzes, D. Rodrigo apostou numa política de diversificação econômica e que teve como eixo a integração de todas as partes da monarquia portuguesa, em especial a América portuguesa.

²²¹ FERRAZ, Márcia Helena Mendes. A produção do salitre no Brasil colonial. *Química Nova*. v. 23, p. 845–850, 2000, p. 845.

²²² Para mais detalhes, Cf. PEREIRA, op.cit.

²²³ AHU-Avulsos BG, Cx. 27, doc. 2205.

²²⁴ PEREIRA, op.cit., p. 500.

Sobre a questão do salitre, para Magnus Roberto de Mello Pereira, o secretário de Estado cercou-se inicialmente de frei Mariano, Alexandre Rodrigues Ferreira, Manuel Jacinto Nogueira da Gama e João da Silva Feijó, o que lhe permitiu criar uma rede de informação de “homens da ciência” voltados para o salitre²²⁵. Contudo, o levantamento de informações sobre o salitre teve amplitude maior do que somente essa. Deve-se levar em consideração, também, o caso específico de Minas Gerais, região em que atuou José Vieira Couto.

Em 10 de novembro de 1796, D. Rodrigo manda que Visconde de Barbacena, à época governador da capitania de Minas Gerais, fizesse investigações em busca de salitre na região do Rio São Francisco. Para tal tarefa, o secretário ordena que fosse enviado o naturalista Joaquim Veloso de Miranda a fim de que ele remetesse amostras e informações sobre o salitre, desde sua qualidade até os possíveis gastos na extração e condução do produto para os portos²²⁶. Com isso, se percebe que o naturalista deveria realizar uma análise da qualidade do produto, o que lhe exigia conhecimento da História Natural, mas também uma análise da real efetividade e utilidade da exploração, assim como recomendava o guia escrito por Vandelli.²²⁷

Um ano depois, o novo governador Bernardo José de Lorena enviava os primeiros resultados da pesquisa sobre o salitre de Joaquim Veloso de Miranda²²⁸. Em 1798, continuava mandando amostras e ressaltando a qualidade do salitre e a possibilidade de seu uso na “medicina e pólvora”²²⁹. Entretanto, essas amostras de salitre não eram providas de salitreiras naturais da região do Rio São Francisco, mas sim de uma produção de salitreira artificial feita na fazenda “Mau Cabelo”, propriedade do próprio naturalista²³⁰. Lorena avisou que Miranda não poderia ir até as salinas do São Francisco por questões de saúde. Mas também porque o naturalista não acreditava que a quantidade de produção de salitre desejada fosse possível apenas a partir de uma extração de salitreiras naturais. Sendo assim, o naturalista Miranda investiu todo seu esforço e recursos numa produção artificial²³¹.

No início do ano de 1798, Joaquim Veloso de Miranda já expressava vontade e real possibilidade de se construir uma fábrica de salitre, após os resultados positivos das primeiras

²²⁵ *Ibid.*, p. 510.

²²⁶ AHU-Cód. 610, fls. 198-199

²²⁷ VANDELLI, Domingos. *Viagens Filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o Filósofo Naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar*. 1779.

²²⁸ AHU-MG-Cx. 143, doc. 58.

²²⁹ AHU-MG-Cx. 144, doc. 2.

²³⁰ Para mais detalhes sobre a fazenda Mau Cabelo de Veloso de Miranda, Cf. PEREIRA, Márcio Mota. *Saber e honra: a trajetória do naturalista luso-brasileiro Joaquim Veloso de Miranda e as pesquisas em história natural na capitania de Minas Gerais (1746-1816)*, 2018. Tese (Doutorado em História), UFMG, Belo Horizonte. p. 263–270.

²³¹ AHU-MG-Cx. 145, doc. 21.

produções em sua fazenda²³². Sabendo destes resultados, D. Rodrigo pede então que Veloso de Miranda fizesse uma análise da possibilidade de se produzir e vender pólvora a cargo da Fazenda Real, dando conta da quantidade, custo e preço.²³³ Por isso, em 1800, o naturalista dá conta dos resultados da construção da fábrica de salitre, enviando desenhos da estrutura das nitreiras artificiais e mais amostras do produto²³⁴. Toda esta empreitada trouxe resultados positivos para Joaquim Veloso de Miranda, rendendo-lhe cargo de secretário do governo de Minas Gerais²³⁵ e elogio do príncipe regente D. João²³⁶ – falarei mais sobre essas honrarias na próxima seção deste capítulo.

A busca pelo salitre foi importante e mobilizou até tropas militares, como deu notícia um coronel de milícias por ter encontrado salitre entre as regiões do Rio das Velhas, Dourados, Abaeté e Rio São Francisco²³⁷. As informações chegavam também a D. Rodrigo de Sousa Coutinho através de relatos de militares locais, como foi o caso do coronel Domingos Rocha, morador de Minas Gerais e que disse existir minas de salitre entre as Serras do Grão Mogol e o Arraial do Rio pardo, assim como entre Vila Rica e Serro Frio se acha outras minas de aço e ferro.²³⁸

Ocorreram também ajudas efetivas de outros naturalistas. Neste caso, o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho também havia pedido para que o bacharel José Teixeira da Fonseca Vasconcellos fosse investigar as salitreiras do rio São Francisco. Todavia, por questões de debilidade, José Teixeira informou a Bernardo José de Lorena que não poderia realizar esta viagem de investigação. No lugar dele, o governador enviou o naturalista José Vieira Couto.²³⁹

É interessante notar que o governador propõe que o trabalho fosse realizado por Couto, mas ressalta que o naturalista “não pode fazer semelhante despeza sem alguma pensão, como se manda dar ao Doutor Joaquim Veloso de Miranda e a João Manso Pereira”²⁴⁰. Nesse sentido, fica reforçado a responsabilidade do governador na relação com o secretário de Estado para conseguir o patrocínio régio ao naturalista. Posteriormente, como veremos na próxima seção deste capítulo, Lorena e Sousa Coutinho foram patronos fundamentais para com José Vieira Couto.

²³² AHU-MG-Cx. 144, doc. 3.

²³³ AHU-Cód. 611, fls. 7-8.

²³⁴ AHU-MG-Cx. 154, doc. 36.

²³⁵ AHU- Códice 610, fls. 213.

²³⁶ AHU-Códice 610, fls. 212-213.

²³⁷ ANRJ – Códice 69, volume 9, ofício 265, fl. 170.

²³⁸ AHU-Cód. 610, fls. 223.

²³⁹ AHU-MG-Cx. 145, doc. 12.

²⁴⁰ AHU-MG-Cx. 145, doc. 12.

A busca pelo salitre sempre preocupou Couto em suas investigações, não ficando somente preso a região do Rio São Francisco. Não por acaso, em 20 de maio de 1803, Couto enviou remessas com duas caixas cheias de salitre que obteve nas suas pesquisas pela região da Serra do Cabral, em Minas Gerais²⁴¹.

Além dessa remessa, Couto enviou junto a *Memória sobre as salitreiras de Monte Rorigo: maneira de auxiliar por meio das artificiais a refinaria do nitrato de potassa, ou salitre* (1803) que escreveu contando em detalhes toda sua viagem filosófica até a região da salitreira, bem como demonstrou a possibilidade de se construir uma salitreira artificial, ao mesmo tempo que se explora as salitreiras naturais.

Segundo Couto, o salitre é encontrado *in natura* em diferentes regiões da capitania mineira, mas nenhum teria “tanta abundancia, e tão largamente espalhado, como em huma longa serra, ou lombada de terra, que de hora em diante haverá nome de Monte Rorigo”²⁴². O nome que deu ao lugar é uma clara homenagem ao seu patrono D. Rodrigo de Sousa Coutinho, aspecto que analisaremos mais afundo na próxima seção.

2.3. A serviço da Coroa: relações de poder e economia das mercês nas pesquisas de José Vieira Couto

Enquanto finalmente ao ofício número trinta e sete, houve S.A.R. por bem determinar, que ele se remetesse ao senhor marquês mordomo-Mór, a fim de se darem as precisas providências, para que o intendente dos diamantes não embarace ao hábil naturalista Couto, o fazer no Serro Frio as necessárias observações, e também para que se estabeleçam aquelas providências, que S.A.R. tem em vista sobre tão importante objeto, e de que se hão de seguir grandes vantagens. Eu participarei a V. S.^a o que a este respeito resolver S.A.R., e desde já **recomendo a V.S.^a no Real Nome do mesmo Senhor, que proteja o dito naturalista, e não consinta que seja vexado pelo mencionado intendente**, que creio terá brevemente sucessor. (D. Rodrigo de Souza Coutinho, Palácio de Queluz, 19 de setembro de 1799)²⁴³

É dessa maneira que o secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, finaliza sua carta enviada ao governador da Capitania das Minas Gerais, Bernardo José de Lorena. A proteção e a patronagem foi a tônica do estabelecimento e realização dos estudos de História Natural da monarquia portuguesa, bem como em outras monarquias europeias como um todo. O trecho acima destacado é apenas a resolução de um conflito entre o naturalista José Vieira Couto e o Intendente dos Diamantes

²⁴¹ AHU-MG-Cx. 166, doc. 77.

²⁴² COUTO, José Vieira. *Memória sobre as salitreiras naturais de Monte Rorigo; Maneira de as auxiliar por meio das artificiais; Refinaria do Nitrato de Potassa, ou Saitre; Escrita no ano de 1803*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia. 1809.

²⁴³ AHU-Cód. 611, fl. 8 [grifo nosso]

João Inácio do Amaral Silveira que será abordado mais adiante nesta seção. Contudo, primeiro, é necessário entrar em maiores detalhes sobre como funcionou a relação entre história natural e a patronagem.

Nas últimas décadas, se tem percebido algumas mudanças de rota entre os chamados *science studies* e a história da ciência. Segundo a historiadora Lorraine Daston, em um determinado momento, esses dois campos interpretativos estiveram mais alinhados, e possuíam um denominador comum, qual era afastar a visão positivista de produção do conhecimento científico e destacar a interação entre ciência e sociedade. Além disso, ambas deram importância em entender a dinâmica de produção do conhecimento a partir dos conflitos e negociações.

Entretanto, ao passo que as *science studies* deram mais foco em “desnudar” a falsa premissa de autonomia da ciência em relação às questões políticas e sociais – principalmente no período do tempo presente –, a história da ciência cada vez mais focou em complexificar o entendimento sobre o uso de palavras, termos e conceitos no tempo histórico estudado. Isto é, entender a produção e circulação de conhecimento nos termos do contexto histórico analisado.

Foram justamente os historiadores da ciência que se especializaram nos períodos pré-moderno (antigo, medieval e princípio da modernidade) que se esforçaram muito para distinguir não apenas a ciência do passado da ciência presente, mas também a sociedade do passado da sociedade do presente. Na medida em que buscavam na sociologia inspiração, eram os trabalhos de Norbert Elias sobre a sociedade de corte ou as pesquisas de Marcel Mauss sobre o dom que interessavam, não as teorias de interesse de classe ou rede de atores.²⁴⁴

Dessa forma, no que diz respeito ao período histórico da Era Moderna, a historiografia da ciência tem focado na produção e circulação do conhecimento atrelado a questões que caracterizavam a cultura política do Antigo Regime, suas dinâmicas coloniais, problemas econômicos e necessidades político-administrativas.

Uma das estruturas fundamentais do Antigo Regime português consolidou-se em torno da ideia e da prática de serviço/recompensa, dar/receber que interligavam a Coroa portuguesa com os seus vassallos espalhados pelo reino e ultramar. Dessa forma, a economia da mercê, segundo conceituado por Fernanda Olival, foi uma cultura política basilar das relações sociais, cujo pressuposto está na ideia de que o monarca, cabeça da *res publica*, tinha como virtude distribuir recursos aos seus vassallos que prestavam serviços e jurava lealdade ao Rei²⁴⁵. Esses recursos eram concedidos sobretudo em formas de mercês de hábitos das três principais ordens

²⁴⁴ DASTON, Lorraine. *Historicidade e Objetividade*. São Paulo : LiberArs: Liber Ars, 2017, p. 117.

²⁴⁵ OLIVAL, Maria Fernanda de. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar Editora, 2001.

militares que havia em Portugal: Ordem de Avis, Ordem de Santiago e Ordem de Cristo. Mas também poderiam ser em forma de cargos administrativos.

A liberalidade régia foi marcante na história do império português e fundamental para a estruturação e consolidação do processo colonizador, pois garantiram a negociação de serviços e contribuições no ultramar, se tornando para muitos setores do espaço social português como um modo de vida²⁴⁶. O rei poderia honrar seu vassalo *por via da graça*, mas Fernanda Olival destaca que eram mais comuns as concessões de hábitos *por via da justiça*. Ou seja, aquele indivíduo que solicita uma mercê de hábito precisava ter realizado algum serviço em prol da Coroa. É por isso que a autora acredita ser mais adequado o termo *economia da mercê* e não *economia da graça*. A realização de serviços e a concessão de mercês é onde se insere muitas das viagens e produções de conhecimento realizado pelos naturalistas entre os séculos XVIII-XIX.

A concessão de cargos e benesses ao naturalista não servia apenas como incentivo ao serviço régio, mas também foi a maneira pela qual o saber da História Natural e de outras ciências se estabeleceram enquanto “saber legítimo” ao longo da Era Moderna, na Europa. É o que defende Mario Biagioli em sua análise sobre a trajetória científica de Galileu Galilei. A matemática, a mecânica e a astronomia não detinham o mesmo prestígio social da filosofia ou da teologia. Portanto, foi necessária uma inserção na cultura da corte e da patronagem para que o saber de Galileu obtivesse legitimação. Sendo assim, na Era Moderna, a cultura da corte e a patronagem tiveram papel ativo na legitimação de novos saberes, principalmente pela inserção dos cientistas nos espaços sociais de legitimação da época.²⁴⁷

Em fins do século XVIII, se fez necessário inventariar os três reinos da natureza, conhecer quantitativamente e qualitativamente as populações, demarcar territórios e climas locais, tudo a fim de racionalizar a administração política das monarquias e suas colônias.²⁴⁸ Assim, sabendo dessas necessidades, os luso-brasileiros buscaram se inserir nas redes de patronagem régia em Portugal, ao passo que a Coroa portuguesa objetivava conhecer as potencialidades de suas possessões.

Dessa forma, as pesquisas e os estudos da História Natural e dos espaços do reino e ultramar dependiam da participação ativa da Coroa portuguesa no processo, desde a formação ilustrada na Universidade de Coimbra até o patrocínio dos serviços científicos em troca de

²⁴⁶ *Ibid.*

²⁴⁷ BIAGIOLI, Mario. *Galileo, Courtier: The Practice of Science in the Culture of Absolutism*. 1ª edição. Chicago: University of Chicago Press, 1994, p. 16–18.

²⁴⁸ KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 11, n. Rio de Janeiro, 2004.p. 111.

tenças, cargos administrativos ou patentes.²⁴⁹ A mineralogia foi uma das principais áreas de estudo que possibilitaram aos naturalistas e outros agentes a conseguirem mercês e cargos no último quartel do século XVIII e início do século XIX. Vejamos, a seguir.

Escolhido para realizar investigações mineralógicas pelas regiões de São Paulo e Minas Gerais, o professor pardo João Manso Pereira obrou pesquisas sobre minas de ferro e de salitre nessas regiões. Por suas realizações, foi agraciado com pensões e todo tipo de facilidades nas investigações das diferentes capitânicas que passou. Em 18 de março de 1797, D. Rodrigo de Sousa Coutinho avisou a Manso que ele receberia mercê de pensão de quatrocentos mil réis por ano e ajuda de custo nas viagens e nos exames científicos que fossem necessários²⁵⁰. Além desta pensão, anos depois João Manso Pereira também foi agraciado com a pensão de oitocentos mil réis na qualidade de professor de metalurgia²⁵¹.

Os trabalhos nas salitreiras artificiais feitas por Joaquim Veloso de Miranda foram muito bem recebidos pela Coroa, rendendo-lhe, inclusive, elogios do Príncipe Regente D. João. Seu trabalho nas salitreiras deveria continuar, e o governador tinha de dar todas as condições e incentivos para isso, já que era clara a preocupação da Coroa em manter monopólio na exploração deste salitre, que deveria ser sempre “privativa do Soberano”²⁵². Assim, em 22 de setembro de 1798, D. Rodrigo de Sousa Coutinho enviou carta a Bernardo José de Lorena nomeando Joaquim Veloso de Miranda para a Secretaria do governo da capitania de Minas Gerais²⁵³.

Por sua vez, o naturalista Veloso de Miranda agradeceu o seu “benfeitor” por lhe dar confiança e incentivos. A maneira como ele responde diz bastante sobre a cultura política da época:

Segd.^a vez bejo a mão a VEx.^a não so por taõ grd.^e beneficio, mas tambem pela m.^{ta} honra, q. recebo nos meyo, pos q VEx.^a he servido encarregar-me das Ordens de S. Mag.^e. Huã publica confiaçã do meu eterno agradecim.^{to} he a única prova q me he possível dar do m.^{to} q devo ao meu Grande Bemfeitor.²⁵⁴

Até onde foi possível pesquisar, Joaquim Veloso de Miranda não recebeu mercês de Ordens Militares. Contudo, Márcio Pereira defende que mesmo assim Veloso de Miranda

²⁴⁹ RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, Vassallos e Governo a Distância*. 1ª edição. São Paulo: Alameda Editorial, 2008, p. 137.

²⁵⁰ AHU-Cód. 573, fls. 224-225.

²⁵¹ AHU-Cód. 611, fls. 85-87.

²⁵² AHU-Cód. 610, fls. 212-213.

²⁵³ AHU-Cód. 610, fl. 213.

²⁵⁴ AHU-MG-Cx. 147, doc. 41.

recebeu benefícios, como o cargo de Secretário, e era um homem bem-quisto e respeitado, sempre tratado pela alcunha de doutor²⁵⁵.

Em 18 de março de 1797, Dom Rodrigo de Souza Coutinho enviou ofício para Bernardo José de Lorena, governador da capitania de Minas Gerais, afirmando ser de conhecimento da corte que “no Serro Frio existe um hábil sujeito chamado o doutor Couto” e que o mesmo deveria ser encarregado de realizar investigações mais detalhadas sobre as minas existentes na capitania de Minas Gerais. O objetivo era fazer observações sobre as potencialidades mineralógicas, descrevendo-as, classificando-as e de qual “partido que delas se pode tirar”²⁵⁶.

Por sua vez, o governador deu continuidade à solicitação da Secretária de Estado, e o naturalista José Vieira Couto fez excursão para as salinas e outras regiões, dando origem a sua primeira memória científica de 1799²⁵⁷ – que irei analisar em maiores detalhes no capítulo 3 e 4. Como não poderia deixar de ser, Couto foi beneficiado por seus serviços científicos realizados a Coroa. Suas viagens filosóficas geraram remessas mineralógicas e memórias científicas, que se tornaram mais tarde em cargos e benefícios ao naturalista, por reconhecimento de Bernardo José de Lorena e D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Portanto, ao longo de sua trajetória, a negociação por cargos sempre esteve no seu horizonte de expectativas para que pudesse aumentar sua distinção social e prestígio.

Já em 20 de agosto de 1799, por conta dos trabalhos realizados pelo naturalista, Bernardo José de Lorena recomendou Couto para o posto de Coronel do Regimento de Cavalaria de Milícias da Vila do Príncipe²⁵⁸. Fora a justificativa de recompensa aos trabalhos de Couto, o cargo proposto também viria porque o coronel João de Queiróz Monteiro deveria ser substituído, uma vez que se encontrava inabilitado por conta da idade e de doença.

Quase ao mesmo tempo, em 03 de outubro de 1799, o próprio D. Rodrigo solicitou ao governador Lorena que os irmãos Couto fossem logo premiados pelos seus trabalhos²⁵⁹. Este incentivo do Secretário de Estado não era por acaso, mas sim parte de sua política de patronagem às investigações da história natural em benefício do Estado. Ao passo que algumas

²⁵⁵ PEREIRA, Márcio Mota. *Saber e honra: a trajetória do naturalista luso-brasileiro Joaquim Veloso de Miranda e as pesquisas em história natural na capitania de Minas Gerais (1746-1816)*. Tese (Doutorado em História), UFMG, Belo Horizonte, MG, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B2ZPTD>>. Acesso em: 27 jul. 2021. p. 263.

²⁵⁶ AHU – Cód. 610, fls. 202-203.

²⁵⁷ FURTADO, FURTADO, Junia Ferreira. *Estudo crítico*. COUTO, José Vieira. Memória sobre a Capitania das Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas., Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro-Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

²⁵⁸ AHU – MG, Cx. 149, doc. 50.

²⁵⁹ Nesse caso, d. Rodrigo faz referência a José Vieira Couto e seu irmão José Joaquim Vieira Couto. Ver: AHU-MG, Cx. 154, doc. 45.

remessas, memórias e notícias de Couto iam chegando a D. Rodrigo, seus estudos iam sendo reconhecidos.

[...] S. A. R. encarrega a V. S.^a de agradecer muito no Seu Real Nome a estes dois Irmãos, e benemeritos Vassallos o seu bom serviço; e de propôr logo o Premio que se lhes poderia dar [...]. V. S.^a agradecerá tambem ao Doutor Couto a excellente Memoria que mandou sobre a Capitania das Minas Geraes cujo exame foi confiado ao Camara²⁶⁰, que muito aprovou, e que certamente iguala aos outros seus tão distinctos trabalhos podendo segurar a V. S.^a que hum tal homem como o Doutor Couto ha de ser ao Real Serviço da maior utilidade nessa Capitania; e S. A. R. o que adiantar, e formar debaixo da sua Protecção.²⁶¹

No ano seguinte, em 15 de outubro de 1800, não tendo ainda resposta quanta a solicitação de premiação de Couto, Bernardo José de Lorena reafirma o pedido. Contudo, dessa vez acrescenta que além da patente honrosa, o mesmo naturalista deveria ser agraciado “com o soldo competente, como de Tropa viva”²⁶². Esta nomeação não deve passar despercebida. Mesmo após as mudanças econômicas e políticas advindos da vinda da Corte para o Rio de Janeiro, Couto continuou na relação de pagamento das tropas, chegando a receber 109\$200 em setembro de 1822²⁶³. Portanto, a tropa auxiliar ou milícia fez parte da sua renda e da sua trajetória, ao mesmo tempo que atuou como naturalista na capitania mineira.

Não somente o naturalista Couto, mas seus irmãos também tinham inserção dentro da vida militar na capitania. O seu irmão Manoel Vieira Couto era Coronel de milícias, bem como o seu irmão Joaquim José Vieira Couto cadete no Regimento de Cavalaria Regular da Capitania de Minas Gerais²⁶⁴. Além desses, o irmão Antonio Vieira Couto também foi cadete, servindo na Terceira Companhia do Regimento regular²⁶⁵. Inclusive, quando do pedido de promoção para o posto de Sargento-mor do Regimento de Cavalaria de Milícias, Bernardo José de Lorena ressalta a participação de Antonio Vieira Couto nas diligências científicas com José Vieira Couto.

mostrão ser verdadeiro os serviços que apresenta o Sup.^e, que me parece de muito boa conducta, e inteligente depois que tenho tido ocaziaõ de falar com elle, pelo que, o tenho encarregado de ajudar a seu Irmaõ o D.or Joze Vieira Couto nos seus trabalhos em Real Serviço; e Como a Vontade do Principe Regente Nosso Senhor hé sobre tudo, devo acrescentar que se acha sem ser provido o Posto de Sarg.to mor do Regimento de Cavalaria de Milicias de Paracabu, quarto da Comarca do Ryo das Velhas: O

²⁶⁰ D. Rodrigo se refere ao naturalista Manuel Ferreira da Câmara.

²⁶¹ AHU-Cód. 611, fls. 11-18.

²⁶² AHU-MG-Cx. 154, doc. 45.

²⁶³ BN-I-26-09-23.

²⁶⁴ SILVA, Clarete Paranhos da. *O desvendar do grande livro da natureza: as praticas geocientificas no Brasil colonial por meio de um estudo da obra mineralogica e geologica do cientista brasileiro José Vieira Couto, 1798-1805*. Dissertação, UNICAMP, São Paulo, 1999. p. 49. Além disso, para o caso de Manoel Vieira Couto, Cf. AHU-MG-Cx. 161, doc. 8.

²⁶⁵ AHU-MG-Cx. 160, doc. 116.

Mesmo Augusto Senhor rezolverá com a Justiça e Generosidade que sempre costuma.²⁶⁶

Contudo, segundo Clarete Paranhos da Silva, dentre os irmãos do naturalista Couto, quem mais participou e lhe ajudou ativamente nas viagens e expedições naturais foi o capitão José Joaquim Vieira Couto²⁶⁷, fato que também corroboro. Ele atuou como militar na capitania mineira, tendo influência política no espaço diamantino como procurador do Serro Frio. A construção de sua trajetória deu-se, em grande medida, pelos serviços militares. Entretanto, uma parte importante de sua atuação se cruza com a de seu irmão naturalista, dando-lhe apoio nas viagens e diligências científicas. Não por acaso, quando D. Rodrigo faz menção de premiar José Vieira Couto pelos trabalhos realizados, faz questão de mencionar também a participação de José Joaquim nas tarefas científicas, afirmando que “[...] Sua Alteza Real encarrega a Vossa Senhoria de agradecer muito no seu Real nome a estes dois irmans e beneméritos Vassallos o seu bom Serviço, e de propor logo o premio, que se lhes poderia dar [...]”²⁶⁸.

Na carta de 15 de outubro de 1800, em que Bernardo José de Lorena havia reafirmado o pedido de mercê à José Vieira Couto para o cargo de Coronel de milícias, também é reafirmado o pedido de benefício ao capitão José Joaquim, que poderia ocupar o cargo vago de “terceiro caixa da Administração Diamantina, que rende trez mil cruzados”²⁶⁹. O governador salienta que o capitão teria o conhecimento necessário para tal cargo e que, portanto, a Real Fazenda poderia economizar empregando-o²⁷⁰.

Contudo, não era esse cargo que José Joaquim intencionava. Junto à carta do governador estava incluso um requerimento do próprio José Joaquim, na qual ele descreve todo seu esforço e trabalho empregado nas diligências científicas, e deixa claro que gostaria de ser promovido ao posto de Coronel agregado ao Segundo Regimento de Cavalaria de Milícias do Arraial de Tijuco, Comarca do Serro Frio²⁷¹.

A inserção de Couto e seus irmãos na tropa é importante de ser destacado. No caso específico de José Vieira Couto e José Joaquim Vieira Couto, os cargos militares serviram como

²⁶⁶ AHU-MG-Cx. 157, doc. 54.

²⁶⁷ SILVA, op.cit., p. 56.

²⁶⁸ AHU-MG-Cx. 160, doc. 9.

²⁶⁹ AHU-MG-Cx. 154, doc. 45.

²⁷⁰ AHU-MG-Cx. 156, doc. 47.

²⁷¹ Diz ainda o suplicante que agregado ao posto de Coronel de Cavalaria de Milícias deveria receber soldo de Sargento-mor de Dragões igual ao que receberia o Sargento-mor Antonio Joze Dias Coelho, “com sua respectiva montada para melhor continuar o suplicante no Serviço de V. A. R.; pago imediatamente pella Real Fazenda”. Cf. AHU-MG-Cx. 156, doc. 47.

moeda de troca por conta dos serviços científicos realizados. Dessa forma, é necessário ater-se com mais detalhes para o papel que as tropas de milícias exerciam naquele contexto.

Criada alguns anos após o processo de Restauração portuguesa (1640), a Tropa Auxiliar ou milícia²⁷² foi um importante força militar do império português, cujo papel nas possessões ultramarinas foi de auxiliar às Tropas de 1ª linha, bem como de defesa das fronteiras territoriais. Quanto a esta defesa territorial, principalmente referente aos espaços coloniais, Maria José Wehling e Arno Wehling afirmam que foram atribuídas, pelas reformas pombalinas, maior peso na proteção territorial e do espaço colonial às milícias e às ordenanças²⁷³. Além disso, segundo Nelson Werneck Sodré, as milícias realizavam transporte de ouro, guardavam registros de passagem e poderiam também exercer policiamento local²⁷⁴.

A milícia não tinha dedicação exclusiva, eram móveis e quando acionadas para alguma diligência deveriam receber soldo. Para compor a tropa, eram arregimentados os isentos das Tropas Pagas, aqueles que não foram convocados, e os casados em idade militar. Organizavam-se em terços/regimentos, cujo comando era do mestre de campo/coronel de milícia: figura de conhecido prestígio social local.

A fim de explicitar o vínculo entre o posto de Mestre de Campo e a elite local, importante é destacar os critérios eletivos que norteavam as nomeações dos oficiais de alta patente das Tropas Auxiliares: para o posto de Mestre de Campo – comandante dos Auxiliares – eram escolhidos aqueles dentre os denominados principais da terra.²⁷⁵

Numa sociedade colonial, ainda marcada por relações políticas do Antigo Regime português, corporativa, de extrema desigualdade e hierarquização das diferentes esferas sociais, fazer parte de algum oficialato ou cargo poderia significar uma diferença em relação aos indivíduos no seu entorno. Nesse sentido, Laura de Mello e Souza reforça que, em Minas Gerais,

²⁷² Em decreto de 07 de agosto de 1796, a Tropa auxiliar passou a se denominar de Tropa de milícias, elevando-a à categoria de tropa de segunda linha. O decreto também transformou os cargos de mestre de campo, que passaram a ser chamados de coronéis de milícias. Deixou de se organizar em terços para formação de Regimentos (de inspiração francesa).

²⁷³ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. Exército, milícias e ordenanças na Corte Joanina: permanências e modificações. *Revista da Cultura*, v. Ano VIII, n. 14, 2008, p. 27.

²⁷⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2ª edição. [s.l.]: EDITORA EXPRESSÃO POPULAR, 2010, p. 62–63.

²⁷⁵ MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. Os corpos de Ordenanças e Auxiliares: sobre as relações militares e políticas na América Portuguesa. *História: Questões & Debates*, v. 45, n. 2, 2006, p. 42. Sobre o conceito de nobreza ou principais da terra, ver RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e Ultramar Hispânico, Séculos XVII e XVIII*, 1ª edição. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Editora FGV, 2015; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime*. *Almanack Braziliense*. n. 2, p. 21–34, 2005.

um mundo “sem títulos, e onde o comércio era a principal via para o enriquecimento, os postos militares passaram a ser procurados por conferirem *status* e honra”²⁷⁶.

Contudo, as baixas patentes militares não necessariamente alçavam esse prestígio, mas sim cargos como os de coronel ou sargento-mor²⁷⁷. Dessa forma, como deixa claro Cristiane Mello na passagem supracitada, a escolha do mestre de campo ou coronel era delimitada a partir de critérios que diziam respeito aos indivíduos considerados principais da terra, “as pessoas mais nobres e honradas e, portanto, as mais capazes de exercerem o comando, assim porque deles se deve esperar que, por serem de qualidade, e afazendados, acudam com maior vontade a defesa da sua Patria”²⁷⁸

Nesse sentido, dentro da lógica de economia da mercê, a nomeação do cargo de coronel de milícia feito por Bernardo José de Lorena ao naturalista Couto devido aos seus serviços científicos, estabeleceu uma ligação entre produção de conhecimento científico, principalmente o mineralógico, com a esfera militar na Capitania de Minas Gerais. É interessante notar como o governador argumenta em prol do naturalista tijucano devido ao seu verdadeiro zelo, esforço e trabalho, mas também porque, ocupando tal posto, ele poderia dispor de pessoas que pudessem ajudá-lo nas diligências científicas. Isto é, poderia contar com soldados, cuja participação nas expedições era recorrente e ajudava nas execuções das investigações²⁷⁹. Assim, reforça-se a ideia de que as expedições e viagens filosóficas expendiam grandes esforços, sendo necessário, para além do naturalista, outros agentes que ajudassem na execução dos trabalhos²⁸⁰.

Outra possível motivação de ser destacada para a concessão deste cargo à Couto, é a possibilidade de mobilização das tropas milicianas durante as expedições. Assim, para além dos conhecimentos da história natural da capitania e de suas potencialidades econômicas, demarcar e ocupar territórios colocava-se como imperativo importante. Este fato não passa despercebido pelo governador Lorena, pois quando do envio de ofício para Visconde de Anadia informando sobre os resultados de expedição realizada por Couto, ressalta o ensaio feito pelo naturalista e chama atenção que “[...] além das utilidades recontadas tirou-se a maior do

²⁷⁶ MELLO E SOUZA, Laura de. *O sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 169.

²⁷⁷ SILVA, Bruno Cezar Santos da. *Entre defesa e ordem: os corpos militares da Paraíba na trama da subordinação à capitania de Pernambuco (1755-1799)*. Dissertação (mestrado em História), UFPB, Paraíba, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br>>. Acesso em: 5 jun. 2021. p. 22–23.

²⁷⁸ “Carta Régia sobre a Criação de Soldados Auxiliares, Lisboa, 7/1/1645”. In: *Collecção Chronologia da Legislação Portuguesa compilada por José Justino de Andrade e Silva, v. de 1640 a 1647, p. 271-272*. Apud: MELLO, Os corpos de Ordenanças e Auxiliares: sobre as relações militares e políticas na América Portuguesa, p. 32–33.

²⁷⁹ AHU – MG, Cx. 149, doc. 50.

²⁸⁰ RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, Vassallos e Governo a Distância*. 1ª edição. São Paulo: Alameda Editorial, 2008. p. 139.

conhecimento verdadeiro local, para se disporem as guardas, e patrulhas de forma que não possam entrar garimpeiros [...]”²⁸¹.

Por ser um esforço coletivo, não foi somente Couto que na execução de seus trabalhos seria contemplado com benefícios. Em 15 de julho de 1799, o governador Bernardo José de Lorena fez um ofício relatando sobre a expedição com destacamento de Tropa Regular, comandado pelo Sargento mor Antonio Joze Dias Coelho, o Sargento-mor do Primeiro Regimento de Cavalaria de Milicias do Ouro Preto, Manoel Antonio de Magalhaes, Doutor Intendente do Ouro da Comarca do Rio das Velhas Francisco de Paula Beltrão e o naturalista José Vieira Couto “seguiu como naturalista em serviço, de Sua Alteza Real, para todos os exames mineralógicos, e metalúrgicos em lugares tão remotos”²⁸². Teve a ajuda de um guia, o Capitão Isidoro²⁸³.

Posteriormente, em 06 de fevereiro de 1802, Bernardo José de Lorena retoma esse ofício, reenviando uma cópia e propondo benefícios aos participantes da expedição. A expedição gerou remessas de diamantes, cobre e dentre outros produtos mineralógicos. Além disso, essa expedição serviu de base para confecção da *Memória* de 1801, fundamental na trajetória científica de Couto e que iremos analisar a fundo no capítulo 3 e 4 desta dissertação.

Bernardo José de Lorena considera que, por conta do trabalho realizado, Couto “bem merece que o Príncipe Regente Nosso Senhor o queira honrar com o Hábito da Ordem de Christo. Ele se não poupa a trabalhar, nem incomodos pelo Serviço do mesmo Augusto Senhor.”. Entretanto, até onde pude pesquisar, Couto não foi agraciado com esta mercê de Hábito da Ordem de Cristo. Ainda assim, a intenção e o fato do governador enviar para Visconde de Anadia mostram a força da patronagem e da relação entre Lorena e Couto. Além de Couto, o governador de Minas julgou importante mencionar os trabalhos realizados pelo resto da tropa de exploração, cujo esforço deveria também ser recompensado.

Mesmo em um momento político e econômico distinto, Couto continuou tendo determinada relevância quanto aos estudos que realizava. Não por acaso, em 17 de agosto de 1814, Conde de Aguiar avisa às Juntas da Administração e Arrecadação Real da fazenda de Minas Gerais a necessidade de continuar pagando gratificação de mil e duzentos reis por dia, além das despesas empregadas nas viagens filosóficas, ao naturalista Couto²⁸⁴.

²⁸¹ AHU-MG-Cx. 161, doc. 25.

²⁸² AHU-MG-Cx. 161, doc. 25.

²⁸³ AHU-MG-Cx. 149, doc. 5.

²⁸⁴ BN-26-26-059.

As gratificações e ressarcimentos dos gastos realizados nas viagens demonstram um aspecto fundamental da relação entre naturalista e Coroa portuguesa e a conjugação de interesses de ambos os lados. Nesse sentido, as viagens para as salinas, bem como para outras regiões da capitania mineira, deram a Couto resultados como remessas e memórias que possibilitaram a constituição de argumentos favoráveis a si na obtenção de benesses dentro da lógica da relação patronal entre Estado e vassalo. Essa relação patronal pode ser vista também através das homenagens que José Vieira Couto fez ao nomear algumas das regiões encontradas e exploradas por ele: Monte Rorigo²⁸⁵ em referência a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, e Nova Lorena Diamantina em homenagem ao governador Bernardo José de Lorena²⁸⁶

Dentro do sistema de patronagem em que a história natural estava inserida, Couto soube negociar e construir uma narrativa própria a fim de que fosse possível conseguir recursos e postos. Nesse sentido, o saber como moeda de troca possibilita o jogo de interesses entre os dois lados do Atlântico que, quando alinhados, ajudavam na centralização do poder monárquico²⁸⁷.

2.3.1. A construção narrativa do naturalista “zeloso”: embates de poder entre José Vieira Couto e o Intendente dos Diamantes

Os envios de remessas não eram apenas prestação de contas dos serviços realizados a Coroa. Mais do que isso, serviam como meio de relatar problemas de diferentes naturezas, encontrados durante a execução das viagens e dos ensaios laboratoriais. Dessa maneira, o envio de remessas e cartas ajudaram na criação de um canal de comunicação direta para expressão das necessidades, interpretações pessoais e intenções dos naturalistas.

Em 14 de junho de 1798, José Vieira Couto avisou que teve de construir seu próprio laboratório químico, já que normalmente para realizar análises de classificação de metais, minérios e sais era necessário fazer alguns ensaios químicos. Entretanto, os cadinhos²⁸⁸ que ele

²⁸⁵ AHU-MG-Cx. 166, doc. 77. Ver também: COUTO, José Vieira. *Memória sobre as salitreiras naturaes de Monte Rorigo; Maneira de as auxiliar por meio das artificiaes; Refinaria do Nitrato de Potassa, ou Saitre; Escrita no ano de 1803*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia. 1809.

²⁸⁶ COUTO, José Vieira. *Memória sobre as Minas da Capitania de Minas Geraes, suas descripções, ensaios, e domicilio proprios a maneira de itinerario com um appendice sobre a Nova Lorena Diamantina, sua descripção, suas producções mineralogicas e utilidades que d'este pais possam resultar ao Estado*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Minas Gerais: Imprensa Oficial de Minas Gerais. 1905. p. 135.

²⁸⁷ RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, Vassalos e Governo a Distância*. 1ª edição. São Paulo: Alameda Editorial, 2008. p. 137.

²⁸⁸ Segundo dicionário de época, cadinho pode ser definido como “Vaso de terra de fundir metáes, terras, fusíveis, &c. usado pelos ouriveis, chimicos, &c.”. Cf. Silva, Antonio de Moraes. Bluteau, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes*

havia construído com argila da região não duravam e acabavam derretendo. Este empecilho atrasou a execução de suas tarefas, e fizeram com que ele solicitasse a D. Rodrigo de Sousa Coutinho o envio de cadinhos de maior qualidade, além de enviar outros materiais como água forte e nitro²⁸⁹.

A precariedade na execução dos ensaios químicos parece ter sido uma constante durante a atividade de Vieira Couto. Um pouco mais de um ano depois de reclamar a falta de cadinhos de qualidade, em 30 de julho de 1799, o naturalista relatou a D. Rodrigo dificuldades na execução de experiências químicas para classificação de um metal, porque seu laboratório não tinha vasos de vidro. Portanto, José Vieira Couto pede o envio deste material, uma vez que segundo ele não seria possível achar tal produto naqueles “sertões”.²⁹⁰

Esses relatos de Couto não devem ser interpretados como relatos desinteressados. Ao contrário, se olharmos para maneira como ele descreve e narra os problemas enfrentados, encontraremos a criação de uma narrativa que busca valorizar seu esforço na execução das tarefas científicas, ressaltando os custos bancados por conta própria e demonstrando seu zelo em cumprir os serviços delegados por sua Majestade. Sobre a realização das expedições científicas, José Vieira Couto ressalta as dificuldades:

[...] estas descobertas e exames tenho-as feito todas á minha custa, e o que admira mais ate a expor-me á ser insultado e prezo pelos guardas que estão para isso bem avisados, de sorte que não posso viajar como Mineralogico, porem com hum cao de caça, e huma espingarda ao hombro he-me concedido a observar o que eu quiser: ainda menos mao, e desta indústria me tenho valido para mostrar ao Estado as imensas riquezas que possuía, e ao mesmo tempo ate hoje as ignorava.²⁹¹

Percebe-se, portanto, a ênfase na sua “bravura” diante dos desafios impostos para realização das investigações mineralógicas. Os constrangimentos que teve de passar durante as viagens, por guardas que restringiam sua movimentação entre diferentes jurisdições, era enfrentado por seu cão de guarda e sua espingarda, tudo para mostrar ao “Estado as imensas riquezas que possuía, e ao mesmo tempo até hoje as ignorava”. Assim, o naturalista se coloca numa posição de enfrentamento daqueles que estariam atrasando o engrandecimento do Estado por dificultar o acesso e conhecimento de riquezas que não poderiam mais ser ignoradas. A proibição de sua movimentação foi feita pelo Intendente dos diamantes João Inácio do Amaral Silveira, caso que veremos a seguir.

Silva natural do Rio de Janeiro. 1. ed. Lisboa, Simão Tadeu Ferreira, MDCCLXXXIX [1789]. 2v.: v. 1: xxii, 752 p.; v. 2: 541 p. p. 319.

²⁸⁹ AHU-MG-Cx. 145, doc. 12.

²⁹⁰ AHU-MG-Cx. 149, doc. 30.

²⁹¹ AHU-MG-Cx. 149, doc. 30.

Além dele, seu irmão José Joaquim Vieira Couto também se utilizou bastante deste artifício narrativo. Em 13 de agosto de 1802, José Joaquim mandou um requerimento a Bernardo José de Lorena solicitando o cargo de Coronel de milícias do 1º Regimento da Comarca do Serro Frio, e nele descreve as dificuldades encontradas durante a expedição científica.

É ressaltado o fato deles não gastarem nenhum recurso da Real Fazenda, utilizando-se, em grande parte, de renda própria e de seus escravos. Nos caminhos empreendidos durante as viagens, localizadas em “ermos Sertoens ainda não pizados por vestigio Humano, varando espesas matas apenas habitadas de Tribus errantes”, os irmãos Couto teriam enfrentado rios de difícil locomoção e lutando contra “Barbaros”²⁹².

E por que o Sup.e se espoz a evidente perigo de vida que muitas vezes correu, empregou os seus exforços nas indagaçoens que apresentou com grande vantagem para as [?] da Coroam e gloria do Estado; cujas riquíssimas produçoens Metalicas, faraõ Epoca, nos Anaes da Nacaõ Portugueza trazendo alembranca o nome do seu respetivo General o Ex.mo Bernardo Joze de Lorena debaixo de cujas providencias, e energicas Ordens se fizeraõ taõ emportantissimas descubertas²⁹³

Além disso, José Joaquim argumentou que outros moradores e naturalistas foram agraciados com honrarias, apesar de terem feito descobertas mineralógicas de baixa relevância e de pouco ineditismo. Ao passo que ele e seu irmão haviam feito descobertas mineralógicas novas e ainda não teriam recebido mercê tal qual outros naturalistas. Esse argumento é corroborado pelo governador Bernardo José de Lorena, o que fortaleceria a visão dos irmãos Couto.

Em carta anterior, datada de 19 de março de 1799, José Joaquim Vieira Couto havia descrito relato parecido, dizendo que durante viagem filosófica utilizou escravos dele, “todos providos do preciso a minha custa; e sem despeza alguma da Real Fazenda”²⁹⁴ para enfrentar rios turbulentos, com animais perigosos e terrenos que não poderiam atravessar a cavalo. Dessa forma, não basta apenas a descoberta e a qualidade da produção científica, mas construir uma narrativa em volta de si mesmo que o valorize diante da dinâmica de vassalagem que ainda constitui uma boa parte da prática de Estado do final do antigo regime.

Diante dessa dinâmica, um momento da trajetória dos irmãos Couto se destaca como bom exemplo dessas relações de poder e construção de imagem para si de vassalos dedicados ao serviço real: quando do conflito com o Intendente dos diamantes João Inácio do Amaral Silveira. Para além da inimizade, do teor de vingança e das paixões que o caso possui, esse foi

²⁹² AHU-MG-Cx. 164, doc. 67.

²⁹³ AHU-MG-Cx. 164, doc. 67.

²⁹⁴ AHU-MG-Cx. 147, doc. 35.

um fatídico exemplo do conflito de jurisdições, típica do Antigo Regime português, no processo de expedição das viagens científicas.

Quando da realização de uma de suas primeiras expedições, José Vieira Couto encontrou-se impedido de transitar dentro da Demarcação Diamantina pelo então Intendente dos diamantes João Inácio do Amaral Silveira. Diante deste problema, o naturalista escreve, em 07 de agosto de 1798, para o governador Bernardo José de Lorena contando em detalhes o problema que enfrentava com o Intendente. Segundo Couto, o Intendente teria começado a perseguição pelo seu irmão – o naturalista não menciona qual dos irmãos, mas suponho ser José Joaquim Vieira Couto porque era quem mais lhe ajudava nas expedições científicas. Nesse sentido, o Intendente teria tentado expulsar seu irmão da demarcação como retaliação ao fato de Couto não ter lhe pedido permissão para transitar dentro da demarcação para fazer exames mineralógicos.²⁹⁵

A perseguição do Intendente não teria parado por aí. Além de importunar o irmão do naturalista, Couto afirma que João Inácio do Amaral Silveira tirou-lhe a ocupação de médico do Hospital da Real Extração, cargo que Couto ocupava há pelo menos 15 ou 16 anos, bem como teria expulsado os escravos que Couto alugava para Real Extração. Na tentativa de tentar contornar esses problemas, o naturalista chega a enviar uma carta para o Intendente dizendo-lhe que partiria em viagem mineralógica, que deveria ser feita “dentro e fora da Demarcação, por onde melhor me levarem os objetos de quem me acho encarregado pela mesma Senhora”²⁹⁶, além de levar instrumentos de minerar – que ajudariam na extração de rochas.

Contudo, em 4 de setembro de 1798, João Inácio do Amaral avisou a Couto que ele estava proibido de circular por dentro da Demarcação, podendo somente realizar exames com instrumentos de minerar por fora da Demarcação. Isso permaneceria assim até segunda ordem do governador Bernardo José de Lorena. Entretanto, o que subjaz este conflito? É perceptível uma disputa jurisdicional acerca da circulação e quem teria poder para mandar e desmandar nesta circulação. Na visão do próprio Intendente, quando avisou ao governador o seu ponto de vista, disse não compreender que, quando Couto recebeu a ordem real para realizar exames mineralógicos na Comarca do Serro Frio, estava aí subtendido a Demarcação Diamantina. Isso porque na visão do intendente

[...] duvidava fosse da mente de Sua Mag.e que de baixo da palavra Comarca, ficasse taõbem compreendida a Demarcação Diamantina; por que se Sua Mag.e não queria

²⁹⁵ AHU-MG-Cx. 145, doc. 46.

²⁹⁶ AHU-MG-Cx. 145, doc. 46.

que atrecede se descobrirem Minas de Ouro, o mais precioso de todos os metaes se andassem explorando, e subcavando as Terras Diamantinas [...] ²⁹⁷

Nesse sentido, o Intendente tinha uma percepção diferente acerca do alcance jurisdicional no qual a Comarca do Serro Frio abraçava. Assim, no seu ponto de vista, esses seriam os motivos de não deixar Couto andar pela Demarcação com instrumentos de minerar, uma vez que haveria regras proibitivas para tal ação devido também aos casos de contrabando de diamantes.

José Vieira Couto tinha avisado ao Intendente que não estava exceptuado a circulação pela Demarcação, e que seria de interesse da Coroa portuguesa justamente que fossem exploradas e estudadas os produtos mineralógicos da Demarcação que, na sua visão

he hum Paiz verdadeiramente metálico, as muitas e numerosas lavras, e lasgoens que nella há, he o que tem mais que ver, além disso sendo a tal Demarcação o terreno hoje mais importante de toda a Comarca para as utilidades, e interesses Regios, por isso mesmo he que nella cabe bem os exames de hum Mineralogista, talvez esse fosse o principal pensamento de Sua Mag.de quando me ordenou, que lhe deve huma Carta exacta da Mineralogia da Comarca do Serro Frio. ²⁹⁸

Mesmo após entrar em contato com o governador, o problema continuou. Por isso, um ano depois, em 4 de janeiro de 1799, o naturalista enviou uma carta diretamente ao secretário de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho contando todo o histórico de problemas que havia passado com o Intendente. Couto afirmou que achava ter acabado o problema, quando mais uma vez foi impedido por um soldado de averiguar uma mina de enxofre pela região, fora da estrada, mas perto de uma guarda diamantina. Segundo ele, o Intendente teria aprovado atitude do soldado em não o deixar investigar a mina. ²⁹⁹

Assim, foi somente quando o caso chegou a instâncias maiores de poder é que começou a ser solucionado. Em 19 de setembro de 1799, D. Rodrigo manda que o governador Bernardo José de Lorena protegesse o naturalista dos possíveis constrangimentos que o Intendente viesse a causar. Além disso, informa que na sua opinião o Intendente logo teria um sucessor. ³⁰⁰ Dessa maneira, tanto D. Rodrigo, quanto Bernardo José de Lorena ficaram ao lado de Couto.

O conflito com o Intendente teve repercussão para além de Vieira Couto, respaldando também em seus irmãos e em outros moradores da Demarcação. Segundo Júnia Furtado, em 1799, o conflito teria se acirrado fortemente, o que levou os moradores da Demarcação a elegerem José Joaquim Vieira Couto como procurador do povo da Demarcação e a redigirem

²⁹⁷ AHU-MG-Cx. 145, doc. 46.

²⁹⁸ AHU-MG-Cx. 145, doc. 46.

²⁹⁹ AHU-MG-Cx. 147, doc. 3.

³⁰⁰ AHU-Cód. 611, fls. 8-11.

uma petição à Rainha contra o Intendente. Assim, José Joaquim teria ido a Portugal levar o documento e tentar agilizar o processo.³⁰¹

Afinal, o que podemos concluir deste caso? Em primeiro lugar, é evidente que a produção de conhecimento científico sofre influências do contexto de produção. Nesse sentido, as expedições as quais foram designadas para serem realizadas por Couto estiveram dentro da dinâmica administrativa da monarquia portuguesa, bem como da sua cultura política. Isso ressalta o fato do naturalista, mesmo sendo um “homem de ciência”, saber jogar com as instituições.

Dessa maneira, Couto busca solução para o conflito com o governador e com o secretário de Estado e, através de suas cartas, sempre ressalta o esforço que fez para realizar as averiguações mineralógicas da Comarca, mesmo sofrendo o empecilho do Intendente. Quando foi proibido de investigar com instrumentos de mineração as coisas “uteis ao Real Serviço” e a “Pátria”, Couto não desinteressadamente ressalta que faria as investigações mesmo sem os instrumentos e iria “rancando como puder com minhas maons as pedras”³⁰².

Quando o Intendente duvidou do que Couto poderia fazer nessas investigações mineralógicas, isto é, se aproveitar para contrabandear ouro e diamante, Couto ressaltou seu lado digno de serviço a Coroa, dizendo que “o meu caracter de desinteresse e amor do honesto he muito conhecido neste Tejuco, e eu aprezar de todas as deivozias deste Intendente não sou capaz de hir agora tentar afortuna á custa dos Diamantes de Sua Mag.de á titulo de observaçoens mineralógicas.”³⁰³.

Portanto, Couto construí uma imagem de si como “bom vassalo” e, ao mesmo tempo, cria na imagem do Intendente a figura dos problemas que a Demarcação passava. Em suas próprias palavras, o naturalista afirma que:

Ex.mo Snr. eu tenho huma alma soffredora, e mormente, quando vejo que a clamidade he publica, e não sou só eu o que soffro; soffre toda esta infelis Demarcação a trez annos a esta parte, o Povo foge como atônito por todos os lados, e a despovoão, o alarido fere já muito ao longe, e estou certo que muitas vezes terá taõbem chegado aos ouvidos de Vossa Ex.a e a furia deste homem longe de cohibir-se, e envergonhar-se cresce de mais á mais; e porque rezão não soffrerei eu tão bem! Maz Ex.mo Senhor, quando eu olho por outra parte, e vejo que quando qualquer lembraça, que Sua Magestade tem de qualquer Vassallo, e que o chama para o Seu Serviço esta he huma boa ventura, que entra no domicilio deste Vassallo, que lhe grangea, estima, e utilidades; e vejo ao Contrario que para com migo não tem suadido assim, pois soffri huma expulça

³⁰¹ FURTADO, Junia Ferreira. *Estudo crítico*. COUTO, José Vieira. Memória sobre a Capitania das Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas., Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro-Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. p. 107.

³⁰² AHU-MG-Cx. 145, doc. 46.

³⁰³ AHU-MG-Cx. 145, doc. 46.

violenta, e injurioza do para o que vou dar principio ás minhas viagens, e findas ellas porei presente a Vossa Ex.a o resultado dos meus trabalhos.³⁰⁴

Assim, o conflito da família Vieira Couto, em específico de José Vieira Couto, com o Intendente torna-se não um mero caso particular, mas uma “calamidade pública” com reflexos em todo povo de Tijuco. Neste caso, é colocada na figura do Intendente a posição de alguém que desvirtua o bem-comum. Ainda assim, Couto deixa clara a sua “bravura”, quando impedido de circular, continuaria realizando as análises mineralógicas, nem que tivesse que usar seu cão de guarda e a espingarda, como havia destacado no texto mais acima.

A posição de Vassalo zeloso no qual Couto se coloca é fundamental para suas intenções particulares de remover o Intendente do cargo, assim como conseguir cargos e honrarias de seu serviço enquanto naturalista. Por isso, Couto não cessa em destacar que serve a monarquia mesmo com as desavenças políticas de um usurpador do poder real, em sua visão, e das dificuldades estruturais para realização de ensaios laboratorias. Como destaca aqui

Seis mezes há que vi-me na percisaõ de escrever a V. Ex.a dando p.e dos incommodos q. tenho soffrido, tanto na falta dos meios de subsistencia, q. o presente governo de Tejuco me tem procurado, e m.to principalm.te depois q. ensaiei a me occupar no serviço de S. Mag.e, como ainda nos obstaculos feitos pelo mesmo p.e q. não observe eu a Demarcação Diamantina, e do que m.to se comprazem ainda hoje estes Ministros; mas nada disto tem afroxado o meu Zelo e fervor p.a estas couzas, antes mais me applico, e o ceo tem favorecido os meus trabalhos. Nesta presente remessa dou á manifesto requissimas e imensas minas de cobre [...] ³⁰⁵

Para Júnia Furtado, este caso significou um típico exemplo dos conflitos das elites locais e famílias poderosas de Arraial de Tijuco. Nesse sentido, quando João Inácio do Amaral Silveira chega ao poder como Intendente, ele teria privilegiado algumas famílias, ao passo que outras famílias de prestígio local se sentiram lesadas do poder, como no caso dos Vieira Couto. Dessa maneira, foi aberto um campo de disputas políticas locais, que não se reduziram apenas nessa contentada entre Couto e João Inácio do Amaral. Não por acaso, quando obtiveram sucesso na retirada de João Inácio do Amaral do cargo, a família Couto correu atrás de cargo e patentes.³⁰⁶

Já para Nívia Pombo, as desavenças e conflitos advinham justamente porque o Intendente João Inácio seria um “cumpridor das leis” e “apego em obedecer à risca as determinações do Regimento de 1771”. Como por exemplo, quando o Intendente desacredita que a ordem real para que José Vieira Couto realizasse investigações mineralógicas pela Comarca do Serro Frio estivesse af incluso as jurisdições da Demarcação Diamantina, uma vez

³⁰⁴ AHU-MG-Cx. 145, doc. 46.

³⁰⁵ AHU-MG-Cx. 149, doc. 30.

³⁰⁶ FURTADO, Junia Ferreira. *O livro da capa verde. O regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da Real Extração*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra Annablume, 2012. p. 107.

que esta localidade teria uma disposição diferenciada administrativamente desde o Regimento de 1771.³⁰⁷

Contudo, no meu modo de ver, esta visão da historiadora Nívia Pombo parece incorrer no erro de simplificar a dinâmica social e administrativa da Demarcação Diamantina, assumindo a postura de dizer que o Intendente simplesmente fez cumprir as determinações do Regimento Diamantino. Assim, uma vez que só fez cumprir o que era determinado pelo Regimento, isso se traduziria em conflitos locais devido ao fato de o Regimento ser autoritário.

É importante lembrarmos do argumento já feito no primeiro capítulo, retomando os pontos de Júnia Furtado, quando diz que esta visão de que o “mal” estaria pura e simplesmente no Regimento diamantino e na maneira pela qual se estruturou a administração naquela localidade, seria uma narrativa da elite local tijuicana que saiu “vencedora” na memória do lugar. Esta narrativa foi comprada acriticamente pela historiografia posterior, principalmente por Joaquim Felício dos Santos.

Sendo assim, é necessário demarcar que a sociedade tijuicana era mais complexa, o que se traduziria em disputas políticas e negociações locais. Se retomarmos os argumentos que Couto faz sobre o Regimento diamantino em sua Memória de 1799, entenderemos que ele possui um posicionamento crítico, mas que não é contrário ao sistema colonial como um todo. Como ele mesmo argumenta, “as Ordens da Soberana atropelada nos seus próprios domínios sob frívolas etiquetas de jurisdiçoens, porem no fundo das cousaz tudo para impossibilitar me de bem servir a Sua Mag.de e para cerrar baixas vinganças e ódios”³⁰⁸.

Em suma, esta seção teve o objetivo de destacar a importância de o naturalista José Vieira Couto enviar remessas mineralógicas e cartas a fim de criar um canal de comunicação com os agentes régios, cujo efeito não foi só uma prestação de contas as ordens régias, mas também um meio pelo qual o naturalista pode externar suas demandas, ideias e problemas. Nesse sentido, não bastou apenas a produção de um trabalho científico de qualidade, mas ter uma leitura sobre a cultura política da época e criar, nos termos que Mario Biagioli utiliza, um *self-fashioning*³⁰⁹ em cima de sua figura pública. Isto é, um processo de construção de identidade através da narrativa de um naturalista “zeloso” ou um “bom Vassalo”.

³⁰⁷ POMBO, Nívia. *O Palácio de Queluz e o mundo ultramarino: circuitos ilustrados* (Portugal, Brasil e Angola, 1796-1803). Tese (Doutorado em História), UFF, Niterói, RJ, 2013. p. 247.

³⁰⁸ AHU-MG-Cx. 145, doc. 6.

³⁰⁹ BIAGIOLI, Mario. *Galileo, Courtier: The Practice of Science in the Culture of Absolutism*. 1ª edição. Chicago: University of Chicago Press, 1994.,

2.4. Conclusão

Este capítulo teve o objetivo de abordar a História Natural como instrumento e linguagem política que fundamentou as ações políticas das monarquias europeias, a partir do destaque na trajetória do naturalista José Vieira Couto a serviço da Coroa portuguesa em finais do século XVIII e início do XIX. A “utilidade” do conhecimento da História Natural serviu aos interesses dos Estados em melhorar e desenvolver sua economia e administração, principalmente no que diz respeito as riquezas coloniais que poderiam ser direcionadas a favor da monarquia.

Dessa maneira, a partir da análise da trajetória científica e dos envios de cartas e remessas mineralógicas de José Vieira Couto, busquei entender o contexto da pesquisa mineralógica e sua relação com as demandas do Estado português. Para isso, parti do pressuposto de analisar a figura histórica de Couto como a de um naturalista “reformador”, que ajudou na execução do projeto político de D. Rodrigo de Sousa Coutinho em conhecer as riquezas naturais das possessões portuguesas, focando especificamente na região de Minas Gerais.

Nesse sentido, a figura do naturalista ganha destaque como um interlocutor entre a natureza e o Estado, capaz de observar, classificar e decifrar as riquezas da natureza que pudessem ser mais proveitosas ao benefício da Coroa. Em Portugal, a História Natural alinhou-se com as demandas da Coroa em tentar conhecer as riquezas de suas possessões ultramarinas, diante de um contexto que o secretário de Estado, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, tentava dinamizar a economia colonial e modernizar a administração. A Universidade de Coimbra teve papel ativo na formação ilustrada dos naturalistas que realizaram viagens filosóficas e redigiram memórias sobre a História Natural da monarquia portuguesa.

No caso específico de Minas Gerais, a preocupação com a retomada da economia mineradora e os problemas que acarretaram sua decadência foi uma constante problemática dos moradores, agentes régios e naturalistas. As investigações mineralógicas pela Comarca do Serro Frio e outras regiões mineiras realizadas por José Vieira Couto renderam remessas e informações que foram trocadas, numa rede de informação, com o secretário de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho e o governador Bernardo José de Lorena. Dentre os vários produtos mineralógicos encontrados, o salitre teve atenção especial de D. Rodrigo, o que lhe fez tecer uma rede de relações com o naturalista José Vieira Couto, Joaquim Veloso de Miranda e o professor João Manso Pereira atrás de salitreiras pela região mineira.

Por fim, destaquei a maneira pela qual as viagens filosóficas e as investigações dos naturalistas aconteciam diante do contexto político e cultural do Antigo Regime português: através da economia das mercês e dos interesses de José Vieira Couto em se destacar socialmente na região de Arraial do Tijuco. Além disso, abordei a construção narrativa de um “bom vassalo” e “zeloso” naturalista que Couto fez ao longo de sua trajetória como naturalista a serviço da monarquia portuguesa.

Capítulo 3. Memórias em movimento: produção, circulação e recepção das *Memórias de José Vieira Couto (1799-1805)*

O objetivo deste capítulo é analisar as memórias por José Vieira Couto entre os anos de 1799 e 1805. Para tanto, será analisado a produção e circulação das memórias, ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, focando no contexto histórico, nas diferentes versões manuscritas e impressas, bem como sobre as percepções acerca das obras.

Com isso, não se pretende, necessariamente, realizar uma análise sociológica dos textos³¹⁰. Entretanto, toma-se essa bibliografia, assim como a historiografia sobre História do Livro e da Leitura³¹¹, como inspiração para a análise deste capítulo. Nesse sentido, o centro da análise é entender a produção textual inscrita em diferentes contextos históricos, problematizando por quem e para quem foram produzidas, por onde circularam e quais foram as possíveis percepções sobre as memórias de José Vieira Couto nas diferentes épocas.

3.1. A *Memória sobre a Capitania das Minas, seu território, clima e produções metálicas...* (1799)

No ano de 1799, José Vieira Couto escreveu sua primeira memória chamada *Memória sobre a Capitania das Minas, seu território, clima e producoes metálicas, sobre a necessidade de se restabelecer e animar a mineração decadente do Brasil, sobre o comercio e exportação dos metais e interesses régios, com um apêndice sobre os diamantes e nitro natural*. Como visto no capítulo anterior, a *Memória de 1799*³¹² é resultado das primeiras viagens filosóficas

³¹⁰ Por análise sociológica dos textos entende-se a conceituação feita por Donald Mckenzie em *Bibliografia e a Sociologia dos Textos*. Para ele, a análise sobre a produção, circulação e recepção dos textos permitiria entender como determinadas narrativas se constroem, em detrimento de outras, num determinado tempo e espaço específico, alterando e ampliando o significado original do texto. Para tanto, não bastaria analisar somente o conteúdo do texto por si só, mas pôr em pauta o processo de confecção material e a recepção dos leitores sobre a obra como etapas fundamentais na construção dos significados do texto. Nesse sentido, “[...] a bibliografia como sociologia dos textos tem um poder sem paralelo para ressuscitar autores em seus próprios tempos, e seus leitores em qualquer tempo”. MCKENZIE, Donald F. *Bibliografia e a sociologia dos textos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018, p. 45.

³¹¹ VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do Livro no Mundo Luso-brasileiro Sob as Luzes. Reformas, Censura e Contestações*. Belo Horizonte, MG, Brasil: Fino Traço, 2015; HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 3. ed. São Paulo: EdUSP, 2012; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Livro e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821). *Revista de História*, v. 46, n. 94, p. 441–457, 1973; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis*. 1ª edição. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2013; para um balanço historiográfico sobre História do Livro e da Leitura, Cf. GARCIA, Lúcia Maria Cruz. *Dos prelos da impressão régia, a cultura científica do período joanino (1808-1821)*. Tese (doutorado em História), UERJ, Rio de Janeiro, 2011, p. 47–59.

³¹² A partir daqui, as memórias de José Vieira Couto sempre serão referidas pelo seu ano de publicação a fim de evitar a repetição dos títulos das memórias, que são um pouco longas. Portanto, ficará assim: *Memória de 1799, 1801, 1803 e 1805*.

realizadas pelo naturalista a mando da Coroa portuguesa. Em 1797, D. Rodrigo de Sousa Coutinho havia expedido um ofício para o governador Bernardo José de Lorena solicitando que fossem realizadas expedições a fim de detalhar as minas existentes em Minas Gerais, buscando estudar suas potencialidades e utilidades mineralógicas para economia portuguesa.³¹³

Nessa memória, portanto, José Vieira Couto buscou evidenciar a realidade econômica e administrativa da Capitania mineira, principalmente da Demarcação Diamantina. Para ele, essa região vivia num estado “decadente”, com uma população local empobrecida e baixa produção mineradora. Para além de somente expor os problemas enfrentados pela classe dos mineradores³¹⁴ e pela população num geral, o naturalista traz algumas soluções e conselhos para solucionar os problemas evidenciados, e que poderiam servir de guia para tomada de decisão no âmbito da administração do Estado português. Dentre as várias soluções apresentadas, Couto propôs a criação de uma “Arte Nacional Metalúrgica” e manuais de instrução para que os mineradores aprendessem técnicas mais científicas e modernas de extração mineral. Importante ressaltar que, em sua visão, todas essas medidas deveriam ser tomadas por iniciativa do Estado.

Como é da própria natureza das memórias científicas da época, Couto não foca somente na mineração, mas traz análises e descrições de temas diversos. A pluralidade temática é uma característica fundamental dos textos memorialísticos de fins do século XVIII e início do século XIX. Nesse sentido, a *Memória de 1799* traz descrições sobre a paisagem geográfica dos lugares percorridos durante a viagem na região das Minas Gerais, bem como descrição do clima, solo e divisão administrativa do território. Por fim, é igualmente importante os discursos sobre comércio e desenvolvimento da economia mineira e da monarquia portuguesa.

A *Memória de 1799* é encontrada tanto na versão manuscrita quanto na versão impressa. Existem três cópias manuscritas, escritas por mãos diferentes e digitalizadas no Arquivo Histórico Ultramarino de Minas Gerais³¹⁵. Além disso, é possível encontrar a *Memória de 1799* em três cópias manuscritas na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro³¹⁶. Quanto a versão impressa, há duas versões: a primeira foi publicada pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*³¹⁷, em 1848, e a segunda foi impressa, em 1994, pela Fundação João

³¹³ AHU – Cód. 610, fls. 202-203.

³¹⁴ O termo “classe dos mineradores” é usado pelo próprio naturalista.

³¹⁵ AHU-MG, Cx. 147, doc. 1.

³¹⁶ BNRJ: (1) 608 do *Catálogo de Exposição de História do Brasil*, microfilme nº 5.1.42; (2) coleção Benedicto Otloni. microfilme 3, 15, 6; (3) 11.933 do *Catálogo*, microfilme 1.15.

³¹⁷ COUTO, José Vieira. *Memória sobre a Capitania das Minas, seu território, clima e produções metálicas, sobre a necessidade de se restabelecer e animar a mineração decadente do Brasil, sobre o comercio e*

Pinheiro³¹⁸ junto com um estudo crítico da historiadora Júnia Furtado sobre José Vieira Couto e seu texto.

Primeiro, é preciso analisar a versão manuscrita. Como a *Memória de 1799* é resultado das investigações realizadas por Couto a mando da Coroa portuguesa, o manuscrito foi escrito e pensado para ser utilizado enquanto um documento de auxílio para administração régia. Nesse sentido, pode-se entender esse documento como “moeda de troca” para conseguir cargos e mercês da Coroa portuguesa, mostrando-se prestativo, leal e útil as ordens reais³¹⁹. Além disso, a memória pode ser entendida também como meio de divulgar seus conhecimentos e assertivas sobre História Natural, administração e economia.

Portanto, em primeiro lugar, a *Memória de 1799* deve ser analisada enquanto um documento destinado a ser manuseado e lido por indivíduos da administração régia, naturalistas e curiosos das História Natural. Não por acaso, a memória circulou pelas mãos do governador Bernardo José de Lorena e pelas mãos do Secretário de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Entretanto, não se limitou neste círculo de pessoas, conforme as evidências abaixo.

A memória manuscrita chegou à presença de D. Rodrigo através do repasse do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira que, além da memória, também enviou amostras minerais que Couto havia remetido. Em 24 de setembro de 1799³²⁰, Ferreira encaminhou todos estes documentos para D. Rodrigo, que seria colega de Vieira Couto desde os tempos da Universidade de Coimbra, segundo o que diz Alexandre Rodrigues Ferreira. Este fato apenas reforça a estreita ligação entre Couto e D. Rodrigo.

Em 1794, Alexandre Rodrigues Ferreira foi nomeado Vice-Diretor de todo estabelecimento científico dos Jardins do Palácio da Ajuda. Portanto, Ferreira passou a lidar com diferentes remessas de memórias e amostras mineralógicas, animais e vegetais advindas

exportação dos metais e interesses régios escrita em 1799. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB), tomo 11, 1848. p. 289-336.

³¹⁸ COUTO, José Vieira. *Memória sobre a Capitania das Minas Gerais: seu território, clima e produções metálicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 1994. Esta edição se encontra disponível gratuitamente através do site da Fundação João Pinheiro. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=47001>. Acessado em: 10/02/21.

³¹⁹ Como visto no capítulo 2, Bernardo José de Lorena encaminhou o desejo de Couto em ser promovido a coronel do regimento de cavalaria de milícias, o que se concretizou, Cf. AHU-MG-Cx. 149, doc. 50; AHU-MG-Cx. 154, doc. 45. Além disso, após as viagens realizadas e os trabalhos de naturalistas prestados pela capitania mineira entre 1800-1801, Bernardo José de Lorena indica Couto para ser condecorado com Hábito da Ordem de Cristo, o que não se concretizou, Cf. AHU – MG, Cx. 161, doc. 25.

³²⁰ As amostras minerais continham cobre, ferro, chumbo, molibdênio, ocre e vitríolo. AHU – MG, Cx. 149, doc. 72.

de diferentes espaços territoriais dominados pela Monarquia portuguesa.³²¹ Foi desse modo que o famoso naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira entrou em contato com os trabalhos realizados por José Vieira Couto.

Outro importante personagem tomou ciência do manuscrito da *Memória de 1799*. Em 30 de setembro de 1799, o naturalista Manuel Ferreira da Câmara também enviou uma cópia da memória para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, e teceu elogios ao trabalho do naturalista tijucano.

Remeto a V.Ex.a a Memoria de Joze Vieira Couto, escrita por ordem d S. Mg.e confiro que a li com muito prazer e satisfaçam, vendo por ella que trabalhou e fés o q pode com Zello, e dice com entusiasmo o q sentia. Espero q V.Ex.a faça conhecer o seu trabalho tanto a S. A. R. como ao Snr. Marquez Mordomo Mor, por que he digno disso, e estou persuadido q tambem se merece interessar para ser lido, sem q toda via ache q elle em coiza nemhua faltasse a verdade.³²²

Assim como havia dito Bernardo José de Lorena sobre José Vieira Couto, – visto no capítulo 2 –, Manuel Ferreira da Câmara também enfatiza o “zelo” no trabalho feito por Couto. Além da memória, Câmara incluiu, no envio, um plano escrito por ele, que trazia esboços de suas ideias sobre a melhor maneira de administrar a mineração intitulado *Sobre a administração das Minas do Oiro, e meios para que o Estado e o Soberano venhão dellas atirar maior partido*. Com isso, Ferreira da Câmara concorda com Couto e conjuga da mesma ideia de que Arraial de Tijuco e o Distrito Diamantino seriam lugares privilegiados para exploração mineradora e para o estabelecimento metalúrgico como feito na Europa.³²³

No século XIX, o manuscrito da *Memória de 1799* passou a circular por outros espaços que não o da administração régia e dos naturalistas. No ano de 1850, em edição VI, do *Jornal do Commercio*, foi noticiado as novas aquisições de livros da Biblioteca Fluminense.³²⁴ Dentre várias aquisições, é relatado que o manuscrito da *Memória de 1799* foi doada por F. A. Martins³²⁵.

No Rio de Janeiro, em 1847, foi fundada a Biblioteca Fluminense, criada por Bernardo Joaquim de Oliviera e constituída por acionistas, assinantes e beneméritos. No primeiro artigo do seu estatuto associativo é afirmado o seguinte: “Art. 1. A associação denominada Bibliotheca

³²¹ SIMON, William Joel. *Scientific Expeditions in the Portuguese Overseas Territories (1783-1808) and the Role of Lisbon in the Intellectual-scientific Community of the Late Eighteenth Century*, [s.l.]: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983, p. 50–51.

³²² AHU-MG, Cx. 149, doc. 73.

³²³ AHU-MG, Cx. 149, doc. 73.

³²⁴ *Jornal do Commercio*, Anno XXV, Domingo 6 de janeiro de 1850, nº 6.

³²⁵ Não foi possível achar maiores informações sobre esta pessoa. Apenas que seu nome era Francisco Antônio Martins e que teria sido um dos principais quadros a adquirir livros e manuscritos para o acervo da Biblioteca Fluminense. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/artigos/memoria-fundacao-da-biblioteca-fluminense/>. Acessado em: 13/03/2022.

Fluminense, tem por fim estabelecer na cidade do Rio de Janeiro uma bibliotheca que sirva para a leitura e instrução dos seus membros.”³²⁶. Portanto, a biblioteca particular tinha o objetivo de conservar, catalogar e divulgar uma grande variedade de impressos e manuscritos sobre diferentes temáticas para população da cidade.

Segundo o Catálogo de 1866 da biblioteca, havia um total de 4.449 impressos e 35 manuscritos, classificados em Teologia, Direito e Jurisprudência, História, Belas-letas, Ciências e Artes³²⁷. O acervo de Ciências e Artes era dividido em Ciências Filosóficas, Economia Política, Ciências Físicas e Químicas, Ciências Naturais e Ciências Médicas. Dentre todas essas obras, havia textos em diferentes línguas tais como francês, espanhol, latim, inglês, grego, hebraico e português³²⁸.

Em 1916, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro recebeu todo o acervo da Biblioteca Fluminense após sua destituição. Segundo os *Anais da Biblioteca Nacional*, foram doadas 56.764 volumes e 1.604 pacotes de jornais, o que demonstra um acervo expressivo para uma entidade privada³²⁹ da época. Nesse sentido, é bastante provável que os manuscritos e impressos das memórias de Vieira Couto tenham sido adquiridos pela Biblioteca Nacional a partir dessa doação.

Uma versão manuscrita da *Memória de 1799* chegou até o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) através da doação³³⁰ feita por Emílio Joaquim da Silva Maia, um dos sócios fundadores do próprio instituto. Segundo Júnia Furtado, a cópia doada “trata-se de uma transcrição, feita em caderno pequeno, provavelmente em meados do século XIX.”³³¹. Portanto, a posterior publicação impressa da memória na revista do instituto teria sido feita com base nesta cópia. Entretanto, para Furtado³³², a cópia doada por Silva Maia não era uma cópia

³²⁶ BIBLIOTECA FLUMINENSE (Rio de Janeiro, RJ). Catálogo dos livros da Bibliotheca Fluminense. Rio de Janeiro, RJ: Typ. Thevenet e C., 1866. [7], 312, 21,5. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or1292572/or1292572.pdf. Acesso em: 24 mar. 2022.

³²⁷ Ibid. 1866.

³²⁸ Ibid. 1866.

³²⁹ BIBLIOTECA NACIONAL (RJ). *Anais da Biblioteca Nacional* (RJ). Rio de Janeiro, RJ: Typ. Oficinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1921. p. 660. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=402630&pagfis=20823>. Acessado em: 24/03/22.

³³⁰ Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/pesquisa/hemeroteca/atas/item/81826-mem%C3%B3ria-sobre-a-capitania-de-minas-gerais-doa%C3%A7%C3%A3o-do-manuscrito.html>. Acessado em: 15/02/21.

³³¹ FURTADO, FURTADO, Junia Ferreira. *Estudo crítico*. COUTO, José Vieira. *Memória sobre a Capitania das Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas.*, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro-Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. p. 43.

³³² FURTADO, *Estudo crítico*. COUTO, José Vieira. *Memória sobre a Capitania das Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas.*, p. 43.

feita com base na memória original de Couto. Assim, seguindo essa lógica, a publicação impressa do IHGB teria sido feita a partir de uma cópia manuscrita não original.

Ainda que não seja o manuscrito original da memória, analisá-lo e usá-lo como fonte não é inútil ou inválido. Pelo contrário, trabalhar com cópias não originais permite considerar as diferentes versões e transcrições para entender, em maiores detalhes, a maneira pela qual um determinado autor foi lido e interpretado ao longo do tempo, bem como compreender de que maneira seu texto foi apropriado e utilizado. Dessa forma, o texto ganha novos significados e contornos conforme a sua produção e circulação.³³³

Segundo Lucia Garcia, Emílio Joaquim da Silva Maia tinha o costume de colecionar documentos originais dos intelectuais de referência de sua época, o que seria uma maneira de “garantir a erudição necessária para sua permanência nos círculos frequentados pela elite culta e ilustrada”³³⁴. Além disso, Silva Maia creditava um grande legado cultural e científico de Portugal, destacando autores que, ao longo da história, teriam contribuído para formação das Ciências e Letras brasileiras. Por isso, seria importante possuir os documentos originais: um fato que assegurava, no seu entendimento, toda confiabilidade e “verdade” sobre a História.

[...] Silva Maia, como sabemos, pertencia a instituições científicas e de saber que, em meados do século XIX, quando se conformava uma identidade para a nação, pretendiam coligar todos os registros que pudessem contribuir para a formação da memória nacional. Prova disto é que, consultando as Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, percebemos uma série de doações de fontes primárias feitas por Emílio Joaquim da Silva Maia para o IHGB. Entre essas doações, destacamos uma **Memória sobre a Capitania de Minas Gerais (1848)**, o manuscrito intitulado “Conceitos joco-sérios em cartas”, por Simão Pereira de Sá, e diversos manuscritos de Manoel Joaquim Henriques de Paiva, preso nas primeiras décadas do século XIX, por seu papel colaboracionista junto às invasões francesas a Portugal, do a dos em 1854.³³⁵

Dessa forma, é provável que a cópia manuscrita doada por Silva Maia fosse um original da memória de José Vieira Couto, como destacou Lúcia Garcia. Entretanto, o ponto central não necessariamente deve ser quanto a originalidade da cópia, mas sim o modo pelo qual o texto foi lido, interpretado e utilizado. Nesse sentido, o contexto social de produção no qual ocorreu a publicação impressa da *Memória de 1799* na *Revista do IHGB* é bastante interessante destacar.

A curadoria do manuscrito e de sua publicação aconteceu num momento distinto daquele na qual José Vieira Couto elaborou em finais do século XVIII. Para tanto, a fim de entender melhor essa dinâmica, faz-se necessário olhar mais de perto sobre quem foi Dr. Emílio

³³³ MCKENZIE, op.cit.

³³⁴ GARCIA, Lúcia. Emílio Joaquim da Silva Maia. Um Intelectual no Império do Brasil., *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 437, p. 89, 2007, p. 113.

³³⁵ Ibid.

Joaquim da Silva Maia, o doador da memória ao instituto e compreender o papel do IHGB durante o século XIX. Como será visto, é possível concluir que o texto de Vieira Couto ganha um significado distinto, uma vez que sua circulação e reprodução acontece num novo contexto.

O Dr. Emílio Joaquim da Silva Maia nasceu 1808, em Salvador, e faleceu em 1859, no Rio de Janeiro. Filho de Joaquim José da Silva Maia e de Joaquina Rosa da Costa, Maia foi uma figura importante da elite carioca no Império brasileiro. Graduou-se em Ciências Físicas e Matemáticas e conseguiu o título de Doutor em Medicina pela Faculdade de Paris³³⁶. Sua presença no âmbito científico do Império é relevante. Comandou um dos departamentos do Museu Nacional, foi um dos fundadores do IHGB, além de ter sido sócio do Instituto Literário da Bahia e da Sociedade Vellosiana. Para além das inspirações científicas, Silva Maia exerceu cargo político na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, foi professor de Ciências Naturais do Colégio Imperial de D. Pedro II e trabalhou como médico num consultório no Rio de Janeiro³³⁷.

Para Lucia Garcia, há uma visão sobre o legado de Silva Maia como um cientista que se dedicou, em grande medida, para os estudos de História Natural e das Letras, apartando-se de adentrar em campos políticos. Contudo, a autora resgata um lado mais político na trajetória de Silva Maia que, por muitas vezes, foi deixado de lado. Nesse sentido, enquanto intelectual, sua atuação política ia ao encontro do mesmo objetivo do IHGB, isto é: construir uma identidade e história nacional.³³⁸ Portanto, para construção desse ideário de valores nacionais seria necessário ter um olhar heroico do passado, que possibilitava trazer luz a um futuro engrandecedor do Império brasileiro.

O IHGB nasce inspirado nos modelos universitários europeus, como um espaço compilador de arquivos e dados sobre o Brasil, e produtor de trabalhos historiográficos e geográficos a fim de construir uma memória nacional.³³⁹ Dentro do instituto, compunham basicamente intelectuais da elite branca carioca que tinham, de alguma forma, relação com o Estado Imperial brasileiro. Na década de 1850, D. Pedro II tornou-se um frequentador assíduo do instituto, o que se refletiu num forte apoio financeiro ao IHGB. Segundo Manoel Luís Guimarães, 75% do orçamento do instituto foi fomentado pelo Estado Imperial brasileiro.³⁴⁰

³³⁶ GARCIA, op.cit.

³³⁷ Disponível em: <https://www.anm.org.br/emilio-joaquim-da-silva-maia/>. Acessado em: 15/02/21.

³³⁸ GARCIA, op.cit.

³³⁹ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Um olhar sobre o continente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América. *Revista Estudos Históricos*, v. 10, n. 20, p. 217–230, 1997, p. 218.

³⁴⁰ GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista Estudos Históricos*, v. 1, n. 1, p. 5–27, 1988, p. 9.

Dessa forma, o instituto se transformou no principal polo de armazenamento, produção científica e literária sobre a história nacional do Brasil. Essa fronteira flexível entre o IHGB e o Estado Imperial fez com que a produção historiográfica dentro do instituto incorporasse a missão modernizadora e civilizadora do Estado Imperial:

A leitura da história empreendida pelo IHGB está, assim, marcada por um duplo projeto: dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a, contudo, numa tradição de civilização e progresso, ideias tão caras ao iluminismo. A Nação, cujo retrato o instituto se propõe traçar, deve, portanto, surgir como o desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e europeia. Tarefa sem dúvida a exigir esforços imensos, devido à realidade social brasileira, muito diversa daquela que se tem como modelo.³⁴¹

A realidade social e política brasileira tornou-se um desafio para construção de uma unidade nacional, sendo essa uma das temáticas principais dentro dos estudos do IHGB. Quando se quer construir uma identidade nacional é necessário afirmar aquilo que não é. Entretanto, diferentemente do que se poderia pensar, a construção da identidade nacional não fora baseada em uma diferenciação do estrangeiro ou em um revanchismo português – Emílio Joaquim Maia, por exemplo, enfatizava a descendência portuguesa como algo positivo. Com isso, o passado colonial fora incorporado e aceito positivamente dentro da narrativa da história nacional brasileira³⁴². Nessa lógica, os estudos do IHGB não definem necessariamente o brasileiro pela sua diferença com estrangeiro e com português, mas sim por sua peculiaridade interna, relacionada aos aspectos físicos, naturais e geográficos do Brasil.

Dessa forma, a publicação da *Memória de 1799*, em uma das edições da revista do IHGB, acontece num contexto histórico distinto ao da publicação original da obra, correspondendo a um objetivo de publicação diferente de quando a memória foi produzida em finais do século XVIII. Sendo assim, a publicação da *Memória de 1799* pelo IHGB é feita a partir de uma leitura que vincula os primórdios da pesquisa científica na América portuguesa com a história da Nação brasileira.

Como relembra Lorelai Kury, ao falar sobre a atuação de Emílio Joaquim da Silva Maia naquele contexto: “contrariamente aos positivistas, que buscavam distinguir-se do passado, Silva Maia procurava difundir textos científicos mais antigos produzidos no Brasil para mostrar que já existia uma ciência brasileira desde a colônia.”³⁴³. Pode-se concluir, portanto, que as atuações políticas de Emílio Joaquim da Silva Maia e do IHGB se complementavam e a

³⁴¹ Ibid., p. 8.

³⁴² Ibid., p. 6; GUIMARÃES, op.cit., p. 218.

³⁴³ KURY, Lorelai. Ciência e nação: romantismo e história natural na obra de E. J. da Silva Maia. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. v. 5, n. 2, p. 267–291, 1998.

Memória de 1799 foi publicada nesse momento para servir ao propósito político de ambos os atores históricos.

Assim, comparando o contexto de publicação da edição impressa com o contexto histórico no qual foi escrito o manuscrito, percebe-se diferenças cruciais pelas quais o texto pode ter sido interpretado. Em finais do século XVIII, José Vieira Couto escreveu a memória na intenção de destacar os benefícios minerais e econômicos que estavam sendo subaproveitados pela Coroa portuguesa. Além disso, é um texto pensado para ser lido e utilizado por autoridades régias, bem como trocado por benefícios, cargos e mercês. Nesse sentido, a memória seria uma produção intelectual e científica voltada para o incremento da economia, da História Natural, da administração portuguesa e frutificação da cultura política e científica de finais do século XVIII. Portanto, não se pensava em Brasil, nem em ciência nacional brasileira.

Dessa forma, já falecido quando da publicação da edição impressa da *Memória de 1799*, Couto não participou da curadoria e edição da publicação de seu trabalho. Sua ausência traz uma carga de significados diferente de quando o texto foi pensado e escrito. O texto não se mantém unívoco ao longo do tempo. A circulação e formatação do objeto influencia na maneira pela qual ele é lido e interpretado, como bem destacou Mckenzie:

[...] o fato de que novos leitores evidentemente fazem novos textos. E que seus novos significados são uma função de suas novas formas. Assim, a reivindicação não é mais pela sua verdade, definida por uma intenção autoral, mas sim por seu testemunho definido pelo seu uso histórico.³⁴⁴

Por fim, a trajetória de publicação da *Memória de 1799* chega até o século XX. No ano de 1994, em Belo Horizonte, Minas Gerais, a editora da Fundação João Pinheiro publicou uma transcrição impressa dessa memória junto de um estudo crítico realizado pela historiadora Júnia Ferreira Furtado³⁴⁵. Essa publicação fez parte da Coleção Mineiriana: uma coleção de obras e textos publicado entre o quadriênio de 1991 a 1994 e que seriam um esforço da instituição em “resgatar, preservar e publicar textos relevantes para a compreensão da história e da cultura de Minas Gerais”³⁴⁶.

³⁴⁴ MCKENZIE, Donald F. *Bibliografia e a sociologia dos textos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018, p. 43.

³⁴⁵ Nos agradecimentos do trabalho, Furtado pontou a participação de outros autores para construção do trabalho: “a digitação do texto de José Vieira Couto e o glossário foram feitos pela mestrandia em História do Departamento da UFMG, Carla Simone Chamon. A parte mineralógica do glossário foi elaborada pelo Dr. João Henrique Grossi, geólogo da Geosol. A primeira revisão do meu texto crítico ficou a cargo de Antônio Oliveira Lins.”. FURTADO, Junia Ferreira. *Estudo crítico*. COUTO, José Vieira. *Memória sobre a Capitania das Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas.*, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro-Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

³⁴⁶ Relatório da Fundação Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=43270&codUsuario=0>. Acessado em: 12/02/21.

A Coleção Mineiriana é um dentre vários projetos³⁴⁷ que a Fundação executou no início da década de 1990, em Minas Gerais. Organizada pelo Centro de Estudos Históricos e Culturais (CEHC) da Fundação, essa coleção é composta por quatro séries, quais sejam *Clássicos*, *Estudos e Ensaios*, *Obras de Referência* e *Municípios e Regiões*. A *Memória de 1799* foi publicada dentro da série *Clássicos*, junto de outros volumes como *Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais* de José João Teixeira Coelho, com introdução do professor Francisco Iglesias, *Discurso Histórico e Político sobre a Sublevação que nas Minas houve no ano de 1720, atribuído ao III Conde de Assumar - Dom Pedro de Almeida Portugal* com estudo crítico da professora Laura de Mello e Souza, *Breve Descrição Geográfica, Física e Política da Capitania de Minas Gerais, de Diogo Ribeiro Pereira de Vasconcelos* com estudo crítico da professora Carla Maria Junho Anastasia e o *Códice Costa Matoso* com estudo crítico de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo.

A Fundação João Pinheiro desempenha um papel de instituição de auxílio ao governo do Estado de Minas Gerais com a realização de “estudos e pesquisas aplicadas, técnica, capacitação de recursos humanos e projetos de modernização institucional”³⁴⁸. Dentre as várias frentes de atuação, o CEHC é voltado para estudos culturais e preservação da memória do universo mineiro. A partir de critérios editoriais, a publicação da Fundação João Pinheiro foi feita com base na cópia manuscrita da Biblioteca Nacional (CE 11.933 – 1, 1, 5). Segundo Furtado:

Entre os dois textos da biblioteca, optei pela edição de luxo, por serem estas geralmente feitas por copistas mais habilidosos. Também porque uma das raras diferenças entre as duas cópias baseava-se num erro de concordância, cometido certamente pelo copista: em lugar de "que haja um livro que forme homens hábeis" foi copiado "que formem".³⁴⁹

No estudo crítico, Furtado faz pequenas subdivisões no texto para poder abordá-lo de maneira mais didática e assim construir um breve perfil histórico da trajetória de José Vieira Couto. Nas seções “O reformismo ilustrado”, “O distrito diamantino” e “Reforma ou revolução”, a autora traz detalhes sobre o contexto político, social e econômico no qual Vieira

³⁴⁷ Alguns dos projetos são: “Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios do Estado de Minas Gerais (SOMMA)”, “Programa de Qualidade na Educação das Escolas Estaduais de Minas Gerais (Pró-Educação)”, “Programa de Reforma e Modernização Institucional do Estado”, “Programa de Bases para Elaboração de Planos Regionais”, “Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED)”.

³⁴⁸ Relatório da Fundação Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?Codigo=43270&codUsuario=0>. Acessado em: 12/02/21.

³⁴⁹ FURTADO, FURTADO, Junia Ferreira. *Estudo crítico*. COUTO, José Vieira. *Memória sobre a Capitania das Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas.*, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro-Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. p. 45.

Couto viveu e atuou. Já na seção “O naturalista Vieira Couto”, Furtado aborda diretamente sobre a vida de Couto, sua família, formação acadêmica e conexões com o espaço do distrito e com as pessoas. Por sua vez, nas seções “O espaço geográfico”, “O estado decadente das Minas”, “A arte metalúrgica nacional”, “Animar a mineração”, “Comércio e desenvolvimento”, “Interesses régios” e “A memória pelo avesso”, Furtado adentra nos principais argumentos contidos na *Memória de 1799*, não só pelo seu aspecto científico e da história natural, mas principalmente pelas leituras econômicas e políticas que Couto fazia daquele contexto.

Dessa forma, é possível destacar o fato de que 146 anos após a edição do IHGB, a *Memória de 1799* ganhou um novo sentido enquanto documento histórico: distinto daquele apresentado no século XIX, que buscava construir uma identidade e memória nacional, um passado histórico nacional unificado e preocupado em localizar os primórdios da ciência brasileira, a edição da Fundação João Pinheiro ressalta aspectos culturais e históricos da região de Minas Gerais, colocando a obra de Couto num lugar de “preservação da memória regional”.

Entre esses dois momentos de edição e publicação da *Memória de 1799*, o documento é visto enquanto fonte histórica, mas os valores atribuídos são distintos: a intenção da publicação, no século XIX, pelo IHGB, visava ressaltar as riquezas regionais, mas principalmente contribuir para construção de uma história oficial do Brasil, dar importância para uma coleção de fatos sobre a história nacional e das ciências brasileiras; já o objetivo da publicação da Fundação João Pinheiros foi destacar a memória enquanto fonte histórica de preservação da memória regional a partir de um olhar historiográfico crítico feito por Júnia Furtado.

3.2. *A Memória sobre as Minas da Capitania de Minas Gerais, suas descrições, ensaios, e domicílio próprio a maneira de Itinerário...* (1801)

Escrita em 1801, a *Memória sobre as Minas da Capitania de Minas Geraes, suas descrições, ensaios, e domicilio proprio, á maneira de Itinerario com hum Appendice sobre a Nova Lorena Diamantina, sua descrição, suas producções Mineralogicas, e utilidades, que deste Paiz possa resultar ao Estado*³⁵⁰ é focada na longa viagem que Couto realizou por Serro Frio, Mariana, Sabará e até os sertões do Abaeté.

Durante 9 meses de viagem, que começou em 4 de abril de 1800 e terminou em 20 de janeiro de 1801, Couto passou por diferentes arraiais como de Tijuco, Milho Verde,

³⁵⁰ A partir de agora, irei me referir a esta memória pelo nome de *Memória de 1801*.

Tapanhocanga, Córregos, Conceição, Morro, Itambé, Cocaes, Santa Bárbara, Catas Altas, Inficionado e Camargo, além de passar por Vila do Príncipe, Mariana e Vila Rica.

Toda esta trajetória está descrita e contada na *Memória de 1801*, que foi pensada e planejada para ser uma memória de viagem, isto é: um itinerário de viagem ou diário de viagem. Dessa forma, Couto estruturou o texto a partir de informações, notícias e percepções que fazia diariamente ao longo do caminho. Entre uma rota e outra, o naturalista descreve a paisagem, o clima, a vegetação e, sobretudo, ressalta seus aspectos mineralógicos.

Essa dinâmica se reflete na própria estrutura do texto, que alterna, por exemplo, entre “1º Itinerario – de Tejuco a Villa Rica pelo caminho do Mato Grosso” e “Cobres do Brazil”. No primeiro, é relatada a trajetória da viagem, por quais caminhos passaram, tempo de viagem, locais que se hospedaram, além de trazer relatos da percepção do naturalista acerca do cotidiano. No segundo, é constatada a realidade mineralógica das regiões da capitania mineira, ressaltando tanto a qualidade quanto a utilidade da exploração mineral para o Estado português. Portanto, percebe-se a alternância entre o relato de viagem com a análise mineralógica, econômica e política.

A pluralidade temática é uma marca das memórias científicas. Entretanto, considero a *Memória de 1801* a que melhor representa este tipo de fonte documental dentre as produzidas pelo naturalista. Como próprio Couto ressalta:

Estes itinerários contêm mais de duzentas léguas de caminho; apontam o logar das minas; descrevem a qualidade do terreno, as direcções das serras, das aguas, e podem servir além d’isso como de um esboço de oryctologia d’esta Capitania, pelo que respeita, ao menos, ás paragens de que nelles se fez menção. Capitania tão largamente prendada da natureza em mil recursos uteis ao Estado e aos particulares, e tão cahida até o presente em desamparo e descuido.³⁵¹

O manuscrito encontra-se na íntegra nos Códices do Arquivo Histórico Ultramarino³⁵², disponibilizado pelo Projeto Resgate. Segundo consta no próprio manuscrito, este pertenceu ao ofício do Governador e Capitão General de Minas Gerais com data de 06 de fevereiro de 1802. À época, o governador era Bernardo José de Lorena, justamente com quem José Vieira Couto mantinha contanto constante e foi um de seus principais apoiadores para realização das viagens científicas.

Por se tratar de um manuscrito, esta memória foi planejada para servir de instrução aos agentes e administradores régios quanto aos assuntos ligados a mineralogia de Minas Gerais.

³⁵¹ COUTO, José Vieira. Memória sobre as Minas da Capitania de Minas Geraes, suas descrições, ensaios, e domicilio proprios a maneira de itinerario com um appendice sobre a Nova Lorena Diamantina, sua descrição, suas produções mineralogicas e utilidades que d’este pais possam resultar ao Estado (1801). **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 10, n. Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1905. p. 62.

³⁵² AHU-ACL-CU. Cód. 1819.

De certo, Couto escreveu esta memória, assim como as outras, pensando em conseguir cargos e mercês em troca. Não por acaso, no apêndice da memória, Couto fala sobre a região de “Nova Lorena Diamantina”, nomeado por ele em homenagem ao governador – como visto no capítulo 2.

Inicialmente, a *Memória de 1801* restringiu-se ao círculo privado dos agentes régios, em especial D. Rodrigo de Sousa Coutinho e Bernardo José de Lorena. Nos elementos pré-textuais da memória, há uma dedicatória de Couto para o Príncipe Regente D. João.

Que minhas rasteiras obras fossem bem acolhidas do meu Soberano, e que a mim fossem parte de tamanha grangearia de honras, isto me cobre de sobeja satisfação e gloria. Rendo graças ao meu destino, que preparou-me tal sorte e com inexprimíveis affectos de amor e fidelidade me prostro agradecido ante os Reaes pés de V. A. R. [...] Correu já um seculo que os Portuguezes revolvem as entranhas d’estes montes, e o ouro era só o único metal conhecido. Estava reservado para reinado de V. A. R. (reinado glorioso, reinado amado dos homens e dos Céos) o conhecimento d’estes novos mananciaes de riquezas, origem da prosperidade publica, de que somos agourados nós, felizes vassallos de V. A. R.³⁵³

É evidente o manuseio da linguagem da cultura política do Antigo Regime por parte de Vieira Couto. Diante do contexto histórico de produção da *Memória de 1801*, a provável expectativa de retribuição por essa memória era de ganhar prestígio diante das autoridades reais e servir de utilidade para Coroa. Assim, a memória surge como um produto para as intenções políticas da Coroa. E Couto soube atender essa demanda. O manuscrito, portanto, foi pensado e planejado ao uso das autoridades reais.

Com passar dos anos, a *Memória de 1801* ganhou novas versões e passou a circular por outros meios. Em 1842, foi publicada uma versão impressa da memória pela editora dos irmãos Eduardo e Henrique Laemmert, à venda na Livraria Universal, na Rua da Quitanda, nº 77, no Rio de Janeiro. Além disso, décadas depois, essa mesma edição foi reimpressa pelo Arquivo Público Mineiro e publicada em 1905. A publicação no Arquivo Público Mineiro é a mesma da versão impressa da tipografia dos irmãos Laemmert. Com isso, o foco da análise será da versão impressa da Laemmert.

A versão impressa é praticamente idêntica a versão manuscrita, mudando apenas alguns poucos detalhes como a diagramação do texto, ausência da identificação na capa de que o trabalho havia sido realizado “por ordem de S. A. R.”, ausência do mapa de Nova Lorena Diamantina e atualização de algumas palavras como “Mato Dentro” para “Mato Grosso” ou “oiro” para “ouro”. Em resumo, ocorreram poucas mudanças de uma versão para outra, o que

³⁵³ COUTO, op.cit., p. 62.

evidencia certo preciosismo editorial dos irmãos Laemmert na manutenção texto próximo ao manuscrito.

A versão impressa da Laemmert foi feita com base no manuscrito pertencente à biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB). Em ata do instituto, em sessão de 17 de março de 1842, afirmou-se o seguinte:

Delibera o Instituto Historico e Geografico que se conceda aos Snr.º Eduardo e Henrique Laemmert a permissão de fazer copiar, imprimir e publicar debaixo de seus auspícios o manuscrito intitulado Memoria sobre as Minas da Capitania de Minas Geraes, suas descrições, ensaios, e domicilio proprio, escripta no anno de 1801 pelo Dr. José Vieira Couto e pertencente á Bibliotheca do mesmo Instituto.³⁵⁴

Os irmãos Laemmert foram figuras importantes no meio dos livreiros cariocas, junto com a Editora Garnier. Em 1838, os irmãos formaram a sociedade *E. & H. Laemmert, mercadores de livros e de música* e, um ano depois, fundaram a *Typographia Universal*. Possuíam uma significativa presença no mercado livreiro: entre 1840 e 1909, a editora publicou um total de 1440 obras de autores brasileiros, bem como realizou em torno de 400 traduções do inglês, francês, alemão e italiano.³⁵⁵

Dentre as obras publicadas, os livros de bolso, os folhetins e almanaques tinham bastante relevância, sendo o *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Provincia do Rio de Janeiro* um dos mais importantes. Além disso, romances nacionais e traduções de obras estrangeiras foi um gênero contemplado pela editora, ainda que a maior parte desse setor pertencesse à Editora Garnier.³⁵⁶ . Todavia, as principais obras publicadas pela editora pertenciam ao gênero da História e das Ciências. Segundo Laurence:

[...] a história e a ciência séria eram objeto, principalmente, do interesse da Laemmert, como se poderia esperar em vista da nacionalidade de seus proprietários. Sua produção nessas matérias inclui a *Historia Geral do Brazil*, de Varnhagen (edições de 1854-1857, 1877 e 1907), a publicação da *Corografia Brasílica* (1845), de Aires de Casal, do *Estudo para a Solução das Questões de Câmbio e do Papel-moeda no Brasil*, de Júlio Roberto Dunlop, e do *Tratado Descritivo do Brasil em 1587* (1851), de Gabriel Soares de Sousa, edição cuidada por Varnhagen, e da *Navegação Interior do Brasil: Notícia dos Projetos Apresentados para a Navegação de diversas Bacias Hidrográficas...*, em 1853 [...]³⁵⁷

Deve-se notar, assim, que a *Memória de 1801* de José Vieira Couto foi editada e publicada juntamente com obras de Varnhagen e Gabriel Soares de Sousa. Esses trabalhos foram publicados poucos anos após a criação do IHGB, fundado em 1838. Nesse sentido, é possível ressaltar uma ligação de interesses entre a Editora Laemmert e o IHGB. Como visto

³⁵⁴ COUTO, op.cit.

³⁵⁵ HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 3. ed. São Paulo: EdUSP, 2012, p. 256–261.

³⁵⁶ Ibid.

³⁵⁷ Ibid., p. 262.

na seção anterior, era um contexto histórico que coleta de dados, documentos e construção de um acervo histórico a fim de fundamentar uma História oficial do recém-criado Estado-Nacional brasileiro. Essa ligação de interesse entre ambas as instituições rendeu bons frutos, uma vez que mantiveram relações estreitas na doação e publicação de obras. Segundo Donegá, entre os anos de 1847 e 1848, os irmãos Laemmert doaram cerca de 78 volumes de diversas obras publicadas pela Typographia Universal para o IHGB.³⁵⁸

Nesse sentido, havia uma ligação entre o IHGB e a editora Laemmert que viabilizou a publicação de obras sobre História Natural e História do Brasil, ainda que o objetivo final de ambas as entidades fosse distinto: ao passo que a primeira esperava ajudar na construção histórica e cultural de um país recém-independente, a segunda visava à venda e o lucro com esse tipo de material. Dessa forma, é imprescindível ressaltar que se a memória de Couto foi buscada pelos irmãos, editada, impressa e publicada para venda, é porque havia um público consumidor de tal material.

Assim, a memória de Couto não se vincula mais apenas ao contexto original de produção (fins do século XVIII e início do XIX), cujo objetivo primordial era de conhecer as riquezas da América portuguesa e discernir suas potencialidades para administração e economia da Monarquia portuguesa. Na década de 1840, a memória está inserida num novo contexto de publicação, em que as literaturas de viagem e materiais de Ciência ou História Natural eram catalogadas para serem preservadas em acervos, bem como tinham um público consumidor. Donegá inclusive afirma que uma das principais preocupações da editora Laemmert era adaptar-se as demandas e preferências de seus clientes, o que teria influenciado nas escolhas editoriais dos irmãos³⁵⁹. Nesse sentido, é possível pensar que havia uma certa demanda mercadológica por obras de História Nacional e História Natural, ao ponto dos irmãos Laemmert solicitarem ao IHGB o manuscrito da *Memória de 1801*.

A edição impressa da Laemmert obteve repercussão no mesmo ano de publicação. Entre setembro e dezembro de 1842, saíram algumas notícias sobre a publicação da *Memória de 1801* e, respectivamente, sobre pontos de venda. “Sahio á luz, e acha-se á venda, em casa de E. e H. Laemmert, rua da Quitanda n. 77”³⁶⁰, noticiava o Jornal do Comércio, em 22 de setembro de 1842. O impresso foi anunciado como volume único, de 160 páginas e pelo preço de 2.000 réis.

³⁵⁸ DONEGÁ, Ana Laura. Os irmãos Laemmert no comércio livreiro oitocentista. *Língua, Literatura e Ensino*. v. 4, 2009, p. 253.

³⁵⁹ Ibid., p. 252.

³⁶⁰ Jornal do Commercio, Anno XVII., quinta-feira, 22 de dezembro de 1842, n. 252.

Em outra edição do *Jornal do Comércio*, é afirmado que os achados de Couto e os estudos mineralógicos veiculados na *Memória de 1801* seriam verídicos, não só pelos dados empíricos, mas também por ter sido comprovado posteriormente por importantes figuras como o “naturalista Câmara” e o engenheiro B. de Echwege.

[...] Pela primeira vez sabe á luz uma noticia tao exacta do produtos mineraes desta província, e espanta verdadeiramente a riqueza prodigiosa que abriga nas entranhas da terra, e mesmo na sua superfície, e nos leitos dos rios. [...] Uma das partes mais interessantes desta memoria é a que se refere aos districtos diamantinos, não só ao do Serro Frio, como ao da Nova Lorena, muito mais extenso e muito mais rico em diamantes de maior peso. [...] Esta memoria concisa, porém clara e bem escripta, contém pormenores de sabido valor para os amantes deste paiz, cuja riqueza natural parece convidar a todos os povos da terra, pois que, para desfruta-la, so se necessita do auxilio da indústria e de maior numero de braços.³⁶¹

O jornal reforça o fato de a memória interessar àqueles “amantes deste paiz”, destacando as riquezas nacionais que seriam subaproveitadas pelo Estado. Nesse sentido, a memória poderia interessar tanto ao leigo curioso das riquezas naturais, mas também as autoridades e políticos do império brasileiro. Não por acaso, a edição da Laemmert da *Memória de 1801* foi citada pelo presidente de Minas Gerais, num relatório da repartição dos negócios do império apresentado na Assembleia Geral Legislativa em 1843.

[...] Continuando a tratar da Provincia de Minas, devo referir-vos que o seu Presidente tem procurado obter conhecimento das riquezas metálicas, que os seus terrenos encerrão. Movido pelo que se lê em huma Memoria do Doutor José Vieira Couto, publicada em 1842, mandou fazer algumas indagações para o lado do Inficionado, tendentes a descoberta de minas de cobre [...] ³⁶²

Este fato comprova que, mesmo após sua morte, os trabalhos de José Vieira Couto foram utilizados por autoridades políticas a fim de conhecer a potencialidade mineralógica de Minas Gerais. Se num primeiro momento a *Memória de 1801* foi produzida para atender as demandas da monarquia portuguesa, num segundo momento ela serviria para sanar os desejos de um Estado brasileiro independente há poucas décadas.

A edição da Editora Laemmert circulou também por espaços fora do Rio de Janeiro. Em 1844, foi anunciando na seção de “Vendas” do jornal *Diario de Pernambuco*, que na Praça da Independência vendia-se volumes da *Memória de 1801* pelo preço de 2000 réis. Segundo as descrições do jornal, o manuscrito seria “tão interessante” e de tamanha utilidade ao Brasil, que o IHGB ordenou que fosse impresso. Neste caso, o próprio jornal delimita o público-alvo da edição dizendo que “as pessoas, que se interessão pelas cousas da pátria acharãõ neste volume

³⁶¹ Jornal do Commercio, Anno XVII. Sexta-feira, 23 de setembro de 1842. Nº 233.

³⁶² Relatório da repartição dos negócios do império, apresentado á assembléa Geral Legislativa na 3ª sessão da 5ª legislatura, pelo respectivo ministro e secretario d’Estado José Carlos Pereira de Almeida Torres – Rio de Janeiro, RJ: Typographia Nacional. 1844.

a descrição de tesouros ainda não aproveitados, e mesmo quase geralmente ignorados, e dos quaes sem duvida nascerão imensas vantagens, e riquezas ao paiz, que os encerra.”³⁶³.

Outro lugar que possivelmente a memória esteve foi na Bahia. Em razão de não existirem, na Biblioteca da Bahia, alguns livros entendidos como importantes, o Ministério do Império brasileiro avisou ao governador da Bahia que fossem adquiridos alguns exemplares impressos no Rio de Janeiro “cuja aquisição foi julgada indispensável”. Dentre estes, está a edição da Laemmert da *Memória de 1801*.³⁶⁴

No segundo semestre de 1848, saiu uma edição da revista *Iris*, que trazia uma lista de alguns documentos impressos e manuscritos existentes no Arquivo Público³⁶⁵. A lista contém documentos da Junta da Fazenda dos Arsenais, da Mesa de Consciência e Ordem, dos Negócios Eclesiásticos, das Ordens Militares, do Desembargo do Paço e das Secretarias de Estado. Portanto, é um conjunto de documentos pertencentes aos aparatos legais e instituições que existiram na monarquia portuguesa durante a era moderna. Por sua vez, a revista *Iris* foi um periódico de curta duração com edições entre 1848 e 1849. A revista se propunha a abordar temas variados como ciências, letras, belas artes, história, religião e notícias variadas do Rio de Janeiro³⁶⁶.

Além dos documentos já citados, a revista afirma que o Arquivo Público do Rio de Janeiro tinha uma seção de “memórias históricas” e possuía em seu acervo nomes como José Rodrigues Barata e seus textos *Memória sobre a província de Goyaz, seu descobrimento e população* (1806) e *Providencias para melhoramento da agricultura e comércio de Goiás*, Almirante Paulo José da Silva Gama, *sobre os limites da província do Rio Grande do Sul*, e, sem autor, *Compendio das épocas da capitania de Minas Gerais* (1694 a 1780).

Dentre essa lista de memórias, está um texto do José Vieira Couto chamado de *Extractos de viagem ao Indaiá; acompanhados de uma memoria do mesmo naturalista sobre as minas do Abaité*. No entanto, este texto é um compilado de alguns trechos da *Memória de 1801*: na primeira parte, é traçado apenas o itinerário de viagem de Tijuco até o Indaiá e, na segunda parte, é um compilado da seção sobre Nova Lorena Diamantina retirada da *Memória de 1801*.

Este compilado saiu em formato impresso na revista *O Recreador Mineiro*, em 15 de julho de 1845, um periódico literário. Neste impresso, o texto aparece ao final assinado por

³⁶³ Diário de Pernambuco, Anno de 1844, quinta-feira, 22 de fevereiro Anno XX. N. 43.

³⁶⁴ Diário do Rio de Janeiro, Anno XXXIII, domingo, 01 de janeiro de 1854, Nº 1.

³⁶⁵ *Iris*: periódico de religião, bellas-artes, sciencias, letras, historia, poesia, romance, noticias e variedades colaborado por muitos homens de letras e redigido por José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha. Rio de Janeiro, RJ: Typographia Franceza, Rua de S. José, n 64. Ed. 2. 1848.

³⁶⁶ *Ibid.*

Manoel José Pires da Silva Pontes, um político brasileiro que atuou na província do Espírito Santo. Não é possível ter certeza, mas é provável que tenha sido Silva Pontes quem transcreveu parte da Memória de 1801 fazendo um novo texto compilado, que também saiu depois na revista recreador mineiro em modelo impresso.

3.3. *A Memória sobre as Nitradeiras Naturaes e Artificiaes de Monte Rorigo na Capitania de Minas Geraes (1803)*

Escrita em 1803, a *Memoria sobre as Nitradeiras Naturaes e Artificiaes de Monte Rorigo na Capitania de Minas Geraes por Ordem de Sua Alteza Real* atendia a uma demanda da Coroa portuguesa por aumentar a extração de salitre e, por sua vez, a produção de pólvora para armamentos e defesa militar da monarquia portuguesa. Como visto no capítulo anterior, o salitre era utilizado como matéria prima fundamental na confecção da pólvora.

A *Memória de 1803* teve ao todo três versões: uma manuscrita e duas impressas. A versão original manuscrita encontra-se no Arquivo Histórico Ultramarino³⁶⁷, e foi digitalizada pelo Projeto Resgate. Segundo Clarete Paranhos da Silva, ainda haveria uma cópia manuscrita, em microfilme, no Arquivo Público Mineiro³⁶⁸. Entretanto, não encontrei essa cópia. Assim como em outras memórias de Vieira Couto, esta foi pensada e planejada para ser um itinerário de viagem, contendo relatos das viagens ao longo dos dias. O naturalista traça suas análises e ponderações mineralógicas, comerciais e administrativas intercalando com fatos cotidianos vivenciado durante as viagens.

O principal tema da memória é a descoberta do potencial exploratório do salitre em diferentes lugares da capitania mineira, tais como a Comarca do Sabará, Comarca do Serro Frio e na Demarcação Diamantina. Além disso, a memória traz um grande guia ou manual detalhado sobre as etapas de produção do salitre, os tipos de produtos e os possíveis rendimentos.

Dentre as regiões citadas, uma serra “com tanta abundância”³⁶⁹ chamou a atenção do naturalista em termos de potencial exploratório, cujo nome ele deu de “Monte Rorigo”: homenagem ao Secretário de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

He o que dezejo a V. Ex.ca, que depois de huma longa carreira, toda cheia do brilhante clarão de huma solida Gloria, na qual desempenha, como faz, os deveres de hum

³⁶⁷ AHU-ACL-CU-Cod. 2095.

³⁶⁸ SILVA, Clarete Paranhos da. *O desvendar do grande livro da natureza: as praticas geocientificas no Brasil colonial por meio de um estudo da obra mineralogica e geologica do cientista brasileiro José Vieira Couto, 1798-1805*. Dissertação, UNICAMP, São Paulo, 1999. p. 59.

³⁶⁹ COUTO, José Vieira. *Memoria sobre as nitradeiras naturaes e artificiaes de Monte Rorigo na Capitania de Minas Geraes por Ordem de Sua Alteza Real*, [s.l.: s.n.], 1803, p. 1–2.

Ministro verdadeiramente Patriótico, Grande, e digno do Grande Príncipe, a quem serve, venha ao depois ser huma das Personagens da nossa Historia, e daquellas, que as gerações futuras, lendo seus nomes, transportados beijem as paginas, em que elles se achão gravados, e as bahem com lagrimas de goso, de agradecimento, e de saudade.³⁷⁰

Como foi visto no capítulo 2, D. Rodrigo foi um dos principais incentivadores e patrocinadores das viagens filosóficas de José Vieira Couto pela Capitania de Minas Gerais, o que explica a dedicação do naturalista com o secretário de Estado. Nesse sentido, o propósito de escrita da *Memória de 1803* é relatar os achados mineralógicos, dialogando com a ciência padrão produzida naquele momento, mas também ser um produto de troca de interesses entre o naturalista e o Estado português.

A região que rendeu homenagem a D. Rodrigo, *Monte Rorigo*, seria potencialmente rica em nitrato de potássio e sua exploração poderia acarretar, segundo Couto, um impulsionamento do comércio interno (da capitania mineira com outras capitanias) e possibilitaria a criação de uma fábrica de pólvora. Dessa forma, a troca de interesses de Couto com a administração régia se dá também pela percepção, por parte do naturalista, da necessidade que a monarquia portuguesa tinha de produtos como salitre e pólvora. Assim, a *Memória de 1803* poderia ser mais útil e rentável ao estado.

A observação do momento delicado na qual passava a monarquia portuguesa na Europa, por conta das tensões com a França, fez com que a *Memória de 1803* viesse carregada de significados que vangloriassem o potencial do império português. Este fato pode ser atestado pela descoberta do potencial produtivo de salitre na capitania mineira, bem como pela epígrafe colocado por Couto no manuscrito da memória.

Nessa epígrafe, Couto cita um pequeno trecho do poema épico *Sucesso do Cerco de Diu: estando D. João Mascarenhas por Capitão, e Governador da fortaleza (1574)* de Jerónimo Corte-Real:

[...] O Deus eterno, dai-me, Senhor, favor que eu se não basto / Dizer o que aqui fez a repentina, e salitrada chama [...]³⁷¹

Este trecho corresponde ao décimo primeiro canto, que possui um total de vinte e um Cantos épicos ao estilo de *Os Lusíadas* de Luís Vaz de Camões. Segundo, Hélio Alves o poema *Segundo Cerco de Diu* ressalta as “qualidades de fidalgos portugueses numa situação de sofrimento extremo tratada na maior parte dos Cantos e numa longa lista de casos diferentes

³⁷⁰ Ibid., p. 7.

³⁷¹ CORTE-REAL, Jerônimo. *Sucesso do segundo cerco di Diu. Estando Dom Joham Mazcarenhas por capitam da fortaleza, anno de 1546. fielmente copiado da edicam de 1574, por Bento Jose de Sousa Farinha. S. Thaddeo Ferreira, 1784.*

situados em outros espaços asiáticos e africanos”³⁷². O poema conta a história do cerco realizado por Otomanos e Guzerates a cidade de Diu, na Índia, controlada por portugueses em meados do século XVI.

O poema de Corte-Real, porém, não celebra este acontecimento, mas sim o segundo cerco à fortaleza, realizado anos depois, em 1546, pelo sobrinho ou neto do sultão assassinado, Mahmud Shah, quando o comandante da guarnição era D. João de Mascarenhas. A fama do acontecimento ficou a dever-se fundamentalmente à desproporção numérica das forças: duas ou três centenas de portugueses resistiram entre abril e novembro às forças guzerates e turcas, formadas por milhares de homens e potente artilharia, até que um contingente militar, reunido em Goa e comandado pelo próprio governador do Estado da Índia d. João de Castro, chegou por mar a Diu e desbaratou os sitiados.³⁷³

O trecho destacado por Couto, que corresponde ao décimo primeiro Canto, fala sobre a “salitrada chama”, fato que dá destaque ao salitre. O título do 11º Canto é o seguinte: “Quinto combate que os Mouros deram na fortaleza: onde pola falsa informação de hum Guzarate os Portugueses receberam grande dano, no incêndio, e ruina do baluarte Sam Joaõ.”. Todo o contexto do décimo primeiro Canto é demonstrar a bravura dos portugueses em defender uma parte da fortaleza que, em determinado momento, sofre uma grande explosão alimentada pelo salitre da pólvora. O trecho a seguir é o que se segue a epígrafe escolhida por José Vieira Couto:

[...] que buscando / Por onde respirar, e achando todos / Os lugares tapados, com gram
força / Repuxa para cima, arrunha, e abre / O balluarte todo: retombando / Os altos, e
sotis, delgados ares / Com estrondo medonho. Hum grosso fumo, / Turvo, de negra
cor, assombra, e cobre, / Todo aquelle lugar. As labaredas / Arremessam ao Ceo
pedras, envoltas / Com miseraveis corpos (crua, e triste / Maneira de morrer) de la
deciam, / Hús, de rodo ja feitos em pedaços, / Caindo antre os imigos : outros dentro
/ Na fortaleza, mortos com disformes, / E seas aparencias: outros ficam Saõs, e vivos
no campo, soterrados / Ate cima dos peiros.³⁷⁴

Portanto, é demarcada o poder bélico e destrutivo que uma explosão por salitre poderia causar. Afinal, a escolha dessa epígrafe pelo naturalista não é aleatória. Ao contrário, no conjunto de sentidos que a *Memória de 1803* possui, o trecho do poema de Corte-Real ajuda a ressaltar a importância histórica do salitre, num momento tido como decisivo da história de Portugal. Além disso, o salitre é ressaltado pelo seu poder destrutivo.

Dessa forma, é evidente que a *Memória de 1803* do naturalista Couto não é construída apenas pelo lado da “narrativa científica” ou da história natural, mas também é carregada de simbolismo e conversas com escritos da literatura clássica portuguesa, o que traria, na minha

³⁷² ALVES, Hélio. Todos juntos seguiram dom Francisco”. Jerónimo Corte-Real: Sucesso do Segundo Cerco de Diu. In: *Reading literature in portuguese. Commentaries in honour of Tom Earle*. [s.l.]: Legenda, 2013, p. 94.

³⁷³ Ibid.

³⁷⁴ CORTE-REAL, Jerônimo. *Sucesso do segundo cerco di Diu. Estando Dom Joham Mazcarenhas por capitam da fortaleza, anno de 1546. fielmente copiado da edicam de 1574, por Bento Jose de Sousa Farinha*. S. Thaddeo Ferreira, 1784. p. 138-139.

interpretação, maior força de persuasão para com D. Rodrigo e seu projeto imperial para a monarquia portuguesa.

A construção desse simbolismo também perpassa pela outra epígrafe citada por Vieira Couto: na segunda parte da memória, quando ele passa a falar do “Itinerário mineralógico observado na ocasião da diligencia de Monte Rorigo” é citada a seguinte passagem:

Haec eadem argenti rivos aerisque metalla ostendit venis atque auro plurima fluxit.
Virgil. Georg. Lib. 2º.³⁷⁵

José Vieira Couto também cita essa passagem na *Memória de 1801* e na *Memória de 1805*. Assim, essa citação, que aparenta ser da predileção do naturalista tijucano, pode ser um recurso literário para trazer maior valor a capitania mineira quanto ao seu potencial mineralógico. Da mesma forma que a citação de Corte-Real, o trecho da obra *Geórgicas* de Virgílio seria uma maneira de gerar maior identificação da *Memória* para com os administradores régios, e em específico D. Rodrigo, e exaltar o potencial comercial e mineralógico de Minas Gerais.

O uso de autores clássicos, tanto da antiguidade clássica quanto de poetas modernos, com passagens herméticas e textos prolixos recheados de beleza estética fez parte de muitas obras da Era moderna, principalmente nos *Discursos* políticos. Como demarcam Márcia Almada e Rodrigo Bentes Monteiro, “de acordo com Aristóteles, o poeta – em especial o trágico – reelabora mitos antigos e gera catarses ao manipular emoções, representando criativamente as coisas como poderiam ou deveriam ser, e não como são.”³⁷⁶. Portanto, o uso dessa ferramenta de escrita traria erudição e, principalmente, reforçaria os argumentos principais do autor ao se identificar com os sábios do passado³⁷⁷.

Entretanto, quanto a esse ponto é preciso fazer algumas ressalvas. Não seria prudente taxar José Vieira Couto como poeta ou que suas memórias tivessem o objetivo de ser algo do gênero do *Discurso político*. Ao contrário, Couto estava inserido num contexto histórico específico de fins do século XVIII e dialogava com os estudos da mineralogia e da história natural. Portanto, deve-se entendê-lo enquanto um típico naturalista de sua época.

³⁷⁵ Segundo a tradução de Peter Fallon, esse trecho significaria o seguinte “Deep in the veins of this land silver shows, and copper mines; its rivers run rich with gold.”. Cf. VIRGIL; FANTHAM, Elaine. *Georgics*. Reissue edition. [s.l.]: Oxford University Press, 2009.

³⁷⁶ ALMADA, Márcia; MONTEIRO, Rodrigo Bentes. O Discurso e a Notícia: manuscritos sobre a revolta de 1720 atribuídos a Pedro Miguel de Almeida, 3º conde de Assumar. *Tempo*. v. 25, p. 1–25, 2019, p. 12.

³⁷⁷ Um caso fundamental é o texto do *Discurso Histórico, e político sobre a soblevação que nas Minas houve ano anno de 1720*. Sobre a natureza literária do Discurso, Almada e Bentes afirmam que “parece ser uma narrativa épica, pois a seu modo também imitava o universal e o figurado da poesia, embora nele se narrasse sobretudo os eventos históricos, como nomes particulares”. *Ibid.*, p. 13.

Mesmo assim, vale ressaltar que os usos de passagens de Corte-Real e Virgílio versaria com um lado mais literário do naturalista. Isso poderia servir ao propósito de fomentar uma imagem mais erudita de si, dar maior peso e respaldo aos seus argumentos. Ainda que sua formação iluminista na Universidade de Coimbra reformada seja fundamental, autores como Luiz Vaz de Camões, Jerónimo Corte-Real e gregos antigos ainda tinham forte presença no universo cultural português.

Dessa forma, é possível concluir que o uso dessas passagens tivesse, de alguma forma, o objetivo de apelar as emoções do leitor e, principalmente, angariar apoio de pessoas ligadas à alta hierarquia na administração régia portuguesa. Portanto, por esse motivo e pela tentativa de identificar a *Memória de 1803* com a história de Portugal, é possível definir o propósito de criação do manuscrito da *Memória de 1803*: servir aos interesses da monarquia portuguesa, bem como aos interesses do naturalista em conquistar prestígio e apoio.

A *Memória de 1803* que busca apresentar os importantes recursos presentes na capitania mineira e mal explorados pelo Estado, possibilitariam um futuro mais promissor para ambos os lados do Atlântico. Sendo assim, é provável que a memória tenha circulado fundamentalmente entre autoridades régias.

Agora, sobre a versão impressa da *Memória de 1803*, há algumas ponderações importantes para serem feitas. Primeiro, a memória pode ser encontrada em duas opções: a primeira foi impressa, em 1809, pela Impressão Régia³⁷⁸; a segunda saiu em uma das edições da revista do *O Auxiliador da Industria*, em 1840³⁷⁹. A impressão da memória de Couto na Impressão Régia constitui um fato interessante, pois foi a única obra impressa com ele ainda vivo e atuando como naturalista. Contudo, não foi possível encontrar maiores informações sobre se José Vieira Couto participou da curadoria da edição impressa³⁸⁰.

³⁷⁸ COUTO, José Vieira. *Memoria sobre as salitreiras naturaes de Monte Rorigo*. 1803. Rio de Janeiro: Impressão Régia. 1809. Disponível em: <https://archive.org/details/memoriasobreassa00cout/page/n1/mode/2up>. Acessado em: 26/04/22.

³⁷⁹ COUTO, José Vieira. *Memoria sobre as salitreiras naturaes de Monte Rorigo*. 1803. In: *O Auxiliador da Industria Nacional ou Collecção de Memorias e Noticias interessantes aos fazendeiros, fabricantes, artistas, e classes industriosas no Brasil, tanto originaes, como traduzidas das melhores obras que neste genero se publicão*. Publicado pela Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1840. P. 390-425. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=302295&pesq=%22jose%20vieira%20couto%22&pasta=ano%20183&hf=memoria.bn.br&pagfis=3396>. Acessado em: 26/04/22.

³⁸⁰ Clarete Paranhos da Silva chama atenção para outras modificações entre os dois textos. No manuscrito, os minerais não são classificados segundo algum sistema específico. Já no impresso, os minerais são classificados segundo o sistema de René-Just Hauy e Abraham Gottlob Werner. Além disso, há notas que não estão no manuscrito. Por fim, no manuscrito, onde se lê cobre, no livro se lê ferro. Cf. SILVA, Clarete Paranhos da. *O desvendar do grande livro da natureza: as praticas geocientificas no Brasil colonial por meio de um estudo da*

Há consideráveis diferenças entre os textos da versão manuscrita (1803) e a versão impressa (1809). Em termos de organização e estrutural textual, a versão impressa sofreu modificações para encurtar o texto: quase todo o texto foi aglutinado, tanto na construção de frases, quanto na quantidade de seções e sofreu modificações no vocabulário. Se no manuscrito havia 6 seções, no impresso passou a ter 3 seções. A epígrafe do Virgílio foi retirada também. Entretanto, a dedicatória à D. Rodrigo, trecho do poema de Corte-Real e a seção do itinerário de viagem por “Monte Rorigo” permaneceram intactos. Sendo assim, o impresso não guarda tantas semelhanças com o manuscrito que, por escolhas editoriais, sofreu alterações para torná-lo mais enxuto.

Uma alteração em particular chama atenção. Na versão impressa, foi acrescentado uma epígrafe de Voltaire, que diz o seguinte:

On voit en un instant des abimes ouverts, / Des noirs torrents de souffre repandus dans les airs: / Des bataillons entiers, par ce nouveau tonnerre / Emportés, déchirés, engloutis sous la terre. Voltaire Henr. Chant. VI.³⁸¹

O trecho acima, que faz alusão a um cenário de batalha e explosões, pertence a famosa obra poética *A Henriada* de Voltaire. O livro conta a história do Cerco de Paris comandado por Henrique III e o protestante Henrique Bourbon, rei de Navarra. Segundo Pablo Antonio Iglesias Magalhães, o principal argumento da obra é fazer uma crítica ao extremismo religioso, encarnado na figura de Henrique IV, bem como defender a tolerância religiosa³⁸². Por esses e outros motivos, *Henriada* e as outras obras de Voltaire foram censuradas por muito tempo na monarquia portuguesa, ainda mais após a pungência revolucionária francesa. Contudo, o que teria levado aos editores da *Memória de 1803* a colocar um trecho dessa obra na epígrafe? E quem teria optado por tal ação?

Infelizmente, são perguntas as quais ainda não obtive respostas satisfatórias. Contudo, o fato de a *Henriada* ter sido publicado no periódico *Fluminense*, impresso pela Imprensa Régia, bem como D. Rodrigo de Sousa Coutinho voltar a ter uma participação política mais ativa no governo de D. João, tivesse aberto espaço mais favorável para tal fato. Todavia, os embates de Portugal com a França napoleônica podem enfraquecer esse argumento. Como salienta Pablo Antonio Iglesias Magalhães, “As obras de Voltaire só passaram a circular na

obra mineralógica e geológica do cientista brasileiro José Vieira Couto, 1798-1805. Dissertação, UNICAMP, São Paulo, 1999. p. 60.

³⁸¹ Tradução livre: Vê-se num instante abismos abertos, / Torrentes negras de enxofre se espalham pelo ar: / Batalhões inteiros, por este novo trovão / Levado, dilacerado, engolido sob a terra.

³⁸² MAGALHÃES, Pablo Antonio Iglesias. O manuscrito da *Henriada*: a trajetória do Poema de Voltaire traduzido na Vila Rica dos Inconfidentes (1788-2016). *Revista de História*, n. 180, 2021, p. 4–5.

Península Ibérica com mais facilidade após 1834, seja pela extinção da Inquisição espanhola, seja pela derrota das forças miguelistas em Portugal.”³⁸³.

A chegada da família real ao Rio de Janeiro inaugurou um novo precedente: a necessidade de uma tipografia em terras colônias para que se pudesse imprimir comunicados, notícias e ofícios régios dentro da nova capital do império³⁸⁴. Anteriormente, a América portuguesa era proibida de ter oficialmente uma tipografia, ainda que isso não significasse a inexistência da circulação de livros impressos dentro da colônia, como muito bem detalhou a historiografia sobre História do livro e da leitura no Brasil³⁸⁵. Nesse sentido, em maio de 1808, D. João ordenou a criação de uma casa tipográfica para imprimir ofícios reais, notícias e outras obras, que foi chamada de Impressão Régia³⁸⁶.

Entre os livros publicados pela tipografia régia do Rio incluem-se muitas obras que já tinham sido editadas em Lisboa alguns anos antes, quer originais portugueses quer traduções. Os inéditos publicados pertenciam na sua maioria às classes de Ciências e Artes e de Belas Letras. Contudo os primeiros anos de atividade da Impressão Régia foram marcados pela publicação de textos políticos (reimpressões ou originais) que poderiam ser agrupados sob a designação de "ciclo napoleônico" e que se ligavam, de uma maneira polêmica e por vezes satírica, à situação política europeia.³⁸⁷

Como destaca Maria Beatriz Nizza da Silva, a Impressão Régia privilegiou a publicação de textos referentes as guerras napoleônicas e a situação política na Europa nos anos iniciais de funcionamento da tipografia. Ainda assim, os textos científicos tiveram destaque dentro do catálogo de impressão da Tipografia real, sendo a *Memória de 1803* um desses textos publicados menos de dois anos após a criação da tipografia real. Além disso, é preciso ressaltar a grande influência das Belas Letras e, especificamente, dos romances dentro das publicações impressas na Imprensa Régia³⁸⁸.

³⁸³ Ibid., p. 24.

³⁸⁴ BRAGANÇA, Aníbal. Antecedentes da instalação hipertardia da tipografia ao Brasil (1747-1808). *Floema: Caderno de Teoria e História Literária*. n. 5a, 2009; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Livro e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821). *Revista de História*, v. 46, n. 94, p. 441-457, 1973; BARRA, Sérgio Hamilton da Silva. A Impressão Régia do Rio de Janeiro e a criação do novo império português na América. *Revista de História (São Paulo)*. p. 253-276, 2015; ABREU, Márcia. Impressão Régia do Rio de Janeiro: novas perspectivas. *I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. p. 23, 2004; para uma revisão historiográfica sobre o tema, Cf. GARCIA, Lúcia Maria Cruz. *Dos prelos da impressão régia, a cultura científica do período joanino (1808-1821)*. Tese (doutorado em História), UERJ, Rio de Janeiro, 2011, p. 47-59.

³⁸⁵ Cf. VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do Livro no Mundo Luso-brasileiro Sob as Luzes. Reformas, Censura e Contestações*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis*. 1ª edição. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2013.

³⁸⁶ Maria Beatriz Nizza da Silva afirma que a tipografia instalada no Rio de Janeiro foi feita com prelos vindos de Portugal. SILVA, op.cit., p. 4; ABREU, op.cit., p. 6.

³⁸⁷ SILVA, op.cit., p. 449.

³⁸⁸ ABREU, op.cit., p. 7.

Dentro da miríade de textos e gêneros literários que a Imprensa Régia poderia publicar, quais motivos teriam levado à publicação da *Memória de 1803* logo nos primeiros anos de instalação da tipografia? Para tentar responder a essa pergunta, é necessário entender quem administrava a tipografia e seu contexto histórico de criação.

Após um período de afastamento, D. Rodrigo de Sousa Coutinho voltava aos holofotes da administração régia através da nomeação de D. João para ocupar o cargo de Secretário de Estado dos Negócios e da Guerra, secretaria que, dentre outras coisas, comandava as atividades da recém-criada Imprensa Régia. Segundo Lucia Maria Garcia, a Imprensa Régia deve ser analisada não como dado de momento, mas sim enquanto um projeto de maior tempo, articulado com políticas editoriais e experiências pregressas da implementação de uma cultura literária no Reino, como no caso da efêmera, mas fundamental experiência do Arco do Cego (1799-1801) e da Imprensa Régia de Lisboa³⁸⁹

Nesse sentido, é evidente que já havia uma tendência de administradores régios, principalmente considerando a atuação de D. Rodrigo, de divulgar e imprimir textos relacionados com a História Natural, economia e toda sorte de conhecimento que pudesse ser útil ao Estado. Por isso, é possível de se imaginar que a escolha de imprimir a *Memória de 1803*, dentro da Imprensa Régia do Rio de Janeiro, pudesse ter partido de D. Rodrigo. Primeiro, por causa do seu projeto político de evidenciar e divulgar a História Natural, mapeamento das riquezas naturais e úteis ao Estado português. Segundo, pela sua ligação com o naturalista José Vieira Couto. Terceiro, pelo contexto bélico europeu e as motivações que levaram a família Real ao transmigrar para o Rio de Janeiro, a busca por salitre e fabricação de pólvora eram fundamentais – tema principal da *Memória de 1803*.

Entretanto, sem documentos que sustentem esta afirmação, é difícil identificar efetivamente quem ou qual pessoa mandou editar e imprimir a *Memória de 1803*. Além disso, não seria fácil realizar essa identificação, uma vez que a iniciativa de imprimir determinada obra, dentro da Imprensa Régia do Rio de Janeiro, poderia ser feita tanto por iniciativa do Estado, quanto por iniciativa de particulares³⁹⁰.

Sobre esse último caso, destaque-se a figura relevante do livreiro Paul Martin, um francês que foi um dos primeiros editores que atuou no Brasil. Sua principal atividade era de livreiro. Portanto, vendia e revendia livros. Contudo, segundo Márcia Abreu, é possível que tenha atuado como editor de algumas obras, como o livro *Obras Poéticas* de Pedro Antonio

³⁸⁹ GARCIA, op.cit., p. 69–72.

³⁹⁰ HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 3. ed. São Paulo: EdUSP, 2012. p. 15–16.

Correa Garção. Além disso, realizou a venda de 45 títulos impressos pela Impressão Régia do Rio de Janeiro para Lisboa³⁹¹. Estas obras compunham temas variados como Direito, Belas Letras, Medicina e Economia. Dentre estas obras, Paul Martin remeteu a Lisboa e vendeu em sua loja a *Memória de 1803*. Fato que respalda a provável circulação da versão impressa da memória em Portugal³⁹².

Por sua vez, a *Memória de 1803* também foi publicada em versão impressa pela revista do *Auxiliador da Indústria*. Em 1839, Sr. Alexandre Mariz Sarmiento doou a memória para o conselho administrativo do periódico³⁹³. Nesse sentido, o *Auxiliador da Indústria* trouxe a memória na íntegra na edição 8 do ano de 1840³⁹⁴. Essa versão é a mesma da memória publicada pela Impressão Régia. O texto permanece o mesmo, inclusive com as epígrafes de Corte-Real e Voltaire. Contudo, não foi publicado com a dedicatória ao D. Rodrigo, que há tanto na versão manuscrita quanto na versão impressa de 1809.

Criada em 1833, a revista do *Auxiliador da Indústria* surgiu com objetivo de divulgar conhecimento científico, ainda muito inspirados em ideais iluministas, a fim de levar o Brasil ao progresso. Para Heloísa Maria Domingues, “naquela sociedade, progresso era sinônimo de uma próspera economia da nação”³⁹⁵, ou seja, a autora argumenta que a revista do *Auxiliador da Indústria* teve papel fundamental na projeção dos valores científicos e de conhecimentos que poderiam ser usados por diferentes setores da economia a fim de alcançar o “progresso”.

Para tanto, a revista trazia notícias, verbetes e memórias das mais diversas áreas do conhecimento. Contudo, havia uma predileção pela temática da agricultura³⁹⁶, sendo considerada àquela época o motor fundamental de progresso e inserção econômica do país na

³⁹¹ ABREU, op.cit., p. 12–14.

³⁹² Catálogo das Obras impressas no Rio de Janeiro e que se achão de venda em Lisboa, na loja de Paulo Martin e Filhos, no. 6 defronte do Chafariz do Loreto.70 (RMC – ANTT – Caixa 72 [1812 – X – 27]). In: *Ibid.*, p. 22.

³⁹³ Conselho administrativo da sociedade auxiliadora da indústria nacional, sessão nº 220 dia 23 de agosto de 1839 (presidência do Exm. Sr. Ignacio Alvares). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=302295&pesq=%22jose%20vieira%20couto%22&pasta=ano%20183&hf=memoria.bn.br&pagfis=2863>. Acessado em: 26/04/22.

³⁹⁴ COUTO, José Vieira. Memória sobre as salitreiras naturaes de Monte Rorigo. 1803. In: *O Auxiliador da Industria Nacional ou Collecção de Memorias e Noticias interessantes aos fazendeiros, fabricantes, artistas, e classes industriosas no Brasil, tanto originaes, como traduzidas das melhores obras que neste genero se publicão*. Publicado pela Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1840. P. 390-425. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=302295&pesq=%22jose%20vieira%20couto%22&pasta=ano%20183&hf=memoria.bn.br&pagfis=3396>. Acessado em: 26/04/22.

³⁹⁵ DOMINGUES, Heloisa María Bertol. A idéia de progresso no processo de institucionalização nacional das ciências no Brasil: a sociedade auxiliadora da indústria nacional. *Asclepio*, v. 48, n. 2, p. 149–162, 1996, p. 151.

³⁹⁶ *Ibid.*, p. 154; CARDOSO, Janaina Salvador. O *Auxiliador da Industria Nacional* e a republicação de memórias científicas na primeira metade do Oitocentos. *Temporalidades*. v. 10, n. 1, 2018, p. 111.

economia internacional³⁹⁷. A revista era um produto da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) fundada em 1827, poucos anos após a independência do Brasil. Nesse sentido, tanto a sociedade quanto a revista foram iniciativa de particulares, que visavam propagar à modernização do país³⁹⁸.

Segundo Barreto, esta agremiação de particulares interessados na propagação de conhecimentos científicos era inspirada na sociedade francesa *Société D' Encouragement à L'Industrie Nationale* e na portuguesa Sociedade Promotora da Indústria Nacional³⁹⁹. Além disso, é importante ressaltar a forte ligação da SAIN com o Estado Imperial recém-constituído⁴⁰⁰, que teve a proteção do Estado e juridicamente “teve a tutela do Ministério dos Negócios do Império, passando para a alçada do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1860”⁴⁰¹.

Para Heloísa Domingues, a SAIN era uma auxiliar do governo imperial e funcionava como se fosse um órgão para consulta e aconselhamento nas “licenças para desenvolver novas espécies agrícolas ou para instalar manufaturas de produtos novos no mercado, ou até mesmo para licenciar a fabricação de máquinas, a instalação de fábricas ou, por vezes, a exploração de minérios”⁴⁰².

3.4. A *Memória sobre as Minas de Cobalto da Capitania de Minas Gerais* (1805)

A última memória de Vieira Couto que se tem registro é a *Memória sobre as Minas de Cobalto da Capitania de Minas Geraes*, escrita em 1805. Diferentemente de suas outras memórias, Couto não organizou esta como um itinerário ou diário de viagem. Por sua vez, ele organizou em três seções que destacam a abundância do cobalto, sua ligação com outros minerais, onde encontrá-los, bem como sua extração, produção e utilidades econômicas para o Estado.

Além dessas seções, há uma parte final na qual o naturalista faz as descrições dos ensaios das amostras das minas de cobalto. "Em outro tempo eu dizia - o Cobre he o metal dominante

³⁹⁷ DOMINGUES, op.cit., p. 161.

³⁹⁸ CARDOSO, op.cit., p. 112–113.

³⁹⁹ BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: Oficina de Homens. XIII Encontro de História Anpuh-Rio*. 2008, p. 3.

⁴⁰⁰ A SAIN tinha como protetores e presidentes perpétuos os imperadores D. Pedro I e D. Pedro II. *Ibid.*, p. 5.

⁴⁰¹ DOMINGUES, op.cit., p. 152.

⁴⁰² *Ibid.*

do Brazil, hoje he o cobalto."⁴⁰³. Ele chega ainda a afirmar que a grande quantidade de minas que há na capitania seria coberta pelo cobalto, quando antes acreditava ser primordialmente de ferro e cobre⁴⁰⁴.

Nesse sentido, há duas razões pelas quais a *Memória de 1805* foi escrita: a primeira, é evidente que serviu como meio de troca entre Couto e os agentes régios, além de prestar contas de seu trabalho. Enquanto nas outras memórias, Couto havia feito dedicatórias à D. Maria I e D. Rodrigo de Sousa Coutinho, nessa o naturalista evidência sua fidelidade ao Príncipe Regente D. João.

[...] O misericordioso Ceo que rege os Destinos dos Imperios, e q quasi sempre proporciona a felicidade dells e dos povos, segundo a Virtudes, genio, e talentos de seus chefes, que marca ja com o epiteto de grande Fausto, e Justo o Reinado de V. A. Real, elle mesmo, depois de nos presentear com o mais perfeito dos Principes, ordena p.a complemento de inteirar felicidades nossas q em torno do Throno de V. A., se mistura com os emblemas de tantas gloriosas e Heroicas acções, se distinguão tãobem como protegidos e amparados debaixo do Regio Manto os das Sciencias, das Artes, e do Commercio, outros não pequenos fundamentos da prosperidade publicas.⁴⁰⁵

A segunda razão é o benefício que a memória poderia trazer aos curiosos e estudiosos da história natural, principalmente do ramo da mineralogia. O naturalista chega a afirmar que quis entregar a memória como “exemplo de roteiro a quem pertender seguir ou adiantar meus passos”, uma vez que seriam “minas tão complicadas e embaraçadas com outros metaes”⁴⁰⁶. Na defesa de seu trabalho e das particularidades dos minerais brasileiros, Couto demarca seu campo de atuação e sai em defesa do conhecimento produzido por quem efetivamente pisou, viajou e se arriscou em terras americanas. Para ele, não seria qualquer mineralógico, “que pela maior parte não trabalharão senão sobre minas de Alemanha e Suecia”⁴⁰⁷, que conseguiriam conhecer e esclarecer sobre a entranhas da terra brasílica.

Todas as memórias abordadas até aqui possuem uma ou duas versões impressas, para além das versões manuscritas. Entretanto, a *Memória de 1805* é a única que permaneceu em formato manuscrito. Sua cópia original pode ser encontrada digitalizada no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Segundo Clarete Paranhos da Silva, existiria também uma cópia

⁴⁰³ COUTO, José Vieira. *Memória sobre as Minas de Cobalto da Capitania de Minas Geraes*. [s.l.: s.n.], 1805, p. 1. In: AHU-MG-Cx. 182, doc. 53.

⁴⁰⁴ Ibid., p. 2. In: AHU-MG-Cx. 182, doc. 53.

⁴⁰⁵ COUTO, op.cit. In: AHU-MG-Cx. 182, doc. 53.

⁴⁰⁶ Ibid., p. 6–7. In: AHU-MG-Cx. 182, doc. 53.

⁴⁰⁷ Ibid. In: AHU-MG-Cx. 182, doc. 53.

microfilmada na Biblioteca da Ajuda de Lisboa. Contudo, não foi possível descobrir se correspondem a mesma cópia do AHU ou se é uma outra versão⁴⁰⁸.

O manuscrito da *Memória de 1805* chegou até as mãos de Domingos Vandelli. Em 27 de junho de 1806, Vandelli repassou tanto a memória quanto amostras de minas de cobalto para Visconde de Anadia. Contudo, não teceu nenhum comentário sobre o trabalho realizado por Couto⁴⁰⁹. Além deste, o manuscrito da *Memória de 1805* chegou à ciência do naturalista José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), uma vez que o documento digitalizado encontra-se junto de uma carta escrita por ele para Visconde de Anadia e traz suas percepções sobre o trabalho de Vieira Couto. Além disso, no manuscrito da memória, na seção sobre os ensaios e descrições das amostras de minas de cobalto, há uma série de marginalias feitas por Bonifácio. Portanto, é bastante provável que esta cópia pertenceu ou foi remetida para Bonifácio em algum momento⁴¹⁰.

Dessa forma, em 2 de dezembro de 1806, José Bonifácio enviou, junto com a *Memória de 1805*, uma carta analisando o trabalho mineralógico realizado por José Vieira Couto para Visconde de Anadia. Segundo Bonifácio, de todos os minerais enviados por Couto, nenhuma seria verdadeiramente de cobalto como o naturalista tijucano afirmava ser. Ao contrário, seriam apenas minerais de ferro, ainda que de considerável qualidade. Por isso, Bonifácio fez uma série de marginalias corrigindo os erros de análise feitos por Couto. As correções foram feitas com base no Sistema de Werner de quem Bonifácio foi discípulo⁴¹¹.

Todavia, apesar dos erros cometidos por Couto, segunda concepção de Bonifácio, o naturalista tijucano seria um “homem esforçado e trabalhador”⁴¹², mas não um mineralogista devido a confusão de acreditar que minas de ferro e cobre fossem de cobalto. Por fim, Bonifácio ressalta, ao final da carta, dizendo que as minas da capitania de Minas Gerais deveriam ser lideradas por profissionais estrangeiros da Saxônia e da Prússia. Este fato é interessante, pois contrasta com as declarações e pensamentos de Vieira Couto de que mais do que um naturalista versado nas minas da Suécias e Alemanha, seria necessário um naturalista experiente em terras americanas.

⁴⁰⁸ SILVA, Clarete Paranhos da. *O desvendar do grande livro da natureza: as praticas geocientificas no Brasil colonial por meio de um estudo da obra mineralogica e geologica do cientista brasileiro José Vieira Couto, 1798-1805*. Dissertação, UNICAMP, São Paulo, 1999. p. 61.

⁴⁰⁹ MAZUL - manuscrito CN/V-61.

⁴¹⁰ José Bonifácio fala sobre Couto e seu trabalho. In: AHU-MG. Cx. 182, doc. 53.

⁴¹¹ Sobre o conhecimento mineralógico de José Bonifácio e a influência de Abraham Gottlob Werner. Cf. VARELA, Alex Gonçalves; LOPES, Maria Margaret; FONSECA, Maria Rachel Fróes da. As atividades do naturalista José Bonifácio de Andrada e Silva em sua “fase portuguesa” (1780-1819). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. v. 11, p. 685–711, 2004.

⁴¹² AHU-MG, Cx. 182, doc. 53.

Outro naturalista que criticou o trabalho de Couto e sua *Memória de 1805* foi Manuel Ferreira da Câmara. Em 27 de abril de 1811, Câmara enviou missiva para Antônio de Araújo de Azevedo, o Conde da Barca, respondendo às indagações feita pelo Conde acerca da existência de cobalto em Tijuco. Câmara responde negativamente sobre esta possibilidade e critica o trabalho de José Vieira Couto por ter dado a entender que seria abundante a existência de tal mineral em terras mineiras. Segundo Câmara:

[...] Se tivesse mais vagar contara a V.Ex.^a a historia completa desse pertendido cobalto, dado a Tejuco pelo Doutor Joze Vieira Couto, o qual antes de saber distinguir os numeras de Cobre das de Ferro deu antes o nome daquelles e convencido por fim que não eraõ da Natureza que dizia chamou aos mesmos Cobalto, que elle ainda a conhecia menos.⁴¹³

Assim como Bonifácio, Manuel Ferreira da Câmara criticou a classificação mineral feita por José Vieira Couto e duvidou da existência de cobalto na região de Tijuco. Além disso, Câmara parece deixar claro que há algum tempo lida com remessas enviadas por Couto e esse não teria sido seu único erro. Para Câmara, “o peor não foi errar, mas foi ajuntar a conhecidos mineraes de ferro butoens de cobre que elle dizia ter obtido pelo Ensayo; e porque nam apoiei semelhantes importuras, que so faz quem não tem que perder, a fazemse a quem lhe não sube dar o devido valor, nunca me vio com bons olhos”. Nesse sentido, dando a entender que Couto forçaria alguns resultados dos ensaios químicas.

Dessa forma, de todas as memórias apresentadas, talvez a *Memória de 1805* tenha a sido a com maiores críticas feitas quanto a qualidade das análises. Este fato pode explicar a breve circulação do manuscrito, e não publicação em versão impressa, uma vez que a repercussão de críticas negativas como as de Bonifácio e Câmara pudessem ter minado o trabalho.

3.5. Conclusão

Este capítulo teve o objetivo de elucidar algumas questões acerca da produção, circulação e recepção das memórias do naturalista José Vieira Couto. Para isso, busquei evidenciar os diferentes contextos históricos, instituições e personagens que participaram, diretamente ou indiretamente, na circulação das memórias do naturalista tijucano.

Pois qualquer história do livro que excluísse o estudo das motivações sociais, econômicas e políticas da publicação, as razões pelas quais os textos foram escritos e lidos desta ou daquela maneira, o porquê de terem sido reescritos e redenhados, ou deixados morrer, se degeneraria em uma frágil e degenerativa lista de livros e jamais se tornaria uma história legível.⁴¹⁴

⁴¹³ PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/001361.

⁴¹⁴ MCKENZIE, op.cit., p. 26.

Assim, a fim de abarcar os possíveis significados construídos, ao longo do tempo, sobre as memórias de José Vieira Couto foi necessário destacar quais versões manuscritas e impressas de cada memória existiu, por quais motivos elas foram criadas, por onde foram impressas e vendidas, quem as consumiu e o que possivelmente interpretou sobre. Dentre estes possíveis caminhos de análise, a mais difícil de realizar foi tentar entender as diferentes interpretações sobre as memórias. Isso porque em nenhuma das memórias, tirando a *Memória de 1805*, há considerações, marginalias ou comentários de outrem. E, mesmo na *Memória de 1805*, as anotações de José Bonifácio são apenas para correção do texto.

Portanto, a análise da recepção fundamentou-se, basicamente, na análise documental das cartas de alguns naturalistas e agentes régios que tiveram contato diretamente com os trabalhos de Vieira Couto. Nesse sentido, pode-se concluir que Couto é tido por personagens como José Bonifácio de Andrada e Silva, Manuel Ferreira da Câmara, Bernardo José de Lorena e D. Rodrigo de Sousa Coutinho como um indivíduo “esforçado” e “zeloso” na aplicação do real serviço e de sua produção mineralógica. Contudo, Bonifácio e Câmara destacam os erros de mineralogia possivelmente cometidos pelo naturalista tijucano.

Ao todo, José Vieira Couto escreveu cinco memórias manuscritas, duas finalizadas em 1799, 1801, 1803 e 1805⁴¹⁵. Dentre esses manuscritos, apenas a *Memória de 1805* não obteve versão impressa e circulou em grande medida por naturalistas e agentes régios. Não é possível afirmar porque esta memória não ganhou versão impressa. Contudo, pode-se pensar que as críticas feitas por Bonifácio e Câmara tiveram alguma influência na repercussão dos trabalhos de Couto e dessa memória em específico.

Entre as versões impressas, todas tiveram mais de uma versão impressa. A *Memória de 1799* foi publicada pela revista do IHGB e pela Fundação João Pinheiro. A *Memória de 1801* saiu em versão impressa pela editora Laemmert e pelo Arquivo Público Mineiro. Por fim, a *Memória de 1803* obteve duas versões impressas: a primeira saiu pela Imprensa Régia e a segunda pela revista do *Auxiliar da Indústria*. Dentre as versões manuscritas e impressas, pode-se concluir que circulou por espaços como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Portugal.

Vale ressaltar que quase todas as memórias apresentam uma estrutura narrativa semelhante: intercalam momentos de descrição da viagem com análises mineralógicas e administrativas. Dessa maneira, há uma certa semelhança entre as memórias quanto a

⁴¹⁵ Neste capítulo analisei apenas uma das memórias de 1799, porque a outra memória escrita no mesmo ano, intitulada *Descrição dos metaes contidos neste cofre segundo os systemas de Linneo e Walerio*, se restringe apenas a fazer descrição e classificação dos metais enviados como remessa ao Reino.

organização das ideias centrais do naturalista. A única exceção é a *Memória de 1805*, que trás poucos relatos de itinerário de viagem e foca mais na análise do cobalto e sua importância para a monarquia portuguesa.

De certo, Couto escreveu suas memórias a fim de conquistar prestígio e honrarias perante a Coroa portuguesa, tendo em vista que foram trabalhos realizados a partir das demandas do Estado português. Nesse sentido, José Vieira Couto soube lidar com essas demandas e buscou construir narrativas em torno de suas memórias para que elas obtivessem maior recepção. Por exemplo, as pesquisas sobre salitre e outros metais e minerais, que não somente o diamante e ouro, a fim de mostrar a diversidade e potencialidade da capitania mineira. Ou, ainda, as homenagens feitas a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Bernardo José de Lorena, D. João são exemplos de ferramentas utilizadas pelo naturalista, diante da cultura política do Antigo Regime, de demonstrar-se um bom vassalo.

Além disso, o uso de autores como Corte-Real e Virgílio podem ser interpretadas como a tentativa de ligar as suas pesquisas mineralógicas com a história de Portugal. Portanto, os manuscritos das memórias surgiram diante das relações de interesse do naturalista e da monarquia portuguesa. Sendo assim, os manuscritos foram criados para atender a esta demanda, tendo a finalidade de circular entre os especialistas e agentes régios.

Por sua vez, os manuscritos que se tornaram impressos visaram alcançar maiores públicos, bem como sofreram modificações na estrutura textual, como no caso da *Memória de 1803*, a fim de atender a essa demanda. No século XIX, as versões impressas das memórias foram utilizadas para entender a realidade mineralógica de Minas Gerais e da região diamantina. Contudo, nesse novo contexto, as memórias foram publicadas num momento que o império brasileiro recém independente tentava se afirmar e se modernizar, bem como foram publicadas como exemplo dos primórdios da ciência natural produzida no Brasil. Assim, nesse novo contexto, a ligação com projeto imperial de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para monarquia portuguesa e o contexto original de produção dos manuscritos das memórias fica ofuscada.

Capítulo 4. “Mineiros que jamais perdem o sol de vista”: as percepções de José Vieira Couto sobre a “decadência” da mineração em Minas Gerais

Este capítulo tem o objetivo de analisar o conteúdo das memórias escritas por José Vieira Couto entre os anos de 1799 e 1805. Portanto, a ideia é discernir quais as principais visões de História Natural e administração que o naturalista de Arraial de Tijuco legou à monarquia portuguesa. Para tanto, será utilizado como base, fundamentalmente, as quatro memórias detalhadas no capítulo anterior. Com isso, compilando e sintetizando os principais argumentos e ideias das memórias de Couto.

Segundo a definição do dicionário de Rafael Bluteau atualizado por Antonio de Moraes Silva (1789), memória poderia ser entendido, dentre outras coisas, como “escritos de narrações políticas, &cc. §. Memoria: escrito, que os Ministros de Legação appresentão aos da Corte onde residem. §. Memorias factos literários, ou scientificos: v. g. Memorias das Academias.”⁴¹⁶. Dessa forma, o texto das memórias trazia uma multiplicidade de temas, abordando tanto temas científicos quanto políticos ou literários.

No caso das memórias de Couto, em sua grande parte, possui duas estruturas básicas em comum: uma primeira parte analítica e descritiva, com foco no estudo da História Natural e, principalmente, na Mineralogia de Minas Gerais; e, uma segunda parte cujo foco está no relato das viagens exploratórias realizadas, ou seja, itinerários de viagens ou diários de viagens.

A produção mineradora, em especial do ouro, diamante, ferro, cobalto, cobre e salitre foi o cerne das análises memorialísticas realizadas por José Vieira Couto entre os anos de 1799 e 1805. Dentre as três grandes áreas da História Natural, a mineralogia se destacou maneira de observar, catalogar, classificar e tornar útil as fontes minerais da natureza. Em suas viagens exploratórias e produções memorialísticas, a mineração e a mineralogia compuseram maior parte dos seus estudos.

Em resumo, a partir da análise dos conteúdos das memórias de Couto, o objetivo é compreender suas ideias sobre mineração, História Natural, economia, comércio e administração dos territórios ultramarinos, principalmente no que diz respeito à Capitania de Minas Gerais. Assim, se pretende realizar uma análise da narrativa e do conteúdo das memórias, sem prender-se ao início, meio e fim da trajetória de vida de Couto, mas sim em como as

⁴¹⁶ SILVA, Antonio de Moraes. BLUTEAU, Rafael. Dicionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. 1. ed. Lisboa, Simão Tadeu Ferreira, MDCCLXXXIX [1789]. 2v.: v. 1: xxii, 752 p.; v. 2: 541 p. 286.

memórias científicas refletem um contexto histórico, relações e redes políticas específicas de uma época histórica.

4.1. A “decadência” dos mineiros: visões morais e raciais de José Vieira Couto

Em suas memórias, o naturalista tijucano desenvolveu argumentos que buscavam entender a “decadência”⁴¹⁷ da produção mineradora na capitania das Minas Gerais, em especial pelas regiões que ele viajou, como a Comarca do Serro do Frio. Nesse sentido, José Vieira Couto evidenciou não somente as causas que, em sua concepção, teriam levado ao estado precário da população mineira e da baixa extração mineral, como também relatou quais seriam as medidas fundamentais a serem adotadas para tentar contornar esse problema.

Esse cenário decadente descrito pelo naturalista, com exceção de algumas vilas e arraiais, se alastraria para as regiões interiores da capitania ou para os chamados “sertões”. A historiografia já catalogou uma grande variedade de sentidos para o termo “sertão”, sendo assim, um termo polissêmico e de difícil conceituação. Entretanto, é evidente que “sertão” não é apenas uma categoria geográfica, mas, como ressalta Rodrigues, Dias e Cabreira: seria um conceito que “se liga desde os primórdios da colonização da América portuguesa, ao termo ‘civilização’ e, segundo o horizonte mental dos colonizadores, as populações autóctones do Brasil, associados mais a feras que à humanidade”⁴¹⁸. Dessa maneira, também é uma categoria sociológica.

Por sua vez, o naturalista Couto define “sertão” como terras que estariam no interior da capitania, “desviadas das povoações das minas, e onde não existe mineração. Uma grande parte porém d'estes sertões é formada pelas terras chãs, que ficam de outra banda da Grande Serra, e ao Poente d'ella; o Rio de S. Francisco corre pelo seu centro, e recebe as aguas por um e outro lado de ambas as suas extremidades.”⁴¹⁹.

Assim, seriam terras despovoadas – por despovoadas Couto quer dizer a ausência de pessoas “civilizadas”, uma vez que povos indígenas, negros libertos e escravizados não são

⁴¹⁷ Uso o termo entre aspas, uma vez que é dessa maneira que José Vieira Couto refere-se à realidade social e econômica mineira.

⁴¹⁸ RODRIGUES, André Figueiredo; DIAS, Renato da Silva; CABREIRA, Maria Alda Barbosa. Sertões, poder e pecuária na capitania de Minas Gerais. In: RODRIGUES, André Figueiredo; SÁ, Charles Nascimento de (Orgs.). *Mundos Coloniais: espaços e realidades plurais na América portuguesa*. São Paulo: FFLCH/USP, 2021, p. 106.

⁴¹⁹ COUTO, José Vieira. Memória sobre as Minas da Capitania de Minas Geraes, suas descrições, ensaios, e domicilio proprios a maneira de itinerario com um appendice sobre a Nova Lorena Diamantina, sua descrição, suas produções mineralogicas e utilidades que d'este pais possam resultar ao Estado (1801). *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Minas Gerais: Imprensa Oficial de Minas Gerais. 1905. p. 111.

considerados – e inóspitas. Contudo, há momentos cujo entendimento sobre os “sertões” é mais positivo. Assim, ora é descrito como lugar “mal sadio” e de “tão tristes e medonhos tão remontados de habitação humana, e tão faltos de todo o necessarios”⁴²⁰, ora é visto como região de potencialidades mineralógicas, ricas e prodigiosas.

O duplo papel trabalhado por José Vieira Couto em suas memórias, isto é, do sertão como problema e atraso, mas também como possível de tirar proveito (útil ao Estado) compôs uma das principais maneiras de se enxergar estas regiões da América portuguesa por parte dos naturalistas e viajantes entre século XVIII e XIX.⁴²¹

Diante do cenário em que se encontrava a capitania, os principais prejudicados seriam os mineiros e o próprio Estado: “a classe dos mineiros, na verdade, é a mais indigente: o ouro se faz cada vez mais escasso; os direitos reais dos quintos experimentam uma míngua considerável. Quais serão pois as consequencias de tanto dano?”⁴²².

As conclusões de Vieira Couto sobre o estado da capitania e de sua população são bastante negativas. Para ele, qualquer um que viajasse pelos arraiais de Minas Gerais iria perceber a grande “decadência”⁴²³ na qual encontrava-se a capitania e seus residentes. Nesses lugares, apenas existiriam “ruínas” e “despovoação”⁴²⁴. Neste caso, a despovoação seria causada pela própria diminuição da produção mineradora, o que teria levado uma série de mineiros e trabalhadores a buscarem novas oportunidades na atividade agrícola.

No entanto, Couto não entende isso como positivo, uma vez que o destino natural de Minas Gerais seria a produção mineradora. Por sua vez, esta seria a atividade primordial a ser

⁴²⁰ Ibid., p. 106.

⁴²¹ Inclusive, o autor afirma que os estudos, memórias e relatos, de resumidamente, apresentariam constantemente três visões sobre os sertões: sobre seu clima (períodos de seca e cheia); sobre ser um lugar de doenças e atraso civilizacional e, por fim, sobre ser um lugar de recursos e potencialidades naturais. BONATO, Tiago. *O olhar, a descrição: a construção do sertão do nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1783-1822)*. Dissertação (Mestrado em História), UFPR, Curitiba, 2010. p. 100–101.

⁴²² FURTADO, Junia Ferreira. *Estudo crítico*. COUTO, José Vieira. Memória sobre a Capitania das Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas., Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro-Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. p. 61.

⁴²³ A percepção de “decadência” sobre a capitania mineira foi opinião comum entre vários intelectuais e naturalista do século XIX. Mesmo após décadas, vários historiadores reforçaram esse posicionamento durante meados do século XX. Contudo, desde a década de 1980 para cá, diferentes estudos vêm questionando o entendimento de que Minas Gerais passasse por uma decadência econômica nos oitocentos. Neste trabalho, não tenho a intensão, contudo, de contrapor a visão da “decadência”, mas tão somente explicitar e entender como José Vieira Couto percebia a capitania das Minas Gerais. Para maiores detalhes sobre esse debate historiográfico da “decadência”, Cf. FILHO, Afonso de Alencastro Graça. *O mito da decadência mineira oitocentista: São João del Rei, um estudo de caso*. São Paulo: IV Congresso Brasileiro de História Econômica e V Conferência Internacional de História de Empresas, 2001.

⁴²⁴ COUTO, José Vieira. Memória sobre as Minas da Capitania de Minas Geraes, suas descrições, ensaios, e domicilio proprios a maneira de itinerario com um appendice sobre a Nova Lorena Diamantina, sua descrição, suas produções mineralogicas e utilidades que d'este pais possam resultar ao Estado (1801). *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Minas Gerais: Imprensa Oficial de Minas Gerais. 1905. p. 77.

desenvolvida, cuja prosperidade e utilidade fomentaria todo o restante das produções na capitania e arredores, como por exemplo a atividade agrícola. Ele defende essa tese não somente pela capacidade natural mineira na produção mineral e metálica, mas também pela lógica do bom funcionamento do mercado interno da capitania.

No seu entender, “o número dos agricultores crescendo demasiadamente e aniquilando-se ao mesmo tempo o dos mineiros, que são os consumidores, nem os mesmos agricultores acharão saída aos seus gêneros”⁴²⁵. Sem demanda e pessoas para comprar, para onde iria a produção dos agricultores? Nesse cenário, o povo é primordialmente prejudicado, “condenado a viver da miséria da barbaridade”, mas também seria o Estado, que perderia “uma província das mais ricas que possui”⁴²⁶.

É constante em suas memórias um discurso que tenta demonstrar a potencialidade natural das minas, mas que estaria sendo subaproveitado pela Coroa, por uma série de motivos que será visto mais adiante, como as taxações excessivas e a falta de conhecimento técnico dos mineiros. Com isso, todos esses elementos contribuíram para um estado de “decadência” da região.

Nesse contexto, chama atenção a maneira pela qual Vieira Couto descreve a população que residia nas regiões de minas da capitania. Para ele, seriam “gente de cor chamada”⁴²⁷ que comporiam a maior parte do povoado. Escravos ou filhos de escravos, uma sorte de “gente degenerada de costumes”⁴²⁸, que não trabalhariam pois julgariam ser esta uma atividade própria da escravidão. Por isso, viveriam da esmola e do furto. Além destes, o povoado seria formado por filhos dos antigos e ricos mineiros, que haviam “caído em vergonhosa pobreza” e “correm a ocultar as suas indigências entre a solidão das roças”⁴²⁹.

Alguns mineiros, a maior parte d'elles empenhados ou fallidos, cobertos de lodo, e cheios de esperanças ás portas de suas minas, ou ás margens dos rios, ainda lutam, ainda pretendem ter mão na esfarrapada fortuna. Estes arraiaes, povoações todas de mineiros, que em tempos atraz foram fundados e levantados de seus alicerces á custa do ouro estrahido de suas lavras, que foram florentes, hoje arruinadas, seus habitantes nem ainda os podendo conservar, que decadencia de mineração!⁴³⁰

Dessa maneira, José Vieira Couto descreve um quadro de decadência da mineração a partir da evidenciação de características raciais, morais e econômicas da população da capitania

⁴²⁵ FURTADO, op.cit., p. 61.

⁴²⁶ Ibid.

⁴²⁷ COUTO, op.cit., p. 77.

⁴²⁸ Ibid.

⁴²⁹ Ibid.

⁴³⁰ Ibid.

mineira. Quanto a sua visão sobre a composição racial da população e seu ponto de vista sobre a instituição da escravidão, não há relatos claros e páginas das memórias dedicadas somente a isso.

Nesse sentido, não há nenhum apontamento evidente que demarque uma posição contrária a instituição da escravidão ou do comércio transatlântico de escravizados. Contudo, o naturalista parece ser de opinião de que a escravidão e as “gentes de cor” seriam ruins para a sociedade pelo ponto de vista da moralidade, isto é: ele as considera pessoas degeneradas e de más costumes. Isso se torna mais explícito quando o naturalista narra uma de suas viagens na *Memória de 1801*. Vejamos.

No itinerário que realizou do Rio São Francisco até o Rio Abaeté, José Vieira Couto conta que, em determinado momento da trajetória, ele e sua comitiva encontraram-se com Capitão Isidoro e alguns garimpeiros. Em 15 de julho de 1799, Isidoro de Amorim Pereira junto com um paulista chamado Domingos Jaime Gonçalves Viana de Toledo entregou ao governador Bernardo José de Lorena um diamante de duas oitavas de peso, que teria encontrado quando procurava ouro no “Rio Andaya da Comarca de Sabará, termo da Villa de Pitangui no sitio vizinho a Guarda da Marmelada”⁴³¹.

Em consequência disso, o governador ordenou que fosse formada uma comitiva, cujo guia seria o próprio Isidoro, para pesquisar e averiguar a existência de mais diamantes, além de ouro e prata⁴³². Assim, junto José Vieira Couto, o Capitão Isidoro e outros garimpeiros que o seguiam, foram convocados um destacamento de tropa regular comandado pelo Sargento-mór José Dias Coelho, pelo Sargento-mór do 1º Regimento de Cavalaria de Milícias de Ouro Preto, Manuel Antonio de Magalhães, bem como pelo Intendente do Ouro de Rio das Velhas Francisco de Paula Beltrão⁴³³.

Segundo os relatos do governador, Isidoro seria um homem, “pardo” de “sessenta e tantos anos”, possuidor de uma “humana conduta” e que “tem sido sempre obediente às Guardas quando o mandarão relizar com muitas virtudes Moraes não offendendo a Pessoa alguma, dando muitas esmolos aos Pobres que encontrava”⁴³⁴. Após a realização da expedição, Bernardo José de Lorena solicitou benesses a todos os participantes, inclusive ao capitão Isidoro, que se encontrava doente e pobre⁴³⁵.

⁴³¹ AHU-MG, Cx. 149, doc. 5.

⁴³² AHU-MG, Cx. 149, doc. 5.

⁴³³ AHU-MG, Cx. 161, doc. 25.

⁴³⁴ AHU-MG, Cx. 149, doc. 5.

⁴³⁵ AHU-MG, Cx. 161, doc. 25.

dizendo me que vinha sujeitar se me como obediente ás Soberanas Leys da Rainha Nossa Senhora, e denunciar-me hum grande Descoberto, onde diz hade mostrar muitos Diamantes, muito Ouro, e /o que he mais de admirar/ Prata extrahida em Bateias, como ouro, ainda que pensa vir corrida da mesma Mina de Galena dos Districtos do Ryo Abaethé, que anunciaia V. Ex.a, e de que foi Ensaio na Remessa do D.or Couto.⁴³⁶

Portanto, mesmo tendo um passado de garimpeiro, Isidoro era tido como um “convertido” e que teria se subjugado as leis de Portugal. Apesar desta descoberta e da doação do diamante ao poder real, Isidoro era um garimpeiro que, segundo constava, teria participado de um imbróglio violento com o Cadete Diogo Lopes Calheiros e sua tropa. Isidoro era tido como um dos responsáveis pela morte do cadete em 1791. Contudo, a fim de justificar a ida de Isidoro como guia, bem como pela sua “honestidade” em relatar a descoberta mineral, Bernardo José de Lorena informa que ele não executou nem esteve presente na época do problema com o cadete. Na realidade, quem o matou teria sido um “Negro Velho, e aleijado de huma perna, da gente de Brás Carvalho”. Por esse motivo, além da descoberta do diamante, Isidoro pedia o perdão real por esse crime que, segundo ele, não teria cometido⁴³⁷. Esse caso, portanto, faz pensar que independente da “honestidade” ou subserviência de Isidoro à monarquia portuguesa, a entrega do diamante pode ser também interpretada como moeda de troca para tirar culpa do caso.

Segundo a descrição do naturalista José Vieira Couto, o Capitão Isidoro era um “homem pardo, maior de cincoenta annos, de muito poucas palavras, e estas muito attentiosas, macias e cortezas; mas de genio retrincado e sagaz, e a cujos dotes deveu elle a prerrogativa de sempre dominar sobre grandes enxames de tal gente.”⁴³⁸. Essa “tal gente” a que se refere são os garimpeiros que, segundo Couto, seriam subordinados de Isidoro. Ao contrário dos elogios feitos ao capitão, Couto descreve a comitiva de garimpeiros da seguinte forma:

Aqui nos demoramos nove dias esperando pela gente grimpeira que n'estes logar devia incorporar-se comnosco, como succedeu. Esta gente companha um magote de 60 a 70 pessoas, mui bem matizado de differentes côres, quaes as de brancos, mulatos, cabras, pretos, tudo gente infima e de costumes taes, como pedia seu pessimo e enfeliz genero de vida.⁴³⁹

Percebe-se, portanto, o modo pejorativo e racializado no qual se refere aos garimpeiros. O modo de viver do garimpeiro é descrito como “péssimo e infeliz gênero de vida”. Seu “péssimo” estilo de vida e costumes não estava ligado somente a prática da garimpagem, que corria por fora da “legalidade”: é preciso retomar a própria descrição que Couto faz das “gentes

⁴³⁶ AHU-MG, Cx. 149, doc. 5.

⁴³⁷ AHU-MG, Cx. 149, doc. 5.

⁴³⁸ COUTO, op.cit., p. 95.

⁴³⁹ Ibid.

de cor” como gente de “costumes degenerados”. Numa capitania, que Couto descrevia como “decadente”, torna-se clara a associação que o naturalista faz entre a presença de negros, mulatos, pardos, escravos ou não, na capitania como algo negativo.

Naquela época, os indivíduos poderiam realizar extração mineral em áreas permitidas, o que configurava como trabalho dos faiscadores. Por assim dizer, era uma atividade permitida. Ao contrário, os garimpeiros seriam aqueles que realizariam tal extração em áreas proibidas, longe das grandes minas e das autoridades para fugir dos pagamentos dos tributos sobre o ouro e afins. O próprio governador Bernardo José de Lorena descreve-os dizendo que andavam em bandos, conduziam mantimentos e nem sempre representavam grande perigo, uma vez que alguns sediam as tropas militares e respeitavam seus comandos. É evidente que o governador não era favorável a essa atividade e grupo, mas parece demonstrar que estava no controle da situação do garimpo local e, no caso do Isidoro, tenta mostrar como alguns podem ceder ao poder real.⁴⁴⁰

José Vieira Couto e Bernardo Jose de Lorena qualificam Isidoro de modo distinto ao restante dos garimpeiros, ora como “capitão” Isidoro, ora como “pardo” Isidoro. Esse fato merece algumas considerações. Primeiro, sobre o uso do termo “capitão”, que por vezes é mencionado nos documentos, nada tem a ver com alguma patente militar. Ao contrário, acredito que apenas seria um modo de se referir ao Isidoro de maneira distintiva por ser o líder dos garimpeiros. Além disso, é possível que o termo também servisse para distingui-lo em termos morais, por comporta-se, gesticular-se, ter modos de falar e se portar que correspondessem a um grau de instrução e “civildade”. Somente capitão Isidoro seria capaz de controlar os garimpeiros e, com sua voz, “movia todo este rancho”⁴⁴¹.

Segundo, levando em consideração o debate sobre o uso do termo “pardo”⁴⁴² e “mulato” no mundo português moderno, mais especificamente em Minas Gerais do século XVIII, pode-

⁴⁴⁰ AHU-MG, Cx. 149, doc. 5. Inclusive, nessa mesma expedição realizada por José Vieira Couto com Isidoro, o governador faz questão de demarcar que, além das verificações das potencialidades minerais, a viagem serviu para “maior conhecimento verdadeiro do local, para se disporem as guardas e patrulhas de forma que não possam entrar garimpeiros”. Assim, havia um combate e perseguição a essa atividade. Cf. AHU-MG, Cx, 161, doc. 25.

⁴⁴¹ COUTO, op.cit., p. 95.

⁴⁴² Para um debate mais aprofundado sobre a classificação de raça, cor e suas ligações com a qualidade de *status* social do sujeito no Brasil colonial e na monarquia portuguesa da Era moderna, Cf. RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e Ultramar Hispânico, Séculos XVII e XVIII*. 1ª edição. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Editora FGV, 2015, cap. 6; sobre debate historiográfico de raça e cor no Brasil colonial e na monarquia portuguesa, Cf. VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. *Revista Tempo*. v. 8, 1999; por fim, para um debate historiográfico resumido sobre o conceito de “mulato” e “pardo” nas Minas Gerais setecentistas e oitocentistas, Cf. PRECIOSO, Daniel. Raça, Casta e Qualidade: designações étnicas, jurídicas e sociais na Vila Rica setecentista. *XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO - Memória e Patrimônio*. In: Rio de Janeiro: [s.n.], 2010.

se chegar a algumas conclusões: por se colocar subserviente as reais leis e a autoridade do Estado português, entregando os diamantes e ajudando na investigação de terras “inóspitas”, Isidoro é colocado num patamar social e racial acima dos outros garimpeiros (“gente de toda sorte de cor”).

O “pardo” seria além de uma intersecção sexual entre brancos e negros, o que qualificaria a ascendência e cor, também seria uma categoria jurídica e social, possuidor de qualidades, laborioso e homem servente dos serviços reais. Dessa maneira, apesar de Couto descrevê-lo como homem pardo, ele seria de “genio retrincado e sagaz”, bem como um homem de palavras “attenciosas, macias e cortezas”. Dessa forma, Isidoro era tido, ainda que de hierarquia social baixa, por uma certa diferenciação se comparado a outros indivíduos da comitiva.

Por sua vez, o restante dos garimpeiros, constituído por “brancos, mulatos, cabras, tudo gente ínfima e de costumes taes”⁴⁴³, não teriam a mesma sorte de opinião dada por José Vieira Couto a Isidoro. Pobres, forros ou escravos, esses não seriam de bom costume, nem desejáveis numa capitania que quer deixar de ser “decadente”. Aliás, a percepção de decadência de José Vieira Couto é influenciada pela interpretação de que a capitania mineira – principalmente as regiões de minas – estaria ocupada por “gente de cor” e “degenerada de costumes” e que “não trabalhavam”⁴⁴⁴.

4.2. As causas para “decadência” da mineração

Na *Memória de 1799*, José Vieira Couto classifica os mineiros como uma “classe” – termo que ele utiliza – dividida em duas categorias básicas, que correspondem ao local da extração mineral: a classe dos mineiros que trabalham nas montanhas e dos que atuam nos rios e córregos. No caso desta última, a extração do ouro de aluvião se notabilizou como o principal produto da extração mineral dos rios das Minas Gerais. A maior facilidade de extração e menor investimento necessário, se comparado com a extração do ouro das galerias e montanhas, fez com que o ouro de aluvião fosse o preferido durante grande parte do século XVIII.

Além das jazidas dos rios e córregos, as encostas e interiores das rochas mostrou-se como uma alternativa para o ouro de aluvião. Entretanto, na visão de José Vieira Couto, a execução desse tipo de empreendimento se deu com dificuldades, tanto pelos riscos materiais e físicos, quanto pelos riscos financeiros.

⁴⁴³ Sobre o discurso da “vadiagem” nas Minas Gerais setecentistas, Cf. MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do Ouro*. 5ª edição. [s.l.]: Ouro Sobre Azul, 2017.

⁴⁴⁴ COUTO, op.cit., p. 77.

O horror de se subterrar um homem em uma mina por todo um dia, de se despedir ao nascer do sol da sua brilhante luz, e de se guiar pelo fraco clarão de uma candeia, de ouvir estalar a cada instante a montanha sobre sua cabeça e esperar a cada passo a morte; parece que estas coisas foram desgostando, pouco a pouco, os homens dos trabalhos das minas e, enfim, os determinaram por uma vez para a mineração dos rios. E com razão, nessas eras os rios também convidavam da sua parte aos homens, os seus cascalhos se achavam à mostra e sem entulhos; a mineração era mais fácil e, ao mesmo tempo, também rica.⁴⁴⁵

Assim, historicamente, a classe dos mineiros que atuaram nos rios e córregos esteve presente numa quantidade muito maior do que a dos mineiros de montanhas. A facilidade da mineração do ouro de aluvião permitiu que diversos indivíduos buscassem enriquecer rapidamente, bem como ascender socialmente. Não cabe aqui aprofundar esse ponto por causa da imensidão do tema⁴⁴⁶. De qualquer forma, é seguro dizer que a descoberta da potencialidade mineradora das Minas Gerais, no final do século XVII e ao longo de todo século XVIII, acarretou numa verdadeira corrida pelo ouro, trazendo pessoas (escravos, libertos, brancos pobres e nortenhos de Portugal) de diversas regiões para tentar a sorte. Este inchaço populacional acelerado, num curto espaço de tempo, rearranjou uma série de questões econômicas, administrativas e sociais entre América portuguesa e Portugal.

Apesar dos incentivos reais, das taxações e de algumas experiências de extração monopolista, como foi o caso da Real Extração, em Arraial de Tijuco⁴⁴⁷, uma boa parte dos investimentos e extração mineral vieram por iniciativa de particulares: desde os mais pobres aos que concentravam dezenas de escravos numa única data. Por sua vez, a escravidão tornou-se mão de obra largamente utilizada na extração do ouro e outros minerais. Com isso, a escravidão mineradora caracterizou todo o processo histórico de extração do ouro, diamante e outros minerais⁴⁴⁸. Nesse sentido, foram utilizadas técnicas de extração trazidas pelos escravos, como o uso da bateia⁴⁴⁹.

⁴⁴⁵ FURTADO, Junia Ferreira. *Estudo crítico*. COUTO, José Vieira. Memória sobre a Capitania das Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas., Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro-Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. p. 64.

⁴⁴⁶ REIS, Flávia Maria da Mata. *Entre Faisqueiras, Catas e Galerias*: exploração do ouro, leis e cotidiano das Minas do século XVIII (1702-1762). Dissertação (Mestrado em História). UFMG, Belo Horizonte, MG, 2007; ANDRADE, Francisco Eduardo de; REZENDE, Dejanira Ferreira de. Estilo de minerar ouro nas Minas Gerais escravistas, século XVIII. *Revista de História (São Paulo)*. p. 382–413, 2013.

⁴⁴⁷ Para maiores detalhes, Cf. FURTADO, Junia Ferreira. *O livro da capa verde*. O regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da Real Extração. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra Annablume, 2012.

⁴⁴⁸ GONÇALVES, Andréa Lisly. Escravidão, herança ibérica e africana e as técnicas de mineração em Minas Gerais no século XVIII. In: Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira [Proceedings of the 11th Seminar on the Economy of Minas Gerais]. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais: [s.n.], 2004; ANDRADE; REZENDE, op.cit.

⁴⁴⁹ Para maiores detalhes da experiência africana na mineração, Cf. SOUZA, Tânia Maria F. de; REIS, Liana. Técnicas mineradoras e escravidão nas minas gerais dos séculos XVIII e XIX. *SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA*. v. 9, p. 1–23, 2006; REIS, op.cit., p. 65–80.

Por vezes, José Vieira Couto se refere ao processo extrativista utilizando termos locais, não necessariamente apreendidos em manuais acadêmicos. Dessa forma, é possível perceber, por exemplo, a contribuição local na definição e circulação da técnica e do conhecimento. Importante lembrar também a impossibilidade de viajar no interior da Comarca do Serro Frio ou de outras regiões das Minas Gerais sem o auxílio de garimpeiros, faiscaidores, soldados, moradores locais, escravos e indígenas⁴⁵⁰. Na comitiva que Couto foi com Capitão Isidoro, Couto chega a contar de 60 a 70 garimpeiros⁴⁵¹.

Os leitos mais antigos e mais elevados ao nível dos mesmos rios e que se acham mais acostados às faldas dos montes, a estes leitos antigos chamam os nossos mineiros guapiaras: o leito que se segue mais imediato ao rio e que fica no mesmo nível, ou pouco mais elevado, chamam taboleiro e veio à própria madre do rio [...] as guapiaras se lavram com muita facilidade, não formando estorvo às águas por correrem baixas, tira-se a capa de terra mais ou menos alta que cobre o cascalho e, finalmente, é este que é objeto do serviço e onde reside o ouro. [...] ⁴⁵²

Percebe-se, portanto, que Couto utiliza também do referencial local. Para Flávia Reis, ainda não haveria estudos significativos sobre a circulação de tratados e manuais de mineração entre os séculos XVI e XVII no mundo português. Todavia, é imprescindível pensar que o conhecimento sobre mineração e técnicas minerais tenha se forjado na própria prática local e cotidiana, bem como pela circulação de conhecimento entre América espanhola e portuguesa – por exemplo no uso dos mesmos termos como almocafre, cata, piçarra, bateia etc. ⁴⁵³

Na visão do naturalista, “os montes são os verdadeiros pais dos metais; a natureza os formou nos seus centros e nas suas superfícies e daqui rodaram para os rios”. Dessa forma, os mineiros das montanhas extrairiam o ouro e outros minerais da “fonte de origem”, lugar onde seria mais abundante e de qualidade. Na avaliação do naturalista tijucano, os montes do Brasil seriam “riquíssimos de ouro e a prova é que os rios o foram e por conseguinte, muito mais os montes”⁴⁵⁴.

Contudo, apesar da existência de grande diversidade mineral, Couto evidência a baixa variedade na produção mineral e o foco excessivo na extração do ouro e do diamante. Em todas

⁴⁵⁰ Sobre a contribuição indígena, Cf. REIS, op.cit., p. 61.

⁴⁵¹ COUTO, José Vieira. Memória sobre as Minas da Capitania de Minas Geraes, suas descrições, ensaios, e domicilio proprios a maneira de itinerario com um appendice sobre a Nova Lorena Diamantina, sua descrição, suas produções mineralogicas e utilidades que d'este pais possam resultar ao Estado (1801). *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Minas Gerais: Imprensa Oficial de Minas Gerais. 1905.

⁴⁵² FURTADO, Junia Ferreira. *Estudo crítico*. COUTO, José Vieira. Memória sobre a Capitania das Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas., Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro-Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. p. 62–63.

⁴⁵³ REIS, op.cit., p. 61.

⁴⁵⁴ FURTADO, op.cit., p. 64.

suas memórias, há uma forte tentativa de demonstrar a variedade mineralógica existente na Capitania mineira, “um território rico em produções metálicas”⁴⁵⁵. Na *Memória de 1801*, Couto defende a tese de que o Brasil seria abundante em cobre, especificamente Minas Gerais⁴⁵⁶. Por sua vez, na *Memória de 1803* centrou-se na possibilidade de exploração do salitre. Por fim, a *Memória de 1805* chamou atenção para o Cobalto, cuja abundância seria tamanha que Couto chegou a afirmar este ser o “metal dominante do Brasil”⁴⁵⁷. Dessa forma, o que o naturalista defende é uma diversificação da economia mineradora, valorizando a exploração de outros metais e minerais que não somente o ouro e o diamante.

Todavia, a valorização da diversificação da economia mineral também dependeria, na concepção do naturalista, de melhorias nos métodos e técnicas de extração empregados. Sendo assim, o argumento de que as técnicas minerais utilizadas na América portuguesa seriam “atrasadas” constitui uma das principais teses de suas memórias. Para Couto, os mineiros da montanha enfrentariam bastante dificuldades na extração, principalmente pela precariedade dos instrumentos e conhecimentos técnicos aplicados. Pouco havia sido feito nesse modelo de mineração “por causa de um mau método de os lavar”⁴⁵⁸.

Um dos métodos empregados era o chamado “levar um monte a talho aberto” ou “talho a céu aberto”, que consistia em explorar rochas friáveis⁴⁵⁹ a céu aberto a partir do uso da força física dos escravos ou da água. Este método seria ineficaz por não adentrar ao interior do monte, onde realmente ficariam as riquezas. Vieira Couto afirma que este método foi criado pelos mineradores dos rios, que tentaram implementar o mesmo princípio de “tirar primeiro a terra de cima dos veeiros, assim como faziam nos rios para tirarem o cascalho”⁴⁶⁰.

Esse método impossibilitava cavar profundamente. Em suas viagens pela Comarca do Serro Frio, Couto menciona que encontrou todas as lavras “a talho aberto” com no máximo “duzentos palmos” de profundidade, sendo a maior parte de “cinquenta” palmos⁴⁶¹. Nesse sentido, ele se questiona até sobre a possibilidade de chamá-los de mineiros: “A isto devemos chamar minas? Cabe antes melhor, o nome de lavras que lhes dão e não de minas, pois estão

⁴⁵⁵ Ibid., p. 61.

⁴⁵⁶ COUTO, op.cit., p. 66–69.

⁴⁵⁷ COUTO, *Memória sobre as Minas de Cobalto da Capitania de Minas Geraes*, p. 1.

⁴⁵⁸ FURTADO, op.cit., p. 64.

⁴⁵⁹ Friabilidade. Propriedade de material pouco coeso e dito friável que se esboroa, se esfarela ou se fragmenta em pequenos pedaços. Em solos argilo-arenosos ressecados, sedimentos detríticos, rochas sedimentares arenosas com poucos cimento e matriz, folhelhos, rochas muito alteradas, por exemplo, podem constituir material friável. *Glossário Geológico do Instituto de Geociências da Universidade de Brasília (UNB)*. Disponível em: <http://sigep.cprm.gov.br/glossario/index.html>. Acessado em: 20/04/22.

⁴⁶⁰ FURTADO, op.cit., p. 64.

⁴⁶¹ Ibid., p. 67.

bem longe disso. O mesmo digo dos nossos mineiros, pois nada lhes quadra menos que tal nome; são mineiros que jamais perdem o sol de vista”⁴⁶². Ele chega ainda a dizer que realmente existiam minas na Comarca de Vila Rica e Sabará, mas como são “raríssimas e mal abertas”, não valeria a pena considerar como regra⁴⁶³.

Os mineiros usariam uma “máquina incômoda”, as rodas de rosários, que seriam necessários, às vezes, “cinquenta e mais escravos” para manuseá-lo de lugar⁴⁶⁴. Ao invés disso, o uso de bombas para controlar a água seria mais eficiente e útil⁴⁶⁵. Outras máquinas como “cabrestantes” e “guindastes” poderiam ser utilizadas para mover e deslocar grandes rochas, num tempo bem menor. Por outro lado, as “padiolas” e “carretas” poderiam facilitar o carregamento de detritos e materiais. Assim, o uso dessas “úteis máquinas” e ferramentas iriam suprir “uma bateia de pequena capacidade posta à cabeça de um escravo, com um andar vagoroso e pausado de manhã até à noite”⁴⁶⁶. Portanto, Couto seria a favor de uma modernização que incorporasse o uso de máquinas e ferramentas mais modernas podendo, em alguns casos, diminuir mão de obra escrava necessária.

Se se chamassem estes nossos mineiros, que passam pelos mais atilados na sua profissão e se se dissesse que há na Europa uma nação que mais de mil anos há que é mineira, que ela com seus Príncipes em frente e homens muito sabedores na mecânica, na hidráulica e na física subterrânea têm dado remédios a todas estas dificuldades; que a arte de minerar faz um corpo de ciência que prende com muitas outras e que não constitui um mineiro o saber só nivelar, cercar um rio, ou rasgar mal rasgado um monte, eles pasmariam!⁴⁶⁷

Sua percepção de que estariam atrasados economicamente e tecnicamente em relação a outras nações europeias é indiscutível. Os lugares a que se refere são as Minas de Chemnitz, na região da Saxônia (Alemanha) e na região da Hungria. Portanto, no pensamento de Couto, dois fatores foram primordiais para a decadência: a falta de instrução (conhecimento técnico e mineralógico) dos mineiros e a falta de investimento do Estado português. Nesse sentido, ele atribui a rasa exploração das montanhas e montes à falta de esclarecimento, bem como a “ignorância dos mineiros e o descuido que houve de se instruir” seriam a “causa única” da decadência da mineração⁴⁶⁸.

⁴⁶² Ibid.

⁴⁶³ Ibid.

⁴⁶⁴ Ibid., p. 63.

⁴⁶⁵ Ibid.

⁴⁶⁶ Ibid.

⁴⁶⁷ Ibid., p. 66.

⁴⁶⁸ Ibid., p. 62.

Nesse ponto, José Vieira Couto comunga da mesma opinião de outros naturalistas, mineralogistas e estudiosos iluministas de sua época: o arrefecimento da produção aurífera teria sido causado, dentre outras coisas, pelo atraso das técnicas de extração empregadas e desconhecimento das ciências mineralógicas. Autores como José de Sá Bittencourt Accioli (1755-1828), Antônio Pires da Silva Pontes Leme (1750-1805), José Elói Ottoni (1764-1851) e José Manuel de Sequeira defendiam esse mesmo argumento, ainda que eles divergissem entre si sobre a importância do ouro para a economia do Estado em relação a atividade agrícola⁴⁶⁹.

Além desses, no início do século XIX, a Coroa portuguesa incentivou a vinda de uma série de naturalistas estrangeiros para percorrer as capitânicas da América portuguesa, identificar e conhecer melhor as potencialidades locais. Dentre os que vieram, W. L. von Eschwege, Saint-Hilaire, Spix e Martius também sustentaram a crítica acerca do atraso das técnicas mineralógicas empregadas ao longo do século XVIII em Minas Gerais e o desconhecimento das ciências mineralógicas⁴⁷⁰.

4.3. Soluções para “decadência”: a Arte Metalúrgica Nacional e incrementos do comércio mineral

Os problemas apresentados por José Vieira Couto e outros naturalistas sobre a “decadência” da mineração mineira e de sua gente, não seria um fato irreversível. Ao contrário, em suas memórias, José Vieira Couto buscou sempre apresentar propostas que pudessem orientar as ações dos agentes régios, bem como servisse de guia aos estudiosos da mineralogia e da história natural para solucionar tal questão.

A reabilitação da exploração aurífera e o aprofundamento da extração de outros minerais e metais seriam possíveis por um simples fato: a natureza mineral da América portuguesa e das Minas Gerais, em específico, ainda seriam muito prodigiosas. O naturalista tijuicano chega a afirmar que “nós portugueses, possuindo riquíssimas minas”, mesmo com o processo de

⁴⁶⁹ Clarete Paranhos da Silva e Silvia Fernanda de Mendonça Figuerôa realizaram importante estudo comparativo dos principais argumentos desses autores sobre a produção aurífera em Minas Gerais. Cf. SILVA, Clarete Paranhos Da; FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. Garimpendo ideias. A “arte de minerar” no Brasil em quatro memórias na transição para o século XIX. *Revista da SBHC*. v. 2, n. 1, p. 22, 2004.

⁴⁷⁰ *Ibid.*, p. 34; ANDRADE, Francisco Eduardo de; REZENDE, Dejanira Ferreira de. Estilo de minerar ouro nas Minas Gerais escravistas, século XVIII. *Revista de História (São Paulo)*. p. 382–413, 2013; Spix e Martius também critica a técnica da talha aberta, Cf. SOUZA, Tânia Maria F. de; REIS, Liana. Técnicas mineradoras e escravidão nas minas gerais dos séculos XVIII e XIX. *Seminário sobre a Economia Mineira.*, v. 9, p. 1–23, 2006, p. 19; as viagens e o trabalho do engenheiro alemão W. L. von Eschwege foi uma das mais conhecidas, Cf. DIAS, Cláudia Márcia Coutinho. Eschwege: um olhar sobre as técnicas de mineração do ouro no século XVIII e no início do XIX. In: MARTINS, R. A. *et al* (Orgs.). *Filosofia e história da ciência no Cone Sul: 3º Encontro*, Campinas: AFHIC, 2004, p. 128–129.

extração tendo iniciado a mais de um século, poderiam chegar a resultados melhores, uma vez que “ainda até o presente, não temos lavrado senão uma parte dos rios: os montes estão sim arranhados”⁴⁷¹. Portanto, reforça a ideia de que o interior das montanhas mineiras ainda estaria intacto, prontas para serem exploradas.

Ele acreditava numa reabilitação da exploração do ouro por dois motivos principais: o primeiro, porque haveria ainda extensões de terras não exploradas e conhecidas; o segundo, porque os montes já lavrados e dados como acabados não teriam sido totalmente esgotados, uma vez que teriam sido explorados apenas as superfícies das montanhas, não indo ao seu centro.⁴⁷²

Contudo, de nada adiantaria se a Coroa continuasse administrando a mineração do mesmo modo que havia levado nas últimas décadas do século XVIII. Dessa forma, Vieira Couto apresenta, ao longo de suas memórias, uma série de mudanças necessárias para aumentar o fluxo produtivo do ouro, diversificar a produção mineral, incentivar o comércio e a agricultura. Com isso, melhorando a arrecadação do Estado e beneficiando os povos.

Para que este objetivo fosse alcançado, José Vieira Couto defende a criação de uma “Arte Nacional Metalúrgica”: os mineiros deveriam ser instruídos nas luzes a partir do conhecimento mineralógico, metalúrgico, físico e matemático mais modernos, eficientes e úteis ao Estado⁴⁷³. Entretanto, não seria meramente uma repetição dos conhecimentos exteriores, mas a vinculação de um saber científico geral a partir das necessidades e da natureza geológica local. Isto é, não adiantaria apenas instruir-se pelos manuais de outras nações, mas efetivamente produzir um que servisse as necessidades da monarquia portuguesa. Portanto, seria papel do Estado português em realizar essa tarefa.

Segundo José Vieira Couto, a existência de uma arte metalúrgica e mineralógica nacional seria uma marca de outras nações europeias como Suécia, Rússia, Polônia e Alemanha. Os governos dessas regiões teriam incentivado a formação de um conhecimento mineralógico especializado e específico, que correspondessem as necessidades locais. Além disso, parte do planejamento para criação dessa arte nacional seria a preocupação na difusão do conhecimento a partir de obras base ou manuais que instruísem os mineiros, sempre instruindo com “utilidade

⁴⁷¹ FURTADO, Junia Ferreira. *Estudo crítico*. COUTO, José Vieira. Memória sobre a Capitania das Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas., Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro-Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. p. 67.

⁴⁷² FURTADO, *Ibid.*, p. 61–62.

⁴⁷³ FURTADO, *Ibid.*

os povos e enriquecendo o Estado”⁴⁷⁴. Por sua vez, Couto aconselha que a Coroa portuguesa se inspirasse nessas outras nações e produzisse sua própria arte mineralógica.

Naquele contexto, na percepção do naturalista, haveria manuais básicos de mineralogia e metalurgia, como as obras de Johann Gottlob Lehmann, Christóvão André Schlutter, que seriam importantes e de qualidade. Contudo, alguns desses trabalhos seriam curtos demais e outros seriam detalhados com miudezas que poderiam confundir o leitor⁴⁷⁵. Por isso, a necessidade de criar um manual nacional, voltado para instrução dos mineiros da América portuguesa. Na visão de Couto, o fundidor e os mineiros pouco iriam querer saber sobre os detalhes de se fundir metal ou extrair minerais na Bohemia, Hungria ou Suécia. Ao contrário, eles iriam querer praticidade, saber como se funde determinado metal de sua região ou qual seria o melhor forno a usar para esse caso específico. Por isso, ele defende a criação de uma arte metalúrgica que fosse nacional, “isto é, fundada em experiências feitas sobre as próprias minas e sobre os próprios fundentes do país”⁴⁷⁶.

Percebe-se um pensamento bastante utilitarista e pragmático. O manual deveria ser direto, objetivo e prático a fim de facilitar a difusão do conhecimento e a sua aplicabilidade. Deveria ter como base as problemáticas, técnicas e estudos mineralógicos das regiões brasileiras e, nesse caso, da capitania mineira. Dessa forma, na interpretação do naturalista, somente uma pessoa formada, “um grande físico”, um “sumo mineralógico” e “experiente do território do Brasil” seria capaz de produzir tal manual.

Além disso, não só um conhecimento empírico e nacional seria necessário como também “ter visto primeiro com os seus olhos as minas de Saxônia, Hungria, Transilvânia e Áustria”⁴⁷⁷. Naquele contexto, pouquíssimos eram os indivíduos que preenchiam estes requisitos colocados pelo naturalista, o que faz pensar que ele, provavelmente, estivesse se colocando com um candidato disponível⁴⁷⁸.

Outro ponto importante acerca do pragmatismo do manual metalúrgico proposto por José Vieira Couto é o público-alvo a quem seria destinado. Seria um manual produzido por um ilustrado acadêmico, mas que deveria circular entre o povo menos esclarecido, mineradores e fundidores num geral.

⁴⁷⁴ Ibid., p. 68.

⁴⁷⁵ Ibid., p. 70–71.

⁴⁷⁶ Ibid., p. 71.

⁴⁷⁷ Ibid., p. 72.

⁴⁷⁸ Júnia Furtado também interpreta da mesma maneira, Cf. FURTADO, Júnia Ferreira. Enlightenment Science and Iconoclasm: The Brazilian Naturalist José Vieira Couto, *Osiris*, v. 25, n. 1, 2010, p. 201.

Eis aqui, segundo me parece, o remédio mais próprio para suspender o mal que ameaça a este corpo da nossa mineração: remédio fácil, que cura a doença e que dispõe este mesmo corpo enfermo para uma saúde robusta. Eis aqui, uma obra digna do século em que vivemos, digna do reinado da Nossa Soberana, que pede o interesse do Estado, a política e a utilidade dos povos. Convém ao Estado que se extraiam os metais da terra, mas de nenhum modo lhe convém que os particulares se arruinem, que a ruína destes espante outros e que se fechem para sempre as bocas das minas e se estanque por esta maneira este precioso arrol de riquezas. Esta obra circulando por entre o povo, aqueles que forem mais atilados e capazes de lição, porão em prática aquilo que alcançaram: os outros, que não lêem e que não entendem, verão praticar aqueles e deles aprenderão e, por fim, tudo tomará um novo tom, um novo lustre brilhará sobre a mineração portuguesa, os metais se extrairão em dobro e, na mesma proporção, se enriquecerá o Estado.⁴⁷⁹

É evidente o ideal iluminista de José Vieira Couto, tanto pela defesa de que o Estado deve agir para melhor gerir seus recursos, mas que para isso deve ser colocado em mesmo plano o “bem comum” da população. Além disso, há uma crença de que o esclarecimento, neste caso dos conhecimentos mineralógicos e metalúrgicos, iria se difundir aos menos “iluminados”. Portanto, cumprindo o papel de que as luzes se espalhariam pela população. Assim, mesmo aqueles que não saberiam ler, poderiam instruir-se pela observação e repetição.

Todas as vezes que, pelo discurso desta memória, tenho falado sobre o modo de restabelecer a nossa mineração, criar as fundições dos metais e, por conseguinte, animar as classes dos plantadores, estabelecer o comércio no interior destes sertões e, enfim, dar a toda esta Capitania um novo ser, uma nova alma. Tudo isto é o verdadeiro e o mais acertado meio de aumentar os interesses régios. O povo é a fonte e o princípio das riquezas do Estado: um povo bem dirigido, um povo laborioso, comerciante e inteligente, é rico. O erário da nação será também rico e, ao contrário, é um ente que não existe na natureza: um erário rico e uma nação pobre.⁴⁸⁰

É evidente que em seu pensamento há uma interdependência entre um Estado rico, próspero e prodigioso com um povo, ou como ele usa “nação”, igualmente próspero e rico. Seria, portanto, de “interesse régio” que os interesses locais e seu “bem comum” fossem assegurados, pois isso traria retorno direito ao Estado. Para ele, há uma integralidade entre os interesses da Coroa e os interesses da população local: só será verdadeiramente proveitoso as reformas, se elas levarem em conta as demandas por melhorias da vida dos mineiros.

Dessa forma, acredito que isso demonstra seu lugar como naturalista e luso-brasileiro interessado na defesa das melhorias locais alinhadas com as demandas e diretrizes políticas de D. Rodrigo de Sousa Coutinho⁴⁸¹. Diferentemente do que penso, a historiadora Júnia Furtado

⁴⁷⁹ FURTADO, Junia Ferreira. *Estudo crítico*. COUTO, José Vieira. Memória sobre a Capitania das Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas., Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro-Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. p. 72.

⁴⁸⁰ *Ibid.*, p. 82.

⁴⁸¹ Para maiores detalhes da política econômica de D. Rodrigo, Cf. CARDOSO, José Luís. Nas malhas do Império: a economia política e a política colonial de D. Rodrigo de Souza Coutinho. In: CARDOSO, José Luís (Org.). *A economia política e os dilemas do Império Luso-brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional

vê nesse posicionamento de Couto, bem como a defesa da criação de uma metalurgia nacional, uma germinação de ideias revolucionárias contidas em seu pensamento⁴⁸².

A fim de ilustrar em maiores detalhes como poderia ser esse manual de metalurgia, José Vieira Couto apresenta os principais temas que deveriam estar presentes. Nesse sentido, o manual deveria ser dividido em três partes básicas: uma para tratar da metalurgia mecânica, outra para falar da metalurgia pirotécnica e, por fim, uma parte para dissertar sobre a metalurgia docimástica⁴⁸³.

Esse manual proposto por José Vieira Couto não saiu do papel. Entretanto, o naturalista buscou por iniciativa própria construir espécies de guias que servissem de instrução aos curiosos, naturalistas e mineralógicos. De alguma maneira, uma das motivações para escrita da *Memória de 1805*, segundo o autor, seria para que esta servisse de manual ou guia aos futuros mineralógicos ou entusiastas que, porventura, viessem a aventurar-se em explorar o cobalto em terras mineiras. Dessa forma, apenas as descrições e conhecimentos mineralógicos dos territórios alemães ou húngaros não seriam suficientes para lidar com o cobalto brasileiro⁴⁸⁴.

Seu pensamento iluminista e pragmática também sobressaía quanto ao assunto do comércio e utilidade da mineração para o Estado português.

É certo que as nossas fundições tarde ou cedo perecerão, principalmente as dos metais vulgares, se não entendermos na cômoda exportação deles. O país não pode, nem deve consumi-los todos: o Estado necessita de ferro, ou para instrumentos bélicos, ou para a marinha, como também de cobre e, além disso, convém que estas mesmas fundições supram a todo o Reino. Como se conduzirão estes metais até o 1º porto do mar, de sorte que as despesas do carreto não aumentem muito sobre o principal? Isto é um impossível, seguindo nossos caminhos e estradas até agora praticados e os nossos metais chegarão aí sempre mais caros do que o do estrangeiro. A Bahia nos fica muito longe ao norte e o Rio de Janeiro muito ao sul. Que faremos, pois?⁴⁸⁵

para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, v. 81; CARDOSO, José Luís; CUNHA, Alexandre Mendes. Discurso econômico e política colonial no império Luso-Brasileiro (1750-1808). *Tempo*. v. 17, p. 65-88, 2011; Cf. também o capítulo 4 de NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2019; para um panorama geral das reformas, Cf. RAMINELLI, Ronald. Reformas e revoltas – América Britânica e Portuguesa c. 1760-1790. *Nuevo Mundo*. 2020; MONTEIRO, Nuno. As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal a dom Rodrigo de Sousa Coutinho. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Brasil Colonial: Volume 3 (1720-1821)*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, v. 3.

⁴⁸² FURTADO, Júnia Ferreira. Enlightenment Science and Iconoclasm: The Brazilian Naturalist José Vieira Couto, *Osiris*, v. 25, n. 1, 2010, p. 203-204.

⁴⁸³ FURTADO, Júnia Ferreira. *Estudo crítico*. COUTO, José Vieira. Memória sobre a Capitania das Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas., Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro-Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. p. 68.

⁴⁸⁴ COUTO, José Vieira. *Memória sobre as Minas de Cobalto da Capitania de Minas Geraes*. [s.l.: s.n.], 1805, p. 6-7. In: AHU-MG-Cx. 182, doc. 53.

⁴⁸⁵ FURTADO, op.cit., p. 79.

Para solucionar essa questão, José Vieira Couto propõe o uso dos canais fluviais a fim de diminuir os custos de transporte e dinamizar o comércio⁴⁸⁶. Outra proposta é a melhoria das condições das estradas entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, que seriam precárias. Por fim, o naturalista defende a utilização de animais para as cargas, como camelos, búfalos e antas⁴⁸⁷. A melhoria das condições de transporte seria fundamental, na sua concepção, para o incremento do comércio: “Não há certamente serviço tão útil e despesa tão bem empregada como a que se faz com as estradas: a facilidade dos transportes anima muito o comércio, amiúda as correspondências, aproxima as distâncias e tudo isto redonda em grandes utilidades ao Estado.”⁴⁸⁸.

Dentre os produtos capazes de serem produzidos e extraídos em terras mineiras, os metais e minerais seriam o principal produto capaz de concorrer por causa de sua exclusividade. A diversidade de metais capazes de serem extraídos garantiriam a mineração sempre ativa. Para Couto, “os metaes em fim serão sempre nossos unicos valiosos recursos”, que teriam a capacidade de “prosperar os sertãos” e “animar o commecio interno das colonias, sustentando as outras classes dos Cidadãos plantadores, obreriso e Artistas”. Além disso, “animarão o commercio externo da Metropoli com a exportação”. E conclui dizendo que “o Estado em fim florecerá havendo estes vantajosos gêneros de riquezas metálicas, que não são comuns, e a Natureza os não prodigalizou com todas as Nações”⁴⁸⁹.

O pensamento econômico defendido por José Vieira Couto é bastante claro quanto ao papel que a mineração teria dentro de todo o império português: a diversidade metálica e mineral das Minas Gerais seria raridade e deveria ser usada como sustentáculo para promoção das outras atividades econômicas. Portanto, tal fato deveria ser aproveitado pelo Estado, de maneira útil, a fim de promover o comércio interno da “Colônia” e externo da “Metrópole”⁴⁹⁰, diante das relações coloniais entre América portuguesa e Portugal⁴⁹¹. Assim, no seu entender, não há contradição nessa relação política e econômica. Ao contrário, é importante lembrar da sua atuação enquanto naturalista a serviço do Estado, além de referir-se diversas vezes como

⁴⁸⁶ Ibid., p. 79–80.

⁴⁸⁷ Ibid., p. 81–82.

⁴⁸⁸ Ibid., p. 80.

⁴⁸⁹ COUTO, José Vieira. *Memória sobre as Minas de Cobalto da Capitania de Minas Geraes*. [s.l.: s.n.], 1805, p. 20-21. In: AHU-MG-Cx. 182, doc. 53.

⁴⁹⁰ “Colônia” e “Metrópole” são termos que o próprio José Vieira Couto utiliza, Cf. COUTO, José Vieira. *Memória sobre as minas de cobalto da capitania de Minas Geraes (1805)* p. 20. In: AHU – MG – Cx. 182, doc. 53.

⁴⁹¹ Nuno Monteiro alerta para o uso dos termos “colônia” e “metrópole”, que só passaram a ser mais utilizados em meados do século XVIII para frente, muito por influência da linguagem da economia política. Ainda assim, era muito frequente o uso de “domínios” ou “conquistas”. Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. A circulação das elites no império dos Bragança (1640-1808): algumas notas. *Tempo*. v. 14, p. 51–67, 2009, p. 55.

“nós portugueses” ou “nação portuguesa”. A integração e defesa do pacto colonial é posta como fundamento de seu pensamento. Diante dessa integração, a mineração e Minas Gerais deveria ter um papel de destaque.

Dessa maneira, Couto atuou num momento histórico em que a Coroa portuguesa estava preocupada em racionalizar processos de exploração colonial e cooptar elites coloniais para um projeto de império português encabeçado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Assim como ele, José Vieira Couto parece identificar nesta relação colonial, termos da gramática política que identifica uma separação entre Metrópole (lugar de comando) e Colônia (lugar de produção). Seu foco é destacar que, diante desta relação, Minas Gerais e espaços subjacentes teriam um papel fundamental: a produção mineradora. A mineração, portanto, garantiria a continuação do pacto colonial, mas não somente isso: ela seria responsável pela prosperidade local, para o povo da região mineradora.

Por exemplo, quando o naturalista trata da utilidade do Cobalto, bem como da vantagem comercial que Portugal poderia tirar da sua comercialização. Segundo Couto, o cobalto, enquanto um elemento natural, não teria valor. Entretanto, extraído o azul do Cobalto, usado para as artes e atividades semelhantes, ele ganharia “utilidade”⁴⁹². No seu entender, haveria espaço para competir com mercado Europeu, uma vez que praticamente a Bohemia e Saxônia forneciam este produto pelo velho continente⁴⁹³.

A mineração do cobalto seria útil, primeiro, a fim de suprir as necessidades internas da colônia, mais especificamente de Minas Gerais, e de Portugal. Em segundo, o restante da produção deveria ser utilizado no comércio externo, comercializando principalmente com a França, grande consumidora de cobalto e com a Inglaterra, que utilizava o cobalto em suas fábricas. Além disso, José Vieira Couto acreditava no crescimento da demanda por cobalto, que a cada ano iria subir seu consumo, uma vez que as Nações europeias queriam cada vez mais “fabricar suas porcelanas, desenganadas já e persuadidas que tãobem as podem fazer tao bellas como a China e o Japão”⁴⁹⁴.

Parece sem duvida q hum genero de tanto e tão seguro consumo como este, e de preço tão avantajado, não deve ter em balanço por muito tempo a hum Sabio Ministerio, p.a delle lançar mão, e fazelo conhecer a Nação; nos temos fabricas de loiças, vidros, e azulejos, temos teares e variedades de lençarias, q tudo consume imenso azul, e immenso esmalte; os nossos primeiros ensaios he bastante q supirão nossas necessidades, e os ultimos serão p.a concorrer-mos no comercio com os esmaltes da

⁴⁹² COUTO, José Vieira. *Memória sobre as Minas de Cobalto da Capitania de Minas Geraes* (1805). p. 22-24. In: AHU-MG, Cx. 182, doc. 53.

⁴⁹³ COUTO, José Vieira. *Memória sobre as Minas de Cobalto da Capitania de Minas Geraes*, p. 21. In: AHU-MG, Cx. 182, doc. 53.

⁴⁹⁴ *Ibid.*, p. 23-24. In: AHU-MG, Cx. 182, doc. 53.

Bohemia e Saxonia, e dar-mos maneira se for possivel ate p.a q se entupão suas minas.⁴⁹⁵

Além do cobalto, Couto defende uma exploração interna do ferro a fim de atender as necessidades da mineração local. Por exemplo, o ferro fundido poderia ser revertido na confecção de instrumentos como “bombas de fogo”, “bombas movidas por columnas d’agua”, “ventiladores”, “aqueductos soterrâneos”, “pias ou cochas de lavradores”, podendo ser utilizado tanto na mineração quanto nos engenhos agrícolas⁴⁹⁶.

O naturalista questiona a dinâmica de importação e exportação deste material, diante das dinâmicas coloniais impostas. Na sua concepção, não teria ordenado a Natureza, “que derrama todas as coisas que precisamos, por varias mãos, por varias lavras, a fim de que os homens se comuniquem” para que “hajamos nos de dar sempre o nosso oiro em troco de ferro da Suecia e da Biscaia?”. E ele segue dizendo: “Não poderemos nos tirar partido destes mesmos ferros alterados de cobalto, ainda q a sua qualid[ade] não seja optima, e de todo maleaveis, ou ao menos q nos sirvaõ p[ara] fabricar immensos utensilios de ferro fundido de q precisa a nossa mineração e outras fabricas?”⁴⁹⁷.

Assim, o naturalista defende que diminuíssem a importação do ferro suíço, por exemplo, e aumentasse a exploração do ferro na própria capitania mineira. Ele faz uma ressalva dizendo que “embora nosso Optimo Soberano o sienta de todas as imposições”, não aproveitar a exploração do ferro interno para atender as necessidades da mineração local, bem como utilizá-lo para exportação seria nada proveitoso⁴⁹⁸.

Nos semelhantes á tosca gente q nos avizinha, estantes em nossas matas, q com huma faca, ou hum machado podem fabricar o seu arco, ou huma mesquinha coberta, q lhe chamão casa ou choupana, mas nunca hum sumptuoso palacio de marmore; assim nos com nossas debeis e imperfeitos instrumentos de minerar, sim poderemos arranhar a superficie dos montes, como agora fazemos, e a que ate ja com mais propriedade lhes chamamos lavras, porem nunca construir huma mina como as de Schimmitz, Freyberg e Saxonia. [...] **Cem annos se passaram ja depois que mineramos, o primeiro passo que então démos, nelle ainda hoje nos achamos.**⁴⁹⁹

A utilização do ferro e sua fundição, portanto, colocavam-se para José Vieira Couto como um imperativo no avanço e modernização da mineração. Sua justificativa utiliza-se, inclusive, de uma comparação do conhecimento tecnológico entre os portugueses e os indígenas – a quem ele se refere por “á tosca gente que nos avizinha”. Sem melhoria na técnica, nos

⁴⁹⁵ Ibid., p. 24–25. In: AHU-MG, Cx. 182, doc. 53.

⁴⁹⁶ Ibid., p. 15–16. In: AHU-MG, Cx. 182, doc. 53.

⁴⁹⁷ Ibid., p. 15. In: AHU-MG, Cx. 182, doc. 53.

⁴⁹⁸ Ibid., p. 16. In: AHU-MG, Cx. 182, doc. 53.

⁴⁹⁹ Ibid., p. 17–18. In: AHU-MG, Cx. 182, doc. 53.

instrumentos utilizados, Couto entende que isso será um freio, que “embridará o progressos da nossa mineração.”⁵⁰⁰.

4.4. Conclusão

Este capítulo teve o objetivo de analisar qualitativamente os conteúdos das memórias do naturalista José Vieira Couto. Diante do contexto de reformas ilustradas que a monarquia portuguesa buscou implementar, principalmente pela liderança de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, as memórias de José Vieira Couto objetivaram mostrar a “decadência” na qual encontrava-se a mineração e a população das Minas Gerais.

Uma análise histórica e empírica sobre o quanto Minas Gerais e sua mineração estavam decadentes ou não, em termos populacionais e produtivos (análise quantitativa), bem como sobre o uso de técnicas atrasadas na extração mineral, não foi tarefa desse capítulo⁵⁰¹. Meu objetivo foi tão somente entender de que maneira José Vieira Couto percebia a realidade mineira, explicitou a produção mineradora e expressou esses temas para as autoridades régias.

Nesse sentido, é fundamental retomarmos o ponto do porquê ele produziu essas memórias: diante da demanda régia por conhecimento de seus territórios ultramarinos, principalmente no que diz respeito as capacidades produtivas e melhoramentos na administração colonial.

Assim, é de se pensar que a maneira pela qual Couto descreve a realidade mineira, na sua visão, tende para destacar a “decadência”. Contudo, não é um mero texto de críticas negativas. Ao contrário, nas suas memórias, evidenciar o problema implicou na necessidade de também trazer soluções, as quais seriam racionais do ponto de vista administrativo e econômico. Isto é, útil e otimizada dos recursos da Coroa portuguesa.

Portanto, é necessário pensar quem foi este sujeito histórico e por qual motivo defendeu essas ideias. Na tese da historiadora Carolina Capanema, há um esforço de estudar a produção narrativa das memórias dos naturalistas, viajantes, políticos e intelectuais, entre os séculos XVIII-XIX, que destacam a “decadência” das minas, e contrastá-las com a realidade histórica da mineração das minas oitocentistas a partir de fontes coevas. Para a autora, o “atraso” da mineração setecentista se explicaria menos pelo uso de técnicas rudimentares e de baixa tecnologia, e mais pela configuração histórica e social daquele contexto. Mais do que isso, a

⁵⁰⁰ Ibid., p. 16. In: AHU-MG, Cx. 182, doc. 53.

⁵⁰¹ Para um levantamento da produção historiográfica sobre Minas Gerais das últimas décadas, Cf. FURTADO, Júnia Ferreira. Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*. v. 2, n. 2, p. 116–162, 2009.

“decadência” e o “atraso” seriam construções narrativas específicas de memorialistas e naturalistas. Por sua vez, essas construções narrativas não corresponderam necessariamente a realidade histórica de Minas Gerais, mas sim ao “enfrentamento e relações políticas, sociais e culturais específicas” do período que construíram as memórias⁵⁰². Dentre outras conclusões da autora,

O termo “decadência”, amplamente utilizado por esses autores e pelos viajantes para definir a sociedade mineira a partir da segunda metade do século XVIII, refere-se principalmente a uma regressão na arrecadação dos tributos do ouro. É fato que a produção do ouro realmente declinou naquele período, mas a tese da decadência econômica de Minas Gerais vem sendo veementemente questionada há mais de uma década por pesquisas históricas que consideram a influência de outros setores no desenvolvimento econômico da capitania, como a agropecuária e o comércio.⁵⁰³

A autora opta, inclusive, por não utilizar o termo “decadência” como uma “categoria epistemológica de análise” para referir-se historicamente ao estado da mineração.

Como sugere Le Goff, esse conceito tornou possível uma leitura da história sob a forma de uma periodização que provoca querelas entre “antigos” e “modernos”, totalmente manipulável para fins ideológicos. A maioria das teorias acerca da decadência foram elaboradas por sociedades que “corrigiam” seu pessimismo com a crença ainda mais forte na chegada de uma renovação, afinal, “a decadência é uma fase necessária para a renovação”. E não foi exatamente o desejo de recuperação e renovação da riqueza advinda da exploração do ouro que incentivou as obras dos memorialistas?⁵⁰⁴

Evidente que caracterizar todo processo histórico da mineração como “decadente” seria comprar acriticamente as narrativas que os memorialistas e naturalistas deixaram, principalmente no século XIX. Assim como Capanema, também entendo que a “decadência” fora um termo enviesadamente utilizado para defender determinados pontos e excluindo outros. Todavia, como o objetivo aqui posto é de entender a maneira pela qual José Vieira Couto interpretou e legou uma imagem sobre a mineração, acredito ser imprescindível a utilização do termo “decadência”.

Não para caracterizar um período histórico da mineração portuguesa, mas como conceito articulado por um autor da época: a tentativa de romper com o passado, caracterizando-o como atrasado e projetando um novo futuro para a monarquia portuguesa. No entanto, o que Couto parece defender é que esse novo por vir só poderia ser alcançado levando em conta as suas considerações. Nesse sentido, é que deve ser retomado o motivo pelo qual construiu a

⁵⁰² CAPANEMA, Carolina Marotta. *A NATUREZA POLÍTICA DAS MINAS: mineração, sociedade e ambiente no século XVIII*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, 2013, p. 64.

⁵⁰³ *Ibid.*, p. 92.

⁵⁰⁴ *Ibid.*, p. 92–93.

memória, isto é, com objetivo de galgar espaço de prestígio naquela sociedade. A apresentação de resolução para o “problema” não é desinteressada. O uso do termo “decadência” evidentemente não determina séculos de mineração portuguesa, mas tão somente expressa a vontade de um determinado agente em se destacar, mostrando as soluções.

Outro ponto importante, é o fato de Couto e outros naturalistas da época defenderem que as técnicas seriam atrasadas. Entretanto, estudos recentes têm demonstrado que as técnicas utilizadas faziam sentido para a realidade histórica das Minas Gerais, principalmente se levarmos em consideração o alto risco financeiro de se investir nas lavras, bem como o alto custo na utilização de larga mão de obra escrava e maquinários. Nesse sentido, a escolha por realizar lavra de ouro aurífero não era necessariamente negligência ou desconhecimento, mas ao contrário a certeza de maior retorno financeiro⁵⁰⁵. Além disso, o ouro de aluvião representou a possibilidade de enriquecimento para os indivíduos mais despossuídos de cabedais.

Nesse ponto, é importante retomar o seguinte: Couto entendeu que estes não seriam técnicas modernas e que não empregariam o “verdadeiro” conhecimento mineralógico, uma vez que o naturalista estava pensando em termos academicistas e iluministas. Assim, a defesa da tese do “atraso” nas técnicas empregadas na mineração demarcou o olhar de um naturalista que se formou para aquilo. Que se formou nos conhecimentos iluministas da Universidade de Coimbra. Portanto, chamar as técnicas empregadas de atrasadas por de ser interpretada como a defesa de um tipo específico de técnica: as máquinas e técnicas das nações “modernas” e “iluminadas” da Europa.

Quando Couto defende a tese da “decadência” e do “atraso técnico”, acaba por demarcar um campo de atuação que seria próprio do naturalista e mineralogista. Isto lhe daria legitimidade de agir e ser escutado pela Coroa portuguesa. Além disso, o prestígio que já possuía a História Natural àquele tempo, o que se explica também pela escolha do Estado português em recorrer aos naturalistas para realizarem um levantamento das potencialidades e riquezas coloniais, também se explicaria porque Vieira Couto irá privilegiar um certo tipo de saber. Não seria a técnica empregada pelos populares a serem a solução da mineração, mas sim o conhecimento legítimo que ele carregaria. Por isso, é que seria necessário destacar a “decadência” do passado, chamar atenção para o “atraso”, “ignorância” dos que agiam e viviam da mineração até então. Somente dessa maneira, portanto, Couto poderia colocar-se como

⁵⁰⁵ REIS, Flávia Maria da Mata. *Entre Faisqueiras, Catas e Galerias: exploração do ouro, leis e cotidiano das Minas do século XVIII (1702-1762)*. Dissertação (Mestrado em História), UFMG, Belo Horizonte, MG, 2007.; ANDRADE, Francisco Eduardo de; REZENDE, Dejanira Ferreira de. Estilo de minerar ouro nas Minas Gerais escravistas, século XVIII. *Revista de História (São Paulo)*. p. 382–413, 2013.

solução, bem como seus argumentos e evidências apresentados. Não por acaso, José Vieira Couto sempre defendeu a instrução dos mineradores, através de manuais mineralógicos⁵⁰⁶.

Em seus escritos, há também uma defesa da melhoria das condições de vida da população local e, principalmente, das populações dependentes da extração mineral, que viviam nos arredores de minas. Para ele, há uma integralidade entre os interesses da Coroa e os interesses da população local: só será verdadeiramente proveitoso as reformas, se elas levarem em conta as demandas por melhorias da vida dos mineiros.

Dessa forma, José Vieira Couto estava ciente de sua posição dentro da estrutura social e política do império português: os problemas da mineração e do despovoamento⁵⁰⁷ nunca foram atribuídos necessariamente à instituição monárquica, a dominação colonial ou algo que o valha. Assim como outros, Couto é fruto de uma geração de naturalistas que se instruíram na Universidade de Coimbra e serviram a monarquia.

Portanto, diante do cumprimento das ordens e na possibilidade de galgar postos, ganhar mercês e destacar-se numa sociedade extremamente desigual, Couto identificava as falhas na deturpação do poder pelos poderes locais e na falta de conhecimento dos “ignorantes”. No primeiro, é evidente o problema que ele e sua família teve com o Intendente dos Diamantes, no segundo, os vários apontamentos feitos sobre o atraso das técnicas mineradoras e desconhecimento científico e técnico dos mineiros. Todavia, a crítica mais importante e contestadora possa ser sobre a aplicação do quinto. O naturalista tijucano entende que o protagonismo das reformas e investimentos deveriam ser da Coroa portuguesa. Dessa forma, Couto entende que são investimentos que somente o Estado seria capaz de realizar, como por exemplo a criação da fábrica de ferro.

⁵⁰⁶ Sobre isso, será visto na próxima seção.

⁵⁰⁷ Por despovoamento entende-se um tipo específico de pessoas: luso-brasileiros e portugueses. Negros e indígenas não entrariam nessa equação.

Considerações finais

A partir do trabalho apresentado é possível chegar a algumas conclusões. A trajetória do naturalista analisado nesta dissertação é um ótimo exemplo de como se configurou e ocorreu a produção do conhecimento da História Natural no mundo português de final do século XVIII e início do XIX. Por um lado, havia o interesse da Coroa portuguesa em produzir conhecimento sobre seus domínios coloniais a fim de instrumentalizar sua política econômica e administrativa. Por outro lado, havia o interesse dos naturalistas em ajudar e participar ativamente da construção de conhecimento colonial, tanto para divulgação do saber da História Natural entre seus pares (outros naturalistas e filósofos naturais), tanto para conquistar prestígio, cargo e mercês em benefício dos serviços prestados à Coroa.

Como foi visto, José Vieira Couto atuou em serviço da Coroa portuguesa, aventurou-se por diferentes espaços da capitania mineira, catalogou e estudou diferentes riquezas naturais, principalmente aquelas ligadas à mineralogia. Por iniciativa de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, se formou uma rede de informações com naturalistas como Joaquim Veloso de Miranda, João Manso Pereira e José Vieira Couto em torno da problemática da mineralogia e, principalmente, da busca por salitre. Nesse sentido, ajudaram a reforçar a tese de que seria necessário investimento do Estado para promoção da diversificação da produção mineral na América portuguesa.

O trabalho de José Vieira Couto resultou na escrita de cinco *Memórias*, que foram analisadas nesse trabalho tanto pela sua recepção, circulação e produção, quanto pelo seu conteúdo, ideias e argumentos ali presentes. As memórias circularam por espaços como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Portugal e tiveram versões manuscritas e impressas.

As versões impressas foram publicadas na *Revista do IHGB*, na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, na Fundação João Pinheiro, Editora Laemmert e Imprensa Régia. Essa variedade de edições permitiu concluir que as obras do naturalista tijucano tiveram um importante demanda editorial: no caso das publicações da Laemmert e da Imprensa Régia visou atender a uma demanda do século XIX por literaturas que demonstravam as riquezas naturais do Brasil. Quanto à publicação do IHGB, a memória de José Vieira Couto veio no esteio de publicações que ajudaram na construção da identidade nacional. As publicações do Arquivo Público Mineiro e da Fundação João Pinheiro estão mais ligadas à necessidade de publicar documentos e textos referentes à história regional de Minas Gerais.

Em termos de projeção nos meios de consagração do conhecimento no mundo português da época, como a Academia Real de Ciências de Lisboa, entre final do século XVIII e início

do XIX, não me parece que as memórias de Couto tenham tido uma receptividade tão abrangente. Nesse sentido, no início, suas memórias circularam, em formato manuscrito, entre alguns naturalistas como José Bonifácio, Manuel Ferreira da Câmara e Alexandre Rodrigues Ferreira e entre alguns agentes régios, principalmente D. Rodrigo de Sousa Coutinho e Bernardo José de Lorena. Naquele tempo, a Academia Real de Ciências de Lisboa e suas publicações tinham um papel fundamental de consagração do conhecimento português e divulgação de História Natural e memória econômicas. Contudo, José Vieira Couto não chegou a tornar-se sócio da Academia, nem nunca teve algum texto publicado na revista do instituto.

As memórias enquanto manuscrito visaram a circulação entre autoridades, portanto, não eram um estudo sistemático sobre determinado mineral, mas um conjunto de assertivas e percepções do naturalista acerca dos mais variados temas, como qualidade da mineração e dos produtos mineralógicos de Minas Gerais, estado da administração e dos povos locais etc. O foco sempre foi evidenciar as qualidades dos produtos mineralógicos e os diferentes proveitos que o Estado português poderia tirar. Assim, abarcou os mais variados temas, ainda que o principal fosse a mineralogia.

Isso não quer dizer, entretanto, que suas análises mineralógicas estavam desconsiderando os estudos mais recentes à época sobre classificação mineral. Couto realizou em suas memórias classificações minerais. Todavia, nesta dissertação, não houve espaço para estudar as classificações mineralógicas feitas pelo naturalista. Tive como objetivo estudar as efetivas ligações que o naturalista estabeleceu entre as riquezas naturais de Minas Gerais e suas utilidades para a economia e administração da Coroa portuguesa. Dessa maneira, fica pendente para futuras análises, estudar as classificações mineralógicas empregadas por Couto. Um importante esforço inicial já foi realizado por Clarete Paranhos da Silva⁵⁰⁸.

Durante o século XIX, a circulação de suas memórias ajudou a propagar e reforçar a tese de que Minas Gerais passava por um momento de “decadência”. José Vieira Couto identificou que a causa para tal situação estava ligada com a falta de preparo técnico e de conhecimento dos mineradores. Além disso, a falta de usos de máquinas mais modernas contribuiria, na sua concepção, para o baixo aproveitamento da mineração. As soluções evidenciadas pelo naturalista para resolver o problema da “decadência” demonstra que Couto possuiu uma percepção de que o Estado deveria ser o agente motor nessa empreitada.

⁵⁰⁸ SILVA, Clarete Paranhos da. *O desvendar do grande livro da natureza: as práticas geocientíficas no Brasil colonial por meio de um estudo da obra mineralógica e geológica do cientista brasileiro José Vieira Couto, 1798-1805*. Dissertação, UNICAMP, São Paulo, 1999.

Com essas elucidações, não busquei entender a realidade da mineração na capitania mineira entre os séculos XVIII e XIX, mas tão somente entender como o naturalista José Vieira Couto percebeu e argumentou sobre Minas Gerais e sua mineração. Dessa maneira, é importante destacar o uso do termo “decadência” feita pelo naturalista: foi um termo articulado na tentativa de romper com o passado, caracterizando-o como retrógrado e projetando um novo olhar para o futuro. As memórias trazem uma série de proposições do naturalista para romper com esse passado.

Em seu entendimento, a produção mineradora e as Minas Gerais seriam “decadentes”, pois não empregavam os conhecimentos até então mais modernos da mineralogia e da metalurgia. Deve-se levar em conta que Couto estava baseando-se em estudos mineralógicos de sua época e nos termos do conhecimento iluminista da História Natural. Nesse sentido, o atraso tecnológico e de conhecimento dos mineiros foi ressaltado como evidente problema, relegando pouco peso a fatores históricos ou sociais. Assim, o naturalista Couto enxerga o problema e traz soluções, úteis ao Estado e ao povo das minas.

Além disso, na leitura feita por Couto, a “decadência” mineira também estaria ligada à presença de indivíduos não brancos. No sertão da capitania mineira, onde ele descreveu como lugares “mal sadios” e “medonhos” com ausência de povoação, Couto entendia que as “gente de cor” compunha a maior parte desse povoado. Para ele, viviam da esmola e do furto e eram “gente degenerada de costumes”. Dessa forma, essas visões também contribuíram para formação da ideia de “decadência” que o naturalista constrói em suas memórias.

A tese da “decadência” defendida por Couto era comum a outros viajantes, mineralogistas e naturalista de sua época. Os argumentos de Couto e outros agentes abrem espaço para entender uma clara separação daquilo que era entendido como técnica de mineração “atrasada” e pouco “útil”, realizada pelos mineiros, das técnicas modernas e mais “eficientes”. Cabe aqui destacar que eficiente significa maior produtividade. Não por acaso, o uso de bombas e máquinas aparecem como um dos argumentos de modernização feitas por Couto.

Naquele contexto, a História Natural se apresentava como instrumento de linguagem política que fundamentou as ações políticas das monarquias europeias, e não foi diferente no império português. O conhecimento deveria ser útil ao Estado. Portanto, a partir do estudo das cartas e remessas enviadas por Couto, pude perceber as conexões que ele e outros naturalistas realizaram com as autoridades régias em torno do tema da mineralogia e da mineração. A “decadência” da mineração e a necessidade de diversificação da produção mineral se apresentaram como problemática principal. Nesse esteio, a produção do ferro, cobre, salitre e

outras potencialidades mineralógicas aparecem como produtos para ajudar na solução do atraso português em relação a outros Estados europeus.

Diante da problemática da mineração, Couto e outros mineralogistas enviaram remessas minerais para ajudar na ampliação do conhecimento e diversificação da produção mineral. Contudo, vale a pena ressaltar que ainda cabe realizar um estudo mais detalhado e aprofundado sobre a influência das memórias e remessas enviadas pelos naturalistas e as escolhas administrativas realizadas pela Coroa portuguesa em finais do século XVIII e início do século XIX. Não somente Portugal, mas também mapear as ações políticas e econômicas tomadas pelo Brasil independente em torno da mineração, durante o século XIX, e a influência dos textos memorialistas de finais do século XVIII. É possível que haja uma certa conexão, uma vez que várias dessas memórias dos naturalistas passaram a compor os acervos, bem como foram publicadas em impressos e jornais durante o século XIX. Inclusive, demonstrei nessa dissertação como a *Memória de 1801* de Couto foi citada pelo presidente de Minas Gerais em Assembleia Geral Legislativa do Império brasileiro para orientar escolhas políticas.

É interessante perceber como o naturalista articula o papel da Coroa portuguesa como responsável para impulsionar a economia mineradora, cujo saber da mineralogia, bem como dos outros ramos da História Natural teriam um papel central. Com isso, é possível evidenciar em seu pensamento uma tendência que privilegia a racionalização da política e da administração, isto é, o alinhamento dos estudos técnicos e científicos dando base para tomada de decisão administrativa e econômica. Não por acaso, José Vieira Couto buscou evidenciar para a Coroa portuguesa, em suas cartas e memórias, uma série de iniciativas que poderiam ser tomadas para melhorar a situação de Minas Gerais e da monarquia como um todo.

Dessa forma, o caso de José Vieira Couto, mas também de outros naturalistas como Joaquim Veloso de Miranda ou José Bonifácio de Andrada e Silva, abre espaço para refletir sobre a natureza da ligação entre o “especialista” e os políticos e administradores do Estado. No caso da monarquia portuguesa, a atividade naturalista se misturou com o exercício de cargos burocráticos e administrativos para o Estado português. Ronald Raminelli já evidenciou essa ligação. Por vezes, os naturalistas acabavam realizando mais trabalhos administrativos, o que atrapalhava a execução de viagens e produção de conhecimento da História Natural.⁵⁰⁹

A partir da investigação da trajetória de José Vieira Couto foi possível perceber essa ligação: o saber do naturalista formado na Universidade de Coimbra reformada alinhou-se com

⁵⁰⁹ RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, Vassalos e Governo a Distância*. 1ª edição. São Paulo: Alameda Editorial, 2008.

atividades do posto militar – no caso, de Coronel de Milícias. Neste cargo, foi possível para Couto arremeter subordinados que lhe ajudassem nas expedições científicas, como inclusive defendeu Bernardo José de Lorena ao lhe solicitar o posto de Coronel⁵¹⁰. Por essa perspectiva, Couto representou uma importante junção entre o domínio e conhecimento do território com conhecimento instrumentalizado pelo pragmatismo das luzes portuguesas. Ainda mais levando em consideração o espaço estratégico que Arraial de Tijuco e o Distrito Diamantino tinha para a monarquia portuguesa. Nesse sentido, Couto evidencia mais um exemplo de como a monarquia portuguesa, a atuação dos naturalistas e a produção de conhecimento da História Natural confundiu-se com os afazeres administrativos. José Vieira Couto serviu ao poder, mas serviu-se do poder também.

Nesse sentido, outro dado importante é a constatação de que muito mais do que um “revolucionário”, Couto participou ativamente do projeto de integração entre as partes ultramarinas e o reino de Portugal. A historiografia sobre José Vieira Couto propagou, ao longo do tempo, interpretações distintas acerca da atuação desse personagem em Arraial de Tijuco. Por um lado, a historiografia do século XIX, principalmente a partir da figura de Joaquim Felício dos Santos, defendeu que Couto era um “liberal” e “revolucionário” que ajudou a divulgar ideias do “iluminismo francês”. Nesse sentido, sua atuação enquanto naturalista a serviço da monarquia portuguesa seria apenas “aparente”. Jornais como *Opinião Liberal* e *O Jequitinhonha* também ajudaram a divulgar essa tese.

Joaquim Felício dos Santos e outros personagens escreveram a história de Diamantina e dos irmãos Couto em meados do século XIX, momento em que começaram a surgir e se fundamentar fortes críticas ao sistema monárquico no Brasil, bem como contrário à família real. Dessa maneira, pode-se concluir que o político republicano Felício dos Santos escreveu uma história *nativista* sobre Arraial de Tijuco e os irmãos Couto, cujo objetivo foi identificar no passado daquela região e em seus personagens, fatos históricos que corroborassem uma luta contra a monarquia no século XIX.

Em um outro momento, já com a história profissional consolidada no Brasil, novas visões sobre a produção de conhecimento no Brasil colonial foram surgindo. Nesse novo momento, personagens e instituições ganharam novas leituras, mais críticas e ampla fundamentação empírica nas fontes históricas. Além disso, o segmento da história da ciência passou a levar em consideração os significados dos termos, palavras e conceitos diante do

⁵¹⁰ AHU – MG, Cx. 149, doc. 50.

contexto histórico analisado. Assim, colocando em perspectiva outros fatores como política e economia para entender a produção de conhecimento e saberes no passado.

Diante dessa perspectiva, as interpretações de Clarete Paranhos da Silva e Júnia Furtado destacaram a atuação do naturalista Couto enquanto um personagem de sua época, buscando evidenciar sua ligação com Estado português. Portanto, foi demonstrado como essas autoras foram essenciais para criação e difusão de um novo olhar para José Vieira Couto: como um “reformador”, alinhado com as diretrizes políticas de D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Nesse trabalho, porém, busquei evidenciar que a ligação entre José Vieira Couto e o Estado português para realização das expedições e estudos de História Natural poderiam ser interpretados a luz do conceito de *economia das mercês*, principalmente conceituado e difundido por Maria Fernanda Olival.

Dessa forma, diante da história política e cultural do passado colonial brasileiro, novos elementos foram incorporados a análise dos naturalistas e de sua atuação na América portuguesa e outros espaços coloniais. A cultura política do Antigo Regime e a dinâmica das mercês trouxe um peso fundamental para entender a ligação entre Estado e naturalistas na era moderna.

Naquele contexto, a produção do conhecimento, instrumentalizado e patrocinado pelo Estado, perpassava pelo interesse do naturalista em se destacar diante de uma sociedade desigual. Aliás, o saber produzido pelos naturalistas, bem como a História Natural se legitimou a partir da lógica do Antigo Regime. Dessa maneira, tornou-se linguagem de poder não só dos acadêmicos e naturalistas, mas também como base de fundamentação dos agentes coloniais para tomada de decisão econômica ou administrativa.

Dessa forma, corroborando tal fato, identifiquei as ligações de Couto com seus patronos Bernardo José de Lorena e D. Rodrigo de Sousa Coutinho, através da análise de cartas, ofícios régios e memórias encontrados no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Nesses documentos, Bernardo José de Lorena fez solicitações de patentes militares e da ordem de cristo para o naturalista em consideração ao serviço real prestado. Já D. Rodrigo de Sousa Coutinho também ajudou a proteger o naturalista quando do conflito com Intendente dos Diamantes na Real Extração. Por sua vez, José Vieira Couto não somente realizou serviço real e escreveu memórias para o Estado, como também nomeou um monte e uma região em homenagem a D. Rodrigo e Bernardo José de Lorena, respectivamente.

Como busquei evidenciar, José Vieira Couto foi um agente que não excedeu à regra: formou-se em Filosofia na Universidade de Coimbra, como boa parte dos luso-brasileiros que

seguiram o caminho da produção de História Natural. Lá, aprendeu a observar o *essencial* da natureza, a catalogar, classificar e mapear as riquezas naturais que poderiam ser potencialmente úteis ao Estado. A conjuntura de meados do século XVIII, no mundo português, devido às reformas feitas por Marquês de Pombal havia uma certa demanda por naturalista que pudessem estudar os domínios português.

Nesse sentido, José Vieira Couto buscou preencher essa demanda sendo um entre as dezenas de luso-brasileiros que se formaram em Filosofia Natural e Matemática pela Universidade de Coimbra Reformada. Ser naturalista poderia significar uma chance de inserir-se na burocracia do Estado e tramar relações de serviço com figuras de maior *status* social e político. Sempre importante frisar esse jogo de duplo interesse entre naturalista e a Coroa.

Fontes e Bibliografia

Fontes manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

Minas Gerais (1680-1832)

Cx. 125, doc. 35. Cx. 143, doc. 58. Cx. 144, doc. 2. Cx. 144, doc. 3. Cx. 145, doc. 6. Cx. 145, doc. 12. Cx. 145, doc. 21. Cx. 145, doc. 46. Cx. 147, doc. 1. Cx. 147, doc. 2. Cx. 147, doc. 3. Cx. 147, doc. 35. Cx. 147, doc. 41. Cx. 148, doc. 45. Cx. 149, doc. 5. Cx. 149, doc. 30. Cx. 149, doc. 50. Cx. 149, doc. 72. Cx. 149, doc. 73. Cx. 154, doc. 36. Cx. 154, doc. 45. Cx. 156, doc. 28. Cx. 156, doc. 47. Cx. 157, doc. 54. Cx. 160, doc. 9. Cx. 160, doc. 116. Cx. 161, doc. 8. Cx. 161, doc. 25. Cx. 164, doc. 67. Cx. 166, doc. 77. Cx. 182, doc. 53.

Códices (1548-1821) e (1671-1833)

Cód. 573, fls. 224-225, 266-267

Cód. 606, fls. 192-193

Cód. 607, fls. 36-38

Cód. 610, fls. 108-109, 161-163, 198-199, 202-203, 212-213, 223.

Cód. 611, fls. 7-18, 85-87

Cód. 1819.

Cód. 2095.

Avulsos (BG)

Cx. 27, doc. 2205

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

PT-TT-TSO-IL-28-12957

Arquivo Distrital de Braga (ADB)

PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/001361

Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC)

PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/C/014346

Fundação Biblioteca Nacional (FBN)

Fundo Casa dos Contos (FBN-CC)

I-26, 09, 023, nº 004.

I-26, 26, 059.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

ANRJ – Códice 69, volume 9, ofício 265, fl. 170

Fontes impressas e publicadas

Cartas publicadas

Carta de Domingos Vandelli para Marquez d'Angeja. In: *Jornal de Coimbra* / red. José Feliciano de Castilho... [et al.]. – Vol. 13, nº 68, pt.1 (1818). – Coimbra: [s.n.], 1812-1820. Lisboa: Tipografia Régia, p. 47. Disponível em: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Carta Régia sobre a Criação de Soldados Auxiliares, Lisboa, 7/1/1645”. In: *Collecção Chronologia da Legislação Portuguesa* compilada por José Justino de Andrade e Silva, v. de 1640 a 1647, p. 271-272.

MIRANDA, C. L. Carta da Nova Lorena Diamantina (1801). Disponível em: <http://acervo.redememoria.bn.gov.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/301476>. Acessado em: 02/11/2021.

Fontes impressas

ASSEMBLEIA GERAL LEGISLATIVA. Relatório da repartição dos negócios do império, apresentado á assembléa Geral Legislativa na 3ª sessão da 5ª legislatura, pelo respectivo ministro e secretario d'Estado José Carlos Pereira de Almeida Torres – Rio de Janeiro, RJ: Typographia Nacional. 1844.

BIBLIOTECA FLUMINENSE (Rio de Janeiro, RJ). Catálogo dos livros da Bibliotheca Fluminense. Rio de Janeiro, RJ: Typ. Thevenet e C., 1866. [7], 312, 21,5. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or1292572/or1292572.pdf. Acesso em: 24 mar. 2022.

BIBLIOTECA NACIONAL (RJ). Anaes da Biblioteca Nacional (RJ). Rio de Janeiro, RJ: Typ. Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1921. p. 660. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=402630&pagfis=20823>. Acessado em: 24/03/22.

BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. 1. ed. Lisboa, Simão Tadeu Ferreira, MDCCLXXXIX [1789]. 2v.: v. 1: xxii, 752 p.; v. 2: p. 541.

CORTE-REAL, Jerônimo. *Successo do segundo cerco di Diu. Estando Dom Joham Mazcarenhas por capitam da fortaleza, anno de 1546. fielmente copiado da edicam de 1574, por Bento Jose de Sousa Farinha*. S. Thaddeo Ferreira, 1784.

COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa. Discurso sobre a verdadeira influencia das Minas dos Metaes preciozos na Industria das Nações que as possuem, e especificamente da Portugueza. *In: Memorias economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa: para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústrria em Portugal e suas conquistas*. Lisboa: [s.n.], 1789, v. 1.

COUTINHO, Rodrigo de Sousa. “Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América” (1797 ou 1798). *In: SILVA, André Mansuy Diniz (org). Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Lisboa: Banco de Portugal, 1993. v.2. p. 54.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Relatório de atividades de 1991-194. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=43270&codUuario=0>. Acessado em: 12/02/21.

LEMOS, Francisco de. *Relação Geral do Estado da Universidade (1777)*. Portugal, Univ., 1980. p, 30.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memorias do Districto Diamantino da Comarca do Serro Frio (provincia de Minas Gerais)*. Rio de Janeiro: Tipografia Americana, 1868, p. 253–254.

SILVA, Antonio de Moraes. Bluteau, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. 1. ed. Lisboa, Simão Tadeu Ferreira, MDCCLXXXIX [1789]. 2v.: v. 1: xxii, 752 p.; v. 2: 541 p. p. 319.

SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDÚSTRIA NACIONAL. Conselho administrativo da sociedade auxiliadora da indústria nacional, sessão nº 220 dia 23 de agosto de 1839 (presidência do Exm. Sr. Ignacio Alvares). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=302295&pesq=%22jose%20vieira%20coutho%22&pasta=ano%20183&hf=memoria.bn.br&pagfis=2863>. Acessado em: 26/04/22.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Estatutos da Universidade de Coimbra do anno de MDCCLXXII. Livro III. Lisboa: Regia Officina Typografica. 1773.

VANDELLI, Domingos. *Viagens filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações deve principalmente observar (1779)*. Cópia feita pelo padre Franciscano Vicente Salgado em 1796. Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, série Vermelha Ms 405.

Arquivo Público Mineiro (APM)

Revista do Arquivo Público Mineiro (MG), 1898, ed. 3, pp. 589.

Periódicos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

- A Gazeta (SP), 1929, Anno XXIV, N.º 7.001

- A União (RJ), 15 de outubro, 1905, n.º. 286

- Anuario Illustrado do Jornal do Brasil, 1900, edição 4
- Correio da Bahia, 7 de novembro, 1877, ano VII, nº. 185
- Correio Braziliense, Londres, Vol. VI, Nº. 37.
- Diario de Pernambuco, Anno de 1844, quinta-feira, 22 de fevereiro Anno XX. N. 43.
- Diario do Rio de Janeiro, Anno XXXIII, domingo, 01 de janeiro de 1854, Nº 1.
- Gazeta da Parahyba, 1888, Anno I, N.º 17
- Iris: periódico de religião, bellas-artes, sciencias, letras, historia, poesia, romance, noticias e variedades colaborado por muitos homens de letras e redigido por José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha. Rio de Janeiro, RJ: Typographia Franceza, Rua de S. José, n 64. Ed. 2. 1848.
- Opinião Liberal, 1866, Ano I, edição nº. 32.
- O Jequitinhonha, Ano VIII, nº. 13, 8 de novembro de 1868
- O Imparcial, 15 de setembro de 1913, ano II, nº. 285
- Jornal de Coimbra. Vol. 13, nº 68, pt. 1. 1818. p. 47.
- Jornal do Commercio, Anno XVII. Sexta-feira, 23 de setembro de 1842. Nº 233
- Jornal do Commercio, Anno XVII., quinta-feira, 22 de dezembro de 1842, n. 252.
- Jornal do Commercio, Anno XXV, Domingo 6 de janeiro de 1850, nº 6.

Memórias de José Vieira Couto

Manuscritos

AHU – MG – Cx. 147, doc. 1

Memória sobre a Capitania de Minas Geraes, seu território, clima e produções metálicas. Sobre a necessidade de se restabelecer e animar a mineração decadente do Brazil. Sobre o commercio e exportação de metaes e Interesses Régios, com hum appendice sobre diamantes e Nitro Natural por Ordem de Sua Magestade (1799);

AHU – MG – Cx. 147, doc. 2

Descrição dos Metaes contidos neste Coffre segundo os Systemas de Linneo, e Walerio (1799)

AHU – Códices 1819

Memória sobre as Minas da Capitania de Minas Geraes, suas descrições, ensaios e domicilio proprio á maneira de Itinerário com hum Appendice sobre a Nova Lorena Diamantina, sua descrição, suas produções Mineralógicas e utilidades que deste Paiz podem resultar ao Estado por ordem de Sua Alteza Real (1801);

AHU – Cód. 2095

Memoria sobre as nitratreiras naturaes e artificiaes de Monte Rorigo na Capitania de Minas Geraes (1803);

AHU – MG – Cx. 182, doc. 53

Memória sobre as minas de cobalto da capitania de Minas Geraes (1805).

Impressos

COUTO, José Vieira. Memória sobre a Capitania das Minas, seu território, clima e produções metálicas, sobre a necessidade de se restabelecer e animar a mineração decadente do Brasil, sobre o comercio e exportação dos metais e interesses régios escrita em 1799. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB), tomo 11, 1848. p. 289-336.

COUTO, José Vieira. Memória sobre as Minas da Capitania de Minas Geraes, suas descrições, ensaios, e domicilio proprios a maneira de itinerario com um appendice sobre a Nova Lorena Diamantina, sua descrição, suas produções mineralogicas e utilidades que d'este pais possam resultar ao Estado (1801). *Revista do Arquivo Público Mineiro*. v. 10, n. Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1905, p. 68.

COUTO, José Vieira. *Memória sobre as salitreiras naturaes de Monte Rorigo; Maneira de as auxiliar por meio das artificiaes; Refinaria do Nitrato de Potassa, ou Saitre; Escrita no ano de 1803*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia. 1809.

COUTO, José Vieira. Memoria sobre as salitreiras naturaes de Monte Rorigo. 1803. In: *O Auxiliador da Industria Nacional ou Collecção de Memorias e Noticias interessantes aos fazendeiros, fabricantes, artistas, e classes industrias no Brasil, tanto originaes, como traduzidas das melhores obras que neste genero se publicação*. Publicado pela Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1840. P. 390-425. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=302295&pesq=%22jose%20vieira%20couto%22&pasta=ano%20183&hf=memoria.bn.br&pagfis=3396>. Acessado em: 26/04/22.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Estudo crítico*. COUTO, José Vieira. Memória sobre a Capitania das Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro-Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

Bibliografia

ABREU, Laurinda. A institucionalização do saber médico e suas implicações sobre a rede de curadores oficiais na América portuguesa. *Tempo*. v. 24, n. 3, 2018. (Niterói). Disponível em: <<https://brasilhis.usal.es/es/referencia-bibliografica/abreu-laurinda-institucionalizacao-do-saber-medico-e-suas-implicacoes-sobre>>. Acesso em: 17 maio 2022.

ABREU, Márcia. Imprensa Régia do Rio de Janeiro: novas perspectivas. *I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. p. 23, 2004.

ALDEN, Dauril. Late colonial Brazil, 1750–1808. In: BETHELL, Leslie (Org.). *The Cambridge History of Latin America – Colonial Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, v. 2. (The Cambridge History of Latin America). Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/books/cambridge-history-of-latin-america/late-colonial-brazil-17501808/F02EB5FEADB44156507C73C533D15EF8>>. Acesso em: 28 maio 2022.

ALMADA, Márcia; MONTEIRO, Rodrigo Bentes. O Discurso e a Notícia: manuscritos sobre a revolta de 1720 atribuídos a Pedro Miguel de Almeida, 3º conde de Assumar. *Tempo*. v. 25, p. 1–25, 2019.

ALVES, Hélio. “Todos juntos seguiram dom Francisco”. Jerónimo Corte-Real: Sucesso do Segundo Cerco de Diu. In: *Reading literature in portuguese. Commentaries in honour of Tom Earle*. [s.l.]: Legenda, 2013. Disponível em: <<https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/9658>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

ANDRADE, Francisco Eduardo de; REZENDE, Dejanira Ferreira de. Estilo de minerar ouro nas Minas Gerais escravistas, século XVIII. *Revista de História (São Paulo)*. p. 382–413, 2013.

ARAÚJO, Ana Cristina. Cultivar a razão, educar e civilizar os povos: a filosofia das Luzes no mundo português. *Revista de História Regional*. v. 19, n. 2, 2014. Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/7075>>. Acesso em: 7 nov. 2021.

BARATA, Alexandre Mansur. A trajetória de José Joaquim Vieira Couto (1773-1811): cultura política, heterodoxia e crise do Império Português. In: CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira (Orgs.). *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BARRA, Sérgio Hamilton da Silva. A Impressão Régia do Rio de Janeiro e a criação do novo império português na América. *Revista de História (São Paulo)*. p. 253–276, 2015.

BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: Oficina de Homens. *XIII Encontro de História Anpuh-Rio*. 2008.

BIAGIOLI, Mario. *Galileo, Courtier: The Practice of Science in the Culture of Absolutism*. 1ª edição. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. *Almanack Braziliense*. n. 2, p. 21–34, 2005.

BONATO, Tiago. *O olhar, a descrição: a construção do sertão do nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1783-1822)*. Dissertação (Mestrado em História), UFPR, Curitiba, 2010. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/24243>>. Acesso em: 19 abr. 2022.

BOSCHI, Caio Cesar. A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais. *Revista Estudos Históricos*. v. 4, n. 7, p. 100–111, 1991.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbolico*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

BRAGANÇA, Aníbal. Antecedentes da instalação hipertardia da tipografia ao Brasil (1747-1808). *Floema: Caderno de Teoria e História Literária*. n. 5a, 2009. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/floema/article/view/1759>>. Acesso em: 26 abr. 2022.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, vol. 2: Séculos XV-XVIII: os jogos das trocas*. 2ª edição. [s.l.]: WMF Martins Fontes, 2009.

BRIGOLA, João. *Curso de Philosophia Natural, profissionalização do viajante-naturalista e 'conflito de faculdades' (1772-1808)*. Disponível em: <<http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/8328>>. Acesso em: 16 jul. 2021. Accepted: 2013-02-01T14:30:14Z.

CAPANEMA, Carolina Marotta. *A NATUREZA POLÍTICA DAS MINAS: mineração, sociedade e ambiente no século XVIII*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, 2013.

CARDOSO, Janaina Salvador. O Auxiliador da Indústria Nacional e a republicação de memórias científicas na primeira metade do Oitocentos. *Temporalidades*. v. 10, n. 1, p. 110–128, 2018.

CARDOSO, José Luís. Nas malhas do Império: a economia política e a política colonial de D. Rodrigo de Souza Coutinho. In: CARDOSO, José Luís (Org.). *A economia política e os dilemas do Império Luso-brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001, v. 81.

CARDOSO, José Luís; CUNHA, Alexandre Mendes. Discurso econômico e política colonial no império Luso-Brasileiro (1750-1808). *Tempo*. v. 17, p. 65–88, 2011.

COUTO, José Vieira. Memória sobre as Minas da Capitania de Minas Geraes, suas descrições, ensaios, e domicilio proprios a maneira de itinerario com um appendice sobre a Nova Lorena Diamantina, sua descrição, suas produções mineralogicas e utilidades que d'este pais possam resultar ao Estado (1801). *Revista do Arquivo Público Mineiro*. v. 10, n. Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1905.

COUTO, José Vieira. *Memória sobre as Minas de Cobalto da Capitania de Minas Geraes*. [s.l.: s.n.], 1805.

COUTO, José Vieira. *Memoria sobre as nitradeiras naturais e artificias de Monte Rorigo na Capitania de Minas Geraes por Ordem de Sua Alteza Real*. [s.l.: s.n.], 1803.

CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho; PEREIRA, Magnus Roberto Mello. A história de uma ausência: os colonos cientistas da América portuguesa na historiografia brasileira. In: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de; *et al* (Orgs.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. 2. ed. Vitória: EDUFES, 2014.

CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho; PEREIRA, Magnus Roberto Mello. Ciência, identidade e cotidiano: alguns aspectos da presença de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra, na conjuntura final do período colonial. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. v. 9, p. 205–228, 2009.

DASTON, Lorraine. *Historicidade e Objetividade*. São Paulo: LiberArs: Liber Ars, 2017.

DASTON, Lorraine; GALISON, Peter. *Objectivity*. New York: Zone Books, 2010.

DIAS, Cláudia Márcia Coutinho. Eschwege: um olhar sobre as técnicas de mineração do ouro no século XVIII e no início do XIX. In: MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. C. P.; SILVA, C. C.; et al (Orgs.). *Filosofia e história da ciência no Cone Sul: 3º Encontro*. Campinas: AFHIC, 2004.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. v. 278, n. Rio de Janeiro, p. 105–170, 1968.

DOMINGUES, Ângela. *Monarcas, ministros e cientistas. Mecanismos de poder, governação e informação no Brasil Colonial*. [s.l.]: CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012. Disponível em: <<https://run.unl.pt/handle/10362/15867>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

DOMINGUES, Heloisa María Bertol. A idéia de progresso no processo de institucinalização nacional das ciências no Brasil: a sociedade auxiliadora da indústria nacional. *Asclepio*. v. 48, n. 2, p. 149–162, 1996.

DONEGÁ, Ana Laura. Os irmãos Laemmert no comércio livreiro oitocentista. *Língua, Literatura e Ensino* - ISSN 1981-6871, v. 4, 2009. Disponível em: <<https://revistas.iel.unicamp.br/index.php/lle/article/view/708>>. Acesso em: 7 mar. 2022.

DRAYTON, Richard. *Nature's Government: Science, Imperial Britain and the "improvement" of the World*. New edição. New Haven: Yale University Press, 2000.

FEITLER, Bruno. Processos e práxis inquisitoriais: Problemas de método e de interpretação. *Revista de fontes*. v. 1, n. 1, p. 55–64, 2014.

FERRAZ, Márcia Helena Mendes. A produção do salitre no Brasil colonial. *Química Nova*. São Paulo. v. 23, p. 845–850, 2000.

FERRAZ, Márcia Helena Mendes. *Ciências em Portugal e no Brasil (1772-1822): o texto conflituoso da química*. São Paulo: EDUC, 1997.

FERREIRA, Gustavo Oliveira. *As polêmicas Flores: Joaquim Veloso de Miranda e a prática científica nas Minas Setecentistas*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde), Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/20456>>. Acesso em: 18 maio 2022.

FILGUEIRAS, Carlos A. L. João Manso Pereira, Químico Empírico do Brasil Colonial. *Química Nova*. São Paulo. v. 16, n. 2, p. 155–160, 1993.

FILHO, Afonso de Alencastro Graça. O mito da decadência mineira oitocentista: São João del Rei, um estudo de caso. São Paulo: *IV Congresso Brasileiro de História Econômica e V Conferência Internacional de História de Empresas*, 2001.

FINDLEN, Paula. Courting nature. In: JARDINE, N.; SECORD, J. A.; SPARY, E. C. (Orgs.). *Cultures of Natural History*. Cambridge. New York: Cambridge University Press, 1996.

FONSECA, Fernando Taveira da. Scientiae thesaurus mirabilis: estudantes de origem brasileira na Universidade de Coimbra (1601-1850). *Revista Portuguesa de História*. v. 2, n. 33, p. 527–559, 1999.

FURTADO, Júnia Ferreira. Enlightenment Science and Iconoclasm: The Brazilian Naturalist José Vieira Couto. *Osiris*. v. 25, n. 1, p. 189–212, 2010.

FURTADO, Junia Ferreira. *Estudo crítico*. COUTO, José Vieira. Memória sobre a Capitania das Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro-Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

FURTADO, Júnia Ferreira. Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*. v. 2, n. 2, p. 116–162, 2009.

FURTADO, Junia Ferreira. *O livro da capa verde*. O regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da Real Extração. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra Annablume, 2012.

FURTADO, Júnia Ferreira. Sedition, Revolution and Libertinism in Eighteenth-Century Brazil: The Library of Naturalist José Vieira Couto. *Before the Public Library*. p. 123–146, 2017.

GARCIA, Lúcia. Emílio Joaquim da Silva Maia. Um Intelectual no Império do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 437, p. 89, 2007.

GARCIA, Lúcia Maria Cruz. *Dos prelos da impressão régia, a cultura científica do período joanino (1808-1821)*. Tese (Doutorado em História), UERJ, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/13015>>. Acesso em: 18 mar. 2022.

GOMES, Patricia Regina Mendes Mattos Correa. *Pensamento e ação de Joaquim Felício dos Santos: um projeto de código civil oitocentista*. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-15092015-123955/>>. Acesso em: 6 jul. 2021.

GONÇALVES, Andréa Lisly. Escravidão, herança ibérica e africana e as técnicas de mineração em Minas Gerais no século XVIII. In: *Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira* [Proceedings of the 11th Seminar on the Economy of Minas Gerais]. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais: [s.n.], 2004. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufop.br/jspui/handle/123456789/1303>>. Acesso em: 1 abr. 2022.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Um olhar sobre o continente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América. *Revista Estudos Históricos*. v. 10, n. 20, p. 217–230, 1997.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista Estudos Históricos*. v. 1, n. 1, p. 5–27, 1988.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 3. ed. São Paulo: EdUSP, 2012.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu: Itinerários de um Ilustrado Luso-Brasileiro*. 1ª edição. São Paulo: Alameda Editorial, 2009.

KURY, Lorelai. Botany in war and peace: France and the circulation of plants in Brazil (late eighteenth and early nineteenth century). *Portuguese Journal of Social Science*. v. 16, n. 1, 2017. (Portuguese Journal of Social Science). Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/31137>>. Acesso em: 18 maio 2022.

KURY, Lorelai. Ciência e nação: romantismo e história natural na obra de E. J. da Silva Maia. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. v. 5, n. 2, p. 267–291, 1998.

KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. v. 11, n. Rio de Janeiro, p. 109–129, 2004.

KURY, Lorelai. Plantas sem fronteiras: jardins, livros e viagens, séculos XVIII-XIX. In: KURY, Lorelai (Org.). *Usos e circulação das plantas no Brasil*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2013.

KURY, Lorelai; CAMENIETZKI, Carlos Ziller. Ordem e Natureza: Coleções e Cultura Científica Na Europa Moderna. *Anais do Museu Histórico Nacional*. v. 29, 1997. Disponível em: <<https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn/issue/view/39>>. Acesso em: 16 set. 2021.

LEITE, Paulo Gomes. A cultura do Tijuco no resgate do Iluminismo em Minas. In: *Revista Minas Gerais*, nº 14, março de 1989, p. 22-26.

MAGALHÃES, Pablo Antonio Iglesias. O manuscrito da Henriada: a trajetória do Poema de Voltaire traduzido na Vila Rica dos Inconfidentes (1788-2016). *Revista de História*. n. 180, 2021. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/172877>>. Acesso em: 26 abr. 2022.

MARTINS, Marcos Lobato. Os futuros do passado: projetos oitocentistas para o desenvolvimento do “norte de Minas”. *História Econômica & História de Empresas*. v. 15, n. 1, 2012. Disponível em: <<https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/219>>. Acesso em: 6 jul. 2021.

MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a ideia do império luso-brasileiro. In: MAXWELL, Kenneth. *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MAXWELL, Kenneth. *Conflicts and Conspiracies: Brazil and Portugal, 1750-1808*. [s.l.]: Routledge, 2004.

MAXWELL, Kenneth. *Devassa da devassa. A inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808*. Rio de Janeiro (RJ): Paz & Terra, 2009.

MCKENZIE, Donald F. *Bibliografia e a sociologia dos textos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. Os corpos de Ordenanças e Auxiliares: sobre as relações militares e políticas na América Portuguesa. *História: Questões & Debates*. v. 45, n. 2, 2006. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/7944>>. Acesso em: 25 maio 2021.

MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do Ouro*. 5ª edição. [s.l.]: Ouro Sobre Azul, 2017.

MELLO E SOUZA, Laura de. *O sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *O intendente Câmara: Manuel Ferreira da Câmara Bithencourt e Sá, intendente geral das Minas e dos Diamantes, 1764-1835*. 1958. Disponível em: <<http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/74>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

MONTEIRO, Nuno. As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal a dom Rodrigo de Sousa Coutinho. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Brasil Colonial: Volume 3 (1720-1821)*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, v. 3.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. A circulação das elites no império dos Bragança (1640-1808): algumas notas. *Tempo*. v. 14, p. 51–67, 2009.

MORAIS, Francisco. *Estudantes da universidade de Coimbra nascidos no Brasil*. Coimbra: Brasília, suplemento ao vol. IV, 1949.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Todo um mundo a reformar: intelectuais, cultura ilustrada e estabelecimentos científicos em Portugal e no Brasil, 1779–1808. *Anais Museu Histórico Nacional*. v. 29, p. 87–108, 1997.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo; MELO, Mariana Ferreira de (Orgs.). *Minas Gerais e a História Natural das Colônias: política colonial e cultura científica no século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2019.

OLIVAL, Maria Fernanda de. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar Editora, 2001.

OUTRAM, Dorinda. *La Ilustracion*. México: Siglo XXI Editores Mexico, 2009.

PATACA, Ermelinda Moutinho. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*. Tese (Doutorado em Geociências), UNICAMP, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/287411>>. Acesso em: 14 ago. 2021.

PATACA, Ermelinda Moutinho; PINHEIRO, Rachel. Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro. *Revista da SBHC*. v. 3, n. 1, p. 22, 2005.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. D. Rodrigo e frei Mariano: A política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX. *Topoi (Rio de Janeiro)*. v. 15, p. 498–526, 2014.

PEREIRA, Márcio Mota. *Saber e honra: a trajetória do naturalista luso-brasileiro Joaquim Veloso de Miranda e as pesquisas em história natural na capitania de Minas Gerais (1746-1816)*. Tese (Doutorado em História), UFMG, Belo Horizonte, MG, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B2ZPTD>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

POMBO, Nívia. A cidade, a universidade e o Império: Coimbra e a formação das elites dirigentes (séculos XVII-XVIII). *Intellèctus*. v. 14, n. 2, p. 1–20, 2015.

POMBO, Nívia. *O Palácio de Queluz e o mundo ultramarino: circuitos ilustrados (Portugal, Brasil e Angola, 1796-1803)*. Tese (Doutorado em História), UFF, Niterói, RJ, 2013.

PRECIOSO, Daniel. Raça, Casta e Qualidade: designações étnicas, jurídicas e sociais na Vila Rica setecentista. *XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO - Memória e Patrimônio*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2010.

RAMINELLI, Ronald. Ciência e colonização: viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *Revista Tempo*. v. 6, p. 157–182, 1998.

RAMINELLI, Ronald. Nobreza e principais da terra - América Portuguesa, séculos XVII e XVIII. *Topoi (Rio de Janeiro)*. v. 19, p. 217–240, 2018.

RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e Ultramar Hispânico, Séculos XVII e XVIII*. 1ª edição. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Editora FGV, 2015.

RAMINELLI, Ronald. Reformas e revoltas – América Britânica e Portuguesa c. 1760-1790. *Nuevo Mundo*. 2020. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/nuevomundo/82701>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, Vassallos e Governo a Distância*. 1ª edição. São Paulo: Alameda Editorial, 2008.

REIS, Flávia Maria da Mata. *Entre Faisqueiras, Catas e Galerias: exploração do ouro, leis e cotidiano das Minas do século XVIII (1702-1762)*. Dissertação (Mestrado em História), UFMG, Belo Horizonte, MG, 2007.

RODRIGUES, André Figueiredo; DIAS, Renato da Silva; CABREIRA, Maria Alda Barbosa. Sertões, poder e pecuária na capitania de Minas Gerais. In: RODRIGUES, André Figueiredo; SÁ, Charles Nascimento de (Orgs.). *Mundos Coloniais: espaços e realidades plurais na América portuguesa*. São Paulo: FFLCH/USP, 2021.

RUSSELL-WOOD, Anthony John R. *Relato de um caso Luso-Brasileiro do século dezessete*. Lisboa: Studia, 1973.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagens pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*. Trad. Leonam de Azeredo Pena. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Districto Diamantino da Comarca do Serro Frio (provincia de Minas Gerais)*. Rio de Janeiro: Tipografia Americana, 1868.

SILVA, Clarete Paranhos Da; FIGUEIRÔA, Sílvia F. de M. Garimpando ideias. A “arte de minerar” no Brasil em quatro memórias na transição para o século XIX. *Revista da SBHC*. v. 2, n. 1, p. 22, 2004.

SILVA, Bruno Cezar Santos da. *Entre defesa e ordem: os corpos militares da Paraíba na trama da subordinação à capitania de Pernambuco (1755-1799)*. Dissertação (mestrado em História), UFPB, Paraíba, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br>>. Acesso em: 5 jun. 2021.

SILVA, Clarete Paranhos da. *Garimpando Memórias: As ciências mineralógicas e geológicas no Brasil na transição do século XVIII para o XIX*. Tese, UNICAMP, Campinas, SP, 2004.

SILVA, Clarete Paranhos da. *O desvendar do grande livro da natureza: as práticas geocientíficas no Brasil colonial por meio de um estudo da obra mineralógica e geológica do cientista brasileiro José Vieira Couto, 1798-1805*. Dissertação, UNICAMP, São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/287659>>. Acesso em: 1 jun. 2021.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis*. 1ª edição. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2013.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Livro e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821). *Revista de História*. v. 46, n. 94, p. 441–457, 1973.

SILVA, Rogério Forastieri da. *Colônia e nativismo*. 1ª edição. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, José. *A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia*. Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/17942>>. Acesso em: 7 nov. 2021.

SIMON, William Joel. *Scientific Expeditions in the Portuguese Overseas Territories (1783-1808) and the Role of Lisbon in the Intellectual-scientific Community of the Late Eighteenth Century*. [s.l.]: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983.

SIQUEIRA, Karulliny Silverol; COUTINHO, Driely Neves. Nem conciliador, nem progressista: a transformação da linguagem do Partido Liberal na imprensa do Rio de Janeiro (1860-1870). *Revista Outras Fronteiras*. v. 8, n. 2, p. 212–236, 2021.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2ª edição. [s.l.]: EDITORA EXPRESSÃO POPULAR, 2010.

SOUZA, Tânia Maria F. de; REIS, Liana. Técnicas mineratórias e escravidão nas minas gerais dos séculos XVIII e XIX. *Seminário sobre a Economia Mineira*. v. 9, p. 1–23, 2006.

SPARY, E. C. *Utopia's garden: French natural history from Old Regime to Revolution*. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. *Revista Tempo*. v. 8, 1999.

VARELA, Alex Gonçalves; LOPES, Maria Margaret; FONSECA, Maria Rachel Fróes da. As atividades do naturalista José Bonifácio de Andrada e Silva em sua “fase portuguesa” (1780-1819). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. v. 11, p. 685–711, 2004.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do Livro no Mundo Luso-brasileiro Sob as Luzes. Reformas, Censura e Contestações*. Belo Horizonte, MG, Brasil: Fino Traço, 2015.

VIRGIL; FANTHAM, Elaine. *Georgics*. Trad. Peter Fallon. Reissue edition. [s.l.]: Oxford University Press, 2009.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. Exército, milícias e ordenanças na Corte Joanina: permanências e modificações. *Revista da Cultura*. v. Ano VIII, n. 14, 2008.